

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Luiz do Nascimento Carvalho

**VIOLÊNCIA POLICIAL MILITAR EM GOIÁS:
SOFRIMENTO E RESISTÊNCIA**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

São Paulo
2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Luiz do Nascimento Carvalho

**VIOLÊNCIA POLICIAL MILITAR EM GOIÁS:
SOFRIMENTO E RESISTÊNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social. Desenvolvido sob a orientação da profa. Dra. Bader Burhian Sawaia.

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

São Paulo
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C33v Carvalho, Luiz do Nascimento.

Violência policial militar de Goiás: sofrimento e resistência
[manuscrito] / Luiz do Nascimento Carvalho. – São Paulo, 2013.
350 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Bader Burhian Sawaia.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia
Social, São Paulo, 2013.

1 Estrutura semântica da consciência. 2 Violência policial
militar. 3 Direitos humanos. 4 Cognição e afeto. I. Sawaia, Bader
Burhian. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. III.
Título.

CDU: 159.922:316.48

Catalogação na Fonte: Lana Keren de Mendonça – CRB1/2486

Banca examinadora:

Em memória dos que jazem no silêncio.
E dos que ressuscitam suas vozes.

AGRADECIMENTOS

A realização do presente trabalho contou com a colaboração direta ou indireta de muitas pessoas e instituições, às quais não poderiam deixar de mencionar, mesmo sob o risco de cometer a injustiça de esquecer alguns nomes.

À Profa. Dra. Bader Buhrian Sawaia, que me acolheu como seu orientando, e com quem aprendi lições, não apenas sobre o pensamento em psicologia social, mas também sobre solidariedade, respeito, amizade e, sobretudo, com quem pude sentir a felicidade produzida pela experiência do pensamento que aproxima imanência e liberdade.

Aos professores que participaram de minha banca de qualificação, Profa. Dra. Anita Cristina Azevedo Resende, Profa. Dra. Jeanne Marie Gagnebin, Prof. Dr. Marcos César Alvarez, Prof. Dr. Odair Furtado, pelos apontamentos críticos e as sugestões de mudanças para empreender a qualificação do trabalho.

Aos professores do Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Social da PUC-SP, Antônio da Costa Ciampa, Bader Burihan Sawaia, Fúlvia Rosemberg, Maria Cristina Vicentin, Maria do Carmo Guedes, Mary Jane Paris Spink, Miriam Debieux Rosa, Raul Albino Pacheco Filho, Salvador Antônio Mireles Sandoval. Nesse microcosmo do programa, animam-se os debates que direta ou indiretamente participam o presente estudo.

A Marlene Camargo, secretária do Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Social da PUC-SP, pelo apoio e pelas dicas sempre muito valiosas, sempre acompanhadas de um belo sorriso.

À Universidade Federal de Goiás (UFG), na pessoa do magnífico reitor Prof. Dr. Edward Madureira Brasil e toda sua equipe de gestão. Lembro-me de uma mensagem de felicitações, das que, costumeiramente se envia aos servidores da instituição, na ocasião de seus aniversários. O contexto era segunda metade de dezembro de 2008, quando as possibilidades de realizar o projeto de doutoramento, ao qual o presente trabalho está vinculado, parecia cada vez mais inviável. A mensagem que recebi em seu nome, atribuída a Johan Wolfgang von Goethe, dizia: “seja qual for o seu sonho, nunca desista dele”. Em parte o presente trabalho vincula-se à certa sensibilidade institucional de compactuar sonhos e efetivar o que, na imediaticidade, aparece como impossível.

À Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPPG), na pessoa da Profa. Dra. Divina das Dores de Paula Cardoso, que, por meio do Programa de Capacitação Docente (PCD) da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPPG), viabilizou a licença por quatro anos, para realização do doutoramento e, no período de formação, também forneceu orientações fundamentais para o bom cumprimento das demandas e prazos.

Ao *Campus* Catalão, da Universidade Federal de Goiás (CAC/UFG), na pessoa de seu coordenador, Prof. Dr. Manoel Rodrigues Chaves, e a todos os colegas de trabalho, professores e pessoal técnico-administrativo, que forneceram o apoio necessário para iniciar, percorrer e completar esta jornada.

Aos meus colegas de trabalho do Curso de Psicologia, do *Campus* Catalão (CAC/UFG), pelo apoio no processo de liberação para realizar essa formação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por beneficiar-me com uma bolsa por um ano, que permitiu concluir o presente estudo.

Ao Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford – *The International Fellowships Program* (IFP) – na pessoa de Joan Dassin, coordenadora do

programa internacional. E à Fundação Carlos Chagas (FCC), pela coordenação no Brasil do programa IFP, na pessoa da Profa. Fúlvia de Barros Mott Rosemberg. Por meio do programa IFP, tive a oportunidade de beneficiar-me de uma bolsa de estudos por três anos, partilhar experiências com muitos outros bolsistas e receber apoio de uma equipe competente e comprometida com os fins do programa.

Ao corpo docente do Spring International Language Center (SILC) da University of Arkansas (Arkansas-USA), Profa. Dra. Leyah Malcha Bergman-Lenier (diretora), Alanah Massey (coordenadora de programas especiais) e às professoras Stephanie Smith, Colin Large, e Adriana Treadway, e demais professores, com quem pude partilhar momentos intensos de aprendizado.

Aos bolsistas e ex-bolsistas IFP – eles e elas – com quem pude empreender esta jornada, participar dos seminários em conjunto, conhecer e discutir os projetos e os resultados das pesquisas, que se misturam com as trajetórias de vidas compartilhadas.

Ao integrantes do Núcleo de Estudos da Dialética Exclusão-Inclusão Social (Nexin) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). À sua coordenadora, Profa. Bader B. Sawaia. Aos veteranos do Núcleo: Marlito Sousa Lima, Maria Helena Coelho, Margarida Barreto Meg, Rose Lilian Ceri Ramia, e também aos contemporâneos de núcleo, Ana Silvia Ariza, Camila Miyagui, Cécile Diniz Zozzoli, Daniel Kina, Dilson Wrasse, Fabiana de Andrade Campos, Fabiana Itaci, Fábila Silva, Patrícia D'Elboux, Jamila Cassimiro, Fátima Maria Bertini, Rachel C. Franchito, Vanessa Furtado, Livia Gomes dos Santos, Ivonete Gardini, Lavínia Lopes Salomão Magiolino, e tanto outros com quem foi possível partilhar experiências de aprendizados no Núcleo.

Ao Centro de Estudos Assessoria e Pesquisa sobre Juventude – Casa da Juventude Pe. Burnier (Caju) – pela luta de seus integrantes da qual pude extrair a razão primeira da escolha do tema abordado, pelos diálogos, disponibilização de material de pesquisa do Centro de Documentação (Cedoc), e pelo apoio e incentivo no decorrer desta empreitada. À então coordenadora do Núcleo de Pesquisa da Caju – Carmem Lúcia Teixeira – pelo apoio, e também aos integrantes do núcleo e da oficina de Afetividade e Sexualidade da Caju, à Shyrlei Gabina Baltazar, Valterci Vieira, Divino de Jesus Rodrigues, Eliane Nascimento, Gercilene, Rosângela Fernandes, Lucas Emanuel, Divina e demais colegas do núcleo.

Ao Cajueiro – Centro de Formação, Assessoria e Pesquisa sobre Juventude: árvore-semente da vida, cujas raízes fincadas no chão da história fornecem-lhe a força para enfrentar ventanias, continuar o caminho. Carmem Lúcia Teixeira, Lourival Rodrigues da Silva e demais fundadores: vida longa ao Cajueiro!

Ao psicólogo Ms. Valterci Vieira, por ter disponibilizado materiais dos arquivos pessoais de sua pesquisa, por meios dos quais pude dar continuidade ao trabalho das nossas reflexões sobre o tema tratado.

À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, na pessoa de seu presidente, o Deputado Estadual Mauro Rubem (PT), por ter disponibilizado informações e documentos, que subsidiaram o presente estudo.

Ao Pe. Geraldo Marcos Labarrére Nascimento, inspiração para muitos temas suscitados pelo presente trabalho e cuja descrição de suas contribuições para o mesmo, extrapolariam os limites de uma simples menção.

A Profa. Dra. Omari Ludovico Martins, cuja convivência solidária e partilha no processo de formação, já se encaminha na direção da segunda década. Em relação ao presente estudo não

foi diferente, Omari participou de cada momento, partilhando seus conhecimentos, sua biblioteca. Agradeço também pela leitura atenta do trabalho e pelas sugestões indicadas, além disso, por me permitir experimentar uma relação de amizade tão intensa e cheia de desprendimento, tão rara quanto preciosa, em um tempo onde a coisificação do outro vigora como regra.

Ao Jonas Martins Borges, pelo entusiasmo, incentivo e apoio, que acompanham a realização deste trabalho e além dele. Com Omari, acompanhou passo a passo essa jornada, compartilhando as dores, os desafios, e fornecendo apoio nos momentos mais críticos. Trata-se, de uma grande amizade.

À Profa. Dra. Darci Roldão Carvalho Sousa, pela leitura empreendida sobre o segundo capítulo, e todo o apoio que também acompanha nossa trajetória, desde os tempos da Casa de Estudantes Universitários da UFG (CEU III). Uma amizade que se estende também ao Antônio Fernandes de Sousa.

À Darcy Costa, pela revisão do texto e pelas sugestões de alteração e pelo aprendizado que uma amizade e um bom encontro produz.

Aos amigos e amigas da Pastoral de Juventude (PJ) da Diocese de Tocantinópolis, dos anos 1990, com quem pude acumular sentidos e experiências que forma uma constelação em torno do tema tratado neste estudo: Pe. Sebastião Bezerra do Nascimento, Bismarque Roberto, José de Arimatéia, Pedro Delfino, Fátima Aparecida Silva.

À minha esposa, Alciene A. Ferreira, e nossa filhota, Maria Luiza Ferreira Carvalho, que viveram cada instante dessa trajetória, no equilíbrio tenso entre o cotidiano, suas demandas e o fluxo dos acontecimentos da vida, e a atenção que quer se prender em um ponto, reduzir os movimentos e importar o universo para dentro de si mesmo. Espero que ainda possamos ter tempo para brincar, ou seja, suspender o tempo.

A minha mãe, Luiza dos Santos Carvalho e a meu pai Florêncio Dias Carvalho, pela aceitação, mesmo sem compreender exatamente onde pretendo chegar com tanto estudo.

A meus irmãos e seus descendentes, Maria dos Anjos, José de Ribamar (Riba), Evaristo Neto (Neto) e Marcos César, que, de longe, incentivam e apoiam a trajetória de vida que venho percorrendo, nos labirintos da formação.

Ao Aurisberg Matutino, pelo apoio atento no tratamento e diagramação do presente trabalho.

A impotência em que nos encontramos em dado momento, impotência que nunca deve ser encarada como definitiva, não pode dispensar que se permaneça fiel a si mesmo, nem desculpar a capitulação ante o inimigo, seja qual for a máscara que ele use. E, debaixo de todos os nomes sob os quais ele pode se disfarçar, fascismo, democracia ou ditadura do proletariado, o inimigo básico é o aparelho administrativo, policial e militar. Não o da frente, que é nosso inimigo tanto quanto de nossos irmãos, mas o que se diz nosso defensor, que nos transforma em seus escravos. Em qualquer circunstância, a pior traição possível é aceitar a subordinação a esse aparelho e pisar, para servi-lo, em si mesmo e nos outros, todos os valores humanos

Simone Weil (1909-1943)

RESUMO

O presente estudo analisa o tema da violência policial militar em Goiás (2000-2011), enfatizando o problema do modo como se articulam a experiência de perda de entes queridos em ações violentas de policiais militares e a busca de compreensão de tais eventos com os recursos semânticos presentes na consciência dos que foram vitimados indiretamente em situações de assassinato ou desaparecimento de pessoas. Para analisar essas situações, é adotado como aporte teórico a noção de estrutura semântica da consciência (ESC) de L. S. Vigotski (1896-1934), inspirado na sua procura pela constituição de uma teoria monista da consciência, que relacione intelecto (cognição) e afeto. A análise centrou-se sobre o conteúdo de jornais impressos, processos arquivados na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, ata de audiência pública realizada no primeiro semestre de 2006, que objetivou discutir o problema da violência policial, documentos com registros de relatos verbais de acontecimentos vivenciados direta ou indiretamente pelos depoentes. Os resultados revelam que, do ponto de vista da apreensão das ocorrências, há uma tendência, nos depoimentos de pessoas vitimadas indiretamente, a uma concepção fatalista que concebe o destino conforme a forma de lei de talião, centrado na noção de *dívida*. Em relação à configuração do sofrimento expresso nos depoimentos, a noção de dívida também comparece, em um sentido negativo, na definição de morte de um inocente, que, aliado à certeza da impunidade em se tratando da *justiça humana*, produzem nos depoentes diferentes expressões de sofrimento. Essas expressões em grande medida vinculam-se à forma do acontecimento, se assassinato ou “desaparecimento”, bem como na posição – ativa ou passiva – dos depoentes em relação aos acontecimentos. A produção de sentido e a localização dos depoentes no tecido social impactam na forma de expressão do luto pela perda. As implicações para a discussão do problema da relação consciência e afeto são discutidas.

Palavras-chave: estrutura semântica da consciência, violência policial, direitos humanos, cognição e afeto.

RÉSUMÉ

Cette étude examine la question de la violence policière militaires à Goiás (2000-2011), mettant l'accent sur le problème de savoir comment articuler l'expérience de la perte des êtres chers dans des actions violentes de policiers et de la recherche de la compréhension de ces événements avec appel Sémantique disponibles indirectement victimes de personnes en situation d'assassiner ou de la disparition de personnes. Pour analyser ces situations, est adopté comme la notion théorique de la structure sémantique de la Conscience (ESC) de L. S. Vygotsky (1896-1934), inspiré par sa recherche de la constitution d'une théorie moniste de conscience qui concerne l'intellect (cognition) et d'affection. L'analyse a porté sur le contenu de trois sources: a) les journaux, b) plaintes déposées à la Commission des droits de l'homme et de l'Assemblée législative de la législation participative de l'Etat de Goiás, c) Procès-verbal de l'audience publique tenue dans la première moitié de l'année 2006, afin de discuter du problème de la violence documents d) de police avec des enregistrements de rapports verbaux qui relatent les événements vécus directement ou indirectement par les déposants. Les résultats montrent que, du point de vue de la recherche de la compréhension de ce qui s'est passé, il ya une tendance dans le témoignage d'une conception fataliste qui voit la cible sous la forme du droit taleão, centrée sur la notion de dette. En ce qui concerne la configuration de la souffrance exprimée dans les entrevues, la notion de dette apparaît également dans la définition de la mort d'un innocent, qui, combinée avec la certitude de l'impunité quand il s'agit de la justice humaine, de produire les déposants différentes expressions de la souffrance. Ces expressions en grande partie liée à la forme de l'événement, que ce soit assassiner ou de «disparition», ainsi que la position - active ou passive - des personnes interrogées en relation avec les événements, ce qui entraîne l'expression de la douleur de la perte. Les implications pour la discussion du problème de la relation entre la conscience et l'affection sont discutés.

Mots-clés: structure sémantique de la conscience, la violence policière; cognition et affectent.

ABSTRACT

This study examines the issue of military police violence in Goiás (2000-2011), emphasizing the problem of how articulate the experience of losing loved ones in violent actions of police officers and the search for an understanding of such events with appeal Semantic available indirectly victimized by people in situations of murder or disappearance of persons. To analyze these situations, is adopted as the theoretical notion of the Semantic Structure of Consciousness (ESC) of L. S. Vygotsky (1896-1934), inspired by his search for the constitution of a monistic theory of consciousness that relates intellect (cognition) and affection. The analysis focused on the content of three sources: a) newspapers, b) lawsuits filed in the Commission on Human Rights and Participative Legislation Legislative Assembly of the State of Goiás, c) Minutes of the public hearing held in the first half of 2006, in order to discuss the problem of police violence d) documents with records of verbal reports that narrate the events experienced directly or indirectly by the deponents. The results show that from the point of view of the search for understanding of what happened, there is a tendency in testimony to a fatalistic conception that sees the target in the form of law taleão, centered on the notion of debt. Regarding configuration of suffering expressed in the interviews, the notion of debt also appears in the definition of death of an innocent, which, combined with the certainty of impunity when it comes to human justice, produce the deponents different expressions of suffering. These expressions largely linked to the shape of the event, whether murder or "disappearance" as well as the position - active or passive - of respondents in relation to events, resulting in the expression of grief for the loss. The implications for the discussion of the problem of the relationship between consciousness and affection are discussed.

Keywords: semantic structure of consciousness; police violence; cognition and affect.

LISTA DE SIGLAS

ALEGO – Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
BA – Batalhão Anhanguera
BPM – Batalhão de Polícia Militar
Caju – Casa da Juventude Pe. Burnier
CAODH – Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos
CAOEx – Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial
CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
Cerrado – Assessoria Jurídica Popular
Comitê – Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito CJP – Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Goiânia
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEIC – Delegacia de Investigação Criminal
DEM – Democratas
DF – Distrito Federal
ESC – Estrutura Semântica da Consciência
EUA – Estados Unidos da América
FEEGO – Federação Espírita do Estado de Goiás
FHC – Fernando Henrique Cardoso
GRC – Grupo de Repressão ao Crime
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibrace – Instituto Brasil Central
IML – Instituto Médico Legal
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MJ – Ministério da Justiça
MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MP-GO – Ministério Público do estado de Goiás
MPF – Ministério Público Federal
MS – Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT – Mato Grosso
MTL – Movimento Terra Trabalho e Liberdade
NEV – Núcleo de Estudos da Violência
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OEA – Organização dos Estados Americanos
OJC – Organização Jaime Câmara
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PC – Polícia civil
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PFL – Partido da Frente Liberal
Piaps – Plano de Integração e Acompanhamento de Programa Sociais de Prevenção à Violência Urbana
PJ – Procuradoria de Justiça dos Direitos do Cidadão
PL – Partido Liberal
PM – Polícia militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMGO – Polícia militar do estado de Goiás
PMN – Partido da Mobilização Nacional
POP – Procedimento Operacional Padrão
PP – Partido Popular
PR – Partido da República
PR – Presidência da República
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
Rotam – Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas
SNSP – Secretaria Nacional de Segurança
SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos
SSP – Secretaria de Segurança Pública
SSPJ – Secretaria de Segurança Pública e Justiça
Susp – Sistema Único de Segurança Pública
TAT – Teste de Apercepção Temática
TJ-GO – Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

UFG – Universidade Federal de Goiás

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

VPM – Violência policial militar

ZDP – Zona de desenvolvimento próximo

SUMÁRIO

RESUMO.....	ix
RESUMÉ.....	x
ABSTRACT.....	xi
INTRODUÇÃO.....	16
Caminhos da pesquisa.....	21
Estrutura dos capítulos.....	25
CAPÍTULO I – EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA POLICIAL NO BRASIL.....	29
1.1 Sistema burocrático-militar e o problema da obediência.....	44
1.2 Violência policial militar em Goiás.....	60
1.3 Organização das famílias e a resistência à violência de policiais militares....	68
1.4 A ação do Estado e a reação de policiais militares.....	72
CAPÍTULO II – ESTRUTURA SEMÂNTICA DA CONSCIÊNCIA.....	84
2.1 Gênese e desenvolvimento do conceito.....	95
2.2 desenvolvimento do pensamento.....	113
CAPÍTULO III – SOFRIMENTO E RESISTÊNCIA.....	136
3.1 Narração como técnica de investigação.....	138
3.2 Testemunho de dona Zélia.....	140
3.3 Análise da narração.....	143
3.4 Relação tempo-espço no interior da narração.....	144
3.5 A consciência das consciências e o engajamento subordinado.....	148
3.5.1 Travessia.....	182
3.5.2 Engajamento.....	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	205
Dialética do sofrimento ético-político.....	211
Justiça.....	218
Danos Morais.....	219
Joio e Trigo.....	222
Tragédia de destino.....	223
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	225
APÊNDICES.....	233
Apêndice A – Relação de prisões de policiais militares em Goiás no período de 1999 a 2011.....	233
Apêndice B – Síntese dos enunciados de dona Zélia e outros indicadores.....	234
ANEXOS.....	236

Anexo A – Iconografia.....	236
Figura 1 – Cartaz “Campanha de Deúncia contra a Violência Policial”.....	236
Figura 2 – Marca Institucional do Comitê.....	237
Figura 3 – Convite para Acompanhamento do Júri - Caso Azara.....	237
Figura 4 – Reunião de partilha na Casa da Juventude – Goiânia-GO.....	238
Figura 5 – Celebração na Casa da Juventude – Goiânia-GO.....	238
Figura 6 – Reunião de preparação para o lançamento do Comitê.....	239
Figura 7 – Manifestação do Comitê na Praça dos Bandeirantes - Goiânia-GO....	239
Figura 8 – Figura 8 - Evento de lançamento do Comitê em 28 de abril de 2006, na Assembleia Legislativa – Goiânia-GO.....	240
Figura 9 – Reunião com o Ministério Público para registro de denúncia – Goiânia-GO.....	240
Figura 10 – Manchete do Jornal «O Popular», do dia 30 de novembro de 2011.	241
Anexo B – Enunciados de seis integrantes do Comitê, incluindo dona Zélia –	242

INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa o tema da violência policial militar em Goiás, enfatizando o problema do modo como se articulam a experiência de perda de entes queridos em ações violentas de policiais militares e a busca de compreensão de tais eventos com os recursos semânticos presentes na consciência dos que foram vitimados indiretamente em situações de assassinato de pessoas. Nesse problema, torna-se particularmente relevante considerar a relação que se estabelece entre a violência sofrida e seu impacto na subjetividade e na consciência, tanto em termos do modo como o indivíduo, com os recursos conceituais e linguísticos de que dispõe, busca refletir sobre o acontecimento, e o inserir no universo de sua compreensão, quanto ao modo como a comunicação, as narrativas e os diálogos na forma pública, particularmente na forma da linguagem oral (VIGOTSKI, 2001) revelam elementos da configuração da consciência e suas formas motivacionais, subjacentes aos sentidos, aos afetos e à orientação para a ação, no contexto do enfrentamento da violência constitutiva do aparelho repressivo do Estado, e que é legitimada por uma ordem jurídica e política (BENJAMIN, 2011), expressa no interior da formação social brasileira.

O uso da força repressiva pelo Estado, como forma de garantir a ordem política e social, coloca os indivíduos, durante sua existência, virtualmente sob a espreita de um poder de morte. Ao mesmo tempo, a existência do Estado pressupõe, necessariamente, um aparelho repressivo, como condição de garantia da estratificação social, em que no passado como no presente, se revela sempre como o direito-do-mais-forte-sobre-o-mais-fraco. A violência policial, uma forma administrativa, elevada à condição de técnica de controle e vigilância social, é também poder capaz de engendrar e produzir de forma concentrada ou difusa os sentimentos de culpa, medo e terror, o que converte a entidade estatal, para os indivíduos e coletividades, em uma espécie de poder de destino, à medida que regula e administra suas vidas seus eventos vitais fundamentais como o nascimento e a morte. Nesse sentido, o poder de polícia, é capaz de desencadear eventos traumáticos que despertam, no indivíduo e nas coletividades, temas que dizem respeito ao problema da existência, bem como a sentimentos de medo e de esperança acerca do porvir. Pode, portanto, ser considerado técnica de governo que se exerce sobre o corpo e sobre a psique de uma massa de indivíduos e grupos, dos extratos mais baixos de uma coletividade, de forma a preservar uma ordem jurídica que sustenta prestígio, riqueza e poder de uma minoria de privilegiados, justificando seus atos nos marcos da chamada razão de Estado. Apesar da vinculação do poder de polícia a uma

ordem, a experiência cotidiana com os personagens, os símbolos, os rituais litúrgicos da instituição militar, a imagem pública que dão vida, existência e efetividade à noção de ordem que lhe é subjacente em um sistema jurídico e político específico, os programas de TVs que introduzem em cada lar a rotinas da ação policial, os filmes do gênero policial, constroem o que pode ser definido como sua imagem pública. Também o contato cotidiano, face a face, a experiência de observar a ação policial, de sentir e sofrer os efeitos de sua ação destrutiva, podem contribuir para a constituição de um complexo específico¹ (VIGOTSKI, 2001). Esse complexo, por sua vez, pode passar a ocupar a psique do indivíduo, relacionando-se com outros complexos e conceitos que, em conjunto, participam da estruturação semântica da consciência, dando a tônica da relação subjetiva entre a totalidade de *sentidos* [*Smyrls*], cujo influxo pode ser apreendido por meio do conjunto de todas as palavras, frases e conjunto de frases, que o tema suscita no corpo e no psiquismo do indivíduo social. Desse modo, esse poder de morte está vinculado à conformação social dos sentimentos e da sensibilidade na forma de uma divisão social do medo entre as classes.

Essa ideia específica, da divisão social da forma e do conteúdo dos sentimentos, cuja peculiaridade recebe o traço da desigualdade social real, foi enunciada por Marilena Chauí (2006).

No presente estudo, essa ideia força será tomada como base por dois motivos. A primeira, pelo fato de situar nos marcos históricos e sociais e culturais, a conformação dos sentimentos e das sensibilidades, os quais sofrem os efeitos diretos da estrutura social, econômica, política e cultural de uma dada formação social. O segundo motivo, derivado do primeiro, por considerar que a subjetividade correspondente a esta divisão social dos sentimentos e das sensibilidades, individualiza-se sob o impacto dessa inserção social, expressos por seus efeitos na experiência, nas relações e na interação social ocorridas na trajetória de vida das personificações em que se configuram certos sentimentos e sensibilidades.

Com base nessa perspectiva, concebe-se que os integrantes do Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial², que tiveram entes querido assassinado por policiais militares, se

1 Complexo constitui uma comunalidade de imagens, objetos, que se vinculam a uma palavra, sem, entretanto, cumprir os critérios do que define um conceito, como um tipo de conceito não conceitual. Trata-se de um aglomerado de imagens que, se não funcionam como operação lógica, no cotidiano assume a função de eliciar memórias e sentimentos vinculados a elas. São imagens que se acumulam e se consolidam na história individual e coletiva mais ou menos extensa de um grupo (Vigotski, 2001).

2 Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial, doravante Comitê.

Lançado em Goiânia no dia 22 de abril de 2006, o lançamento do Comitê contou com a participação de representantes das seguintes entidades: Casa da Juventude; Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), Promotoria de Justiça do Estado, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Instituto Brasil Central (Ibrace), Departamento de Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal

engajam na dupla tarefa, de efetuar a travessia de uma situação de sofrimento que marca a perda de um ente querido e o processo de enfrentamento da violência policial.

Nesse sentido, tratou-se, fundamentalmente, de apreender o conjunto de fenômenos subjetivos suscitados pela violência policial e expressos por uma ou mais singularidade pertencente a um segmento da população: pessoas das camadas populares que tiveram entes queridos assassinados, como efeito de ações policiais, e que participaram do movimento de organização e fundação do Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial. Tem como centro, mas não exclusivamente, o testemunho de uma mulher e mãe e a rede de relações que foi sendo tecida em torno do enfrentamento da violência policial no estado de Goiás. O problema das transformações que se processam, na esfera da subjetividade social e individual é tratado diretamente, por meio da análise narrativa. O problema do aparelho repressivo do Estado, deduzidos com base em seus desdobramentos diretos ou indiretos na consciência psicológica desses atores, no processo de interação com as personificações institucionais e jurídicas do Estado brasileiro.

Os documentos analisados no presente estudo, forneceram os elementos necessários para reconstituir a trama dos acontecimentos, identificar várias posições no debate sobre o tema e, sobretudo reconstituir a trama subjetiva que fornece indicadores relevantes para apreensão indireta das imagens, tramas e personagens, vinculadas ao tema da violência policial militar em Goiás entre 2000 e 2011. A escolha desse período de tempo deu-se em razão de que cobre um quadro temporal significativo, do ponto de vista da análise das situações de mortes e desaparecimento de pessoas no estado de Goiás. Antes do ano 2000, em se tratando do período democrático-liberal-representativo-formal, não havia grandes repercussões de denúncias de mortes e desaparecimento de pessoas na proporção que se deu no período indicado. Uma comparação realizada pelas instituições de defesa de direitos humanos no Estado e divulgada amplamente pela imprensa local constata que a proporção de mortos e desaparecidos em todo o período democrático formal (1985-2011) ultrapassou em muito o número de desaparecidos em razão de ação policial, de todo o período do regime autocrático-civil-militar mais recente (1964-1984). Esse indicador, por si só, já é suficiente para comprovar que alguma coisa na estrutura repressiva no Estado mudou para pior, considerando-a em rota explícita de colisão com o discurso de cunho democrático. Esse período também foi atravessado por um debate suscitado em decorrência de cada ação de assassinato com desaparecimento ou não do corpo de pessoas, produzido por ação policial,

de Goiás (UFG). Foram divulgados cartazes, camisetas e uma carta de apresentação, espécie de manifesto. Foram também apresentados depoimentos e testemunhos de dor, luta e resistência dos familiares, além de falas de entidades que participam do Comitê, como a Casa da Juventude Pe. Burnier.

que recebeu atenção institucional e midiática, e adentrou a agenda pública. O debate entre atores representantes institucionais, tratava da seguinte questão: há ou não grupo de extermínio organizado no Estado, com participação de policiais? Essa questão atravessou a década e continua, ainda, a despeito de evidências e indícios, marcando uma fratura entre dois grupos: os que dizem sim! Formado, sobretudo, por representantes do Ministério Público estadual e federal, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) da Assembleia Legislativa do estado de Goiás (ALEGO), e os que dizem não! Formados por representantes da Secretaria de Segurança Pública do estado de Goiás, sobretudo, vinculados ao comando da polícia militar. Essa posição também defendida por algumas associações de policiais militares e por policiais militares com mandatos nos legislativos municipal, estadual e federal. Estes últimos, embora não explicitem, ou explicitem mais timidamente na esfera pública, sua censura à pauta de defesa de direitos humanos no Brasil, colocam-se reticentes em relação a ela em termos do *modus operandi* predominante em certos segmentos das instituições policiais no estado.

A despeito da importância desse debate, e dos temas que ele envolve, ele forma, no interior do presente trabalho, o pano de fundo, o contexto em que se evidenciam os processos subjetivos expressos em cada relato, em cada debate, em cada ressuscitação das vozes e dos atores envolvidos na trama subjetiva que conformam os relatos circunscritos ao tema, aos resultados, às repercussões da violência policial sofrida de forma direta ou indireta, por meio da perda de entes queridos, por familiares de mortos e de desaparecidos como efeito de ação policial, integrantes do Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial. Essa trama subjetiva, suas expressões de sofrimento, colocam em última instância o problema das motivações que levam à participação no processo organizativo para o enfrentamento da violência policial no estado de Goiás.

A diferença motivacional, por exemplo, resulta da interpretação retrospectiva do conjunto dos eventos dos quais os depoentes estiveram envolvidos, a chamada tragédia, como em geral designam os eventos que resultaram na perda de entes queridos, a tragédia de destino, a qual supõe a presença de forças que extrapolam o âmbito do controle da ação humana, como forças incontornáveis que determinam o curso dos acontecimentos, ou a tragédia de caráter, que supõe a participação das ações humanas na determinação do curso dos acontecimentos.

Nesse pequeno exemplo, sugerido por um depoimento específico, pode-se identificar estruturas de significação dos acontecimentos relativamente distintas, vinculadas diretamente

ao que Martin-Baró (2001; 2003) definiu como síndrome fatalista. O autor identifica a síndrome fatalista em amplas parcelas da população salvadorenha e latinoamericanas em geral e que se refere a um tipo de pensamento que subtrai toda e qualquer possibilidade de produção de mudanças como resultado de ações humanas, de modo que o fluxo dos acontecimentos são concebidos como seguindo uma ordem extra-humana sobre a qual suas ações não têm impacto nem alcance. Trata-se de uma concepção, há que ressaltar, que não é diferente de algumas concepções filosóficas ou acadêmicas que reduzem toda a esfera dos acontecimentos sócio-históricos, ao plano de uma estrutura. Martin-Baró (1998), concebe que o fatalismo constitui um processo psicossocial que se relaciona ao modo como os indivíduos experimentam suas condições de vida, sendo-lhe característico o conformismo causado e reforçado pelas estruturas opressivas macrosociais, resultando em uma mitificação das forças históricas como natureza divina.

O problema da síndrome fatalista, identificado nas narrativas e enunciados analisados, aponta imediatamente para o problema da consciência, ou mais precisamente, ao modo como ocorrem ou não mudanças estruturais na organização da sua estrutura semântica, bem como da forma com que se conectam as estruturas conceituais e os afetos, em um complexo que pode retroagir e alterar as estruturas, reorganizando também a forma de apreensão da realidade. Este é, em termos gerais, o modelo legado por L. S. Vigotski (2001) para explicar a questão da criatividade, da inovação científica bem como da inovação social. Trata-se, no âmbito da atividade criadora, da destruição de estruturas de generalização e formação de outras, por meio do deslocamento dos complexos/conceitos, de uma estrutura de generalização a outra. Essa concepção, no entanto, esboçada em sua obra mais conhecida, *Pensamento e fala* –, ou *Pensamento e linguagem* (2001) como se convencionou denominá-lo na versão mais difundida dessa obra, a norte-americana. Uma obra necessita do recurso à contextualização histórico-social para se apreender seu potencial germinativo para o presente.

Considerando a relação entre afetividade (afeto e emoção) e participação, um dos componentes constitutivos da consciência, na concepção monista³ de Vigotski (2001), vale ressaltar a ideia presente no emblema do Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial, que sugere, a seu modo, também um processo de mudança de ordem afetiva. Essa sugestão está contida no enunciado: *quando a dor vira resistência*. Esses termos remete à ideia não apenas de mudança, mas de transformação, e transformação, parafraseando Vigotski (2001), para

3 O projeto de uma teoria monista da consciência, presente na obra de Vigotski, inspira-se na obra de Espinosa, que busca superar o dualismo presente na obra de seu contemporâneo: Descartes. O capítulo da obra de Vigotski, sobre as emoções, busca elaborar esse tema sem, contudo, estabelecer um sistema completo de conceitos que sistematize esse intento, porém busca superar as dicotomias entre intelecto e afeto, razão e emoção, objetividade e subjetividade, com recurso ao método dialético.

sugerir o tipo qualitativamente distinto de alterações emocionais propiciadas pelo fenômeno estético, não apenas quantitativa, como na imagem fixada na cultura, do milagre da multiplicação dos pães, mas naquela em que água é transformada em vinho. Trata-se da emoção que não é resquício de uma época arcaica, tendente a desaparecer, mas que consolida aquilo que marca na psique o que é propriamente humano. Destacar que o sofrimento, subjacente ao significado da palavra *dor*, ao *virar*, ou seja, transformar-se em resistência, consiste em uma aposta em um tipo de metamorfose subjetiva, que medeia uma mudança ou, quem sabe, transformações sociais objetivas em uma dada estrutura e conjuntura.

São os termos sugeridos por tais transformações que são tratados no presente estudo, no qual se busca apreender, com base na análise dos documentos, em que medida e em que condições, a dor da perda de um ente querido se converte ou não, para empregar uma terminologia da filosofia do século XVII, em potência de agir ou padecimento e, em que medida, é possível captar nos relatos sobre os acontecimentos e nas *dores* que eles suscitam, algumas dessas tendências. *A tese defendida no presente estudo, sugere que as mudanças nas estruturas de pensamento relaciona-se com os afetos, ou com as ideias dos afetos no contexto de inserção em uma rede organizativa, que generalize a luta iniciada em defesa da justiça e da punição para o ente querido específico, para o âmbito de comunalidades e generalizações do sentimento de preocupação com os outros. A experiência de perda, fornece um sentido especial para a ação, quando o evento imediato suscitado como complexos em torno de algumas palavras, reorganiza sua estrutura de generalização em um padrão de solidariedade genérico.*

Caminhos da pesquisa

Vigotski (1999), ao definir o *método analítico objetivo*, destaca que cada coisa pode ser considerada um microcosmo, cada pessoa um modelo em miniatura, da sociedade ou classe social a que pertence, refletindo-se nela a totalidade das relações sociais. Para o autor “O conhecimento do singular é a chave de toda a psicologia social, de modo que devemos conquistar para a psicologia o direito de considerar o singular, ou seja, o indivíduo como um microcosmo. Como um tipo, como um exemplo ou modelo da sociedade (Vigotski, 1999, p. 368). Com base nesse pressuposto, destaca “a necessidade de definir os limites exatos do princípio geral e com ele o grau de aplicabilidade às diferentes espécies de um determinado gênero” (p. 370). Como exemplo do método analítico-objetivo no estudo do fenômeno estético, Vigotski (2001) buscou analisar “a natureza e os mecanismos de toda reação estética” por meio da análise de uma fábula um romance e uma tragédia, abstraindo de seus traços concretos enquanto gênero e concentrando-se no essencial da reação estética.

No presente estudo, buscou-se analisar o modo como se articulam a experiência de perda de entes queridos e a compreensão de tais eventos, por meio de um percurso metodológico que resultou no acesso a certas expressões gerais, por meio da análise de singularidades. Essas análises foram feitas com base no método reconstrutivo-interpretativo (VIGOTSKI, 1999) que busca reconstruir um fenômeno por meios indiretos, o que se fez com base em dois momentos, que poderão ser apresentados esquematicamente, como se segue.

Primeiro momento:

Reconstituição do cenário histórico-social no período de 2000 a 2011, no qual emerge a denúncia e publicização da violência policial militar em Goiás, a organização da resistência com participação das famílias que tiveram entes queridos assassinados pela polícia, via Comitê, e dos desdobramentos em termos de ações do Estado e reações de policiais militares. Para tanto, recorreu-se a três tipos de fontes. A primeira, constituída por jornais impressos de circulação local (*O Popular, Jornal Daqui e Diário da Manhã*) e nacional (*Folha de S. Paulo*). A segunda fonte, constituída por dossiês de casos de violações de direitos humanos registrados na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO) e também Ata de Audiência Pública realizada em 2 de fevereiro de 2006, promovida pela Comissão Estadual de Direitos Humanos e registrada nos anais da ALEGO, e que teve como tema: “maus tratos, ação policial” (GOIÁS/CDH/ALEGO, 2006). Essa audiência é muito significativa do ponto de vista da resistência, por ter reunido, em um mesmo espaço de discussão, as instituições envolvidas com o tema da violência policial, nas várias esferas de governo, incluindo familiares de mortos e desaparecidos em ação policial que participaram do movimento de organização do Comitê e a representação parlamentar. Nessa audiência familiares fizeram seus depoimentos e reclamaram por justiça. Dos arquivos da CDH-ALEGO também foi consultado relatório sobre violações de direitos humanos publicado em 2012 (GOIÁS/CDH/ALEGO, 2012). A terceira fonte constou de documentos institucionais de domínio público, que permitiram, em conjunto com os já citados, reconstituir alguns marcos do processo de organização do Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial.

O segundo momento da pesquisa consistiu na análise de um conjunto de sete entrevistas com membros fundadores do Comitê contidas nos arquivos de Vieira (2009). A análise da narrativa efetuou-se, primeiramente, por meio de uma abordagem reconstrutiva. Desse conjunto foi escolhida a narração de uma das mulheres que tiveram o filho assassinado por policiais militares, e que revelou uma significância qualitativa para o presente estudo, tais como o posicionamento da narradora escolhida, no processo de organização para o

enfrentamento da violência policial e pelo seu engajamento, pelo contato direto com os algozes de seu filho, e o esforço por proteger sua vida. Finalmente, pelo seu contato com as estruturas administrativas da polícia e do Ministério Público.

Para realizar as análises buscou-se uma leitura do conjunto dos documentos que registram os relatos, diálogos e narrações, buscando identificar o enredo e as relações espaço-temporais, presentes nas narrações, o fluxo do pensamento sugerido pela leitura, o temas relevantes, conforme as técnicas de análise clássica de conteúdo (BARDIN, 2002; BAUER, 2003) orientada pela teoria do pensamento e da linguagem de Vigotski (2001) que busca na expressão verbal elementos que possam indicar a dimensão semântica da consciência e os elementos de significação das palavras e sentidos, que remetem ao conjunto de todos os fenômenos psicológicos suscitados por meio de uma palavra ou enunciado. Para realizar essas análises, além do recurso à análise clássica de conteúdo, como recurso auxiliar, adotou-se também o recurso do chamado método Alceste (IMAGE, 2010), que, pela amplitude de recursos fornecidos ao pesquisador para operar com a análise de grandes volumes de produção verbal, permitiu operar por uma triangulação de procedimentos, paralelo à leitura feita por “imersão” nas produções verbais.

Finalmente, operou-se, para análise de um registro específico, de indicações metodológicas, provenientes do campo da análise narrativa, em geral utilizadas nos estudos denominados de história oral ou história de vida, conforme os apontamentos realizados por Jovchelovich e Bauer (2002). Por meio desses recursos instrumentais buscou-se analisar os conteúdos da narrativa eleita no conjunto dos participantes do Comitê.

Para abordar os relatos, foram tomados como aportes teóricos as reflexões de Vigotski (2001) sobre pensamento e linguagem, sintetizadas no capítulo segundo, nas quais se evidenciam a elaboração de uma teoria da estrutura semântica da consciência e da mediação semiótica. Será destacado, especialmente, o tema da relação pensamento e palavra, e nele, o esboço de uma teoria monista da consciência e da subjetividade, na qual o conceito de sentido comparece como a chave de acesso à análise da formação e dinâmica social da psique criativa, produtiva e não apenas receptora das formas culturais. Dentre os problemas que foram abordados, nesse caso particular, um deles surge particularmente relevante e refere-se a relação que se estabelece entre a violência sofrida e seu impacto na subjetividade e na consciência, tanto em termos do modo como o indivíduo, com os recursos conceituais e linguísticos de que dispõe, busca refletir sobre o acontecimento, e o inserir no universo de sua compreensão, quanto ao modo como a comunicação, as narrativas e os diálogos na forma pública, particularmente na forma da linguagem oral, estruturados em complexos revelam

elementos da configuração da consciência e suas formas motivacionais, subjacentes aos sentidos, aos afetos e à orientação para a ação. Em suma, procura-se apreender como se articulam ação e comunicação, comunicação e pensamento, pensamento e afetos, no processo de resistência à violência policial por familiares de mortos e desaparecidos.

Nesse enquadre específico, permanece uma questão mais abrangente sobre a relação entre subjetividade e política, e nela, o papel que desempenham as emoções (o medo, o sentimento de solidariedade, a esperança, o sentimento de injustiça, de reconhecimento, o sentimento de impunidade e humilhação, dentre tantos outros) na passagem expressa no sugestivo emblema: *quando a dor vira resistência*. A análise dos documentos suscitou o problema da relação entre subjetividade e política, então convertida, em uma interrogação: Em que condições o sofrimento traduz-se em formas ativas de resistência a atos arbitrários de agentes do aparelho repressivo do Estado?

A exposição de relatos de experiências e nelas as narrações dos acontecimentos podem ser tidos tanto como uma forma de avaliar, por meios indiretos, os termos em que se expressam as *dores*, quanto das possibilidades de os narradores participarem, ou não, de processo e de formas ativas de resistência. A pressuposição da passagem do sofrimento desencadeado por uma situação de perda passa por uma mediação fundamental, qual seja, do *sentido*, tanto do sofrimento experienciado, quanto da orientação para a ação, ou seja, dos nexos estabelecidos entre as fontes pressupostas como causadoras do sofrimento experienciado e as estratégias buscadas para fazer frente ou não a essas fontes de sofrimento, já que ele nunca se dá sem mediações específicas, reduzindo ou aumentando a capacidade de fazer frente às fontes identificadas e reconhecidas desse mesmo sofrimento. É necessário considerar, portanto, não apenas a dimensão objetiva das cadeias de violência em ato, nas quais estão submetidos os sujeitos, mas, sobretudo, a sua experiência, isto é, a forma como o ato concreto de destruição afeta a dimensão subjetiva, produzindo sentidos e motivando ações na direção da subalternidade ou da autonomia, na forma da capacidade de mobilizar recursos materiais e organizativos, vínculos comunitários e associativos para se fazer frente a tais práticas.

Os nexos que fazem a mediação entre a dimensão objetiva da violência em ato, as cadeias de sofrimento desencadeadas por ela e o modo como essa experiência é introduzida em um sistema imaginário, é compreendido por Vigotski (2001) como forma complexa de atividade psíquica, que se desenvolve como efeito da aquisição da linguagem, da escolarização e da formação de conceitos⁴, presentes no processo de constituição dos

⁴Em *A imaginação e seu desenvolvimento na idade infantil*, Vigotski (2001) destaca: “as possibilidades de atuar com liberdade, que surgem na consciência do homem estão estreitamente ligadas a imaginação” (p. 438).

significados das palavras, podem ser deduzidos da produção simbólica derivada da narração da experiência da violência sofrida. Ademais, narrar uma tal experiência, e a tornar pública, é um passo importante, para sair do isolamento e do sofrimento privado, tanto relativo ao privado doméstico, em oposição ao público, quanto do privado subjetivo, em termos do discurso (ou diálogo) interior, ou seja, do pensamento verbal, tal como indicado por L. S. Vigotski (2001), para a objetivação da atividade comunicativa. Assim, é necessário precisar que, do ponto de vista do privado subjetivo, que é uma subjetividade constituída socialmente, ou seja, uma subjetividade social, a passagem do pensamento verbal privado para a atividade comunicativa ocorre tanto por meio da passagem do discurso interior para o exterior, na esfera privada doméstica, quanto na esfera pública. Também será tratado o conceito de *sentido* (Smysl – смысл), concebido como a chave para uma teoria da *estrutura semântica da consciência* (smyslovoe stroenie – soznaniia – мысловое строение сознания). Trata-se de um conceito que, a rigor, como demonstram estudos efetuados com base nos arquivos da família Vigotski (ZAVERSHNEVA, 2010a; 2010b), compõe a arquitetura de uma teoria monista da consciência. Ao mesmo tempo, é também um dos conceitos que menos tem recebido atenção, no espectro dos estudos da obra do autor russo, afirmação com seu teor de verdade, se referida ao espectro mais geral da difusão e recepção da obra do autor russo no mundo, embora possa ser relativizada nos círculos latinoamericanos e, sobretudo, em alguns núcleos de pesquisa brasileiros (LANE, 1995; SAWAIA, 1999; NAMURA, 2003; GONZALEZ REY, 2001; 2004)⁵.

Estrutura dos capítulos

Para estruturar a argumentação em favor desta tese, a presente exposição foi organizada em três capítulos.

O primeiro capítulo – Panorama sócio-histórico das expressões da violência policial – tem como eixo norteador a construção de um quadro mais amplo de compreensão da violência policial, porque o próprio ato de colocá-la em questão remete imediatamente para o problema do Estado. Benjamim em *Para uma crítica da violência* (2011), destaca que, realizando-se a crítica à pena de morte, atinge-se em cheio e diretamente o fundamento que sustenta o sistema jurídico-político inteiro, ou seja, em se tratando do caso brasileiro, uma ordem estruturada na díade privilégio-carência. O discurso lógico-filosófico, tanto jusnaturalista, quanto contratualista de tipo hobbesiano, é incapaz de preencher essa fratura

⁵ A categoria *sentido* adotada pelo Núcleo de Estudos Psicossociais da Dialética Exclusão-Inclusão (Nexin), como aquela que possibilita superação de dicotomias estabelecidas entre razão-emoção, objetividade-subjetividade, internalidade-externalidade, dentre outras.

imane a todo sistema jurídico-político, mas apenas fornece argumentos que justificam o poder de morte subjacente à noção de monopólio do direito legítimo do uso da força-violência-poder, em favor do Estado e em desfavor da violência privada que ameaça esse monopólio, ou seja, como violência conservadora de uma ordem. Esta é premissa que guia o capítulo, embora não adentre argumentativamente nesse campo, senão com breves sinalizações. Nesse capítulo, apontam-se alguns pressupostos de ordem social, econômico, político e cultural, que formam um quadro e um contexto dos efeitos de morte e vida severinas resultantes da ação policial. A sua especificidade, no entanto, é a reconstituição, com base em informações de jornais impressos, de circulação local e nacional, bem como de documentos institucionais, relatórios das comissões de direitos humanos local, nacional e internacional, que acompanharam o problema da violência policial em Goiás nos onze anos cobertos pela pesquisa.

Nesse capítulo afirma-se que, o que se convencionou chamar, no debate público sobre o tema no estado de Goiás, execução sumária, constitui o produto de uma organização de determinado segmento de policiais militares, que formam, os denominados grupos de extermínio. Seus fundamentos de base encontram-se nos fenômenos de grupo e estamento, nos valores padrões que conjugam a díade hierarquia-obediência, ou seja, os dois pilares que sustentam o edifício da instituição militar, embora não seja algo que lhe é exclusivo.

Os segmentos que sustentam a permanência e funcionamento desses grupos, no período analisado, envolvem parte do comando da corporação e sua sustentação permeia o poder estatal. A prática de ocultação de cadáveres, suavemente denominada desaparecimento, é uma estratégia que contribui para a manutenção da impunidade. Desse detalhe inscrito nas práticas desses grupos, identificam-se precisamente aquilo que Benjamin (2011) define como o fundamento do poder estatal. Ao promover o desaparecimento de pessoas, quais são os fundamentos dessa prática, há que se perguntar, e a resposta chega naturalmente. Trata-se de uma prática regulada estritamente pelas premissas legais, ou seja, promover o desaparecimento de pessoas mostra, primeiramente, conhecimento de um aspecto da legislação penal relativa a crimes de homicídio, e que é explícita: *sem cadáver não há crime de homicídio*. Essa orientação entranhada nas práticas de desaparecimento de pessoas, em seu conjunto são estritamente reguladas pelo sistema jurídico-político, não pelo direito, mas pelo seu avesso, não pela regra mas pela exceção a ela. As implicações dessa análise, no entanto, interrompe-se em determinado ponto, já que, estritamente falando, não são objeto do presente estudo, que os trata apenas indiretamente, por meio dos efeitos específicos sobre a consciência e o psiquismo dos que foram reduzidos direta ou indiretamente à condição de matéria

humana, pela violência administrativa, pela força que transforma barbárie em diversão: “era uma vez um homem, já não é mais”.

O segundo capítulo – Estrutura Semântica da Consciência – busca aprofundar alguns conceitos relativos à teoria da estrutura semântica da consciência de L. S. Vigotski. O centro dessa busca de aprofundamento é dado pela sua obra, *Pensamento e linguagem* (2001). Como a própria composição dessa obra segue caminhos intrincados, ligados ao contexto da União Soviética dos anos 1930, alguns apontamentos históricos são indispensáveis. Esses são feitos com base sobretudo nos estudos de Van der Veer e Valsiner (2009) bem como em publicações mais recentes referente a pesquisas nos arquivos da família Vigotski (ZAVERSHNEVA, 2010a; 2010b). O objetivo desse capítulo é fornecer os conceitos e as premissas para a análise dos casos, já que consiste em uma teoria da consciência, cuja linguagem ocupa um papel significativo no processo de sua constituição, embora, deve-se ressaltar, a experiência e o seu substrato afetivo-volitivo, não se restringem a um mero fenômeno linguístico, nos termos da linguística clássica, mas é constitutiva da vocalização como elemento que acompanha a transformação dos seres que fazem de sua atividade vital o objeto de sua consciência. Como não há consciência sem emoção, como destaca Vigotski (2001), está contido na psique humana o tripé consciência, sentimento e vontade, acrescido da definição de que o sentido [Smyrl] é da ordem da vida. Indica, ainda, que o pensamento não nasce de outro pensamento, mas da própria condição de vida, o que assegura o dinamismo da significação e fundamentam a própria distinção entre significado [Znachenie] e sentido [Smyrl]. A expectativa geral que anima esse capítulo, é que, colocado diante dos problemas a que se nos dedicamos, possa-se abrir um campo para colocar em cena as potencialidades e os limites desse aporte teórico.

O terceiro capítulo – Sofrimento e resistência – chega ao cerne do problema: a relação entre o sentir, o pensar e o agir, mediada pela constituição de estruturas semânticas presentes na psique humana. Destacam-se os registros documentais de relatos dos acontecimentos traumáticos vividos por uma mãe que teve o filho assassinado em ação policial no estado de Goiás. Seguindo a trilha de reconstituição dos acontecimentos que redundaram na perda do filho, nas expressões afetivas correspondentes, nos personagens que são ressuscitados pela palavra, no tipo de ações realizadas, buscam-se indicadores indiretos da relação entre estrutura de generalização, expressões de sofrimento e de ação. Pretende-se apreender os sentidos subjacentes às palavras, ou mais especificamente, após acumular o máximo de palavras, deduzir de seu conjunto o universo dos sentidos, inscritos na subjetividade sugerida, nos limites dos documentos analisados. As análises revelam que a violência policial, é concebida nos marcos de uma ordem de destino, por meio da qual a

experiência de perda do filho, é concebida como resultante de fatores supra-humanos. O Estado, na sua manifestação repressiva, é concebido como uma forma de violência mítica, que produz a culpa, ligados a valores, concepções de mundo, e léxicos do mundo jurídico e religioso. Nas considerações finais, busca-se recompor as categorias e conceitos oriundos das análises realizadas. São discutidas algumas especificidades da narrativa analisada, seus limites e potencialidades para apreender a unidade de pensamento, afetividade e atividade, em cenários histórico-sociais determinados.

CAPÍTULO I

EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA POLICIAL NO BRASIL

No presente capítulo, pretende-se apresentar algumas informações de caráter histórico, social, econômico, político e cultural, acerca da formação social brasileira dos anos 1990 a 2000. Essas informações têm como objetivo indicar elementos para contextualização do problema da violência policial militar no estado de Goiás, durante esse período. O eixo dessa reconstituição considera três temas inter-relacionados. O primeiro destaca a formação de grupos de extermínio em Goiás, vinculados ao problema das chamadas execuções sumárias, que ocuparam a agenda pública e midiática com notícias, rumores, suspeitas e mais, com participação de policiais militares em seu núcleo organizativo. O segundo tema assinala o processo e organização de familiares de vítimas de violência, as denúncias e as múltiplas formas de resistência e enfrentamento dessa forma de violência. O terceiro tema considera as ações e reações do Estado em seus dois padrões clássicos de atuação: repressão e a busca do consenso, com destaque para atores que figuram nesse período na representação dos poderes e das forças a eles vinculados. Realiza também comentário de algumas obras que tem como centro de suas discussões, o problema da violência oriunda do aparato estatal relacionados com o duplo tema subjetividade-e-cultura, ligados à questão da adesão a ideologias autoritárias, o problema da burocracia e da obediência subjacente ao problema da violência policial como modalidade de atos de Estado. Esse capítulo não se propõe aprofundar nesses temas específicos, que extrapolam os limites do presente estudo, mas apenas construir alguns anteparos que possam evitar análises e julgamentos simplistas sobre o problema da violência policial militar.

No processo de exposição dos temas, vale destacar que, nem sempre as palavras que enunciam a argumentação assumem uma pureza conceitual como ocorre, por exemplo, com os conceitos matemáticos de um tipo euclidiano, como é próprio do uso cotidiano das palavras (Vigotski, 2001) em relação ao conjunto de fenômenos a que elas se referem, tal como ocorre no tipo de fonte documental em que se fundamenta a presente exposição. Nessa esfera da realidade, em que os significados e os sentidos das palavras alteram-se segundo o uso e o contexto em que são pronunciadas, escritas, pensadas, imaginadas, nessa esfera em que se vive e onde se morre, nem sempre, ou quase nunca, os conceitos possuem a pureza característica dos conceitos matemáticos. Não obstante, há que se considerar que eles enunciam realidades na esfera dos acontecimentos e suas doutrinas correspondentes, nas quais

se situam as denominadas ciências humanas, e assim efetuam-se no ato comunicativo próprio de uma exposição. Portanto, os conceitos apresentados seguirão a dinâmica da exposição.

Primeiramente, acerca do tema da formação de grupos de extermínio e da prática de execuções sumárias, não há propriamente conceitos no sentido enunciado, mas emblemas forjados há não muito tempo, para explicitar as faces da barbárie que se instalou na rotina noticiosa no cenário do capitalismo tardio. Os termos, no entanto, já receberam outras conotações.

Ao discutir o tema da chamada justiça de transição no mundo, em seu livro, *Verdades inomináveis*, Hayner (2008, p. 28), estabelece uma comparação entre o *modus operandi* das forças de repressão na África do Sul e nos países da América Latina. Para a autora, a análise de “organismos oficiais instituídos para investigar e informar as violações de direitos humanos”, as chamadas comissões da verdade, em ambos os continentes, sugerem haver uma diferença no modo como se deram essas violações na África do Sul e em países da América Latina. Ela afirma que desaparecer os militantes políticos, “sequestrá-los para acabar por matá-los e livrar-se de seu corpo sem deixar rastros” (HAYNER, 2008, p. 28; tradução livre) era uma prática difusa nos países da América Latina, o que não ocorria comumente na África do Sul no período do *apartheid*.

Nesse país, havia um modo de agir pouco usual das forças da repressão, razão pela qual, o desaparecimento de um militante havia chamado muito a atenção pública à época. Ela assim se expressa: “houve uma investigação oficial quando desapareceram, e a polícia se negou energicamente a reconhecer que conhecia seu paradeiro. Sua sorte só pôde revelar-se depois do trabalho da comissão da verdade e da reconciliação da África do Sul” (HAYNER, 2008, p. 28; tradução livre). A autora aposta que havia um padrão relativamente distinto nas formas em que ocorriam as violências antes dos períodos ditos de transição no *apartheid*, comparativamente ao período similar nas autocracias latinoamericanas. Para Hayner (2008), na América Latina, produzir o desaparecimento de pessoas era algo amplamente difundido, ao contrário do que ocorrera no período do regime de *apartheid*, na África do Sul¹. A América Latina, conforme aponta Hayner (2008), é caracterizada por ter consolidado uma prática na esfera das instituições repressivas, relativamente difusas, de assassinatos seguidos de desaparecimento do corpo com impacto significativo na forma e no conteúdo do sofrimento ético-político que, segundo Sawaia (1999), qualifica a forma do sofrimento vivenciado pelos familiares das vidas interrompidas.

¹ Não se quer, absolutamente, afirmar que haja um horror maior em um país, ou menor em outro, ou mesmo se fosse possível comparar horrores, o que seria um sacrilégio. Vale dizer, que o horror se expressa de muitas maneiras.

O contexto da exposição de Hayner (2008) refere-se ao dilema presente no processo de transição formal de regimes autoritários para regimes democráticos. Mais especificamente, trata-se do dilema que se coloca diante de uma população profundamente marcada por horrores, como os vividos durante a guerra de doze anos em El Salvador, de janeiro de 1980 a julho de 1991, em que 60% das denúncias de violações de direitos humanos referiam-se a execuções extrajudiciais, 25%, a desaparecimento forçado, 20%, a denúncias de torturas, em que 85% dos casos foram atribuídos a agentes do Estado, grupos paramilitares a ele e aos esquadrões da morte (ONU, 1992, p. 41). Apesar da afirmação de Hayner (2008), de que o volume de desaparecimento de pessoas no período do regime de *apartheid* não era a prática de horror mais usual o relatório da Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul (SOUTH AFRICA, 1998), volume 6, seção, 4 capítulo 1, apresenta uma listagem com 471 nomes de pessoas em situação de sequestro (abdução) e desaparecimento.

Esse *modus operandi* indicado sugere certa rotinização da produção de mortes e desaparecimento de pessoas no período mais recente de exceção na América Latina, analisado por Heyne (2008), e a permanência no presente de estruturas de outrora, em plena vigência, embora a sua extensão seja de difícil ponderação, um problema histórico apresenta-se sempre que o horror e a barbárie alcançam proporções mais ou menos generalizadas. A recorrência de denúncias de mortes e desaparecimentos de pessoas que envolvem agentes da repressão constituem indicadores da permanência daquelas estruturas. Portanto, identificar indícios dessa prática no aparato estatal brasileiro consiste em colocar em debate o que há de verdadeiro ou de ficção na afirmação de uma transição democrática e nos próprios limites da democracia, ou, qual o teor de verdade que certas ficções podem evidenciar? Em suma, como tais práticas, com os rastros que elas insinuam, seus símbolos e ritos, embora envoltos em novos discursos, se perpetuam em novas roupagens e de que forma se estruturam e se reproduzem no interior da vida social como prática corrente?

Desta forma, pode-se indicar a formação de grupos ditos paramilitares, identificados como os esquadrões da morte, também em um marco de uma cultura de ordem autocrática difusa, na realidade atual, vinculada à manutenção da ordem. Dentre as mudanças nos discursos, que representam essas heranças, podem ser consideradas algumas regras de linguagens (ARENDR, 1999), que acompanham sua definição. Tornadas algo difusas, além dos círculos da máquina burocrática repressiva, eram definidos como assassinatos seguidos de destruição dos corpos ou ocultação de cadáveres, nos dias atuais, seguindo a definição utilizada em tratados e relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre o tema, e divulgados pelos meios de comunicação como desaparecimento forçado ou desaparecimento

após abordagem policial. Os esquadrões da morte (ONU, 1992), grupos paramilitares que atuavam com o consentimento da ordem estabelecida, são atualmente designados como esquadrões de execução, como denominou a imprensa em um determinado momento histórico, ou grupos de extermínio. Para utilizar termos adotados por Simone Weil (1996), transformam o que é objeto dessas ações, em matéria passiva nas mãos de uma burocracia militar.

Na década de 1990, o tema esquadrões da morte foi objeto de relatório produzido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA/CIDH, 1997), o qual apresenta recomendações ao governo brasileiro sobre o tema. Este relatório destaca que “as forças de segurança brasileiras foram repetidamente acusadas de violar de maneira sistemática os direitos das pessoas e de que há um sistema que assegura a impunidade dessas violações” (OEA/CIDH, 1997, s. p.). O relatório trata da violência e impunidade policial, dos esquadrões da morte, e apresentou seus antecedentes, composição e estados em que foram identificados esses grupos até aquele momento². O relatório aponta serem esses grupos “estabelecidos por antigos oficiais da polícia a fim de combater o crime”, acrescentando que eles remontavam aos anos 1950, quando seus membros eram popularmente conhecidos como justiceiros (OEA/CIDH, 1997, s. p.). Nos anos 1980, muitos desses grupos foram denunciados por organizações de defesa de direitos humanos e foram objeto de pesquisa conjunta do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e o Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP). A pesquisa resultou na obra *Vidas silenciadas: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil* (MNMMR, 1991).

Nos anos de 1986 e 1987, paralelamente à participação no processo constituinte, o MNMMR “denunciava o crescimento assustador do índice de prisões ilegais, torturas e assassinatos de crianças e adolescentes em todo o país” (MNMMR, 1991, p. 14), além de uma série de outras iniciativas, visando intervir na esfera pública, buscando levantar informações sobre assassinatos de crianças e adolescentes na Baixada Fluminense e em Volta Redonda (1988), que “comprovaram a morte de 306 crianças e adolescentes” (MNMMR, p. 15), suscitando uma série de intervenções e denúncias públicas de atuação de grupos de extermínio nas mortes de crianças e adolescentes. Em um dos casos que geraram intervenções públicas para coibir violações de direitos humanos contra crianças e adolescentes, praticadas por grupos de extermínio, havia um cartaz colocado ao lado do corpo de Patrício Hilário, de nove

² Rio de Janeiro, 15 grupos, Pernambuco, 30 grupos, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Acre, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Pará, Sergipe, dentre outros.

anos de idade, encontrado jogado em uma rua do bairro de Ipanema no Rio de Janeiro, em 1989. Dizia o cartaz: “matei você porque não estudava e não tinha futuro... o governo não pode deixar que as ruas da cidade sejam invadidas por menores” (MNMMR, 1991, p. 16). A mensagem evidencia algumas crenças e valores sociais utilizados como justificativa pública para o cometimento do assassinato, e que expressa certas noções presentes entre os integrantes desses grupos. O relatório da pesquisa que originou a publicação da obra *Vidas em risco* (1991), suscitou a divulgação, pelo escritório da seção britânica da Anistia Internacional, em diferentes jornais ingleses, da seguinte manchete: “O Brasil já encontrou a forma de tirar suas crianças da rua: matando-as” (MNMMR, 1991, p. 19). Esse informe que provocou reação das instituições da República brasileira acerca dos grupos de extermínio que atuavam no momento mesmo de passagem formal do regime de exceção para o regime democrático. O relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA, 1997), ao tratar do problema da violência policial no Brasil é, em grande parte informado pela inclusão na agenda pública nacional, de denúncias de violações dessa ordem pelos movimentos de defesa de direitos. Segundo o movimento de defesa de direitos, o constrangimento público é uma de suas formas típicas de enfrentamentos.

Em relação ao capítulo que trata da organização policial, a “Violência policial [esquadrões da morte], a impunidade e o foro privativo militar da polícia”, o relatório da CIDH da OEA (1997), apresenta um certo estranhamento quanto à existência, no Brasil, de uma polícia civil e uma militar. Esta última, segundo o relatório, estaria cumprindo “tarefas próprias das polícias civis típicas, subordinando-se diretamente ao poder executivo [e] não é uma força interna do aparato militar nacional” (OEA/CIDH, 1997, s. p.). As aspas adotadas no relatório sempre que mencionam ao termo militar para identificar a força de segurança responsável pelo policiamento ostensivo diante dos olhos dos relatores da OEA, justificam-se por apresentarem uma ambiguidade, já que, no cenário internacional, se utiliza o termo militar para indicar as forças armadas e seus integrantes.

Assim, o relatório destaca aspectos importantes da questão dos mortos e desaparecidos após intervenção policial, como o despertar de uma tradição militar que vive no cotidiano das relações entre os agentes da força de repressão – um grupo em que persiste uma lógica de estruturação e funcionamento relativamente própria e estável – e no qual é muito forte a visão sobre um nós militares, em oposição a um eles, civis em geral.

Importa considerar os aspectos elencados no relatório para tentar identificar o modo como essa tradição, subtendida em uma vinculação dual, respectivamente às forças armadas por meio dos institutos e foros jurídicos, e, administrativamente, ao poder executivo estadual.

Esses aspectos mostram a centralidade da violência policial sobre a fração populacional miserabilizada³, que habita áreas estigmatizadas das metrópoles e regiões metropolitanas das grandes cidades e capitais.

O mencionado Relatório da Comissão Internacional de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (1997, s. p.) refere-se genericamente a denúncias apresentadas por órgãos governamentais, pela imprensa e organizações não governamentais, sobre a atuação violenta das polícias estaduais, especialmente a militar, tanto no exercício de suas funções como fora dele. Destaca ainda que o argumento comumente utilizado pelas direções das polícias militares sobre as acusações que lhes eram feitas em relação às múltiplas mortes enfatiza que ocorreram em legítima defesa ou no “estrito cumprimento do dever”. A despeito dessas justificativas, o mesmo relatório afirma que havia provas de que a reação da polícia brasileira, via de regra, não apenas excedia os limites do legal e regulamentar, mas “em muitos casos, os policiais [militares] usam seu poder, organização e armamento para atividades ilegais”. O relatório apresenta dados parciais do ano de 1994, em que ocorreram 6.494 homicídios em quatorze estados brasileiros, dos quais 8% foram atribuídos a policiais militares, representando, aproximadamente, 260 homicídios. Só Alagoas registrava 17% dos homicídios. Também em estados como Amazonas, Amapá, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul entre 6% e 9% dos assassinados foram de autoria de policiais militares. Nos estados de Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe, o índice era de 5% ou menos (OEA/CIDH, 1997).

O relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA/CIDH, 1997, s. p.), destaca ainda que, no estado de Pernambuco, no período de janeiro de 1994 a outubro de 1995, registraram-se, 1.176 homicídios, e 215 (18,3%) foram atribuídos a policiais militares, e outros 154 (13,1%) a membros de grupos de extermínio em “execuções sumárias”, contando, também, com a

3 Loic Wacquant (2000) utilizou o termo *subproletariado* para designar as parcelas da classe trabalhadora – entendidas como classe estrutural no interior do capitalismo – que resultaram como efeitos das políticas de ajustes de cunho neoliberais. Ele faz uma referência ao conceito de *pós-welfare*, termo cunhado pelo politólogo neoconservador norte-americano, Lawrence Mead (1943 –), para identificar como se configura a ideia de um estado penal para o subproletariado. O subproletariado, em sua expressão na década de 1990, resulta, conforme Wacquant (2000), do efeito histórico-social direto do desemprego estrutural e da precarização do mundo do trabalho. Dentre as características mais relevantes indicadas por Wacquant (2000), destacam-se a flexibilização das condições de despedimento nos postos de trabalho, a corrosão dos direitos trabalhistas conquistados nos séculos anteriores, em todas as latitudes, por força das lutas organizada dos trabalhadores e das trabalhadoras, e o alargamento e a ampliação das condições de exploração da mão de obra. Os dois efeitos mais nítidos resultantes dos chamados ajustes neoliberais analisados por Wacquant (2000) consistem no emblema, cunhado por ele, de uma passagem do *Estado providência* para o *Estado penal*. O subproletariado constituiu, portanto, a parcela da população submetida às condições de subemprego e, em muitos casos, e incluída na categoria dos chamados “inimpregáveis”. Em relação ao termo *miserabilizados*, pretende-se destacar o caráter de *despossessão* com a desqualificação social que a acompanha.

“participação de membros da polícia militar estadual que mataram, inclusive adolescentes e crianças” (OEA/CIDH, 1997, s. p.). Essas considerações indicam que há mais continuidade do que ruptura nas estruturas que sustentam um padrão repressivo que remonta ao período recente da autocracia militar, o que vale dizer que permanece o Estado de exceção, tal como vigorou no após 1964, qual seja um “Estado arbitrário, que viola as suas próprias leis, denominado eufemisticamente de Estado de exceção que na realidade, se transformou em regra, em Estado de exceção permanente” (GERMANO, 2000, p. 23).

Destaca-se, no entanto, que a exaustão da ditadura militar, no Brasil nos meados da década de 1980, foi resultado, sobretudo, de embates da classe trabalhadora organizada. Essa organização atingiu maior expressão nas greves do chamado ABC paulista (Santo André, São Bernardo e São Caetano) e dos trabalhadores nos serviços públicos, no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que foram decisivos para a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Florestan Fernandes (1994) considera que o processo de desmantelamento da ditadura militar deu-se de *baixo* para *cima*, em um contexto favorável, em virtude da insatisfação da população com a espoliação dos trabalhadores e o agravamento de suas condições de trabalho. Para o autor, muita contradição que a burguesia enfrenta na atualidade, vêm sendo acumuladas ao longo do tempo. A nova Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é o resultado da correlação de forças no movimento da luta de classes.

No entanto, se os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais dos 21 anos de vigência do regime autocrático, de um lado, convergiram, para a conservação do *statu quo*, nos dias atuais. A presença do Estado de exceção (Germano, 2000) de outro lado, marcou a redemocratização da sociedade, nos anos 1980. Contraditoriamente, a Constituição cidadã (BRASIL, 1988) absorveu muitos aspectos dos princípios emanados da Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas os dispositivos da Doutrina da Segurança Nacional permaneceram inalterados no que refere, dentre outros dispositivos, à legislação sobre a organização policial⁴, a qual estabelece que as polícias militares constituem forças auxiliares

4 A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) destaca que cabe à União e aos estados organizarem, garantirem e exercerem a segurança pública. Para tanto, a União dispõe de uma Polícia Federal (PF), no âmbito dos estados, uma polícia civil (PC) e uma polícia militar (PM). A PF subordina-se ao Ministério da Justiça e atua em todo o território nacional. As polícias civil e militar submetem-se aos Estados, respectivamente às Secretarias de Segurança Pública (SSPs) e aos respectivos governadores. A alínea d do parágrafo VII, artigo 144 da Emenda Constitucional nº 7, de 13 de abril de 1977 (BRASIL, 1988) – que trata dos tribunais e juízes estaduais – assinala: “justiça militar estadual, constituída em primeira instância pelos Conselhos de Justiça, e, em segunda, pelo próprio Tribunal de Justiça, com competência para processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os integrantes das policias militares”. Depois de muitas tentativas de retirar o foro privilegiado para julgamento de crimes praticados por militares, em agosto de 1996, foi aprovado um projeto substitutivo ao apresentado pelo então deputado Helio Bicudo, que alterou o Código de Processo Penal Militar – Decretos leis nºs 1.001 e 1.002, de 21 de outubro de 1969. Acrescentou-se, no primeiro caso, um parágrafo único ao artigo 9º que destaca: “os

e de reserva do exército brasileiro, para efeito de “assegurar a ordem pública e a paz social ameaçadas”, embora sejam, ao mesmo tempo, formalmente subordinadas ao governador de cada Estado⁵ (BRASIL, 1988).

A função de assegurar a ordem pública e a paz social ameaçadas, consideradas função das forças policiais militares, trata o poder de polícia como uma medida técnica, voltada para contenção repressiva dos conflitos que emergem necessariamente, em razão do antagonismo resultante da fratura social estrutural entre dois grupos fundamentais: produtores e proprietários. Nessa perspectiva, qualquer manifestação desses conflitos é concebida como uma ameaça a ser contida, em última instância, com recurso técnico da força policial. Fundamentam-se em uma concepção liberal de democracia, conforme definição de Chauí (2012), o regime da lei e da ordem voltado para garantia das liberdades individuais. Essas liberdades, do ponto de vista liberal, coincide com ausência de obstáculos à competição, significando que, primeiramente, a liberdade se reduz à competição econômica da chamada “livre iniciativa”, no plano econômico e, no plano político, competição entre partidos que disputam eleições.

A lei fica reduzida à potência judiciária, para limitar o poder político, defender a sociedade contra a tirania e garantir, por meio das leis, o poder dos escolhidos pela vontade da maioria. Significa também, continua Chauí (2012), que se identificam ordem e potência dos poderes executivo e judiciário para conter conflitos sociais, impedir sua explicitação e desenvolvimento, em geral, com recurso à repressão. Nessa perspectiva, a corporação policial,

crimes de que trata este artigo, quando dolosos, contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum”. No segundo caso, o artigo 82 mantém o foro privilegiado ou excepcional da justiça militar: “o foro militar é especial, e exceto nos crimes dolosos contra a vida praticados contra civil, a ele estão sujeitos, em tempo de paz”. O parágrafo segundo dispõe: “nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à justiça comum”. Após a aprovação de foro privilegiado para os julgamentos de militares, um dos motivos apontados pela CIDH da OEA como um dos elementos estruturais que sustentam a violência policial, Helio Bicudo apresentou o projeto de Lei nº 2190, em 1º de agosto de 1996 propondo alteração dos mesmos decretos de nº 1001 e 1002 citados anteriormente, propondo a seguinte redação: “Parágrafo único – Os oficiais das polícias dos Estados no exercício de funções de policiamento, não são considerados militares para efeito penais, sendo competente a justiça comum para processar e julgar os crimes cometidos por ou *contra* eles” [Projeto de Lei n 2.190, de 1996 do deputado Hélio Bicudo e outros. *Diário da Câmara dos Deputados*, Quinta-feira, 1º ago. 1996, 21550. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01AGO1996.PDF#page%3D1>> acesso em: 01 set. 2012.]

5 A prerrogativa de forças auxiliares do exército para assegurar a ordem pública e a paz social ameaçadas é normatizada por meio do artigo 144, parágrafo 6º, e artigo 42 da CF. Aos olhos de organizações internacionais, como a OEA, a existência de uma polícia denominada *militar*, que cumpre atividades típicas de policiamento civil, como ocorre em muitos países, constitui algo atípico, já que, via de regra, o termo “militar” ou *military* refere-se às características ou aos membros das forças armadas. As forças armadas, por sua vez, estão subordinadas aos chefes de Estado, em cada país. Nesse sentido, diz-se, por exemplo, operação militar [*military operation*] para designar uma ação de guerra. *Military* pode também designar membros das forças armadas de um país, que atuam nos planos nacional e subordinadas, em última instância, ao presidente da República. Com base nessa designação pode-se afirmar que a polícia militar nos estados, embora formalmente subordinadas aos governadores e secretários de segurança pública, constitucionalmente representam forças do Exército presentes em cada estado.

especialmente a militar (como outras no plano do poder executivo), é compreendida como instituição administrativa dirigida por uma elite de técnicos – representados pelos vários extratos da hierarquia militar – ditos competentes, para que ela opere, por mandato ou decreto, em situações de conflitos e garantindo, sobretudo, a propriedade privada e os valores da ordem liberal. Nesse sentido, conflitos formam-se, dentro e fora da hierarquia militar, no poder executivo, um modelo de democracia que se limita a garantir a administração de muitos por poucos. Com esses princípios, a violência policial militar cumpre um papel técnico, de garantia da ordem social liberal, por meio da vigilância, da punição e da produção da culpa.

Nos anos 1990, as reformas do Estado, mantendo inalteradas as estruturas do aparato repressivo militar, herdadas do período ditatorial (ZAVERRUCHA, 2010; BERCOVICI, 2010), introduziram o modelo denominado neoliberal que visa, fundamentalmente, reduzir a participação direta do Estado na economia, por meio de empresas estatais, e oferta do Estado, de suporte administrativo e legal, para oferecer plena liberdade ao capital no processo de exploração do trabalho. Nesse período, atendendo às demandas do capital financeiro internacional, os governos eleitos pelo voto direto, dentre outras medidas, privatizaram empresas estatais de prestação de serviços públicos, como telefonia, energia elétrica, estradas de ferro e rodovias (SINGER, 1999). Um dos efeitos desse processo, conforme destaca Singer (1999), implicou a abertura do mercado para produtos importados, sobretudo de países asiáticos, produzindo um efeito cascata, em que o aumento da concorrência econômica externa, provocou queda dos preços dos produtos, choque na indústria local, resultando, por sua vez, em aumento do desemprego. A esse respeito, Oliveira (2007) destaca, com base em informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o aumento do desemprego, que passou de 4% a 8%, entre os anos 1990 e 2002, período de recessão da economia brasileira, conforme o relatório n. 158 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012), que marcou os anos 2002-2003, no qual Oliveira (2007) identifica também 60% da força de trabalho brasileira em condições de desemprego e de informalidade. Para o autor, “o cinturão de pobreza foi ampliado com a inclusão de mais de 50% de uma população, que tem um terço vivendo abaixo do que se convencionou chamar 'linha da pobreza' (OLIVEIRA, 2007, p. 34). O período de 2003 a 2012, no entanto, apresenta alguns fenômenos sociais que têm animado o debate relativo ao discurso da nova configuração brasileira da classe C, e que tem vindo a público, especialmente com base na pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (NERI, 2008; SOUZA; LAMOUNIER, 2010; SOUZA, 2010) e ganhado um viés específico na propagação midiática do tema. O critério que define uma metamorfose da classe trabalhadora brasileira é, basicamente, centrado no perfil de consumo,

o que tem gerado objeções acerca da validade de atribuir à fração da classe trabalhadora localizada pelos critérios de pesquisa de mercado, na classe C, o conceito de nova classe média, o que Jessé Souza (2010), por exemplo, embora concorde que tenha havido diferenciação perceptível no estilo de vida desse segmento, concebe-a como estando aquém dos critérios que possam defini-la como tal. Em todo caso, seja pela versão otimista que, utilizando a metodologia de Stiglitz e Sen (2010), destaca, por exemplo, com base na atribuição de nota de 1 a 10 à satisfação com a vida corrente, e identifica no Nordeste brasileiro, a região mais feliz do Brasil (IPEA, 2012), seja pela versão oposta, que destaca a presença de uma parcela significativa da população que permanece historicamente como párias da ordem, a fratura social que marca a formação social brasileira permanece intocada, e, via de regra, as famílias que tiveram seus membros assassinados pela polícia, estão localizadas na faixa da população que sobrevive buscando defender-se da condição de pobreza ou nela submergida, moralmente qualificada de forma difusa como honestos ou delinquentes. Ao passo que, a classe social dirigente, no processo de divisão social do medo segundo as classes sociais (CHAUÍ, 2006), teme perder o poder e seus privilégios, incentivando e alimentando a face totalitária do Estado brasileiro, a classe média teme a pobreza e a proletarização, e a classe trabalhadora, na qual se localiza a imensa maioria dos que sofrem os efeitos da violência policial – da violência do poder estatal por meio da repressão – “teme o desemprego, a morte cotidiana, a violência patronal e policial, a queda vertiginosa na marginalidade, na miséria absoluta, a arbitrariedade dos poderes constituídos” (CHAUÍ, 2006, p. 104). Embora seja impossível aprofundar esse tema, mesmo que apenas tangencialmente, indicar o padrão do capitalismo global, com sua receita de inclusão pelo consumo, permeando o debate sobre a metamorfose expressa pela suposta ascensão da classe C, caminhando lado a lado com expressões de barbárie, não deixa de desenhar um quadro bastante intrincado e instigante, do ponto de vista do *ethos* subjacente ao neoliberalismo da última década brasileira e seu impacto sobre a metamorfose das classes no Brasil.

Nesse sentido, para conter os efeitos previsíveis da avalanche neoliberal sobre a desigualdade econômica e social característica da formação social brasileira, e no acirramento dos conflitos sociais, a estrutura repressiva que permaneceu praticamente intacta, na Constituição Brasileira de 1988, em relação ao regime autocrático-militar anterior, forneceu as bases para incrementar, no Brasil, o que em outras latitudes ficou conhecido como *Estado penal* (WACQUANT, 2000). A adoção do receituário neoliberal, de acordo com Loic Wacquant (2000), provocou impactos no processo de transmutação do modelo Estado de Bem Estar Social para o Estado penal. A configuração de um Estado penal, tem implicado aumento

significativo do percentual de encarceramento da população mundial. Para Wacquant (2000), esse modelo propõe administrar e regular a pobreza em expansão, efetuando uma guerra contra a população sobrando do subproletariado, nos vários países, tanto centrais como periféricos. A tese fundamental do autor coloca, em primeiro plano, o argumento de que, ao mesmo tempo em que ocorreu a desregulamentação do Estado providência, associada ao desemprego estrutural, à inserção precária do subproletariado no mundo do trabalho, a partir dos anos 1970, e o discurso e a prática da extrema direita tinham como vetor central contingenciar uma guerra do Estado contra as frações deste subproletariado em cada país, em que se somam polícia, modelo empresarial de prisão e assistência social, associados a uma disciplina do trabalho precário e do subemprego, como contrapartida dos assistidos. O caso ideológico mais emblemático, de acordo com Wacquant (2000), ficou conhecido, na década de 1990, como a doutrina Lei e ordem [*Law & order*] e tolerância zero [*Zero tolerance*]. O autor afirma que esse modelo partiu de frações de extrema direita nos Estados Unidos da América (EUA) e foi exportado para o mundo como receituário do modelo de Estado penal, derivação (sócio)lógica do livre mercado.

O neoliberalismo no Brasil foi introduzido na gestão de Collor de Melo (1990-1992) e retomado nos primeiros governos de Fernando Henrique Cardoso-FHC (1995-1998 e 1999-2002). Santos (2007) destaca as estratégias de Cardoso, que tornou o Estado uma “espécie de refém do novo poder econômico financeirizado, provocou a desindustrialização, destruiu empregos maciçamente, quebrou o mercado formal de trabalho como referência, detonou a força dos sindicatos” (p. 293). Para a autora, em situações precisas, o Estado ultrapassa os limites da garantia da propriedade privada das condições e meios de produção da burguesia, intervindo nas emergências de forma pontual e episódica, buscando empreender uma direção política que possibilite a legitimação do projeto burguês e a obtenção do consenso da sociedade. Com a coerção, o Estado assegura o domínio pelo exercício da força e da repressão.

Nessa mesma direção, Oliveira (2007, p. 31) considera que o período de Fernando Henrique Cardoso

aprofundou, num grau insuspeitado, o desmanche iniciado. Privatização total das empresas estatais, deslocando o campo de forças no próprio interior da própria burguesia (...), extrovertendo o centro de decisões e tornando irrelevante um conjunto de associações públicas construídas em torno das empresas estatais, como sindicato de petroleiros e associação de engenheiros da Petrobras, por exemplo. A relação Estado-burguesias se altera radicalmente, tornando o Estado uma espécie de refém do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras.

Para o autor, o governo Cardoso buscou, ao completar o desmonte, iniciado no governo de Collor de Melo, realizar a sua promessa de superar a era Vargas. Para assegurar a direção política de acordo com os ditames neoliberais, Fernando Henrique Cardoso procedeu à contrarreforma do Estado brasileiro, que constituiu uma estratégia na qual o Estado se reorganizou segundo os reclames do desenvolvimento do capitalismo, em seu período de reestruturação produtiva.

Os anos 1990 marcaram a retomada do poder estatal por governos civis, de um lado, e permaneceu exercendo a violência policial tanto no campo quanto na cidade, de outro. Aconteceram verdadeiros massacres. O relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana⁶ (CDDPH); registra que, em São Paulo, de 1º de janeiro a 2 de outubro de 1992, a polícia militar matou nada menos de 1.264 pessoas, com a alegação de que os *suspeitos reagiram à prisão*. De acordo com o relatório, nesse número não está contabilizado o massacre ocorrido, em janeiro de 1992, quando policiais invadiram o presídio *Carandiru*, matando 111 presos. No ano seguinte, em julho de 1993, a polícia militar do Rio de Janeiro matou dez pessoas, oito crianças e adolescentes e dois adultos, que dormiam em frente à Igreja da Candelária. Esse acontecimento passou a ser conhecido como o *Massacre da Candelária*. Um mês depois, foi a vez da favela de Vigário Geral, que teve 21 moradores, entre crianças, homens e mulheres mortos por policiais militares. Esses atos de violência foram denunciados, no relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (2004), e a tese sustentada é a de que “a máquina da tortura usada na repressão política [militar] continuava em pleno funcionamento nas delegacias, presídios e ruas, agora contra os desvalidos. Com raras exceções, quem apanha da polícia na rua são os mesmos que apanham da vida” (p. 42). Merece destaque, ainda, a violência policial praticada no campo contra os trabalhadores, que, em 1995, haviam ocupado a Fazenda Santa Elina, na cidade de Corumbiara, em Rondônia, e foram atacados por policiais militares e pistoleiros. Mesmo rendidos, os trabalhadores foram torturados e executados sumariamente, de acordo com o relatório do Conselho (2004). No ano seguinte, 1996, 150 policiais encurralaram trabalhadores rurais sem terra, abrindo fogo contra eles e deixando 19 mortos e 69 feridos. Esse massacre ocorreu em Eldorado dos Carajás, no Pará.

O crescimento geral da criminalidade, no Brasil, segundo Cano (2006), ocasionou uma crescente insegurança na população e desencadeou uma pressão social ao longo dos

6 O “Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) foi utilizado como instância para os que tentavam divulgar essas denúncias no país. Criado em março de 1964 por decreto assinado pelo presidente João Goulart, e instalado em novembro de 1968, o CDDPH era formado por nove membros, parlamentares e dirigentes de organizações corporativas da sociedade civil. Sua existência era mais uma demonstração das ambiguidades da ditadura, o regime não podia negar à oposição o direito de denunciar casos” (TELES, 2010, p. 262) de torturas e desaparecimentos praticados em prisões por policiais da ditadura.

últimos anos, que exigia providências das autoridades. A crise na segurança pública, de acordo com o autor, tem suas origens nas formas tradicionais de controle do crime e outras formas de violência⁷ Essa temática foi introduzida na agenda governamental e, no ano 2000, Fernando Henrique Cardoso lançou o Plano Nacional de Segurança Pública, comprometendo-se a intervir, sobretudo, no combate à violência urbana. Em 2001, foi criado o Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção à Violência Urbana (Piaps), vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Para execução do plano, conforme Cano (2006), foram priorizadas, no primeiro ano, as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Recife e de Vitória por apresentarem maior índice de violência do país. No ano seguinte, foram incorporadas as regiões de Cuiabá, Distrito Federal e Fortaleza.

No início de 2000, a sociedade brasileira registra o início de um governo eleito com grande expressão popular, representando o acúmulo de força e organização do período de oposição ao regime autocrático militar de 1964 a 1984. Conforme a análise de Oliveira (2007), dentre os candidatos das três forças de coalizão que concorreram às eleições em 2002, a de Luiz Inácio Lula da Silva representou a que mais acumulou críticas, a que elaborou propostas alternativas ao domínio neoliberal, embora as forças que o elegeram tenham sido formada, além das tradicionais alianças de esquerda, Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), pelo Partido Liberal (PL), que indicou o candidato a vice-presidente. Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Mobilização Nacional (PMN), além de figuras tradicionais da política brasileira, como o ex-governador de São Paulo, Orestes Quéricia, os ex-presidentes, Itamar Franco e José Sarney, este último representante das oligarquias do estado do Maranhão, formalmente vinculado ao PMDB. Com a descrição desse conjunto, Oliveira (2007), argumenta que esse leque de apoios e alianças que elegeram o ex-metalúrgico para o cargo máximo do poder presidencial brasileiro comprometiam as propostas de avanços nas relações sociais, representadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo próprio PT, ficando também comprometida a questão da transparência na política e o zelo pelo dinheiro público, bem como pela laicidade já que um dos partidos dessa coalizão funciona como uma espécie de braço político de uma organização religiosa evangélica neopentecostal. Como conclusão, Oliveira (2007) destaca que o governo Lula da Silva marcou a continuidade da política neoliberal do período anterior, favorecendo sobretudo o capital financeiro.

7. Para Cano (2006, p. 136), o modelo tradicional de combate a violência, no Brasil, apresenta-se deficitário pela “falta de planejamento e de investimentos, formação deficiente, herança autoritária, abuso dos direitos humanos, corrupção institucional etc. Apesar disso, muitos defensores do paradigma adicional continuam defendendo não só a continuação, mas a intensificação das velhas políticas”.

Em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) com pretensões de articular as intervenções das polícias dos estados. No entanto, segundo Cano (2006), o Susp não pôde ser implementado por falta de apoio político. Mesmo assim, a “Polícia Federal dedicou os últimos anos a operações bem planejadas e difundidas para desarticular núcleos de crimes organizados de alto nível em vários estados. Um de seus principais êxitos foi a investigação de vários casos de corrupção da própria polícia” (p. 140).

Nesse período, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) “divulgou uma pesquisa realizada em 2010 numa amostra nacional, onde perguntava aos entrevistados sobre o grau de medo dos indivíduos em relação a serem vítima de assassinato (...), 79% da população têm *muito medo* de ser assassinada”, afirma Waiselfisz (2011, p. 8). Cardia (1999) considera que, a raiz do sentimento de medo e insegurança da população urbana, é o aumento da violência, sobretudo dos homicídios. Para a autora, o “desempenho policial durante a transição democrática ao contrário de melhorar só se deteriorou. A violência e a arbitrariedade também não desapareceram, mas cresceram com a ineficiência” (CARDIA, 1997, p. 249). Nesse sentido, Sérgio Adorno (2002, p. 96), também destaca o aumento da violência policial nos estados da federação, sobretudo no Rio de Janeiro, “onde são frequentes as incursões policiais nos morros, favelas e áreas de concentração de habitações populares (...). Não raro, essas incursões resultam em mortes de delinquentes, em confronto com a polícia e são justificadas em nome da resistência à ordem de prisão”. O aumento da criminalidade, no Brasil no período de 1996 a 2006, é apontado no Mapa da Violência, organizado por Waiselfisz (2008), que registra um índice de 20%, que ultrapassou o índice de crescimento populacional no mesmo período (16,3%). O mesmo ocorreu nas décadas de 1998 a 2008, segundo Mapa da Violência de 2011, no qual Waiselfisz aponta um aumento de 17,8% homicídios ocorridos nos municípios brasileiros, proporcional ao crescimento da população (17,2%). De acordo com o Mapa da Violência, Goiás alcançou um índice de crescimento da criminalidade de 175, 8% e ocupa o sétimo lugar em relação aos demais estados brasileiros, nesse período. Quanto à cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás, o Mapa da Violência de 2011 indica a décima posição entre as capitais mais violentas do país.

Comparando as estatísticas dos anos 2000 e 2010, Waiselfisz (2012), identifica mudanças na configuração da violência em Goiás nessa década. Ao passo que, no Mapa da Violência 2010, identificava-se certa dispersão dos municípios com taxa acima na média nacional, com foco no entorno de Brasília, em 2010 verifica-se intensificação nos municípios do entorno de Brasília, com emergência de um segundo foco antes inexistente, na

microrregião do Sudoeste de Goiás, com elevadas taxas de homicídios, e maior intensificação em municípios de 100 a 200 mil habitantes. Destaca-se ainda que, “depois de uma primeira fase de grandes oscilações onde, ora o estado está acima da média nacional, ora abaixo, com flutuações principalmente no que poderíamos caracterizar como suas regiões metropolitanas, observa-se uma quebra a partir de 1998” (WAISELFILSZ, 2012, p. 123). Assim, ao passo que, em 1998, a taxa nacional era de 25,9 homicídios em 100 mil habitantes, a do estado de Goiás foi de 13,4. De 1998 a 2010, a taxa nacional permaneceu estagnada, mas a de Goiás cresceu 119,4%, de forma que, em 2010, a taxa do estado que antes era a metade da nacional, superou-a em 12,2%. Cresceram 61,5% as taxas do interior do estado, o mais grave ainda, houve um aumento de 86,65% nas taxas dos municípios das regiões metropolitanas – Grande Goiânia e Entorno do Distrito Federal (DF).

Nesse cenário, a segurança pública, como as demais políticas sociais, subverte o seu significado como direito, para assumir a condição de um serviço, ou um nicho de mercado, a ser explorado com base na noção de liberdade liberal, como ausência de obstáculo à competição. Como consequência, a garantia do direito à vida, um dos valores de base do Estado liberal que, justifica o princípio do monopólio do direito legítimo ao uso da força muda de tonalidade. A vida, como um bem que pode ser assegurado, conforme a capacidade do agente que promove proteção, pode ser comprada ou vendida, negociada, e evidencia de forma límpida, o significado da passagem da noção de segurança, do campo dos direitos para o campo dos serviços. Assim, também os agentes técnicos da segurança pública implementam uma corrida para o campo da segurança privada, que aumenta de forma crescente, operacionalizando a ideia neoliberal de transposição da noção de direito para uma concepção de serviços comercializáveis.

Essa perspectiva contribui para uma noção de democracia que não ultrapassa, como destaca Chauí (2012), a simples ideia de um regime político eficaz na administração da maioria por uma minoria de técnicos, quando não se pode falar de uma sociedade democrática, mas apenas de um regime democrático. Trata-se de empreendimentos em que policiais passam a fornecer nos seus períodos de folga, serviços de rondas em determinados bairros, cobrando dos moradores pelos serviços de segurança criadas pelos técnicos burocratas, convertendo a segurança pública à condição de serviços. Essa realidade abala no seu cerne a ideia uma sociedade democrática, já que reafirma um critério patrimonialista no processo de garantia do direito à vida.

As práticas das chamadas *execuções sumárias*, uma das expressões das heranças estruturais do regime autocrático que permaneceram praticamente intactas, assumem, no contexto neoliberal brasileiro, uma nova funcionalidade, muitas vezes ligada à chamada

economia do crime. Trata-se de um bom indicativo de que as chamadas *execuções sumárias*, como já se assinalou anteriormente, não formam propriamente conceito. Para utilizar uma terminologia de Vigotski (2001), *execução sumária* constituem um complexo, no qual cabem todas as situações concretas, podendo-se acrescentar a esse termo a designação das mais diversas situações que, necessariamente, não possuem relação entre elas, senão em referência à estrutura do imaginários de quem utiliza o termo. Não por acaso, *execução sumária* são termos de fácil adesão, por exemplo, no linguajar jornalístico, embora a palavra remeta precisamente à esfera do direito. Nesse sentido, seria uma forma de destacar as várias expressões de um suposto direito, originado no que Lola Aniyar de Castro (2005) define como direito penal subterrâneo, um direito pelo avesso que, paradoxalmente, mantém uma relação estrutural com o direito positivo. Práticas que se situam fora do direito, como é atestada sua positivação em uma série de resoluções da ONU, por exemplo, mas que são pressupostos necessários da própria norma jurídica.

1.1 Sistema burocrático militar e o problema da obediência

A denominação *execução sumária* está expressa na literatura brasileira que trata da temática, ao referir-se à violência policial presente em vários estados da federação. Essa forma de violência, organizada por grupos de policiais militares, insere-se na lógica da hierarquia da corporação e é encoberta pela organização institucional do braço repressivo do Estado. O policial militar, ao ser admitido, é preparado para suas funções exercendo a obediência, uma precondição, pois o princípio da obediência ganha primazia sobre o conteúdo do mando. A questão da obediência é abordada por Frei Marcos Sassatelli, em audiência pública realizada em 2006, com o fim de discutir o problema da segurança pública e a violência policial. O religioso refere-se ao confronto da polícia com moradores de uma posse urbana, na cidade de Goiânia, em uma operação de despejo.

Sassatelli considera que o padrão de formação dos policiais militares tem subjacente uma ideologia fascista, e destaca que a violência praticada aos moradores que ocupavam aquela área, sugere uma incapacidade de os agentes policiais, transgredirem as determinações da autoridade judiciária e militar, que ordenou a execução do despejo de 1.500 famílias daquela área. Assim o debatedor se expressa:

Lembro um fato da época do despejo do Parque Oeste, que me contaram que havia militares que choravam mesmo, esses militares que choravam não tinham o nível de consciência suficiente para se negar a cumprir ordens, acho que, em nome da objeção de consciência, nós temos que praticar muitas

vezes a desobediência civil, isso faz parte da cultura atual, a desobediência civil diante da injustiça. (...) quase quatorze mil pessoas foram despejadas do Parque Oeste Industrial, sem saber para onde levaram essas pessoas. Esse fato era motivo suficiente para a polícia se negar a cumprir as ordens. Se tivesse o mínimo de consciência, tirar quatorze mil pessoas de um lugar, destruir uma cidade, sem saber para onde levaram essas pessoas, até hoje as pessoas estão acampadas de maneira indigna, desumana. (GOIÁS/CDH/ALEGO, 2006, p. 29)

A referência aos policiais que choravam no momento em que se realizava o despejo, em certo sentido, revela que certas ações de execuções de mandados não ocorrem sem uma certa tensão subjetiva entre as emoções vinculadas aos valores relativos ao que é justo, em termos de meios e fins, e o valor específico da obediência. O debatedor refere-se ao plano da consciência, elemento determinante do cumprimento ou não das ordens, da obediência ou desobediência, e se questiona acerca dos motivos porque, embora chorando, os policiais não conseguiram romper o vínculo autoridade-obediência, e se negarem a cumprir as ordens superiores, praticando a desobediência civil. Essa, que, segundo o debatedor, “faz parte da cultura atual, a desobediência civil diante das injustiças”. A abordagem do debater é do tipo prescritiva, e desconsidera o problema das forças sociais que atuam sobre o comportamento dos que estão submetidos à ação da autoridade constituída. Em relação aos motivos que desencadearam a expressão emocional na forma de choro, só se pode especular, já que as conexões subjetivas subjacentes às expressões emocionais, percorrem caminhos e associações incompreensíveis à própria consciência de quem chora, embora o quadro narrado, sugira um dilema próprio de um conflito ético entre o valor da obediência e uma possível consideração do que é justo naquela circunstância específica. No entanto, sejam elas quais forem, não foram suficientes para desafiar a lei soberana, como foi tão bem representado na tragédia Antígona⁸. A declaração de Sassatelli e a questão ético-política subjacente a ela, fazem referência ao “fascismo” não por acaso, já que essa foi uma das questões que dominou a reflexão e o debate acadêmico e social, por toda a segunda metade do século XX, acerca do problema da obediência cega à autoridades, e acompanhou a tentativa de entender o que havia ocorrido na sociedade alemã, na qual um regime militar mostrou sua face mais destrutiva e onde a violência administrativa assumiu proporções inimagináveis.

Um dos trabalhos acadêmicos de fôlego que tentaram dar conta do problema da obediência cega e seus efeitos, foi realizado nos EUA, por Adorno *et al.* (1965), e resultou na investigação sobre a personalidade autoritária. Nesse estudo, inspirado na teoria psicanalítica,

⁸ Referência específica à leitura da tragédia Antígona, realizadas por Simone Weil. WEIL, Simone. Antígona 1936. In: _____. *Simone Weil: a condição operária e outros estudos sobre a opressão*. 2. ed. rev. Trad. Therezinha G. G. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 373-378.

os autores estavam convictos de que a referência exclusiva à objetividade talvez fosse insuficiente para responder ao problema da adesão a ideologias fascistas. Era necessário adentrar o terreno da subjetividade, focar não apenas os aparelhos ideológicos, mas também o aparelho psíquico, que pode criar participar da constituição de uma predisposição no indivíduo para aderir a tais ideologias. Mais especificamente, essa investigação inscreve-se no que a obra de La Boétie (1530-1575) denomina enigma da servidão voluntária e especula sobre as possíveis causas que levariam os povos a se submeterem à vontade de um tirano.

Esse trabalho, no entanto, tem seu antecedente mais próximo em outro, empreendido nos anos 1930, denominado *Estudo sobre autoridade e família* (1936). Conforme destaca Rouanet (1989), para explicar esse processo, Horkheimer havia indicado dois fatores, o primeiro, baseado na violência materializada na repressão física, e o segundo, na formação de consensos, operados pelos processos de interiorização da cultura. Rouanet (1989) assinala que, no contexto dos anos 1930, Horkheimer defendia que o segundo aspecto – a interiorização da cultura – tem um peso relativamente maior no processo de decifração do enigma da servidão voluntária, para utilizar os termos de La Boétie. No processo de interiorização da cultura como servidão voluntária, Horkheimer considera duas instâncias. Uma primeira, representada pelo aparelho psíquico, cumpre a função de interiorizar, racionalizar e suplementar a coação física. A segunda, constituída pelos aparelhos ideológicos, tais como família, escola e igreja, constituem veículos dos valores e das ideias dominantes. A família, por exemplo, está na base desse processo, produzindo um caráter humano adaptado à função de autoridade, embora, para os chamados freudo-marxistas, tais como Erich Fromm (1900-1980) e Wilhelm Reich (1889-1957), a família seja representada como uma via rígida e inevitável de ideologização, ou seja, uma fonte de afirmação do sistema de valores dominantes. Os membros do que veio a ser conhecido como teoria crítica da Escola de Frankfurt, buscaram, em *Estudo sobre autoridade e família* (1936), dialetizar essa premissa unilateral sobre a família, nela identificando, não apenas a condição de aparelho ideológico, mas também, um veículo capaz de estruturar propostas anti-hegemônicas. Nessa perspectiva, a família exerce uma função, por assim dizer, de manutenção do *statu quo*, ao cumprir a função de veículo de introjeção de valores societários nos indivíduos, mas é também constituída por uma reserva de intimidade, um anteparo colocado entre o indivíduo e a sociedade, potencialmente capaz de permitir relações não regidas pelos valores de troca e nos quais o indivíduo pode ser valorizado por si mesmo e não como um meio para alcançar determinados fins. É de Horkheimer, citado por Rouanet (1989, p. 161), a afirmação de que a família cultiva também “o sonho de uma vida melhor para a humanidade”, embora esteja

perdendo sua função educadora, que, pouco a pouco, vem sendo assumida diretamente pela sociedade global, fundada em instâncias extrafamiliares. Conforme o destaque realizado por Rouanet (1989), os frankfurtianos buscaram transferir para o plano empírico suas generalizações sobre a dinâmica da ideologização, enriquecendo assim, a própria teoria.

Nos anos 1940, já nos EUA, a investigação que resultou em *A personalidade autoritária* (ADORNO *et al.*, 1965), buscou examinar a intersecção entre ideologia e estrutura de personalidade. Em o *Estudo sobre autoridade e família* (1936) – coordenado por Erich Fromm – estabeleceu-se uma tipologia triádica, a primeira, de caráter autoritário ou sadomasoquista, a segunda, de caráter revolucionário, e a terceira de caráter ambivalente. Em *A personalidade autoritária* (ADORNO *et al.*, 1965), essa tipologia foi reconfigurada. O postulado básico do estudo de 1936, consiste em afirmar que existe uma unidade psíquica estrutural em cada um dos tipos, por meio da qual as opiniões sobre um conjunto diversificado de temas mantém entre elas uma correspondência lógica. Em suma, a diferenciação entre os padrões atitudinais sobre um conjunto de temas são expressões de tipos psicológicos – ou de caráter – específicos. As limitações desse estudo revelam-se conforme os destaques apontados por Rouanet (1989): o primeiro, a ingenuidade das técnicas de elaboração e questionários, e o segundo, pelo fato de que a técnica de questionário era sumamente limitada para apreender a dinâmica da personalidade⁹.

Partiu-se nesse estudo, da premissa de que, sendo o antissemitismo e o etnocentrismo, derivados de uma estrutura comum de personalidade, seria possível construir uma escala que mantivesse uma correlação estatística suficiente com as escalas de antissemitismo (AS) e etnocentrismo (E), para prognosticar os escores que seriam alcançados na escala de antissemitismo e de etnocentrismo. O resultado da primeira rodada do estudo, confirmou a correlação estatisticamente relevante, entre as escalas de antissemitismo (AS) e

9 No caso da metodologia do estudo que deu origem à obra *A personalidade autoritária* (ADORNO *et al.*, 1965), ainda conforme os destaques apontados por Rouanet (1989), os questionários eram bem mais refinados que os do estudo de 1936. Além do mais, utilizaram-se ainda vários outros tipos instrumentos, como testes projetivos, por exemplo. Finalmente, buscou-se integrar o estudo de grupos, por meio de pesquisa de opinião (*surveys*), com métodos clínicos. No caso dos questionários, foram incluídos escalas do tipo Likert, para medir opiniões sobre antissemitismo (AS), etnocentrismo (E) e organização econômica e social (PEC). Havia, ainda, perguntas factuais sobre religião, renda e filiação partidária, perguntas opinativas, focados nos pontos de vista e nas atitudes, e questões projetivas, de cunho altamente emocionais. Em questões do tipo, por exemplo, *O que você faria se tivesse apenas seis meses de vida?*, a quantificação era baseada em um sistema de pontos, que marcavam discordância (-3 a -1) e concordância (+1 a +3). Os pesos eram traduzidos em pontos, de forma que, na escala de Antissemitismo (AS) eram convertidos da seguinte forma: -3 =1, -2=2, -1=3, +1=5, +2=6, +3=7. Essa escala possuía 52 itens, de forma que a discordância no grau máximo era igual a 52 (contrário ao antissemitismo) e a concordância no grau máximo era igual a 364 pontos, o que indicava forte antissemitismo. As escalas mediam apenas valores predominantes, mas não acessavam os “determinantes profundos”, para utilizar os termos de Rouanet (1989), enraizados na estrutura de personalidade. A escala F era destinada a medir o potencial fascista entre os entrevistados.

de etnocentrismo (E). No entanto, não ocorreu o mesmo com a escala de temas econômicos e sociais (escala PEC), gerando a interrogação acerca dos motivos dessa não correlação.

Para responder a essa pergunta, foram selecionados, com base no desempenho apresentado nos questionários, sujeitos para serem examinados individualmente, por meio de técnicas clínicas. Os indivíduos escolhidos localizaram-se entre os 25% com escores mais elevados, e entre os 25% com escores menos elevados. Os sujeitos selecionados, passaram por entrevistas, avaliação projetiva, por meio do teste de apercepção temática (TAT). Com esses procedimentos, orientados pela teoria psicanalítica, buscaram-se identificar tendências latentes de personalidade e sua correlação com preferências ideológicas dos sujeitos. Foram investigados estudantes universitários da costa oeste dos EUA e, posteriormente, pacientes psiquiátricos e integrantes de associações de veteranos de guerra. Participaram também indivíduos de classe média, entendendo, inicialmente, que, para incluir as classes inferiores na hierarquia societal, que era necessário o uso de outras técnicas. Apesar desse pressuposto, foram entrevistados 114 indivíduos da classe operária, homens e mulheres.

Rouanet (1989) aponta alguns elementos de continuidade e descontinuidade entre os estudos de 1936 em relação ao de 1940. A continuidade é marcada pela busca pela descrição da inter-relação existente entre personalidade e ideologia. Há, no entanto, descontinuidade no uso terminológico. Em *Estudo sobre autoridade e família* (1936), Wilhelm Reich havia distinguido duas categorias, caráter neurótico e o genital Erich Fromm (1936) estabeleceu três o caráter revolucionário, caráter social e caráter individual. Em *a personalidade autoritária* (ADORNO, *et al.*, 1965), o que era definido como caráter revolucionário, na pesquisa de Fromm, foi caracterizado como liberal genuíno. Para Reich (1936), no caráter neurótico predominavam “impulsos pré-genitais” e fixação sadomasoquista, um superego punitivo, extrema culpabilidade e um ego fraco, que se esgota na defesa das pulsões reprimidas, constituindo um solo fértil para recepção de ideologias fascistas, uma vez que essas ideologias gratificam tendências sadomasoquistas no indivíduo, alívio contra a tirania do superego e extrojeção na pessoa de qualquer figura de autoridade externa, fortalecendo uma espécie, assim denominada, de *ego atrofiado*.

O caráter genital proposto por Reich (1936), caracteriza uma organização sexual madura, cujo primado era dado pela genitalidade, um superego flexível e um *ego forte*, livre das pressões do *id* e da normatividade do superego excessivamente austero. O caráter genital, nessa pesquisa sobre autoridade e família, foi, assim, concebido como espontaneamente atraído por concepções críticas. Com base nesses pressupostos, o conceito de caráter refere-se a uma instância intermediária, que estabelece o elo entre ideologia, definida como sistema de

valores e representações sociais, de modo que a ideologia autoritária, posta em prática por meio da pedagogia familiar, produz o caráter neurótico, pressuposto psíquico de aceitação e internalização da ideologia autoritária. Assim, “a ideologia ossifica-se, transformando-se em caráter” (ROUANET, 1989, p. 167).

Fromm (1936) retoma a descrição proposta por Reich, nela introduzindo o *caráter social*, entendido por ele como mediador entre infraestrutura e ideologia, em ambas direções. Essa compreensão, que adota inteiramente o princípio da relação entre estrutura econômica e superestrutura, sugere que o caráter social é formado por traços psíquicos socialmente desejados, tais como o espírito empresarial no período da “acumulação primitiva”. O caráter social, nessa perspectiva, condiciona o aparecimento de ideologias legitimadoras desses traços as quais, postas em prática no processo de socialização familiar, leva à formação de um caráter individual tão próximo quanto possível do caráter social.

Essas elaborações dos chamados dos freudo-marxistas forneciam o quadro para as reflexões subjacentes à pesquisa empreendida nos anos 1940 por Adorno *et al.* (1965), que definem então, ideologia como um conjunto de opiniões, atitudes e valores, “uma maneira de pensar sobre o homem e a sociedade” (ADORNO *et al.*, 1965, p. 28). Opiniões, atitudes e valores, expressas por meio de palavras, por sua vez, e em relação à psique, são fenômenos de superfície, devendo-se reconhecer que, em se tratando de questões de conteúdo afetivo, como as concernentes a grupos minoritários, e aos problemas políticos do momento, “o grau de franqueza com que fala uma pessoa depende da situação em que se encontre” (ADORNO, *et al.*, 1965, p. 29). Propõe-se então, investigar não o autoritarismo aberto, que aparece apenas em determinadas circunstâncias, especialmente naquelas caracterizadas por movimentos e propagandas abertamente autoritárias, mas o autoritarismo latente ou em potencial, ou seja, um tipo de *ideologia em disposição*. Assim, Adorno *et al.* (1965, p. 30) declaram:

as ideias que uma pessoa pode expressar em público, o que diz quando se sente à salvo de críticas, o que pensa, porém não confessará jamais, o que pensa porém jamais admitirá a si mesmo, o que está disposto a pensar ou a fazer quando se lhe incita de diferentes maneiras, são todos fenômenos que podemos considerar como uma estrutura única. Esta pode estar integrada, e conter tantas contradições como congruências, porém ainda assim segue sendo um todo organizado porque as partes que o constitui estão relacionadas de maneira psicologicamente significativa.

Em razão dessa estrutura pressuposta nos diferentes níveis de expressão da ideologia em ato ou em disposição, o conceito de personalidade surge como necessário para apreender a sua dinâmica complexa. Assim, o conceito de *personalidade total* pode explicar tais estruturas,

de forma que os autores definem que “a personalidade é uma organização mais ou menos permanente das forças internas do indivíduo (ADORNO *et al.* (1965). E acrescentam: “estas forças persistentes da personalidade contribuem para determinar a resposta do sujeito diante de situações distintas e, portanto, é a elas que se deve atribuir em boa parte a constância do comportamento, seja verbal ou físico” (ADORNO *et al.*, 1965, p. 30). A personalidade conforme as indicações de Rouanet (1989), foi concebida como produto histórico, resultado de um desfecho genético, cujos determinantes mais profundos adviriam da socialização familiar, que determinaria de que forma os fatores ambientais contemporâneos influenciariam o comportamento. Uma socialização familiar, ou primária, dependem da situação social, étnica e religiosa de cada família. Uma vez constituída nesses termos indicados, a personalidade predispõe o indivíduo à aceitação de certas ideologias, rejeita outras, de modo que convicções políticas, econômicas e sociais de cada indivíduo formam uma espécie de mentalidade, exprimindo tendências *profundas* de personalidade, e a eleição de uma ideologia passa a responder a certo conjunto de necessidades de tipo psicológicas de tais indivíduos. Assim, a apropriação ou constituição de uma ideologia relaciona-se a um determinante psíquico de caráter histórico-social, subjacente a um conjunto de desejos e tendências emocionais.

Em síntese, o círculo explicativo implica considerar que, primeiro, opiniões, atitudes e valores, dependem de necessidades humanas mais fundamentais e segundo, que o conceito de personalidade é essencialmente, uma organização de necessidades, derivando logicamente que a personalidade pode ser concebida como determinante de preferências ideológicas. Sendo a personalidade, modelada por influências familiares, e essas influências refletindo as condições sócio-econômicas, a personalidade é então um produto mais ou menos indireto de tais condições socioeconômicas. Assim, a personalidade é concebida como uma instância mediadora entre as influências sociológicas e opiniões, crenças e valores, ou seja, a ideologia, de modo que a situação de classe e o estágio das relações de produção determinam as características da socialização familiar, formando assim um tipo de caráter ou personalidade que predispõe à aceitação de certas ideologias, excluindo outras.

Um dos pressupostos adotado por Adorno *et al.* (1965), conforme as indicações de Rouanet (1989), é que as ideologias definidas por eles como democráticas ou liberais são psicologicamente motivadas, portanto, uma *personalidade madura*, está ligada a “uma visão de mundo que um homem razoável, compreendendo o papel de certos determinantes, e com acesso completo a fatos necessários, organizará por si mesmo” (ROUANET, 1989, p. 169). O conceito de personalidade madura, ainda conforme indica Rouanet (1989), é o conceito correspondente aos de caráter genetal, ou revolucionário, de Erich Fromm (1936).

Outra convicção dos autores de *A personalidade autoritária* (1965), é que a estrutura de personalidade exerce função deformante, do ponto de vista epistemológico, sendo necessário levantar a questão de como é possível que os homens pensem e ajam contra seus interesses econômicos e sociais objetivos, pergunta à qual respondem afirmando que a visão adequada de seus próprios interesses é perturbada por fatores psicológicos, o que implicaria que a fonte dessa deformação é de ordem contrária à razão, isto é, irracional. Exemplo desse fenômeno, são os chamados trabalhadores de colarinho branco, que resistem à sindicalização, ou os pequenos comerciantes que defendem as grandes corporações. Em seus apontamentos, Rouanet (1989) destaca: “na determinação da ideologia há um fator situacional e um fator vinculado à personalidade” (p. 6). Alguns desses pressupostos teóricos sofreram abalos, como efeito dos resultados da pesquisa. Os aspectos objetivos, ligada ao tema da organização econômica e social (PEC) mantinha uma baixa correlação com a escala de fascismo – escala F – e conseqüentemente, com a escala de antissemitismo (AS) e a escala de etnocentrismo. Assim, indivíduos definidos como conservador pela escala PEC, defende valores do *statu quo* social e político, e se identifica com o sistema capitalista, definido como liberal na escala F, sugerindo que possui uma estrutura de personalidade não autoritária, portanto, incompatível com o racismo, o etnocentrismo e com características associadas à *síndrome racista*, tais como o convencionalismo, a submissão autoritária, a agressividade autoritária, a anti-introspecção, superstição e estereotipia, obsessão com o poder, destrutividade, cinismo e projetividade e atitude obsessiva em relação ao sexo. Inversamente, indivíduos que aderem à ideologias de esquerda, com baixo escore na escala PEC, tem estrutura de personalidade, indicada pela escala F, muito próximas da síndrome fascista, abalando-se assim, um dos principais fundamentos do freudo-marxismo, gerando, conforme as palavras de Rouanet (1989), uma perplexidade teórica. Produz-se uma vinculação não problemática, acrescenta Rouanet (1989), entre a personalidade sadomasoquista ou autoritária, e as ideologias conservadoras em todas as suas dimensões.

Para resolver essa questão, Adorno *et al.* (1965) estabeleceram uma diferenciação entre conservadores genuínos e pseudoconservadores, sugerindo que os conservadores genuínos demonstram interesse vital na promoção dos elementos da tradição norte-americana, ao passo que os pseudoconservadores, embora aceitando, no plano ideológico explícito, o *statu quo*, caracterizam-se, como personalidade, pela tendência associada à síndrome fascista, dirigida à dissolução irracional do *statu quo*, por meio da força bruta, e em busca do poder pelo poder. Dessa forma, “ambos revelariam idêntica predisposição a uma ideologia abertamente fascista, se esta viesse a se tornar objetivamente viável”, afirma Rouanet (1989, p. 174).

Restava no entanto, como problema teórico, explicar psicologicamente a gênese da estrutura conservadora. Para Adorno (1965), essa genese resulta de uma identificação incompleta com o pai e instâncias externas de autoridade, de forma que, no caso dos conservadores genuíno, existe o “consumo” de tal identificação, ao passo que, no caso do pseudoconservador, a identificação é apenas superficial, implicando que o determinismo simples, que estabelece a relação personalidade-ideologia precisa de ser dialetizado. “Se é verdade (...) que a personalidade é um dos determinantes da ideologia, não é menos verdade que não é o único, e que os questionários não autorizam qualquer tipo de reducionismo psicológico”, assinala Rouanet (1989, p.175). Outros determinantes foram localizados no clima cultural geral, por meio do qual os meios de comunicação de massa propiciariam as condições gerais de influência ideológica e modelagem da opinião pública. Assim, se uma opinião aparece nas entrevistas de todos os respondentes, significa que tal tópico é parte integrante de toda a cultura, transcendendo as forças de personalidade, consideração que permitiu a Adorno *et al.* (1965) considerarem que “estamos vivendo uma época potencialmente fascista”, conforme Rouanet (1989, p. 176).

Os determinantes culturais estão localizados nas tendências estimuladas pelos meios de comunicação de massa, de modo que a estereotipia e a personalização levam o indivíduo à apreensão da realidade de forma inexata. Assim, embora o grupo de pesquisadores de Frankfurt relativizasse a relação entre personalidade e conteúdos da ideologia objetiva, cooncebiam que continuava válido o postulado de que existe uma afinidade probabilística entre personalidade e ideologia objetiva, de forma que “muito raramente as opiniões são motivadas por falsa consciência integral” (ROUANET, 1989, p. 7). Postulam-se então, três determinantes: a ideologia objetiva, a estrutura psíquica, e a própria realidade. Assim se expressa Rouanet (1989) :

se a correlação entre personalidade e conteúdo ideológico (no campo econômico e social) é suficientemente baixa para que não se possa afirmar a existência de um determinismo mecânico, tudo parece indicar que a influência é decisiva no que se refere à modalidade de articulação das opções ideológicas, qualquer que seja o seu conteúdo (1989, p. 179).

A importância desses achados, propiciados por informações empíricas, resulta em dialetizar a relação personalidade-ideologia, e evitar o psicologismo, ao mesmo tempo que reintroduz o tema das influências psicológicas nesse processo, de forma mais flexível e mais compatível com a complexidade da vida psíquica e da vida social. Assim, “o conservador genuíno, como o liberal genuíno, são motivados (...) por fatores racionais (...) enquanto o

pseudoconservador e o pseudoliberal, são motivados por fatores irracionais, ligados a traços caracterológicos resultantes de sua história passada” (ROUANET, 1989, p. 181). Adorno *et al.* (1965), concluem que a cultura influencia fundamentalmente, as opções ideológicas dos indivíduos, independentemente de sua estrutura psíquica. Restava então estabelecer a tipologia caracterológica, buscando determinar em que medida o complexo ideológico objetivo, materializado na cultura, se infiltra em todos os tipos de personalidades, Adorno *et al.* (1965) estabeleceram as síndromes de alto escore e síndrome de baixo escore, ou seja, os tipos característicos dos sujeitos que obtiveram luto e baixo escores na escala F. A síndrome de alto escore, caracteriza seis tipos, quais sejam, ressentido superficial, convencional, autoritário, rebelde-psicopata, lunático e manipulador.

O ressentido superficial, conforme a tipologia elaborada por Adorno *et al.* (1965), é o menos motivado por deformações psicológicas profundas, e justifica os preconceitos com argumentos racionais. O convencional, por sua vez, aceita acriticamente os estereótipos, mantendo-se, no entanto, mais integrado à sua personalidade que o ressentido superficial, e tais estereótipos não se traduzem em emoções agressivas, emergidas em nome da decência ou do zelo, etc. Rouanet (1989), destaca que o autoritário corresponde ao caráter sadomasoquista definido por Fromm (1936), o qual projeta o amor pelo pai na autoridade externa e sua agressividade é canalizada para ele mesmo e para os partidários de valores políticos não convencionais; nesse tipo, a estereotipia constitui uma necessidade visceral da personalidade. O rebelde-psicopata, por sua vez, apresenta ausência de identificação, substituída pela rebelião, de modo que se estabelece uma negação cega e irracional de qualquer forma de autoridade. O tipo lunático, como produto de uma introjeção tão extrema da autoridade paterna, em seus aspectos mais punitivos, que qualquer gratificação real é excluída, e onde o preconceito permite a projeção de sua agressividade contra personagens ilusórios; a estereotipia corrobora com suas formulações projetivas, contribuindo, por exemplo, para a sua adesão a seitas místicas. Já o manipulador, assemelha-se ao lunático, pela ruptura de qualquer vínculo entre o mundo exterior e o mundo interior; essa ruptura, no entanto, resulta de uma extroversão compulsiva, em uma atitude hiper-realista, que trata coisas e pessoas como meros objetos, com a única função de serem manejados e dirigidos pelo sujeito, de modo que a estereotipia objetiva enquadra o mundo em categorias administrativas.

A síndrome de baixo escore na escala F foi estabelecida em cinco tipos caracterológicos: os baixos escores rígido, contestador, impulsivo, descontraindo e, finalmente, o que Adorno *et al.* (1965), definiram como liberal genuíno.

O baixo escore rígido, caracteriza-se pela ausência de preconceito mal integrado em sua personalidade e derivado de estereótipos liberais. Seu antisemitismo frequentemente

deriva de suas convicções religiosas, tais como a que concebe ser dever do cristão opor-se a preconceitos antissemitas ou outro qualquer. Constituído por um superego severo, “ama abstratamente a humanidade”.

Já o baixo escore contestador, na perspectiva de Adorno *et al.* (1965), é produto de uma resolução do conflito edipiano que leva o indivíduo à revolta contra todas as formas de tirania, implicando que seus protestos contra todas as formas de injustiças, em particular os preconceitos, tendem a serem ineficazes.

No caso do baixo escore Impulsivo, seus impulsos são permissíveis, sem qualquer forma de censura, de forma que aceita todos os estímulos e valoriza a diferença, em vez de acentuar a conformidade. Incapaz de qualquer forma de etnocentrismo, rejeitando os estereótipos, revela-se, no entanto, incapaz de estruturar sua experiência segundo as categorias do pensamento conceitual.

O baixo escore descontraído, é caracterizado por Adorno *et al.* (1965) como incapaz de violentar coisas ou pessoas, de usá-las como simples meios para atingir objetivos próprio. Sua atitude geral é a tolerância, seu *id*, pouco reprimido, superego desenvolvido, sem ser austero. Pode entregar-se sem ter a sensação de se perder. Sua personalidade é segura, produzida por uma infância não problemática, sem conflitos insolúveis com o pai e sem qualquer inibição em admitir o amor pela mãe. É, em tese, normal, incapaz de aderir a regimes totalitários e igualmente incapaz de se opor eficazmente a esse regime.

O liberal genuíno, é apresentado como modelo raramente alcançado de personalidade bem integrada, em que o ego é suficientemente forte para gerir o aparelho psíquico e ajustar-se, sem conformismo, aos imperativos da realidade. Fortemente individualizado, esse tipo percebe outros em termos igualmente individualizados e, como tal, é invulnerável ao estereótipo. Seu *Id*, conforme Adorno *et al.* (1965), é pouco reprimido, mas seus impulsos são dirigidos aos outros como sujeitos, e se revoltam contra as injustiças de forma não compulsiva e sem elemento de culpabilidade mórbida. Adorno *et al.* (1965) acrescentam, ainda, que o tipo liberal genuíno, é tolerante e antiautoritário, com maior capacidade de tirar consequências práticas de suas preferências políticas.

A tipologia proposta por Adorno *et al.* (1965) busca evidenciar, conforme as indicações de Rouanet (1989), a importância relativa da dinâmica da personalidade e dos elementos objetivos da cultura. Em alguns tipos, prevalece a motivação subjetiva, em outros, a influência da cultura, sem que em nenhum deles prepondere uma dessas duas dimensões e exclua totalmente a outra. Portanto, os valores do espírito objetivo permeiam até o âmago, todos os indivíduos, independentemente de sua personalidade, determinando decisivamente,

senão o conteúdo, pelo menos a forma como são articuladas as opiniões, de modo que, apenas à exceção de alguns indivíduos categorizados como baixo escore, todos os demais, com alto ou baixo escore, são, em maior ou menor grau, moldados pelos estereótipos da cultura, que determinam ou co-determinam, associados a certas tendências psíquicas, as formas de pensamento e da ação. A instância última, o determinante último e decisivo, no entanto, para Adorno *et al.* (1965), segundo Rouanet (1989), é influenciada por fatores objetivos, de modo que os hábitos de pensamento só aparentemente são co-determinados pela cultura e pela personalidade. Se a personalidade é determinada pelo clima cultural geral (homogeneizante e nivelador), esse clima é a instância determinante do que pode ou não ser pensado e de que forma. A personalidade, no entanto, passa a ser concebida como um dos mediadores importantes entre o clima cultural geral e as opiniões individuais.

A tipologia elaborada por Adorno *et al.* (1965), conforme as indicações de Rouanet (1989), descreve as diferentes modalidades pelas quais os estereótipos da cultura são internalizados pelos indivíduos. Em alguns casos, a determinação da cultura é direto, em outros, é mediatizada por estruturas de personalidades aparentemente autônomas em relação à cultura, de forma que o psiquismo parece prevalecer sobre o social. Trata-se de uma autonomia aparente que acaba resultando funcional para o sistema que exige, para sua manutenção e sobrevivência, algum tipo de criatividade e de iniciativa de um certo número de indivíduos. O tema central de *A personalidade autoritária*, aponta Rouanet (1989), é a tendência revelada pela cultura e concretizada, em maior ou menor grau, nas diferentes personalidades, à identificação com o *statu quo*, sintetizado na frase: não haverá utopia. Rouanet (1989) acrescenta: “a cultura produzida pelo iluminismo é tão avassaladora e seus clichês são tão automatizados de forma tão completa que, como vimos, os seus estereótipos permeiam todas as personalidades baixa [low] ou alta [high]” (p. 191). Essas constatações, oriundas da pesquisa realizada nos anos 1940, levaram Adorno e Horkheimer, a definir em um tipo de mentalidade de *ticket*, uma estereotipia absoluta que constitui o mundo binário do sim ou do não (Rouanet, 1989). O fim da individualização significando o aprisionamento dos mecanismos psicológicos pelo poder e não significam, no entanto, como destaca Rouanet (1989), a homogeneização absoluta dos tipos psicológicos, pois é na preservação da diferença entre esses tipos que os objetivos unitários do sistema são atendidos com o máximo de flexibilidade. Emfim, Adorno *et. al.*, (1965) afirmam que o antissemitismo é a simples concretização da mentalidade do *ticket*, ou seja, a mentalidade generalizada de prática de rotulação e estereotipia.

Talvez precavendo-se contra o *ticket*, ou a rotulação que paira, especialmente sobre a imagem pública de Adorno e sua obra, Rouanet (1989) declara que *A personalidade*

autoritária (1965) é tão pessimista quanto a *Dialética do esclarecimento* (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), mas seu pessimismo não é total, uma vez que um dos ensinamentos da tipologia de Adorno *et al.* (1965), é que, com todas as limitações e deformações introduzidas pela cultura, subsistem, apesar de tudo, alguns indivíduos dotados de consciência crítica, capazes de agir praticamente para a transformação do mundo. Em outras palavras, embora vivendo uma época potencialmente fascista, como já afirmara Adorno *et al.* (1965), haverá sempre os que podem sopesar a crítica e a ação, buscando a superação da barbárie.

Nesse sentido, também, Hanna Arendt (1999) aproximou-se do problema da obediência à autoridade, ao tratar especialmente da polêmica provocada nos anos 1963-1964, sobre a cobertura do processo de Eichmann, em Jerusalém. Nos seus pós-escritos, a autora faz um balanço das acusações de que fora alvo, e dos principais pontos polêmicos que suscitaram o “debate”, que a autora fez questão de colocar entre aspas. Enquanto tentava-se imputar a Eichmann a personificação do mal, nele Arendt (1999, p. 311) identificava uma “extraordinária aplicação em obter progressos pessoais”, mas Eichmann lamentava de ter conseguido chegar “só à patente de tenente-coronel da SS”, e de “pura irreflexão”. A autora acrescenta: “nem com a maior boa vontade do mundo se pode extrair qualquer profundidade diabólica ou demoníaca de Eichmann, isso está longe de se chamar lugar-comum” (ARENDR, 1999, p. 311), embora o *massacre administrativo* do qual Eichmann participou, constitua o ponto a ser considerado como problema para as ciências políticas e sociais, isto é, a de que “a essência do governo totalitário, e talvez a natureza de toda burocracia, seja transformar homens em funcionários e mera engrenagem, assim os desumanizando” (ARENDR, 1999, p. 312-313). Para abordar o problema, a autora identifica dois caminhos, o primeiro, o que trata dos *atos de Estado*, e o segundo, o dos atos *por ordens superiores*, mesmos que essas duas categorias sejam, via de regra, em casos de julgamentos como os de Nuremberg, apontados por iniciativa dos acusados, para justificar seus atos. Arendt (1999) destaca que, por detrás de atos de Estado, existe uma teoria da razão de Estado, que proclama que “as ações do Estado, que é responsável pela vida do país e portanto também pelas leis que vigoram nele, não estão sujeitas às mesmas regras que os atos dos cidadãos do país”. A autora continua:

assim como o domínio da lei, embora criado para eliminar a violência e a guerra de todos contra todos, sempre precise do instrumento da violência para garantir sua própria existência, também um governo pode ser levado a cometer atos que são geralmente considerados crimes, a fim de garantir sua própria sobrevivência e a sobrevivência da legalidade (Arendt, 1999, p. 314).

Razões de Estado justificam as guerras, “mas atos criminosos de Estado não ocorrem apenas no campo das relações internacionais, e a história das nações civilizadas conhece muitos exemplos disso”, afirma Arendt, (1999, p. 314). Nesses termos, os crimes praticados pelas razões de Estado, são justificados, conforme a teoria das razões de Estado, em nome de um imperativo, uma necessidade, medidas de emergência, concedidas à *realpolitik*, para preservar o poder e “garantir a ordem legal como um todo” (p. 314), e, em geral são justificadas por considerar que a existência do Estado está em jogo. A diferença que Arendt (1999) estabelece entre o Estado alemão do período de Hitler é que era um Estado inteiramente fundado em princípios criminosos, e se pode acrescentar, que a exceção virou regra, e a guerra se tornou permanente.

Os atos executados em obediência a ordens superiores, interessam particularmente, já que eram um dos principais argumentos da defesa de Eichmann.

Esse é precisamente o ponto, no sentido ético-político, apontado por Sassatelli.

Para Arendt (1999, p. 316) “a relação entre a exceção e a regra, que é de primordial importância para reconhecer a criminalidade de uma ordem executada por um subordinado, foi invertida no caso de Eichmann”. A autora destaca que nenhuma das legislações militares referentes do tema apontado no julgamento estabeleceu que o soldado consultasse à sua “voz da consciência” ou “um sentido de legalidade que existem no fundo da consciência humana, mesmo dos que não estão familiarizados com os códigos legais” (p. 316). Nesses códigos, espera-se do soldado que seja capaz de distinguir entre a regra notável e a exceção à regra, Arendt (1999) cita o parágrafo 48 do código militar alemão, que determina que consciência não basta: “a punição de uma ação ou omissão não fica excluída com base no fato de a pessoa considerar seu comportamento necessário por sua consciência ou pelos preceitos de sua religião” (p. 316). Dessas considerações, a autora considera que Eichmann agiu conforme os limites do tipo de discernimento do que se esperava dele, e finalmente chega ao ponto que interessa a este trabalho: “ordens superiores’, mesmo quando sua ilegalidade é manifesta, podem perturbar severamente o funcionamento da consciência de um homem (...) este é só um exemplo entre muitos para demonstrar a inadequação do sistema legal dominante e dos conceitos jurídicos que em uso, para lidar com os fatos dos *massacres administrativos*, organizados pelo aparelho de Estado” (p. 317). Arent (1999, p. 318) acrescenta:

desde que a totalidade da sociedade respeitável sucumbiu a Hitler de uma forma ou de outra, as máximas morais que determinam o comportamento social e os mandamentos religiosos – Não Matarás! – que guiam a consciência virtual desapareceram.

Inspirado pelos problemas da obediência à autoridade, indicado anteriormente, Milgram (1983), em um estudo clássico em psicologia social, publicado em 1973, destaca que

a força exercida pelo senso moral é menos efetiva do que o mito social nos faz crer. Embora um preceito Não matarás! ocupe um lugar de destaque na ordem social, não ocupa, de forma correspondente, uma posição obstinada na estrutura da psique humana. Algumas poucas mudanças nas manchetes dos jornais, uma convocação da junta de recrutamento, ordens de homem fardado, e as pessoas são levadas a matar com pouca dificuldade.

Os estudos sobre a obediência à autoridade ganharam vulto a partir da segunda metade do século XX, acompanhando o balanço da Segunda Guerra Mundial, na Europa e nos EUA, sobretudo, durante o período nazista, quando se debatia o empenho de parcelas tão gerais da população alemã praticarem atos de destruição. Alguns trabalhos de pesquisa, como os de Adorno *et al.* (1965) e Arendt (1999), abordam a relação entre o valor absoluto atribuído a uma autoridade e a obediência cega, e sua relação com atrocidades incomensuráveis. No campo dos estudos em psicologia social de grupos, esse problema foi analisado, como visto anteriormente, minuciosamente por Stanley Milgram (1983), no mesmo espírito de busca para entender a relação entre autoridade e obediência e seus resultados. Nesse sentido, as *execuções sumárias*, via de regra, são praticadas por policiais militares como *dever de ofício*, e eles são considerados heróis e premiados por sua atuação considerada exemplar, como consta o relatório de uma audiência pública elaborado pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa da Bahia, encaminhado para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA/CIDH, 1997, s. p.). Para a comissão, o ato heroico e a premiação não se restringem à Bahia, pois, em outros estados brasileiros, autoridades policiais chegam a apoiar publicamente a atuação violenta dos policiais, como se pode verificar em publicações jornalísticas, que serão analisadas posteriormente. Segundo a comissão, essa conivência expressa-se como estímulo à violência policial e legitimação de violência institucional. Como exemplo emblemático, pode-se citar o caso de um cabo que fora previamente indiciado em 49 assassinatos que, mesmo assim, recebeu o título de “policial do ano”. Por sua vez, o coronel, que o condecorou, foi “acusado de praticar 44 mortes em seus 24 anos de carreira” (OEA/CIDH, 1997, s. p.).

Milgram (1983) considera que

a essência da obediência consiste no fato de que uma pessoa se veja como o instrumento de realização dos desejos de outra pessoa, e a partir daí a primeira pessoa não se acha mais responsável por suas ações. Uma vez que

essa mudança crítica no ponto de vista tenha ocorrido na pessoa, todas as características essenciais da obediência seguem-se. O ajuste de pensamento, a liberdade de assumir um comportamento cruel e os tipos de justificativa experimentados pela pessoa são essencialmente similares em um laboratório (...) a questão da universalidade é resolvida pela construção cuidadosa de uma situação que capture a essência da obediência. (prefácio, p. 2)

O autor define obediência como “mecanismo psicológico que liga a ação individual a propósitos políticos. É o cimento que prende os homens aos sistemas de autoridade” (MILGRAM, 1983, p. 19). Para ele, as condições de que decorre a obediência são

mantida[s] através da simples afirmativa pela autoridade, de que existe o direito de exercer o controle sobre a pessoa. Seja qual força que a autoridade exerça (...) é baseada em poderes que a pessoa de alguma forma atribui a ela e não em nenhuma ameaça objetiva ou através de meios físicos presentes com o objetivo de controlar a pessoa. O maior problema para a pessoa é [retomar] o controle de seus próprios processos predominantes, uma vez que tenha confiado esses processos aos objetivos [da autoridade constituída]. As dificuldades que isso envolve representa o elemento crucial e, em certos casos, o elemento trágico da situação sob estudo, pois nada é mais desolador do que ver uma pessoa empenhar-se, embora não completamente capaz de controlar seu próprio comportamento, em uma situação que para ela é consequente (MILGRAM, 1983, p. 2-3).

Um dos elementos indicados por Milgram (1983) para que a obediência à autoridade como valor abra o caminho para que indivíduos e grupos exerçam ações cruéis e destrutivas, que, em outra situação, poderiam não ter como resultado a própria direção de sua consciência, revela a força que exerce o elemento o valor de hierarquia, de organização técnica e burocrática, fruto da divisão social do trabalho e da fragmentação e destroçamento da vida social e da própria consciência resultante desse processo de fragmentação. Via de regra, as ações de policiais militares expressam o processo de estranhamento produzido pela segmentação das classes, ao modo que esse processo ocorre na particularidade da formação social brasileira, marcada pela metamorfose sofrida nos últimos vinte anos, como resultado reorganização da economia sob o predomínio do capital financeiro. Nesse cenário, o principal alvo das ações policiais, tem sido a fração da população que se equilibra na corda bamba entre uma carreira moral considerada *honestas*, e uma outra, socialmente considerada delinquente. O estranhamento, nesse caso, materializa-se no modo como essa fração de classe localizada incluída por despossessão, é desconhecida como sendo pertencente à esfera dos que são portadores de direitos e de humanidade. Conforme as indicações de Resende (1992), a fragmentação e o destroçamento localizados nas relações objetivas do homem, por meio do

processo de trabalho, com a realidade social, com os outros homens e consigo mesmo, é internalizado pelo sujeito, a ponto de constituir sua própria consciência e a consciência abstrata advinda do objeto destroçado. Do processo de ajustamento de consciência, a instituição policial fundamenta suas ações em nobres missões de proteção da sociedade como uma universalidade abstrata dessa parcela da população, ela mesma produzida como resultado lógico da relação capital-trabalho.

1.2 A violência policial em Goiás

Um levantamento realizado, em 1999, pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Goiânia sobre a violência policial no período de 1994 a 1999, de acordo com Ferreira (2007, p. 66), contabilizou 159 homicídios praticados por policiais militares no estado de Goiás, dos quais 47 ocorreram na capital, dos quais oito tiveram inquéritos instaurados com o objetivo de apurar os extermínios. Esse documento, segundo o autor, com mais de 250 páginas, contém, anexos, cópias de inquéritos e depoimentos e foi um dos primeiros que denunciaram policiais militares de práticas de execução sumária. O vereador Djalma Araújo (PT), vice-presidente da comissão à época, declara que sempre houve bandidos de fardas que agem como dobermans perante os cidadãos e, há muito tempo, existem grupos de extermínio nos quadros da PM. Macloys Aquino (2011), ao referir-se ao relatório da Câmara Municipal de Goiânia, destaca que a maior parte dos crimes se deu por disparos da PM contra as vítimas, situação normalmente caracterizada como acidente ou legítima defesa.

Ao realizar um balanço retrospectivo das mudanças institucionais na esfera da segurança pública em Goiás, Castilho (2010) define o que considerou avanços técnicos operacionais da Polícia Militar de Goiás (PMGO), efetivados nos anos 1990, destacando mudanças ocorridas no sistema operacional¹⁰ da PM. Dentre essas mudanças, destaca a criação das Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (Rotam) e do Batalhão de Polícia Militar de Choque (BPM Choque). Conforme Castilho (2010), tais mudanças institucionais, projetou Goiás como referência no campo de preparação de policiais como tropas especialistas. Destaca ainda, que os princípios e as diretrizes da Rotam goiana firmaram-se com base na experiência das Rondas Ostensiva Tobias de Aguiar, a Rota da PM paulista¹¹

10 Os comandos regionais foram localizados nas seguintes cidades do estado de Goiás: 1º Comando Regional da Polícia Militar (CRPM), em Goiânia; 2º, em Aparecida de Goiânia; 3º, em Anápolis; 4º, na Cidade de Goiás; 5º, em Luziânia; 6º, em Itumbiara; 7º, em Iporá; 8º, em Rio Verde; 9º, em Catalão; 10º, em Ceres; 11º, em Formosa; 12º, em Porangatu; 13º, em Posse e 14º, em Jataí.

11 A Rota paulista segundo Barcelos (1992), foi constituída com o objetivo de combater a guerrilha urbana.

modelo que teve suas estruturas adaptadas às necessidades do Centro-Oeste. O autor destaca também outras mudanças que se deram na instituição policial no período, tais como instituição do Procedimento Operacional Padrão (POP) da PM, que foi utilizado como guia para mapear a produtividade dos trabalhadores da instituição policial militar. A instituição da Medalha Anhanguera, é destacada como sendo outra inovação. Essa forma de premiação, nas modalidades bronze, prata e ouro, teve, conforme Castilho (2010), o objetivo de condecorar os praças da polícia militar, e fundamentar os critérios institucionais para a ascensão na carreira. Assim, os trabalhadores da polícia que fossem condecorados na modalidade ouro, passariam a ser reconhecidos “pelo fruto de um serviço prestado com excelência e profissionalismo, acima da média do dever” (CASTILHO, 2010, s. p.). Conforme o autor, que integra a corporação policial goiana, a modalidade de recompensa materializada na Medalha Anhanguera, passou a ser bastante enfatizada a partir do ano 2000, baseados, em suas palavras, em resultados práticos, e não apenas estatísticos e midiáticos, permitindo que o policial aplicado na atividade fim, fosse mais valorizado, respeitado e condecorado “fazendo valer o risco ou a intranquilidade jurídica individual de quem está na ponta, na execução” (CASTILHO, 2010, s. p.). A medalha Anhanguera teve, portanto, o objetivo de premiar a produtividade policial na atividade de “proteger e servir à sociedade”, acrescentando, “inúmeros heróis anônimos idealistas que vivem para combater o crime vinte quatro horas do dia” (CASTILHO, 2010, s. p.).

Esse breve panorama traçado por Castilho (2010), um integrante polícia goiana, que acompanhou as mudanças institucionais operadas nos anos 1990, revela o redimensionamento interno dos critérios de progressão de carreira, que, dentre outras mudanças, construiu novas bases para melhoria da produtividade do trabalho do policial militar, especialmente os que estão inseridos nos chamados grupos de operações especiais.

Conforme o relatório da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, essas mudanças de critérios, para progressão na carreira policial militar, concretizaram-se na esfera legislativa, com a promulgação da Lei estadual de nº 13.058, 06 de maio de 1997, que alterou os artigos 29 da Lei estadual de nº 8.000, de 25 de novembro de 1975. Tratou-se de uma modificação nos dispositivos legais relativo às condições de promoção dos oficiais da ativa da Polícia Militar do Estado de Goiás. Com essa mudança, permitiu-se que “a critério da Comissão de Promoção de Oficiais, policiais com processos ou condenações criminais sejam promovidos” (GOIÁS/CDH/ALEGO, 2012, p. 15).

À medida que o policial é o tipo de trabalhador que dispõe do seu corpo, de equipamentos e outros instrumentos de trabalho, para o exercício da violência como profissão,

o aumento na sua produtividade, conforme o ideário que a justifica, nos marcos da noção ideológica de proteção e serviço à sociedade, pode-se deduzir dessas mudanças legislativas e institucionais, que elas produzem efeitos sobre aqueles que estão empenhados na busca por ascender socialmente na carreira, constituindo-se em incentivo para o empenho centrar-se na prática requerida pelos idealizadores das mudanças institucionais trilhando o caminho da busca pelos prestígios ligados às patentes. Esse dispositivo legal deve ser considerado, portanto, um elemento institucional que tem efeitos sobre a dinâmica da atividade policial, sugerindo-se que esses dispositivos podem ter relação com o quadro da violência policial militar, que se desenhou nos anos 2000 a 2011, e permanecem vigentes na esfera da corporação policial militar em Goiás.

A alteração nos dispositivos legais, o foro privilegiado militar para efeito de julgamento e a instituição da medalha para condecoração pela produtividade no trabalho militar, são indicadores que sugerem uma relação com a visibilidade pública que se deu no período indicado, de mortes e desaparecimento de pessoas como resultado da ação policial. Tratam-se de indicadores estruturais, que podem ser considerados no processo de análise do problema da configuração da violência policial militar em Goiás. Mediações institucionais que participam, no conjunto das múltiplas de terminações, que determinam a forma e o conteúdo das mortes e desaparecimentos de pessoas no período, as quais ganham mais visibilidade pública, à medida que avançam os anos.

Na passagem dos anos 1990 para o ano 2000, a imprensa aponta a promotoria de justiça do estado de Goiás, havia aberto 25 inquéritos contra policiais militares e 21 contra policiais civis, para apuração de denúncias de assassinatos e desaparecimento de pessoas na região do entorno de Brasília. É também o momento em que permanecem rumores acerca da existência de grupos de policiais organizados e praticando o que na esfera internacional tem sido definido como execuções sumárias e desaparecimento forçado de pessoas. Fernandes (2000, p. 3-4) destaca:

as vítimas têm características comuns: homens de 20 a 25 anos, com marcas de espancamento e atingidos por tiros de alto calibre no rosto, encontrados em estado avançado de deterioração, o que, em muitos casos, dificulta a identificação. Os corpos são recolhidos em matagais e, como não são reconhecidos, não é feita nenhuma investigação. Geralmente, os poucos que são identificados tiveram alguma passagem pela polícia.

Fernandes (2010), em reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* do dia 22 de fevereiro de 2000, p. 3-4, indica o cenário em que atuavam e o resultado da produtividade

policial naquela região. A reportagem registra que, até o segundo mês do ano 2000, dezenove policiais militares haviam sido presos em Goiás, por assassinato. Ressalta-se que antes das prisões, no mesmo mês e ano, fevereiro de 1999, mais duas mortes haviam sido publicizadas, a primeira de um carroceiro conhecido como Bertinho, e a segunda, de um líder comunitário. Ambos os casos, estavam sendo objeto de intervenção federal, por meio de instituições de direitos humanos, sobretudo a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Em relação ao depoimento de uma criança que havia presenciado o assassinato do carroceiro, a Procuradora Geral de Justiça, Ivana Farina, destacou, na reportagem: “o garoto descreve tudo com tantos detalhes, fica difícil não acreditar no que ele diz”. O corpo do carroceiro foi encontrado às margens da BR 060 no município de Alexânia, 45 dias após ser executado com três tiros e de sofrer violência física. Dois dias depois, o corpo foi recolhido no Instituto Médico Legal (IML). Nessa reportagem, realizada no início do ano 2000, revelou-se o posicionamento de alguns atores institucionais, que permanecerão durante toda a década, confrontando-se na arena pública. De uma lado, policiais sendo acusados de formar grupos de extermínio, de outro lado as instituições de defesa de direitos humanos, vindo a público para questionar essa prática. No meio desse debate, os familiares dos mortos vivendo o drama entre as ameaças de morte e busca por justiça e reparação. Esse quadro atravessou toda a década, e seu resultado mais imediato são acúmulo de mortes que não são reconhecidas como tal.

Em audiência pública, realizada em 2 de fevereiro de 2006, para discutir a violência policial em Goiás, o representante do Centro Operacional de Controle Externo da Atividade Policial (CAOEx) do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO), Carlos Alberto Fonseca, destaca que “há claramente uma organização criminosa e é clara uma sequência de queima de arquivos, uma sequência que é típica de uma organização criminosa no seio da Polícia Militar” (GOIÁS/CDH/ALEGO, 2006, p. 23). Destaca ainda, uma dificuldade em desvendar os casos, por se considerar legalmente, que, quando não há corpo no caso do desaparecimento forçado, a apuração é muito difícil” já que o corpo é considerado, para efeito legal, prova material (GOIÁS/CDH/ALEGO, 2006, p. 23).

No caso das mortes ocorridas no entorno de Brasília, e sobre as quais o CDDPH vinha atuando, uma delas, é o que aponta Fernandes (2000), teria ocorrido em razão de represália a uma denúncia de torturas, abuso de autoridade e assassinatos, feitas por meio de um dossiê entregue à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e ao Ministério Público. Os acusando de praticarem crimes que ferem a ordem internacional dos direitos humanos, eram policiais militares. Após o assassinato do autor da denúncia, pressão de entidade nacionais e internacionais de direitos humanos, houve uma reação do executivo,

por meio do então Secretário de Segurança Pública, Demóstenes Xavier Torres que, apontou a iniciativa de efetuar a prisão de treze PMs e substituição de toda corporação localizada na região em que havia ocorrido os assassinatos. Como destaca Fernandes (2000), dentre os quais, haviam sido presos um capitão e outros quatorze policiais militares, um sargento reconhecido por testemunhas como um dos autores. Oficialmente, até aquele momento, se havia contabilizado um total de cem mortes denunciadas.

Esse foi o cenário, em que se publicizou o debate acerca da existência de grupos de extermínio em Goiás, acompanhado da discussão sobre a necessidade ou não de intervenção federal nos casos. Nesse debate público, que foi publicizado no início de 2000, a assessoria de imprensa do Ministro Carlos Dias descartava a necessidade de “intervenção federal na apuração das denúncias de violência policial no entorno” (Fernandes, 2000, p. 3-4). Já em 22 de fevereiro de 2000, o jornal *Folha de S. Paulo*, que informava da constituição de uma “força-tarefa”, formada por representantes das Secretarias de Segurança Pública de Goiás e Distrito Federal, membros do Ministério Público, do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, com o objetivo de “coibir a violência de policiais civis e militares suspeitos de formar grupos de extermínio na região do entorno de Brasília” (p. 3). A matéria destaca a repercussão e de mobilização de entidades nacionais, dentre elas, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e internacionais, que apresentaram críticas ao governo brasileiro, cobrando uma intervenção sobre as atrocidades praticadas no estado de Goiás.

Aponta ainda que representantes da Anistia Internacional de vários países estavam enviando cartas às autoridades do governo brasileiro “em protesto contra os grupos de extermínio que estão agindo na região do entorno do Distrito Federal” (FOLHA DE S. PAULO, 22 fev. 2000, 4). Ao notificar as mortes atribuídas a esses grupos, cuja denúncia conta por fonte o Ministério Público de Goiás, a matéria menciona casos semelhantes ocorridos em um passado não tão distante, “o que retoma uma situação semelhante à da Baixada Fluminense dos anos 1970, quando os esquadrões da morte atuavam com a tolerância das autoridades” (FERNANDES, 2000). Informa ainda, o jornal que, de acordo com o Ministério Público de Goiás, policiais civis e militares estariam comandando a “matança: somente nos dois primeiros meses do ano [2000] foram presos 21 policiais militares acusados de tortura e homicídio” (FERNANDES, 2000, p. 3). Conforme indica a reportagem, haviam chegado quinze cartas de países, como Alemanha, Áustria, Reino Unido, França e Austrália. Todas eram encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos da Câmara, com cópia para “o Ministério da Justiça, ao governador do Estado Marconi Perillo e ao secretário da Segurança Pública de Goiás, Demóstenes Xavier Torres” (FERNANDES, 2000, p. 3). A reportagem

apresenta, também, um extrato de uma fala atribuída a James Cavallaro, diretor da Organização Não Governamental (ONG) Human Rights Wach, que questiona como cem pessoas poderiam ter morrido e ninguém ter tomado nenhuma providência.

A iniciativa de enviar cartas teria sido da sede da Anistia Internacional, em Londres, com o objetivo de promover uma ação urgente, para mobilizar pessoas de todo o mundo contra a violência. A reportagem indica, também, que a Organização dos Estados Americanos (OEA) estaria acompanhando as investigações sobre a violência no local, mostrando, ainda, um extrato de fala do jurista Helio Bicudo, então presidente do Centro Santo Dias de Direitos Humanos e membro da Comissão Interamericana do Direitos Humanos (CIDH) da OEA, que apontava, também, a possibilidade de ser levado o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos, na hipótese de denúncias de omissão do governo brasileiro. Ressalte-se, no entanto, que em 1997 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos já havia aprovado relatório de denúncia de violação dos direitos humanos no Brasil, fazendo recomendações ao governo brasileiro para intervir, a fim de superar o problema das *execuções sumárias*.

A incidência de mortes praticadas por policiais militares e as denúncias generalizadas, tanto na esfera internacional quanto nacional e, mais precisamente, os assassinatos, sobretudo, de Águas Lindas, trouxe a público a polêmica sobre a existência ou não de *grupos de extermínio* em Goiás. A imprensa (FERNANDES, 2001) destacava alguns depoimentos feitos por organismos internacionais que apontavam a presença de crime organizado no Brasil e em Goiás. Nessa mesma direção, a Procuradora Geral de Justiça, Ivana Farina, confirma a sua existência, e argumenta que as características similares em que as mortes foram praticadas sugeriam a presença de *grupos de extermínio*, que atuavam naquela região do estado, o Entorno de Brasília. As evidências segundo ela, comprovam a participação de policiais militares nas mortes, pois, trata-se de corpos mutilados, tiros no rosto disparados com arma de alto calibre, dificultando a identificação das vítimas. A procuradora para confirmar a suspeita de envolvimento de policiais militares nas mortes de pessoas aponta o resultado da vistoria realizada no quartel da PM, onde foram encontrados capuzes, ataduras de gaze. Argumenta que esse fato, aliado ao perfil das pessoas assassinadas e já identificadas, a levava a acreditar na tese do envolvimento de policiais militares naquelas práticas.

Em outra direção, a imprensa expressa o posicionamento do governador e do Ministro da Justiça:

ao contrário do que suspeitam representantes do Ministério Público, da Anistia Internacional e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, o governador de Goiás Marconi Perillo (PSDB) e o Ministro da Justiça José

Carlos Dias, não acreditam na existência de *grupos de extermínio* comandados por policiais, na região do entorno do Distrito Federal (FERNANDES, 2000, p. 3).

Segundo a matéria, o governador, considera que as duas mortes ocorridas em Águas Lindas constituem “casos isolados”, e acrescenta:

o caso é preocupante, mas não podemos colocar sob suspeita toda a corporação. De qualquer forma, preventivamente, estamos providenciando a troca dos policiais, transferindo-os para outros locais. Em dois meses haverá em Águas Lindas de Goiás, onde a violência é mais grave, um novo comando (FERNANDES, 2000, p. 4).

A fala do governador, de um lado, nega a existência de *grupos de extermínios* mas considera que esse fato pode atingir a corporação, de outro, pelo que tudo indica, desconsidera a suspeita de envolvimento do comandante-geral da PM, nomeado por ele no início de seu governo e preso na Operação Sexto Mandamento. Marconi Perillo apresenta como solução para as mortes ocorridas a transferência dos policiais para outras unidades de serviços, buscando convencer a população de que o policial militar autor da violência, em outro espaço de trabalho, deixaria de praticá-la. Com essa proposta, o governador desloca o foco do contexto da sociedade e da corporação para o indivíduo.

Ao referir-se às mortes praticadas pela polícia militar, o Corregedor da Polícia Militar, concorda com o governador e, também, quer fazer acreditar que não há essa forma de violência na polícia militar. Evitando referir-se a *grupos de extermínio*, ele destaca que, em Goiás, não existe crime organizado. No registro da reportagem jornalística, o Corregedor da Polícia Militar afirma que não é possível falar em “crime organizado envolvendo policiais”, e justifica a sua posição afirmando terem sido comprovados apenas dois casos com participação de policiais militares.

O argumento do corregedor para negar a criminalidade presente na polícia militar goiana, desconhece o direito à vida e os princípios éticos e encontra sustentação no conceito de reificação psíquica, analisada por Resende (2009), e entendida “como um movimento pelo qual a objetividade ilusória e irracional, a desrazão objetivamente real, tão bem descrita por Marx, é convertida em seu contrário e vivida subjetivamente como verdadeira e racional” (p. 137). A autora considera que a reificação “se constitui na experiência subjetiva de uma pseudorracionalidade através da qual a irracionalidade objetiva se apresenta” (p.137).

Os depoimentos das autoridades constituídas e de uma mesma posição política, ao negarem a existência de *grupos de extermínio* na polícia militar de Goiás, podem ser

analisados, também, como uma estratégia de defesa da corporação e da própria administração, porém, os fatos colocam-se com muita evidência, e os argumentos não apresentam consistência. No entanto, as posições divergentes de atores institucionais diferentes continuarão confrontando-se, e a violência praticada pela polícia militar com requinte de crueldade, sobretudo, nas áreas de extrema pobreza e exclusão social pode expandir-se para outros segmentos da sociedade com critérios exclusivamente ligados à lógica dos que arrogam uma soberania sobre a decisão de fazer morrer ou deixar viver. No entanto, a polícia militar, ao atingir segmentos fora do âmbito da pobreza, pode colocar o Estado na contingência de exercer a intervenção, buscando investigar e punir os responsáveis.

O debate público sobre a violência praticada por policial militar atravessou a década de 2000, e tomou corpo, pois somente após a virada para o século XXI, que as práticas de *execuções sumárias* no estado de Goiás tornam-se objeto da atenção de setores do próprio governo estadual. Nesse período, o noticiário jornalístico intensificou a divulgação dos casos de mortes e desaparecimentos de pessoas, associando-os à prática de policiais militares. Aliada as questões relativas às pessoas que eram violentadas, travou-se o debate entre representantes do Ministério Público, da Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Militar do Estado de Goiás e diferentes entidades de defesa de direitos humanos, que abordava duas questões. A primeira questionava a existência de grupos de extermínio, envolvendo policiais militares no Estado de Goiás e, a segunda, se deveriam ou não serem federalizadas as investigações. Em outras palavras, questionava-se se as investigações sobre os casos envolvendo policiais militares nos assassinatos deveriam deslocar-se do âmbito estadual para o da União.

Deslocar as investigações para a esfera federal era, de certa maneira, colocar em questão a competência das polícias militares e civis, para investigações isentas de sentimento corporativo. No entanto, essa afirmativa não pode desconhecer a relação existente no aparato repressivo do Estado em ambas instâncias de poder.

No centro do debate entre a condenação e a justificação, situa-se o dilema entre manter em movimento em ritmo mais ou menos acelerado ou frear uma máquina de guerra atuante contra um inimigo de contornos inespecíficos, cujos resultados mais imediatos e visíveis são centenas de corpos e vidas ceifadas em áreas de habitação das camadas populares que, segundo Wacquant (2000, p. 55), impactam, na sua versão local, o destino “das frações da classe operária renitente perante a disciplina dos salários precário e sub-remunerado”. Esses debates, no entanto, aparecem como formas mediadas em torno de um tema, que ficou

conhecido pelo noticiário local e nacional, como “mortos e desaparecidos após intervenção policial [militar] em Goiás” (FERNANDES, 2000, p. 3).

A persistência de grupos de policiais militares que praticam a violência no cenário estadual indica que as estruturas que os mantêm continuam sólidas mesmo com denúncias das comissões de direitos humanos, dos movimentos sociais organizados tanto no âmbito do estadual, quanto nacional, e a publicização dada pela imprensa, traz à tona essa violência. Essa forma de violência, desde o período dito de transição da ditadura militar, ocupou a pauta de preocupações de entidades de defesa dos direitos da infância, que denunciavam assassinatos de crianças e adolescentes, acompanhada de pesquisas que identificavam a participação de policiais militares. Ao mesmo tempo em que ocupava o centro das discussões de entidades de defesa de direitos, da agenda midiática e acadêmica e da pesquisa, a movimentação contra a violência de policiais militares contribuiu para a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Assim, a violência de policiais militares constituiu-se em objeto de contestações da sociedade civil organizada nos movimentos sociais, cujas ações articuladas foram relevantes para a organização das famílias das vítimas na luta contra a violência da polícia militar e por justiça, buscam elucidar os crimes e punir os culpados, questão que será tratada a seguir.

1.3 Organização das famílias e a resistência à violência de policiais militares

Da mesma forma que a violência policial arrasta-se no tempo, a resistência das famílias das vítimas à essas práticas, também, atravessa décadas e, em cada momento histórico, assume os contornos possíveis na realidade e diferentes formas de manifestar-se, em Goiás.

No início da organização, as famílias participaram do Encontro de Pastorais, organizado pela Arquidiocese de Goiânia no Centro Pastoral D. Fernando, na Igreja Evangélica de Cristo, em Aparecida de Goiânia, em audiências públicas. Nessas oportunidades, as famílias relatavam as situações de violência sofridas. A ocupação de espaços diversificados para publicizar os fatos e discutir a violência de policiais militares constituiu-se, também em uma estratégia para atingir os diversos segmentos da sociedade vinculados às igrejas e ao poder constituído.

Nos anos 2000, uma articulação de diversas organizações de defesa dos direitos humanos, vinculadas à sociedade civil, como a Casa da Juventude Pe. Burnier (Caju), o Cerrado Assessoria Jurídica Popular, o Instituto Brasil Central (Ibrace), a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e o Ministério Público,

contribuíram para a criação do *Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial*, no dia 28 de abril de 2006 com o lema, *Quando a dor vira resistência* lançado na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás¹². Essa articulação procurou reunir as famílias das vítimas de violência de policial militar, intelectuais e parlamentares sensibilizados com tal violência e acreditando ser possível alterar esse quadro. Nas reuniões, buscavam-se formas de luta e se destacavam expressões, como *justiça, força, amor, coragem, proteção, esperança, ânimo, fé, alegria, dor e solidariedade*, e as famílias que tiveram seus filhos ou entes queridos assassinados ou que desconhecem os seus paradeiros, faziam relatos das situações vivenciadas.

Nessa oportunidade, uma das integrantes do grupo, ao dizer que seu filho fora assassinado dentro de casa, informou que “a casa até hoje está cheia de balas nos móveis e paredes. Se meu filho fez alguma coisa errada, ele tinha o direito de ser julgado e não executado. O pior é que os policiais falam que meu filho cometeu suicídio. Sei que isso não é verdade”.

Outra mãe relatou:

meu filho era trabalhador e amigo. O sonho dele era ajudar seu pai. Só que ele não pôde concretizar seu sonho porque a polícia o assassinou dentro de casa. Eu liguei para meu filho um pouco antes de acontecer a tragédia e ele me contou que tinha fugido da polícia porque estava de moto e sem capacete. A polícia nunca deveria ter feito isso. Inventaram que meu filho subiu em cima da casa, mas ele estava com problema nas duas pernas, não teria condições de escalar um muro. Eu ficava gritando para não fazerem isso e eles me falaram que meu filho era marginal e que, se eu atrapalhasse, iriam me matar. Eles fizeram isso porque quiseram (GOIÁS/Comitê, s. d.)

Essas reuniões constituíram-se em espaço de encontro das famílias, que foram violentadas no direito à vida de seus filhos, ao mesmo tempo, espaço de acúmulo de forças e tomada de decisões.

Os encontros e os relatos dos acontecimentos contribuía para que as famílias das vítimas fortalecessem suas ações. Segundo Oliveira (1987, p. 51), “ a consolidação do movimento se revela não só pelo crescimento de sua capacidade de luta, organização e incorporação, sob uma mesma bandeira de luta, de parcela crescentes [de outros protagonistas], mas também pelas condições a que teve que fazer frente para avançar nesse processo”. Assim, as reuniões tinham o objetivo de ampliar a discussão sobre a violência praticada por policiais militares.

12 Acerca das entidades que participaram da atividade de lançamento do Comitê, ver nota 2, na introdução.

No aspecto administrativo e político, após encaminhamentos imediatos, o grupo de famílias e a assessoria decidiram fazer a documentação dos casos, a organização de dossiês com o relato das situações de violência ocorrida até aquela data, 2006, a elaboração de uma carta a ser apresentada no lançamento oficial do Comitê, bem como promover a mobilização das famílias das vítimas para depoimentos que ocorreram naquela oportunidade. Essas atividades compuseram a fase preparatória de criação do Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial. Ressalte-se a participação e o apoio da Casa da Juventude Pe. Burnier, que disponibilizou além da assessoria, espaço para as reuniões, confecção de camisetas, cartazes e equipamentos necessários a essas famílias para a sua organização. Também foi fundamental a participação e apoio da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado na promoção de uma audiência pública¹³, realizada no dia 2 de fevereiro de 2006, sob a presidência do deputado Mauro Rubem¹⁴ (PT), e que contou com a participação de entidades e/ou organizações não governamentais no apoio e/ou composição do referido Comitê, de autoridades representantes de direitos humanos em âmbito nacional e local, da Secretaria Nacional e Estadual de Segurança Pública, da Polícia Militar do Estado, de representantes dos movimentos sociais e das famílias das vítimas que depuseram sobre as violências sofridas. Antes de dar a palavra aos presentes, o deputado Mauro Rubem apresentou a dinâmica da audiência e os seus objetivos.

Assim, ele se expressou:

os nossos objetivos aqui [é] contribuir para resolver um dos problemas que eu reputo como sendo um dos mais presentes de preocupação da vida do povo brasileiro. Nós, hoje, damos conta de dar algumas respostas satisfatórias na política de educação, saúde, de assistência social, mas ainda estamos a dever para a sociedade uma resposta como ela precisa. E não quero aqui deixar de reconhecer que uma das situações que mais agrava a insegurança do País é a própria situação de concentração de renda, de desigualdade, de situações que subordinam a sociedade a situações que nos deixam extremamente fragilizados. (GOIÁS/CDH/ALEGO, 2006, p. 3).

13 A audiência pública contou com a participação das seguintes autoridades que foram convidadas para compor a mesa: Ivana Farina, que foi designada pelo Comissão de Defesa de Direito da Pessoa Humana (CDDPH) e também a Secretaria Especial de Direitos Humanos, e para investigar esses casos de violência; o Major Eraldo Marques Viegas, Coordenador do Departamento de Políticas e Projetos, representando a Secretaria Nacional de Segurança Pública; o Delegado Eurípedes da Silva, Corregedor Geral da Secretaria de Segurança Pública e Justiça, representando a Secretária de Segurança Pública do Estado de Goiás; o Coronel Edson Costa Araújo, Subcomandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás. Compuseram a mesa ainda o Orton Rodrigues, pai do menino de doze anos assassinado, representando as famílias das vítimas; Frei Marcos Sassatelli, na condição de defensor dos direitos humanos, em Goiás. Foram também convidados para compor a mesa sem, no entanto, ocuparem lugar por falta de espaço físico, o Carlos Alberto Fonseca, Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público do Estado de Goiás, Gueth Abreu, Procurador da Justiça de Defesa do Cidadão do Ministério Público Federal. Foi anunciada a presença do deputado federal Capitão Wayne (GOIÁS/CDH/ALEGO, 2006, p. 1).

14 O deputado estadual Mauro Rubens (PT; mandatos 2003-2006; 2007-2010; 2011-2014) é o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

Em seguida ao pronunciamento do deputado, as famílias foram convidadas a apresentar os seus depoimentos. Orton Rodrigues foi o primeiro a falar:

há várias autoridades aqui, aos Desembargadores, que olhem o caso de Murilo Soares, para não ficar impune. Quero pedir também ao Major, com carinho, olhar a ficha dos policiais que mataram meu filho Murilo Soares, que estão nas ruas de novo, estou sendo ameaçado de morte, há policiais na sala à paisana, 24 horas onde eu estou, estão me olhando, não sei para quê. (...) esses policiais não foram julgados ainda pelo corporativismo que existe em todos os órgãos do Governo. E ninguém está tendo coragem de colocá-los na cadeia, porque, simplesmente, qualquer advogado que olhar o que aconteceu com meu filho, as testemunhas que existem, colocaria todos eles na cadeia. Assim, peço que olhem com carinho. Olhem o caso do Murilo, gente. Ele não é um adolescente, ele é uma criança. Ele tinha doze anos e cursava a sétima série, e ele tinha o sonho de ser um jogador de futebol, e isso foi destruído por policiais militares. Quero lhes dizer novamente que estou sendo ameaçado de morte 24 horas, e não vou parar de tomar as iniciativas à procura do meu filho, porque é o mínimo que posso fazer, e peço a compreensão de todos e lhes agradeço pela oportunidade. (GOIÁS/CDH/ALEGO, 2006, p. 4)

Outro pai de um jovem assassinado, destaca que estava ali com sua esposa para pedir justiça e nada mais que isso.

Sei que isso não irá trazer meu filho de volta, mas, simplesmente, é para que não aconteça com os filhos de outras pessoas. Minha esposa presenciou todo o problema, a morte de meu filho. Não só ela, mas, mais ou menos, umas cem pessoas estavam na porta da minha casa. Estou falando em mais de cem testemunhas que pediram para eles que não matassem meu filho, porque ele não era bandido, era um trabalhador, estava de licença médica. Esse negócio de que era sobre um assalto, tudo é mentira. (...) na verdade, quem atirou foi a Polícia Militar, mais de cem pessoas que presenciaram o fato, porque lá da grade da minha cozinha dá para ver lá no fundo, onde ele foi assassinado. Aquela história de que ele subiu na casa, ele estava com uma perna quebrada (...) ele não tinha como subir em casa, como foi dito por aí, ele não dava conta nem de andar, nem de correr, quanto mais subir numa casa. (GOIÁS/CDH/ALEGO, 2006, p. 4)

O movimento de luta contra a violência de policiais militares, em Goiás, estabeleceu, ainda como estratégia denunciar e tornar público os acontecimentos, a entrega de um relatório, contendo os casos de violência de policiais militares, no estado, aos representantes da Comissão de Direitos Humanos, em outra Audiência Pública, a do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, realizada em Goiânia no primeiro semestre de 2006. Essa era uma das audiências públicas que estavam em curso, naquele momento no Brasil, e tinha o objetivo a elaboração de um dossiê sobre violações de direitos humanos a ser encaminhado à Organização das Nações Unidas (ONU).

Assim, o combate à violência de policiais militares, no estado de Goiás, no período indicado para o estudo, concretizou-se, sobretudo, em várias ações da sociedade civil apresentou várias ações, tanto das famílias cujos entes queridos foram mortos, encaminhando denúncias ao poder público e participando de outras formas de intervenções definidas pelo Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial, quanto das comissões de defesa dos direitos da pessoa humana e Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e do Ministério Público, na articulação nacional/internacional. Essas ações contribuíram para exigir providências do poder estatal no sentido de punir os culpados pelos crimes cometidos e conter a violência policial militar em Goiás. A Operação Sexto Mandamento¹⁵, da Polícia Federal resultou em prisões de policiais militares e foi acompanhada de reação da corporação, por meio de seus representantes, que buscaram interferir no processo para impedir ou invalidar suas ações.

1.4 A ação do Estado e a reação de policiais militares

As discussões sobre a violência no Estado e a presença de *grupos de extermínio*, em Goiás, envolvendo autoridades resultaram, como saldo prisões de policiais militares e a confirmação da presença desses grupos na corporação militar além de explicitar a conivência do poder repressivo do Estado, como mostra pode ser identificado, por meio do apêndice A, que registra a prisão de 67 policiais militares, de 1999 a 2011, no estado de Goiás, e evidencia a presença de grupos de extermínio organizados no interior da Polícia Militar do Estado de Goiás, contando com a participação direta de policiais militares graduados e dirigentes da corporação no comando. Esses policiais militares, dirigentes da corporação, como registra o quadro, foram presos e encaminhados para o presídio de segurança máxima, localizado em Campo Grande (MS).

As últimas prisões, a dos dezenove policiais efetuada pela Polícia Federal, ocorreram após um período de investigação, incluindo escutas telefônicas, quando ficou constatada a participação de policiais militares no extermínio de pessoas e no ocultamento de cadáveres. De acordo com Ferreira (2011), desde 2003, havia quatro investigações que contaram com a participação do Grupo de Repressão ao Crime Organizado (GRC) do Ministério Público (MP) estadual, do Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) da Secretaria Nacional de Segurança Pública da Presidência da República, da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e da Polícia Federal que buscavam apurar, sob segredo de justiça, a

¹⁵ “A Operação Sexto Mandamento contou com a participação de 18 equipes, composta por 131 policiais federais (...) integrantes do Comando de Operação Tática treinados para ações que podem originar confrontos” (*Daqui – Geral*, de 16 de fev. de 2011).

existência de grupos de extermínio. Os fatos evidenciavam e indicavam a confirmação das suspeitas levantadas.

Segundo o Ferreira (2011), as investigações realizadas, a partir de 2008, passaram a contar, também, com a participação da Polícia Civil de Goiás e ocorreram nas cidades de Aparecida de Goiânia, Rio Verde, Santa Helena, Mineiros e Aragarças. Por solicitação do Ministério Público, foram incluídas as cidades de Formosa, de Hidrolândia e de Inhumas, porém, não havia registro de prisões como resultado das denúncias efetuadas naquelas cidades.

Para Viana (2010), apesar do número crescente de investigações, poucos policiais militares são penalizados por seus crimes. Ocasionalmente, a PM procede a algumas punições pontuais, mas não são tomadas providências para que tais fatos não voltem a acontecer. Assegura o autor que é necessário, além do rigor no acompanhamento das ações dos policiais militares e das punições, repensar a estrutura do sistema policial. Para ele, não basta o teste psicotécnico feito no momento do concurso, pois, o trabalho do policial exige um acompanhamento psicológico permanente, uma vez que, a “pressão normal da profissão e o estresse emocional desencadeiam distúrbios que contribuem para a insidência de condutas pouco adequadas, como excesso nas abordagens policiais feitas, não raro, com cunho discriminatório, e com ocorrência de crimes com uso da farda e participação de policiais em grupos de extermínio” (VIANA, 2010, p. 4).

Conforme Melo (2011), a maioria dos casos continua na Delegacia de Homícidios em fase de investigação ou mesmo arquivados na justiça, por falta de provas. Para o autor, “sem os corpos, a lei entende que não há como provar a materialidade do crime: criminosos ficam impunes” (O Popular, Cidades, 9 jan, 2011, p. 4).

A ocultação de cadáveres é uma das estratégias dos policiais militares para dificultar a apuração do crime. A Operação Sexto Mandamento incluiu nas suas investigações a localização do cemitério clandestino, como afirma o delegado federal, Carlos Antônio da Silva, para o jornal *O Popular*, de 16 de fevereiro de 2011, p. 2. Nessa mesma data, o jornal noticiou que foi identificada pela Polícia Federal uma área rural no município de Aragoiânia, pertencente a família do sargento Geson Marques Ferreira onde, de acordo com o Procurador Geral de Justiça do Ministério Público da época, Eduardo Abdon Moura, vários corpos já haviam sido descobertos. A existência dessa área foi comprovada pelas escutas telefônicas¹⁶, como afirma Aquino (2011), em matéria publicada pelo jornal *O Popular*, de 25 de fevereiro de 2011.

¹⁶ As escutas telefônicas foram realizadas pela Operação Sexto Mandamento durante oito meses e apontam que os policiais militares demonstravam prazer de ter sangue na farda após um dia de trabalho, e ainda confessavam o disfarce e o maquiamento da cena do crime em uma montagem para que o homicídio qualificado parecesse *morte em confronto*, de acordo com o que informa o jornal *O Popular*. (Cidade. 3 de mar. De 2011, p. 4).

As escutas telefônicas registraram os diálogos entre o coronel Carlos Macário e o major Ricardo Rocha, do capitão e de uma pessoa não identificada que comprovam a participação desses militares em execuções sumárias. Esses diálogos foram a público por meio do jornal *O Popular*, do dia 3 de março de 2011, p. 4, e as coberturas intensivas das ações desenvolvidas pela Polícia Federal desencadearam uma ação repressiva da polícia militar. No dia 4 de março, o jornal *Daqui* publicou a matéria “Rotam tenta intimidar jornal: comboio com oito carros passou em frente da sede da Organização Jaime Câmara¹⁷ com sirenes e giroflex ligados”. Denunciando a intimidação, a matéria que cada viatura era ocupada por quatro policiais militares fardados em um total de 32 armados para o trabalho de policiamento intensivo. O jornal *O Popular* havia publicado, no dia anterior (3 de mar. 2011, p. 4) reportagem revelando detalhes dos inquéritos da Operação Sexto Mandamento em que se “relata como ocorreram os supostos crimes de extermínios praticados por policiais militares, a violência e a naturalidade para matar as vítimas, as montagens de situações de morte em *morte em confronto*”. Publicou o jornal trechos comprometedores de autoridades e de policiais militares presos, dos quais um se destaca: “o tenente-coronel diz que os membros da Rotam são *os assassinos da PM* e que alguns tomam remédios *para deixar o cara acelerado*”.

A represália da polícia militar, por meio da Rotam, repercutiu nos meios de comunicação, nas organizações da sociedade civil e no Ministério Público. Nesse sentido, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional goiana e representada pelo seu presidente, Henrique Tibúrcio, divulgou uma nota de protesto, na qual considerou “inadmissível esta tentativa de calar a imprensa. (...) Até acho que ela pode ter sido adotada à revelia da direção da corporação, mas o comando não pode deixar passar em branco” (OAB, *O Popular: Cidades*, 4 de mar. 2011, p. 4). O Ministério Público solicitou ao corregedor-geral da Polícia Militar a imediata abertura de inquérito para apurar a ocorrência de crimes de competência da Justiça Militar na ação dos policiais militares. De acordo com o Ministério Público, os policiais militares agiram de forma intimidatória, ao passarem em comboio em frente à sede da Organização Jaime Câmara (OJC). Por essa razão, solicitou que os autos fossem enviados, com a maior brevidade possível para o Juízo Criminal Militar. Após ter analisado cuidadosamente as publicações, concluiu-se pela “existência de crime militar e infração disciplinar militar”, afirmou o Promotor Público (*O Popular: Cidades*, 5 mar. 2011, p. 3). Por outro lado, a direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT-GO) divulgou nota, nessa mesma data, conclamando a sociedade a “apoiar as investigações da Polícia Federal na

17 A Organização Jaime Câmara é a empresa proprietária do jornal *O Popular*.

Operação Sexto Mandamento e a divulgação dos fatos pelos meios de comunicação, como O Popular”. Segundo a Presidente da CUT, “os dirigentes da central analisaram o cenário das prisões de policiais militares (PMs) suspeitos de execuções e decidiram divulgar a aprovação da CUT à detenção dos militares no Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande, em vez de Goiânia” (p. 3).

As denúncias sobre a represália de policiais da Rotam sobre a Organização Jaime Câmara, teve como consequência a substituição do Comando da Rotam, com a saída do tenente-coronel Carlos Henrique da Silva, e a indicação de tenente-coronel Luiz Alberto Sardinha Bittes para ocupar o seu lugar. Também o comandante operacional da tropa, tenente Alex Siqueira, que dirigiu o comboio de carros que passara em frente a Organização Jaime Câmara com intimidação, foi substituído, e as atividades do grupo foram suspensas temporariamente, por decisão do então Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, João Furtado Neto.

A entrada da Polícia Federal nas investigações de violência de policial militar, em Goiás, foi parte de um projeto maior de combate à violência de policial militar nos estados brasileiros. Ocorreu no momento em que, em âmbito nacional, a sociedade discutia formas de chegar à verdade sobre as mortes ocorridas sob a violência praticada por militares no período da ditadura militar ¹⁸.

O governador Marconi Perillo¹⁹, ao iniciar o seu terceiro mandato como governador do estado de Goiás, não mais contou com o apoio do Partido Popular (PP) e do ex-governador Alcides Rodrigues. Em seu discurso sobre a Operação Sexto Mandamento, assim se expressa: “desde ontem fui informado da operação da Polícia Federal, que desvendava crime praticados pela polícia militar. Vejo que se o governo anterior tivesse ficado mais tempo no poder, Goiás se tornaria um Estado como o Espírito Santo, no que diz respeito à criminalidade (...) Essa ação mostrou que havia no governo anterior a conivência com o crime organizado” (Diário da Manhã. Opinião, 16 fev. 2011). Com o rompimento político de Perillo

18 De acordo com a Ministra de Direitos Humanos (2011), Maria do Rosário, esse processo teve início no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando foi instituída a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos. A iniciativa continuou no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7.376/2010. Aprovado pelo Congresso, prevê a criação de uma Comissão Nacional da Verdade e da Memória, como, também, a “lei geral de acesso à informações no Brasil” Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/ministra-comissao-da-verdade-vai-investigar-responsabilidades>> . Acesso em: 17 nov. 2012.

19 Marconi Perillo (PSDB) havia sido governador do Estado de Goiás em 1999-2002 e 2003-2006, com Alcides Rodrigues (PP), como vice-governador. Em 31 de março de 2006, com a candidatura e eleição de Marconi Perillo para senador, Alcides Rodrigues assumiu o governo do estado. Elegeu-se posteriormente, governador para o período de 2007 a 2010 com o apoio de Marconi Perillo, mas houve rompimento dos dois. Nas eleições de 2010, Alcides Rodrigues colocou-se em oposição à candidatura de Marconi Perillo, apoiando o candidato do Partido da República (PR) Vanderlan Cardoso.

e Rodrigues o governo de Marconi Perillo procurou tirar dividendos com a Operação Sexto Mandamento e fez acusações de tráfico de influência, envolvendo dois secretários do governo anterior, o da Fazenda, Jorcelino Braga, e o da Segurança Pública, Ernesto Roller, no favorecimento de promoções de policiais. Essas acusações foram baseadas em escutas telefônicas feitas pela Polícia Federal e publicadas no jornal *O Popular: Cidades*, do dia 4 de março de 2011:

Nos diálogos, Braga trata de um compromisso com um cabo eleitoral, recebe pedido para conversar com o então comandante-geral da polícia militar Cel. Carlos Antonio Elias, sobre promoções de oficiais e telefona para o tenente-coronel Ricardo Rocha para saber se ele estava informado que havia sido promovido (...) que esses pedidos são corriqueiros para os agentes públicos e que recebia centenas deles por dia (p. 4).

O Secretário de Segurança Pública, João Furtado de Mendonça Neto, em discurso na solenidade de instalação da Comissão Especial em Defesa da Cidadania²⁰ criada, no dia 15 de fevereiro de 2011, por meio do Decreto nº 5.216/2011, para apurar o desaparecimento de pessoas após abordagens da polícia militar, prometeu “dar uma resposta sobre os desaparecidos depois de abordagens pela polícia no prazo de 60 dias” (*O Popular: Cidades*, 18 fev. 2011, p. 4).

A esse respeito, e na mesma matéria, o jornal *O Popular* publicou a afirmação do ex-secretário de Segurança Pública, Ernesto Roller, “de que eram comuns as ligações de policiais pedindo promoção” (p. 4). De acordo com esse noticiário, Braga e Roller são apontados como apoiadores políticos de membros do grupo de extermínio.

A progressão na carreira ensejou, com base em denúncias que acompanharam a Operação Sexto Mandamento da Polícia Federal em Goiás, um conjunto de suspeição de que havia uma relação entre o número de mortes praticadas por policiais militares, a classificação por atos de bravura e a progressão na carreira segundo o critério de merecimento. No noticiário de *O Popular: Cidades* publicado em 15 de março de 2010 e intitulado “Mortes geram promoções”, destaca-se que “o assassinato de suspeitos de crimes é premiado com promoções pela polícia militar, apesar de autoridades negarem a ligação entre causa e efeito. (...) Na semana passada, a Assembleia Legislativa aprovou

20 A comissão, formada por delegados de polícia, policiais militares da Secretaria de Segurança Pública e representantes da sociedade civil, deve apresentar o relatório final no prazo de sessenta dias, conforme noticiou a imprensa. No entanto, a presidente da comissão afirmou que “a função de investigação, cabe à polícia e não à comissão – definida como ‘para investigação de pessoas desaparecidas após abordagens policiais’ no Estado de Goiás pelo decreto governamental 7.216, que a instituiu” (*O Popular: Cidades*, 18 fev. 2011, p. 4).

uma moção de aplausos a policiais das Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (Rotam) 'pela ação eficiente que culminou na morte de três integrantes de uma quadrilha de assaltantes'" (p. 4).

O viés adotado reflete divergências políticas conjunturais entre o grupo do atual governador do estado de Goiás (Marconi Perillo, 2011-2014) e o anterior (Alcides Rodrigues, 2007-2010), já que a gênese das promoções por "bravura" pode ser identificada no dispositivo constitucional Estadual materializado na Lei estadual nº. 13.058, de 6 de maio de 1997 (GOIÁS, 1997), o que abre possibilidades para progressão de carreira de membros da corporação que respondem a processos ou que tenham sido julgados por algum crime. Reproduzindo uma prática já tradicional nas disputas pelo poder central local, o caso funcionou como combustível para ataques a ex-aliados que haviam acabado de deixar o governo, condição que revela divergência de interesses e lutas de poder em um mesmo grupo. *O Popular* (17 fev. 2011, cidades, p. 4), na matéria *Promoções não exigem ficha limpa*", destaca que, dentre os promovidos, um deles é acusado de prática de *execução sumária*, "responde por cinco ações, em razão de pelo menos quinze homicídios ocorridos em Goiânia, Rio Verde e Cachoeira Alta e teve pedido de prisão preventiva feito pelo Ministério Público em setembro de 2010. Dois meses depois, foi promovido de major a tenente coronel" (p. 4). Outro policial, acusado pelo desaparecimento de um soldado em 2005, "chegou a subcomandante da Polícia Militar em quatro de janeiro passado" (p. 4). Um terceiro, "investigado por três mortes que repercutiram em Goiás (...) em 1996 e 2005, também foi promovido de tenente a capitão e depois a major, por *merecimento*" (p. 4). O noticiário ainda afirma que "os três estão entre os dezenove policiais militares presos na Operação Sexto Mandamento, deflagrada na terça-feira, sob acusação de participarem de *grupos de extermínio*" (p.). A matéria acrescenta ainda que "só no ano passado (2010), oito dos dezenove presos pela Polícia Federal subiram de patente" (p. 4).

No dia seguinte, 18 de fevereiro de 2011, o jornal *Daqui* publicou a entrevista com o então secretário de Segurança Pública, João Furtado Mendonça Netto, informando que as promoções de policiais, realizadas no período em que Jorcelino Braga e Ernesto Roller eram secretários, seriam revistas a partir de março de 2007 e, anuladas, caso se constatasse a existência de irregularidades. Segundo o secretário, "a decisão tomada ontem pelo governador, Marconi Perillo, de anular promoções irregulares tem sustentação jurídica em uma súmula do Supremo Tribunal Federal. A administração pública pode rever seus atos, quando eivados de qualquer vício (irregularidade)" (jornal *Daqui*, 2011, geral).

Ao afirmar a possibilidade de anulação das promoções de policiais militares presos sob suspeitas de participação em grupos de extermínio, o secretário de Segurança Pública explicita, mais uma vez, divergências políticas com o grupo da administração anterior, antigos aliados do então governador Marconi Perillo, remetendo a questão para a área administrativa e considerando que o crime é de tráfico de influência.

Com este posicionamento, o Secretário de Segurança Pública expressa que a possível anulação das promoções dos policiais militares não teria como causa o fato dos beneficiados tirarem vidas humanas²¹.

O encaminhamento dos policiais presos pela Operação Sexto Mandamento para o presídio de segurança máxima causou estranheza na corporação da Polícia Militar, e a imprensa noticiou o início de sua reação contra o modo como a Operação Sexto Mandamento vinha sendo conduzida. Este descontentamento foi expresso pela cúpula da corporação que, em uma “reunião que durou mais de três horas (...) decidiu que formará uma comissão para ir até o presidente do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) informá-lo que os militares têm condições de custodiar os seus presos, conforme prevê a Constituição Federal”, segundo o deputado federal, major Araújo (*O Popular*. Cidades, 22 fev. 2011, p. 4). Argumenta ainda que policiais militares detidos sempre compareceram perante os juízes, quando foram intimados. Os policiais militares da corporação e familiares dos policiais militares presos, também manifestaram seu descontentamento com a medida da Polícia Federal em uma audiência realizada na Assembleia Legislativa onde foram recebidos pelo deputado major Araújo. Este, durante a audiência pública, disse não contestar a investigação, mas “exige respeito às prerrogativas dos militares (...) [considera a ação] como ódio generalizado do Ministério Público estadual (MP) e da Justiça para com os militares”. O major sustenta, ainda, que os pedidos de grampos telefônicos partiram do MP. Também os policiais militares fizeram manifestação na sede do Ministério Público e uma comissão composta de nove pessoas reuniu-se com a subprocuradora geral de Justiça, Ana Cristina França, solicitando a interferência do MP para transferir os policiais militares presos para presídios militares em Goiás ou em Brasília. Segundo ela, trata-se de uma operação da Polícia Federal, e o

21 Segundo Ferreira (2011, p. 101-102), “os policiais presos estão respondendo processo criminal pela prática de homicídios qualificados em atividades típicas de grupos de extermínio, formação de quadrilha, homicídio qualificado, tortura qualificada, tráfico de influência, falso testemunho, ocultação de cadáver, transporte ilegal de valores dentre outros. Há relatos de *execuções sumárias* de outros policiais militares delatores dos *grupos de extermínio* e ainda, tentativas de homicídios qualificados e ameaças em face de outros policiais militares, civis e até mesmo delegados de polícia. As investigações da Polícia Federal apontam que os policiais militares presos criaram grupos e esquemas para realizar transporte ilegal de valores em viaturas da Rotam (Ronda Ostensiva Tática Metropolitana). Realizam, ainda segurança privada à grandes empresas e postos de combustível, dispendo para tanto de todo patrimônio público, de toda estrutura do (...) batalhão especial da polícia militar”.

Ministério estadual não tem atribuição legal para pedir a remoção. O major Araújo teceu pesadas críticas, afirmando que o “MP tem sido extremamente parcial, só ouve o outro lado (supostas vítimas da PM). Os promotores nutrem ódio contra a Polícia Militar e só vão me convencer do contrário quando cumprirem a lei, quando trouxerem os policiais para Goiás” (*O Popular: Cidades*, 23 fev. 2011, p. 5). Para o deputado e major da PM, como relata o noticiário, estava havendo arbitrariedade da Polícia Federal, e o MP só tem se mostrado cúmplice dessas arbitrariedades.

O coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal do Ministério Público, José Carlos Miranda Nery, prestou informações sobre o presídio de Mato Grosso do Sul, por meio do noticiário jornalístico, a fim de esclarecer a população. Afirmou que “os policiais serão recebidos na instituição como sempre foram e serão tratados como parceiros. Se, por um lado, existem prerrogativas militares, de outro, a lei penal estabelece prisão temporária ou preventiva aos casos em que os suspeitos podem prejudicar a coleta de provas” (*O Popular: Cidades*, 22 fev. 2011, p. 4). Nesse sentido, para o delegado aposentado da Polícia Federal e ex-diretor da academia da Polícia Federal, Eliúde Gonçalves, especialista no assunto, as prisões feitas pela Operação Sexto Mandamento justificam-se, pois, os policiais soltos dificultam o andamento da “investigação com intimidação de testemunhas e ameaças. (...) a polícia militar deve entender que está no Estado Democrático de Direito, que exige respeito às leis. Derramamento de sangue é inadmissível”. Segundo o delegado, “a própria PM deveria ter apurado os casos e punido os desvios de conduta. Polícia que se iguala a bandido, tem de pagar na forma da lei” (*O Popular: Cidades*, 22 fev. 2011, p. 4). Nessa direção, o procurador-geral de Justiça, Eduardo Abdon, veio a público esclarecer que a entrada da polícia federal nas investigações fora uma solicitação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, e que isso ocorreu em virtude da demora da PM em atender as solicitações do MP. Para ele, “há muitos anos os promotores recebem denúncias de supostas vítimas de violência da corporação, que as mortes têm características de *execução*” (*O Popular: Cidades*, 23 fev. De 2011, p. 5).

A polícia federal, no dia 23 de fevereiro de 2011, divulgou uma nota no jornal *O Popular*, esclarecendo ter sido uma medida excepcional a transferência dos presos para o presídio de segurança máxima, pois, a Operação Sexto Mandamento constatou diversas irregularidades cometidas pelos presos nas dependências do Batalhão Anhanguera (BA), o que chamou de desobediência à ordem jurídica no presídio militar. A nota destaca saídas constantes de presos sem autorização legal e cita o fato de que um dos investigados, juridicamente preso, compareceu a um dos postos de atendimento da

Polícia Federal e solicitou a emissão de passaporte. Outro preso no Batalhão Anhanguera envolveu-se em um acidente nas proximidades de Aragarças a quatrocentos quilômetros de Goiânia. Mesmo com esse esclarecimento público da Polícia Federal, a Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar ingressou com pedido de transferência de policiais militares presos pela Operação Sexto Mandamento e que permaneceram no presídio de segurança máxima de Campo Grande (MS). A contestação contra as prisões de policiais militares constou, ainda, de uma audiência do governador, por solicitação do comando da PM, e que teve a participação de representantes dos oficiais, sub-tenentes, sargentos, cabos e soldados. Na ocasião, apresentaram-se críticas à condução da Operação Sexto Mandamento tanto relativas à transferência dos presos para Mato Grosso do Sul quanto ao uso de algemas e exposição dos acusados. “Eles estão sendo tratados como criminosos, com algemas nas mãos, mas na verdade são apenas acusados” disse o tenente coronel Wellington Urzêda.

O governo de Estado de Goiás criou uma Comissão Especial de Defesa da Cidadania²² para apurar os desaparecimentos de pessoas depois de abordagens de policiais militares. No entanto, o seu relatório da comissão de 2011 comprova a forma pouco séria com que 36 desaparecimentos foram tratados, como mostra o quadro 1:

22 A Comissão de Defesa da Cidadania foi instituída pelo decreto Estadual nº 7.216/2011, do Gabinete Civil da Governadoria. Compuseram a referida comissão as seguintes representações institucionais: Adriana Sauthier Accorsi – Superintendência Estadual de Direitos Humanos (Delegada de Polícia) – presidente da comissão; Paulo Campos Abreu – Igreja Videira – Pastor Evangélico; Rejane da Silva Sena Barcelos – Superintendência de Polícia Técnico-científica da SSPJ-GO; Wagnô Oliveira de Souza – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO); Vera Lúcia Vieira da Cunha Montagnini – Tenente-Coronel – PM-GO; Leticia Franco de Araújo – Corregedoria da SSPJ-GO; João Carlos Gorski – Superintendência de inteligência da SSPJ-GO; Ozanir Gonçalves Itacarambi – PM-GO – coronel; Fábio Fazzion – Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás – secretário Parlamentar – Geraldo Marcos Labarrère Nascimento – Casa da Juventude Pe. Burnier (Caju) – diretor –; Eurípedes Barbosa Nunes – Loja Maçônica Grande Oriente do Estado de Goiás – presidente – Símaro Suail Jordão – Grandes Lojas do Estado de Goiás – representante; Alexandre Prudente – Ordem dos Advogados do Brasil sessão Goiás – advogado – Haroldo Caetano da Silva – Ministério Público Estadual/Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAODH-MP-GO); Gualberto Fleury de Souza – Federação Espírita do Estado de Goiás (FEEGO); Adriano Cristian Souza Carneiro – Defensoria Pública Federal.

Quadro 1 – Demonstrativo dos procedimentos analisados pela Comissão Especial de Defesa da Cidadania – período 1º de março a 20 de junho de 2011

Local dos desaparecimentos	Data dos desaparecimentos	Andamentodo processo
Águas Lindas - Entorno de Brasília	03.04.1999	Arquivado em out. 2010
Águas Lindas - Entorno de Brasília	03.04.2000	Arquivado em out. 2010
Luziânia - Entorno de Brasília	08.07.2002	Arquivado s. d.
Aparecida de Goiânia - Entorno de Goiânia	02.03.2003	Encaminhado p/ justiça comum
Luziânia - Entorno de Brasília	14.05.2003	Não informa procedimentos
Aparecida de Goiânia - Entorno de Goiânia	12.08.2004	Não informa a solução
Goiânia	06.10.2004	Sem informação
Goiânia	06.10.2004	Sem informação
Goiânia	10.01.2005	Sem notícia de conclusão, arquivado
Aparecida de Goiânia - Entorno de Goiânia	17.02.2005	Não há notícia de procedimentos
Aparecida de Goiânia - Entorno de Goiânia	22.04.2005	Indiciado - grau de recurso
Aparecida de Goiânia - Entorno de Goiânia	22.04.2005	Absolvido - grau de recurso
Goiânia	07.02.2005	Enviado p/ Justiça Militar
Goiânia	04.01.2006	Arquivado p/ falta de materialidade
Goiânia	23.01.2007	Arquivado p/ falta de materialidade
Goiânia	23.01.2007	Arquivado p/ falta de materialidade
Goiânia	06.07.2007	Arquivado em 26.02.2009
Goiânia	06.07.2007	Arquivado em 26.02.2009
Goiânia	09.10.2007	Sem notícias de conclusão
Goiânia	01.03.2007	Sem notícias de conclusão
Sítio d'Abadia	14.08.2008	Não instruiu procedimentos
Goiânia	11.02.2008	Remetido à Justiça Militar
Aparecida de Goiânia - Entorno de Goiânia	26.05.2008	Sem notícias de conclusão
Goiânia	17.05.2009	Sem notícias de conclusão
Anápolis	18.07.2009	Sem notícias de conclusão
Alvorada do Norte	22.02.2009	Não há notícias de procedimentos
Goiânia	03.09.2009	Sem notícias de conclusão
Anápolis	22.09.2009	Sem notícias de conclusão
Goiânia	08.04.2009	Sem conclusão
Alvorada do Norte	26.02.2010	Sem notícias de conclusão
Alvorada do Norte	26.02.2010	Sem notícias de conclusão
Goiânia	22.11.2010	Sem notícias de conclusão
Goiânia	22.11.2010	Sem notícias de conclusão
Goiânia	04.09.2010	Sem notícias de conclusão
Cidade de Goiás	28.01.2011	Sem notícias de conclusão
Não identificou a cidade	Não identificou a data	Não identificou o procedimento

Fonte: Relatório da Comissão Especial de Defesa da Cidadania. *Diário da Manhã*, 22 de jun. 2011 (p. 4).

Para a comissão, em seu relatório final, de análise dos casos de pessoas desaparecidas, a única conclusão possível é a de que “os procedimentos instaurados pelos

órgãos de segurança do Estado, quando instaurados, passaram à margem de uma investigação com o objetivo de localização de pessoas, quando muito timidamente, na busca de provas tendentes a punibilidade dos suspeitos” (*Diário da Manhã*. Força Livre 22 jun. 2011). De acordo com a comissão, existem casos em que foram instaurados os procedimentos, e outros, em que os desaparecidos são simplesmente mencionados. A análise evidenciara a inexistência de procedimentos unificados e coordenados pelos órgãos da segurança pública, sobretudo, entre a polícia civil e militar, quando é denunciado o desaparecimento de pessoas.

A naturalização da violência praticada pela polícia militar e a falta de seriedade/compromisso dos órgãos competentes no que diz respeito à vida foram, também, objeto de discussão na Audiência Pública, realizada na Assembleia Legislativa, no dia 2 de fevereiro de 2006. Nessa oportunidade, o promotor público, Carlos Alberto, afirmou que, em relação às últimas ações efetuadas pela polícia, no ano anterior, 2005, ou no início daquele, os desaparecimentos de pessoas e os homicídios envolvendo policiais militares alertaram o Ministério Público. E, como estratégia para conter essa natureza de violência praticada pela polícia militar, o MP estava editando uma portaria, determinando fazer “um raio-x desse grupo de elite, dito elite da Polícia Militar, quem são eles, qual é a formação que eles recebem, quais são os antecedentes dessas pessoas, como eles devem agir, qual é o curso que eles recebem, se estão cumprindo uma grade curricular mínima que deve ser cumprida” (GOIÁS/CDH/ALEGO, 2006, p. 26). O promotor ressalta o repasse de recursos para capacitação de pessoal da PM e considera, ainda a importância em conhecer a polícia militar do estado. Destaca a sua experiência na Auditoria Militar por um tempo, quando as sindicâncias eram tomadas de forma precária. Assim, ele expressa: “eu fui promotor na Promotoria Militar em auxílio, e o resultado das sindicâncias em que havia homicídios praticados por policiais militares geralmente vinha, na capa, inscrito: arquivado, para o arquivamento ou fato atípico” (GOIÁS/CDH/ALEGO, 2006, p. 27). Segundo o promotor, as sindicâncias apontavam um elemento excludente, resultado da concepção de que não é crime um policial militar cometer um homicídio contra um civil por se tratar de troca de tiros, pois, nesses casos, ele cumpriria um dever funcional.

Nesse sentido, o promotor questionou:

quem foge ou tenta fugir de uma abordagem policial não deve ser morto com tiros pelas costas, como foi o caso de uma sindicância, tirei cópia, encaminhei para o Centro de Apoio do Controle Externo de Atividade Policial, em que um garoto de 17 anos foi morto (...) com três tiros pelas costas, e [o processo] foi encaminhado para arquivamento. Quando foi encaminhado para arquivamento, eu estava na Auditoria Militar

vislumbrando que aquilo era um caso típico de crime doloso contra a vida praticado por policial militar contra civil. (...). O pior disso, não é só o fato dessa conclusão dessa sindicância, o pior é que, concluída a sindicância, veio uma notinha no final: encaminhe-se para a comissão de medalhas. E depois nós fizemos um ofício solicitando da polícia militar se de fato aquele sujeito tinha sido ou não condecorado pela polícia pelos bons préstimos, pelo bom trabalho que ele fez ao deferir aqueles tiros, não é um caso isolado, outros casos já foram vistos na auditoria militar (GOIÁS/CDH/ALEGO, 2006, p. 27).

A realidade que sustenta a violência de policiais militares, em Goiás, é construída no processo histórico. Se, para Vigotski (2000, p. 395), é necessário, para “elucidar a relação e dependência definidas entre as raízes genéticas do pensamento e da palavra (...) [que] surgem e se constituem unicamente no processo do desenvolvimento da consciência humana, sendo, elas próprias, um produto e não uma premissa da formação do homem”, com o destroçamento do indivíduo no contexto de uma ordem jurídico-política que sustenta e garante a produção e a reprodução de uma ordem-de-direito-do-mais-forte, fundamento de todo Estado.

CAPÍTULO II

ESTRUTURA SEMÂNTICA DA CONSCIÊNCIA

A teoria da estrutura semântica da consciência (ESC) decorre diretamente de investigações, análises e elaborações teóricas acerca da relação entre desenvolvimento e aprendizagem ou do processo de individualização do social, no que se convencionou denominar desenvolvimento sociogenético da psique humano. Vigotski (2001) destaca que a unidade de pensamento e palavra localiza-se no *significado*. Uma vez que a palavra refere-se a toda uma classe de objetos, e não a objetos isolados, cada palavra contém nela mesma uma generalização. Assim, do ponto de vista psicológico, o significado da palavra é sempre uma generalização: “como é fácil de perceber, a generalização é um ato verbal extraordinário do pensamento, que reflete a realidade de forma radicalmente distinta do modo como se refletem as sensações e percepções imediatas” (VIGOTSKI, 2001, p. 20-21). Como se é capaz de nomear os objetos e acontecimentos utilizando a palavra, não há que se falar mais em percepção, que seria algo imediato, incidência direta dos raios luminosos no receptor da visão, mas em apreensão do mundo pela mediação da palavra, ou seja, pela inclusão daquele objeto, acontecimento ou sensação, em uma categoria generalizada pressuposta no significado. Para Vigotski (2001), o significado da palavra constitui um ato de pensamento no sentido estrito do termo, e pertence, ao mesmo tempo ao domínio da linguagem, pois é parte constitutiva, indissolúvel, da palavra. Sem significado, a palavra falada, unidade de som e significado, dissolve-se no vazio, e deixa de pertencer ao domínio da linguagem. O significado, conclui Vigotski (2001), é a unidade que forma o pensamento linguístico, e para estudar essa unidade, faz-se necessário, recorrer à análise semântica, por meio do qual é possível analisar o aspecto significativo da linguagem humana, para compreensão do significado verbal. Assim, Vigotski (2001) destaca que

os métodos que propomos utilizar no estudo das relações entre pensamento e linguagem gozam da vantagem de permitir apreender todas as qualidades próprias da análise com a possibilidade de observar sinteticamente as propriedades inerentes ao todo em sua complexidade (p. 21).

A derivação lógica da unidade de pensamento e linguagem subjacente ao significado verbal é que ele constrói o elo entre as funções comunicativa da linguagem e as funções reflexivas características do pensamento. Sem a mediação da linguagem ou outro sistema

semiótico, assinala Vigotski (2001), não é possível a realização do processo comunicacional, havendo, quando muito, contágio produzido por meio de sons e movimentos o autor afirma:

se quero comunicar a alguém que tenho frio, posso fazer-me entender com a ajuda de uma série de movimentos expressivos, porém, a compreensão só terá lugar quando eu puder generalizar e nomear o que sinto, ou seja, quando puder relacionar a sensação de frio que experimento com uma determinada classe de estados, conhecida de meu interlocutor (VIGOTSKI, 2001, p. 22).

Essa afirmação é muito importante, do ponto de vista do problema da comunicação, especialmente na modalidade do discurso narrativo, pois entender o pensamento e a concepção de mundo, expresso por meio de um relato, implica conhecer os signos e sistemas de códigos por meio dos quais o discurso narrativo se materializa no esforço de transmitir uma experiência. E mesmo o significado, como evidencia Vigotski (2001), a comunicação de uma experiência não apenas expressa um significado, unidade de generalização e comunicação, comunicação e pensamento, mas, em última instância, de comunicação do sentido será então construído como categoria analítica de mediação não mais generalização e comunicação, mas, do ponto de vista de uma teoria sócio-histórica da consciência, unidade de pensamento, reflexão e afeto. Ao introduzir o problema do sentido em uma teoria da consciência, Vigotski (2001) elabora, em termos psicológicos, um dos principais problemas da linguística clássica, subjacente ao problema da distinção entre língua (*langue*) e fala (*parole*). A linguística clássica, transforma a língua em um objeto abstrato ideal e se dedica a ela como sistema sincrônico e universal. Com efeito, essa posição teórica termina por legar a segundo plano, e mesmo rejeitar, as manifestações individuais da fala como subproduto desse sistema. Ora, é precisamente no uso cotidiano da língua, no processo de enunciação, que as palavras ocupam posições as mais diferenciadas nas suas designações e referencialidades, o que, em geral, é designado como polissemia. E não por acaso, o problema do sentido da enunciação foi e continua ainda sendo um dos principais problemas teóricos daquele campo. Vigotski (2001), introduz o tema do sentido na elaboração teórica acerca do problema da consciência, para apreender a língua, por assim dizer, no calor da produção, em seu estado vivo e “quente”, ou seja, na sua dimensão interativa e em seus traços afetivo-volutivos, e não na frieza de uma língua, como é característico da abordagem dos gramáticos, no seu “esqueleto”, na sua ossatura, praticável na sua inteireza apenas nas línguas mortas. Ao mesmo tempo, ao introduzir o tema do sentido, na elaboração de uma teoria da consciência, Vigotski (2001) abre o campo para a análise da dimensão produtiva e criativa nas ciências, na filosofia

e nas artes. O significado permite uma comunicação de primeira ordem, sugerida pela partilha da exterioridade do signo, mas não do sentido. O sentido constitui uma comunicação de segunda ordem, e mais fundamentalmente relacionado à biografia e à trajetória de vida, que transmite, por meio dos diálogos, não apenas informações, mas experiências e afetos, língua viva em movimento, acompanhando a vida dos falantes. No entanto, o significado forma o nexo fundamental subjacente ao processo comunicativo.

O significado ganha o estatuto de elo que enlaça funções várias. Pensamento-e-linguagem, comunicação-e-pensamento, generalização-e-comunicação, objetividade-e-subjetividade, social-e-psicológico. Dessa forma, a função semântica é subtendida na palavra, por meio da qual se constrói nexos entre diferentes funções e revela complexos, formando o todo da consciência humana. Por meio da identificação dessa unidade de análise e dos nexos nos quais ela está inserida, Vigotski (2001) entende ser possível, pela primeira vez, aplicar uma abordagem que denomina genético causal, e por meio dele, resolver o problema da relação entre pensamento e linguagem. Identificando a unidade de comunicação e generalização, torna-se possível, então, apreender a conexão real existente entre o desenvolvimento do pensamento infantil e o desenvolvimento social da criança, ou seja, pode-se identificar o processo pelo qual se efetua a passagem emblemática da *in-fans*, a condição daquele que não fala, do que está fora da língua, para a condição de falante pleno, sujeito da enunciação. Com esse método, Vigotski (2001) se propõe investigar não apenas o problema da relação entre pensamento e linguagem, já que mira o problema teórico mais geral e mais complexo da consciência em seu conjunto, da qual pensamento e linguagem constitui um de seus nexos e componentes. Dentre esses nexos, além do elo entre pensamento e linguagem, um mais fundamental e desafiante de ser construído teoricamente, é o trânsito do problema do nexo estrutural entre intelecto e afeto, e a linguagem estabelece a mediação entre ambos, na estruturação da experiência.

Nessa matéria, Vigotski (2001) identifica, na psicologia tradicional de sua época, limitações similares à que se constata ao analisar a relação pensamento e linguagem. Trata-se da cisão entre os aspectos intelectualivo da consciência e afetivo e volitivo, Essa tendência é atribuída pelo autor ao intelectualismo, presente na teoria do desenvolvimento da linguagem de William Stern (1871-1938)²³ que concebe que o pensamento é um tipo de fluxo autônomo

23 Publicações recentes em psicologia têm buscado recensear aspectos do pensamento de William Stern para os estudos psicológicos contemporâneos. Dentre eles, duas obras de James Lamiel T. Why was there no place for personalistic thinking in 20th century psychology? *New Ideas in Psychology*. New York, n. 28, p. 135-142, 2010, e James T. Psychology and personalism by William Stern. *New Ideas in Psychology*. New York, n. 28, p. 110-134, 2010. Do ponto de vista da presente discussão, o mais interessante deles é o de Naomi Lee e Rom Harré. William Stern and discursive psychology. New York. *New Ideas in Psychology*. n. 28, p. 151-158, 2010.

de ideias, segregado da plenitude da vida, dos interesses e das inclinações vitais que envolvem o sujeito que pensa. Para Vigotski (2001), essa concepção é incapaz de modificar algo na vida e nos atos da pessoa. A outra tendência oposta aborda o tema dos afetos (ou emoções) humanas como expressão de forças primitivas, autônomas, imprevisíveis que influenciam a vida da consciência e na personalidade de forma inexplicável. Nesse segundo exemplo, Vigotski (2001) tem em mira a psicanálise, anteriormente analisada por ele no âmbito da discussão sobre a emoção estética na arte, em sua obra *Psicologia da arte* (1999). Assim declara o autor:

Quem separa desde o começo o pensamento do afeto encerra para sempre a possibilidade de explicar as causas do pensamento, porque uma análise determinista pressupõe descobrir seus motivos, as necessidades e interesses, os impulsos e tendências que regem o movimento do pensamento em uma ou outra direção. Do mesmo modo, quem separa o pensamento do afeto, nega de antemão a possibilidade de estudar a influência inversa do pensamento no plano afetivo, volitivo, da vida psíquica, porque uma análise determinista desta última exclui tanto atribuir ao pensamento um poder mágico capaz e fazer depender o comportamento humano única e exclusivamente de um sistema interno do indivíduo, como transformar o pensamento em apêndice inútil do comportamento, em uma sua sombra, desnecessária e impotente (VIGOTSKI, 2001, p. 25).

Para superar o problema do dualismo nas pesquisas sobre intelecto e afeto, Vigotski (2001) mais uma vez reporta-se ao método que segmenta o conjunto complexo em unidades, em vez de em elementos. Como unidade de análise, o significado, como costuma afirmar em outros escritos, consolida-se como a pedra angular, para que se possa abrir o caminho para análise dos nexos entre funções psicológicas que estruturam a consciência, concebida por ele como um sistema semântico dinâmico, no qual a unidade fundamental dos processos afetivos e intelectivos permite construir uma concepção teórica unificada. Por meio da análise da unidade de inteligência e afeto, Vigotski (2001) busca operacionalizar uma ideia-força presente na filosofia de Espinosa (1632-1677), segundo a qual, nos termos da filosofia do século XVII, a razão possui uma autonomia não absoluta, mas relativa em relação às paixões. Para Vigotski (2001) a ideia contém, nela mesma, transformada, uma base afetivo-volitiva. Subjacente à ideia, há um movimento que parte das necessidades e tendências vitais do indivíduo social, em direção a uma determinada tendência de seus pensamentos. Na direção inversa, surge a necessidade de apreender o movimento que parte da dinâmica do pensamento em direção às atividades e tendências vitais presentes no indivíduo social. Um manuscrito não publicado de Vigotski, catalogado por Zavershneva (2010b), no verbete *Espinosa*, contém notas sobre o

Neste artigo, os autores buscam mapear as influências de Stern sobre o pensamento de alguns autores, dentre os quais, L. S. Vigotski (2001), cuja obra é precisamente *Pensamento e linguagem*, edição inglesa de 1961.

tema das emoções superiores (estéticas), e sugere, conforme a autora, que Vigotski estava convicto de que o problema das emoções superiores só poderia ser resolvido após a solução do chamado problema psicofísico. Destaca o autor ainda que Vigotski identificou, na Ética de Espinosa, uma série de postulados que forneceram apontamentos para construção de uma teoria específica das emoções superiores. Segue-se um fragmento do manuscrito indicado:

Ideia mais importante de Espinosa [*Spinoza's greatest Idea*]: Que libertou toda a psicologia – foi a ideia não de um poder absoluto da alma sobre o corpo (Espinosa nega), mas um poder relativo [da alma] (Espinosa reconhece), ou seja, o relacionamento entre a alma e o corpo (via intelecto) não são absolutos e imutáveis, mas mutáveis, relativos. *Inde* [teoricamente, consequentemente] não é um postulado, mas um problema (ou seja, Espinosa apresentou o problema em forma de postulado e o postulado em forma de problema). *Inde* a real oportunidade da psicologia (uma forma especial de movimento – de desenvolvimento) [é investigar] mudanças no papel proporcional da alma na vida do corpo e na vida do intelecto.

É real, é acessível, ele se move.

Tudo em Espinosa interrompe-se [*breaks*] com a causalidade mecânica, com imobilidade (não há desenvolvimento), com desarticulação, com paralelismo e exige uma figura além de seus limites.

Aqui reside... a força e a fraqueza de Espinosa: a força, porque ele construiu o que leva a isto, a fraqueza, porque ele não tem isso ainda. (Entrada 'Ideia mais importante de Espinosa')²⁴. (Citado por ZAVERSHNEVA, 2010b, p. 39, tradução livre).

A ideia-força reconhecida no pensamento de Espinosa, nesse fragmento do manuscrito de Vigotski, localiza-se na concepção acerca de uma relação mutável e relativa entre corpo e alma ou ideia do corpo – ainda nos termos da filosofia do século XVII – ou seja, no reconhecimento de uma relação entre ambas as esferas, de forma dinâmica e mutável. No entanto, esse fragmento revela uma censura à presença da noção de uma causalidade mecânica e explicita a necessidade de introduzir na abordagem desse problema a noção de desenvolvimento, enfatizando a existência de relação intercambiável entre as ideias que

24 Por tratar-se de um manuscrito publicado pela primeira vez em inglês por Zavershneva (2010b), e para efeito de comparação com a tradução livre, segue-se a citação do manuscrito como se encontra na obra indicada: “Spinoza's greatest idea – which liberated all of psychology – was the idea not of the soul's absolute (Spinoza] denies it), i. e. The relationship between the soul and the body (life and intellect) are not absolute and immutable, but changeable, relative. *Inde* it is not a postulate but a problem (i. e. Spinoza made the problem into a postulate and a postulate into a problem) *Inde* the real opportunity of psychology (an special form of movement – of development) [is to investigate the] changes in the proportionate role of the soul in the life of the body, and of the intellect in life.

It is real, is accessible, it moves.

Everything in Spinoza breaks with mechanical causality, with immobility (there is no development), with disconnectedness, with parallelism and demands an escape beyond their boundaries. Herein lies... the strength and the weakness of Spinoza: the strength, because he built what leads to this; the weakness, because he does not have this yet (Entry 'Spinoza's greatest idea')”. A tradução russo-Ingles é a de Steven Shabad.

transformam as emoções, e vice-versa, as emoções que transformam as ideias. Nesse sentido, em *Sobre os sistemas psicológicos* (Vigotski, 1991)²⁵, nota estenográfica, corrigida pelo autor, de um informe lido em 9 de outubro de 1930, ele destaca que a forma de pensamento que, com os sistemas de conceitos que é imposta pelo contexto em que se está inserido, inclui também os sentimentos, de forma que não são sentidos simplesmente. O sentimento acrescenta, é percebido em forma de ciúmes, cólera, ultraje, ofensa. Vigotski (1991) assinala: “se dizemos que depreciamos alguém, o fato de nomear os sentimentos faz com que estes se alterem, já que guarda certa relação com nossos pensamentos” (p. 86-87), acrescentando que, nessa perspectiva, resulta impossível separar onde termina a percepção superficial e onde começa a compreensão em relação a um objeto determinado, de modo que, na percepção, se sintetizam, se fundem as particularidades estruturais do campo visual e da compreensão, “assim como, no nível afetivo, nunca experimentamos ciúmes de maneira pura, e sim que, ao mesmo tempo somos conscientes de suas conexões conceituais” (VIGOTSKI, 1991, p. 87). Na sequência dessa exposição, Vigotski (1991) destaca alguns elementos da concepção determinista de Espinosa, apostando que, “diferentemente dos estoicos, [o polidor de lentes], afirmava que o homem tem poder sobre os afetos, que a razão pode alterar a ordem e as conexões das emoções e fazer com que concordem com a ordem e as conexões dadas pela razão” (VIGOTSKI, 1991, p. 87). Trata-se de uma atitude genética correta, pois, que no processo do desenvolvimento ontogenético, as emoções humanas entram em conexão com as normas gerais relativas à autoconsciência da personalidade, e ao mesmo tempo, com a consciência da realidade. Assim Vigotski (1991) se expressa:

meu desprezo por outra pessoa entra em conexão com a valorização dessa pessoa, com a compreensão dela. E nessa complicada síntese é onde transcorre nossa vida. O desenvolvimento histórico dos afetos ou emoções consiste fundamentalmente em que se alteram as conexões iniciais em que foram produzidos e surge uma nova ordem e novas conexões (p. 87).

25 Nota da edição russa, de 1982, presente na tradução espanhola (VIGOTSKI, 1991, p. 71), destaca que no texto denominado *Sobre os sistemas psicológicos* resulta de uma transcrição estenográfica corrigida, de um informe lido em 9 de outubro de 1930, na Clínica de Enfermidades Mentais da primeira Univesidade Estatal de Moscou, publicado pela primeira vez, em 1982, nas obras escolhidas, em seis volumes. O texto original encontra-se nos arquivos da família Vigotski. Para o presente estudo, é importante destacar que se trata de uma comunicação, conforme as indicações de Zavershneva (2010b), datada do período em que Vigotski empreendia sua elaboração do esboço de uma teoria da estrutura semântica da consciência (1930-1934), mesma época em que trabalhava em sua obra inacabada, *Teoria das emoções*, publicada no volume seis das obras escolhidas, e sua teoria da consciência, cuja obra *Pensamento e Linguagem* (1934/2001), consistue em uma pequena parte desse projeto.

Desse apontamentos, Vigotski (1991) reconhece como válidos o princípio espinosano segundo o qual o conhecimento dos próprios afetos os alteram, transformando-os de um estado passivo em outro ativo,

o que eu pense [sobre] coisas que estão fora de mim não alteram nada nelas, no entanto que eu pense afetos, que os situa em outra relação com meu intelecto e outras instâncias, altera muito minha vida psíquica (...) e quem não sabe que os ciúmes de uma pessoa relacionado com os conceitos maometanos da fidelidade da mulher são diferentes dos de outra, relacionado com um sistema de conceitos opostos sobre o mesmo, não compreende que esse sentimento é histórico, que de fato se altera em meios ideológicos e psicológicos distintos, apesar de que nele permanece indubitavelmente certo radical biológico, em virtude do qual surge esta emoção (VIGOTSKI, 1991, p. 87).

As emoções complexas, conforme essas indicações de Vigotski (1991), aparecem só historicamente, e por meio da combinação de relações que surgem em consequência da vida histórica, no transcurso do processo evolutivo das emoções, formando uma síntese que transita entre a psique e o corpo biológico, por meio dos processos históricos.

Esses extratos de um fragmento manuscrito e de uma exposição oral acerca da noção de sistemas psicológicos revelam que Vigotski (1991) apropria-se de modo criativo de algumas concepções de Espinosa acerca da relação entre intelecto e afeto, para construir uma concepção teórica histórico-social do problema da relação intelecto e afeto, que está, por sua vez, diretamente ligado a um outro que o autor tem em mira, que é o problema das emoções por ele denominadas por ele superiores. Este é precisamente o problema da emoção estética, já tratado em sua tese de doutoramento intitulada *Psicologia da Arte* (VIGOTSKI, 1999). As emoções estavam também presentes em outros textos que tratam do tema da criação artística e da estética. Essa literatura tem recebido pouca atenção dos estudiosos da obra do autor russo em várias esferas do globo, a despeito de ser um campo de interesse que acompanha o seu histórico de produção, uma razão da deficiência de qualquer tentativa de realizar periodizações em suas obras, como fazem pesquisadores como Minick (2002), por exemplo, que tentam constituir uma cronologia do desenvolvimento do pensamento de Vigotski, deixando de fora grande parte da produção relativa ao tema da estética e da crítica de arte, entendidas geralmente como obra não psicológica do autor. Esse conjunto de apontamentos metodológicos, de fato, pode ser compreendido o conjunto desta obra é, ao mesmo tempo, a exposição sintética de um programa de dez anos de pesquisa, realizado com sua equipe, entre 1924 e 1934, e também o esboço de uma nova agenda, focada na consolidação de uma determinada concepção de consciência, cuja base é identificada nos nexos estabelecidos entre

as funções psicológicas que estruturam a psique humana naquilo que ela possui de humano, em termo estrito, ou seja, naquilo que é sócio-histórico cultural. Para Vigotski (2001), as estruturas e funções psicológicas propriamente humanas originam-se de processos sócio-histórico culturais, tanto no que se refere à filogênese desses processos na história humana em geral, quanto à ontogênese do indivíduo social. Para ele, a ordem explicativa das formas complexas da consciência humana estão muito além do organismo humano. A origem da atividade consciente localiza-se nos processos externos da vida social, nas formas históricas e sociais da existência humana.

Ao cabo dos dez anos de pesquisas centradas na hipótese da mediação das funções psicológicas superiores, mediante instrumentos psicológicos. Zavershneva (2010b) destaca que, a obra *Pensamento e linguagem* revela, ou pelo menos anuncia, uma nova perspectiva, segundo a qual a linguagem desempenha um papel primordial na formação da psique superior. Uma meta distante, traçada nos anos 1920, relativa à constituição de uma teoria psicológica geral, incluindo uma teoria da consciência, parecia a Vigotski, como atesta Zavershneva (2010b), mais próxima e mais acessível do que nunca. O projeto ficou em aberto, legado para a posteridade.

Do ponto de vista da análise comunicativa, os apontamentos de Vigotski (2001) sugerem que contar uma história implica colocar em funcionamento toda uma complexa rede de conexões presente na consciência do narrador, que conectam pensamento verbal e memória, cognição e afeto, comunicação e motivação para narrar uma história, formando realmente uma teia complexa de fenômenos, cuja unidade mínima é identificada pelo autor, inicialmente, no significado da palavra. Com a emergência dessa propriedade subjacente aos nexos dos quais o significado é o elo, emerge um modo peculiar de apreensão do mundo pela mediação da palavra, forma generalizada, abstrata em diferentes graus, não mais apreensão direta e imediata. Além dessas considerações metodológicas específicas, que revelam as sendas abertas pelo autor e suas implicações para a análise narrativa, os resultados das pesquisas acerca da gênese da função simbólica na criança revelam uma faceta a mais desse complexo de complexos estudado por ele.

Algumas ideias fundamentais foram elaboradas por Vigotski, como resultados da aplicação desse método. A primeira delas, desenvolvida com base na conhecida polêmica com Jean Piaget, a respeito da sociogênese da fala (ou discurso) interior na criança, é a própria constituição do nexos entre pensamento e linguagem, sob a forma de pensamento verbal. No estudo feito sobre a história do comportamento, A. R. Luria e Vigotski (1996) já haviam levantado a hipótese de que pensamento e linguagem possuem raízes genéticas distintas.

Essas constatações derivaram-se de uma revisão dos experimentos de Wolfgang Köhler (1887-1967), com macacos antropoides, sobre o uso e invenção de instrumentos, realizados entre 1913 e 1917 na Estação Antropoide em Tenerife, Ilhas Canárias. Do resultado dos estudos de Köhler, Vigotski e Luria (1996) identificam os denominados rudimentos de intelecto, produzidos pela introdução de um obstáculo à realização de uma tarefa, o que define o pensamento como busca por estratégia de resolução de problemas. Os autores definem o processo por meio do qual o macaco antropeide permanece imóvel (diferentemente de outras espécies animais), diante do problema de alcançar um objeto de seu interesse (um cacho de banana, por exemplo), com os recursos materiais disponíveis diante dos seus olhos, argumentando que, por exemplo, os estímulos madeira e banana, separados no experimento, produziam uma espécie de curto-circuito no cérebro do animal, ativando áreas que anteriormente, na sua vida na selva, apareciam juntos. Esse curto-circuito é definido como rudimento de pensamento: “quando um novo percurso nervoso está sendo estabelecido, a forte ativação que acompanha um empecilho pode agir como um curto-circuito, como uma explosão empregada para fazer túneis em montanhas” (VIGOTSKI; LURIA, 1996, p. 81-82). Suas expressões exteriores eram caracterizadas por redução de movimentos, imobilidade, e a solução para o problema surgia como um tipo de *eureka!* Eram, no entanto, rudimentos de pensamento, conexões nervosas provocadas pela visão de estímulos separados diante dos olhos que haviam aparecido na vida pregressa do animal na selva, *in natura*, ligados um ao outro, rudimentos de pensamento limitados pela ausência de linguagem.

Enquanto o pensamento origina-se dos curto-circuitos produzidos por uma situação problema, que provoca a redução dos movimentos e intensificação das conexões nervosas no cérebro, a linguagem tem sua origem na constituição de sistema mnemônicos criados artificialmente para eliciar a memória, relacionados a processos sócio-histórico e culturais, vinculados às características presentes em uma determinada formação social. Vigotski e Luria (1996) revisaram, em determinadas formações sociais, especialmente nas formações sociais dos povos de história lenta ou estacionária, como os denominou Levi-Strauss (1908-2009). Os signos, concluíram os autores, estão vinculados, na sua gênese, à formação da memória cultural, viabilizados por meio de instrumentos produzidos socialmente para eliciar determinado conteúdo. Os signos adotados no interior de uma formação social, para eliciar a memória, como destacam Vigotski e Luria (1996) constituem momento embrionário da formação da linguagem diretamente relacionados à formação da memória voluntária ou memória cultural propriamente humana.

Dentre os inúmeros exemplos destacados para fundamentar essa tese, dois deles foram especialmente mencionados. O primeiro, um fragmento da obra do historiador grego, Heródoto, em que ele narra uma passagem em que Dario, o czar do reino de Axemedidov, em viagem, ordenou aos homens de Jônia, que desfizessem os nós de uma corda a cada dia que se passasse desde o início da viagem e, caso Dario não retornasse da guerra contra os Cíntios até o fim do último desenlace dos nós, que os homens de Jônia partissem sem ele. Formou-se assim, uma espécie de calendário rudimentar, por meio do qual se representavam os ciclos diários. Outro exemplo apresentado por Vigotski e Luria (1996), destaca um tipo específico de escrita denominada *quipu*, utilizada no antigo Peru, e cuja base material era constituída por um conjunto articulado de *nós*, por meio dos quais se enviavam comunicados oficiais, ordens a províncias longínquas e pelos quais se preservava a memória de pessoas já falecidas. Os autores assinalam ainda que havia, nessas formações sociais, pessoas especializadas em amarrar e interpretar nós em grupos específicos, que atingiam grande perfeição e, no entanto, eram incapazes de interpretar *quipus* de outros grupos estrangeiros, ao modo dos falantes e intérpretes de determinados idiomas cuja competência não se aplica à compreensão de outro conjunto de códigos a não ser com um treinamento prévio.

Nesses exemplos, Vigotski e Luria (1996) evidenciaram três ideias fundamentais. A primeira, que os processos psicológicos especificamente humanos, são histórico-sociais. A segunda, que a constituição desses processos são mediados pelos recursos elaborados em uma formação social específica, para intervir, produzi-los e eliciá-los. Nesse sentido, a função de signo presente nos conjuntos de *nós* (plural de nó), constituem, conforme os autores, a pré-história humana da linguagem escrita, tal como é conhecida atualmente, como tecnologias voltadas para intervir sobre os próprios processos psíquicos, alterando as qualidades e os seus nexos operacionais. Em relação à memória, por exemplo, o signo em geral, e a linguagem, em particular, conforme Vigotski (1996), foram responsáveis por fornecer as bases que permitiram a transmissão do legado de gerações passadas e constituíam as possibilidades da história propriamente dita. A terceira ideia elencada tem um caráter metodológico e se relaciona com o princípio segundo o qual uma formação social específica elabora os *instrumentos* e os recursos por meio dos quais são gerados tais processos. Assim, não há uma humanidade definida *a priori*, uma natureza humana, mas um tornar-se humano, definido pelas mudanças qualitativas produzidas em seus integrantes, em uma dada formação histórico-social. Essas teses básicas fizeram parte do primeiro momento do programa de pesquisa em psicologia, implementado sob a liderança de Vigotski, confirmando o princípio da mediação semiótica na constituição dos processos especificamente humanos (memória

voluntária, formação de conceitos, mudança qualitativa dos processos cognitivos sob o efeito da escolarização, dentre outros).

A propriedade que permite narrar um acontecimento, do ponto de vista da constituição da psique superior, pressupõe, conforme as indicações de Vigotski (2001), o enlace de pensamento e palavra, que resulta do processo de desenvolvimento do pensamento verbal, na ontogênese. O pensamento verbal, por sua vez, percorre também um processo de desenvolvimento sobreposto que se inicia com a estrutura de pensamento sincrético, passando pelas estruturas de pensamento complexo, preconceptual e, finalmente, conceitual. Nesse percurso, podem consolidar-se três instâncias ou modalidades de linguagens, estrutural e funcionalmente distintas e inter-relacionadas: a linguagem interior ou pensamento verbal, a linguagem exterior, ou comunicativa, e a linguagem escrita ou gramaticalmente mais elaborada. Esse processo de constituição da psique humana foi analisado por Vigotski (2001) em dois planos. O desenvolvimento conceitual, que estabelece padrões específicos de configuração da consciência, foi definido como o plano genético, e destaca o processo de aquisição da linguagem desde a tenra infância até o início da vida adulta. Do ponto de vista estrutural e funcional, delimita as três modalidades principais de linguagens – interna, externa e escrita. Vigotski (2001) dedica um capítulo especial à estrutura e ao funcionamento da linguagem interna, denominando em alguns trabalhos inspirados em sua obra, crescimento para dentro, em que se distinguem seis características estruturais fundamentais, dentre as quais, a predicatividade, a redução fonética, o predomínio do sentido das palavras sobre o significado, a aglutinação das unidades semânticas, o influxo do sentido das palavras e seu caráter idiomático, traços que, embora observáveis também na linguagem externa, absolutizam-se na esfera da linguagem interior.

Em linhas muito gerais, essa pode ser considerada a síntese da concepção de Vigotski de estrutura semântica da consciência, presente em *Pensamento e linguagem*. (2001) Para compreender os processos subjetivos por meio da palavra, a relação entre pensamento, emoção e palavra, é necessário introduzir na análise uma teoria que articula essas esferas da consciência humana. Por isso, nas próximas linhas serão apresentados conceitos e ideias, em linhas gerais, buscando definir as bases de diálogo da teoria com a empiria. Para tanto, o presente capítulo foi dividido em três tópicos, seguindo o fio condutor da obra *Pensamento e linguagem*, introduzindo quando necessário, algumas observações históricas e informações mais recentes sobre a constituição do tema que compõe a obra. O primeiro tópico resgata o problema do desenvolvimento conceitual e nele são indicadas as ideias que apontam a noção de estrutura semântica. O segundo, refere-se aos capítulos que tratam do tema da formação de

conceitos²⁶ cotidianos denominados por Vigotski (2001) “científicos”, que podem ser substituídos por conceitos acadêmicos, ou seja, sistemas de pensamento que se aprende e apreende no ensino formal. O terceiro tópico discute o problema da linguagem interior, sua estrutura e funcionamento.

2.1 Gênese e desenvolvimento do conceito

Os conceitos se desenvolvem do pensamento verbal não conceitual ao pensamento verbal conceitual, segundo padrões estruturais sociogenéticos específicos, identificáveis, inicialmente, na trajetória da criança. Essa tese foi apresentada pela primeira vez por Vigotski (2001) e sua equipe de trabalho, considerada inovadora à época. Não serão abordados os pormenores do processos que envolveram essa formulação. Para os objetivos do presente capítulo, é suficiente destacar que as pesquisas sobre esse tema, ocorridas no início dos anos 1930 na então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), visava, sobretudo, contrapor-se à tese intelectualista que definia que o desenvolvimento do conceito nas crianças ocorria de uma vez para sempre na tenra infância, quando ela “descobriam que as coisas possuem nome” – Stern – mas, sobretudo, a algumas teses de Piaget (1999) sobre o tema, autor que está presente praticamente na obra inteira, tanto nos momentos críticos quanto naqueles de apropriação das suas contribuições ao problema da relação pensamento e linguagem.

A tese tratou especificamente do desenvolvimento de conceitos definidos como cotidianos (conceitos não conceituais ou preconceitos de natureza a-conscientes) e científicos (conceitos propriamente ditos, inseridos em sistemas de pensamentos de caráter conscientes),

26 Van der Veer e Valsiner (2009) destacam, por exemplo, que o interesse de Vigotski pelas pesquisas sobre formação de conceitos, remota aos anos 1927 e continuou até o momento de sua morte, em 1934. Em um primeiro momento, replicava estudos realizados pelo psicólogo alemão, da Escola de Würzburg, Naziss Ach, posteriormente estendido para os trabalhos de Jean Piaget. Van der Veer e Valsiner (2009) informam que o capítulo 5 – “Investigação experimental do desenvolvimento dos conceitos” - foi escrito por volta de 1930, com base em uma pesquisa realizada anteriormente, com seus colaboradores, dentre os quais Sakharov, publicada em *A pedologia do adolescente* (1931), momento em que ainda não estava trabalhando com a ideia de estrutura semântica e o conceito de zona de desenvolvimento próximo. O capítulo 6 – “Estudo do desenvolvimento do conceito na idade infantil”, refere-se palestras proferidas em 1933, publicadas em 1935, em um período que realizava uma apreciação crítica das recém-publicadas obras de Piaget. Esse capítulo foi escrito enquanto o autor, ainda segundo Van der Veer e Valsiner (2009), sofria uma recaída de tuberculose, resultando em uma “composição um tanto caótica” (p. 282) do capítulo, do qual algumas partes também haviam já sido escritas, como introdução à obra de Shif (1935), e as partes restantes do capítulo foram ditadas à Sofia Davydovna Eremina, estenógrafa amiga da família Vygotsky: “uma das filhas de Vigotski, Gita Lvov'na Vigodskaja, lembra-se bem como o seu pai andava de um lado para outro do quarto, ditando os capítulos de *Pensamento e linguagem* que ainda não haviam seido escritos” (Van Der Veer; Valsiner, 2009, p. 282). Além desses apontamentos, os autores apontam a possibilidade de o editor da obra – Kolbanivsky – ter removido algumas referências “indesejáveis” a autores “fascistas”, como Felix Krueger, ligado ao regime nazista, e também referências à “pedologia”. A despeito desses apontamentos, os autores sugerem, com base em testemunho da filha de Vigotski, que se trata de um texto confiável, ressaltando ainda a origem conversacional do capítulo 6, com muitas repetições, digressões e passagens que necessitam de esclarecimentos adicionais.

objeto do capítulo VI de *Pensamento e linguagem* (VIGOTSKI, 2001), que estabelece, por assim dizer, pilares no processo de constituição de uma teoria da estrutura semântica da consciência

Por meio de pesquisas com base no método clínico genético, que consiste em propor atividades a serem desenvolvidas pelos participantes, pelas quais se deduzem os processos psicológicos em estudo, vinculados à realização da tarefa, foi possível deduzir a estrutura subjacente à formação do agrupamento. Em uma das três fases do pensamento pré-conceptual (quadro 2) ou na fase considerada superior, do domínio conceptual. O quadro 2 apresenta a categorização realizada pelos pesquisadores, indicando três fases do desenvolvimento do pensamento anteriores à formação de conceitos em sentido estrito – sincretismo, pensamento em complexos e potenciais – correspondente socialmente à criança em idade pré-escolar.

Quadro 2 – Relação de fases e etapas do desenvolvimento do conceito			
	FASES		
PRIMEIRA	SEGUNDA	TERCEIRA	QUARTA
Sincretismo das percepções	Pensamento em complexos	Conceitos Potenciais	Verdadeiros conceitos
Etapas	Etapas	Etapas	Etapas
I	Complexos associativos	-	-
II	Complexo-coleções	-	-
III	Complexos em cadeias	-	-
-	Complexos difusos	-	-
-	Pseudoconceitos	-	-

Fonte Vigotski (2001)

As três fases do desenvolvimento do pensamento, anteriores à formação de conceitos são divididas em etapas, que caracterizam subdivisões no interior de cada uma delas, e representam padrões específicos do pensamento conceitual deduzido com base nos estudos²⁷. Interessa destacar especialmente a fase dois – do pensamento em complexo – e a fase três – dos conceitos potenciais –, por dois motivos. O primeiro, porque eles surgem inicialmente, como um aspecto característico do pensamento infantil, mas terminam por caracterizar um padrão muito mais generalizado do pensamento adulto, identificável tanto entre integrantes de sociedades sem Estado e sem escolas formais, em casos de patologias específicas, bem como

²⁷ A presença de um certo etapismo nas formulações sobre o desenvolvimento sociocognitivo constitui um dos pressupostos da psicologia do final do século XIX e início do século XX, e o pensamento de Vigotski não constituiu uma exceção à regra. Porém, essa forma esquemática deriva também da necessidade de sistematizar e estabelecer regularidades, e se revela um pensamento potente, pronto a brotar, como a semente lançada em solo fértil.

no pensamento adulto em geral. Após estabelecer os padrões presentes naquele estudo, Vigotski (2001) amplia o espectro de generalizações para círculos muito mais amplos. O segundo motivo, por eles fornecerem chaves de leitura que permitem o diálogo com as informações que serão apresentadas posteriormente no presente estudo.

Ao contrário do pensamento sincrético que marca a tenra infância e se centra quase que exclusivamente em conexões puramente subjetivas, fundadas na percepção da criança, na fase do pensamento em complexos, as generalizações criadas estruturam-se em complexos de objetos ou elementos agrupados com base em relações objetivas realmente existentes entre esses objetos. Em lugar do que Vigotski (2001) denomina coerência incoerente, característico das imagens sincréticas, a criança começa a reunir figuras homogêneas em um mesmo grupo, formando com elas complexos segundo as relações objetivas que começa a descobrir nas coisas. Vigotski (2001) destaca que, quando a criança ascende a essa forma de pensamento, ela supera parcialmente o seu egocentrismo, entendendo por esse conceito uma tendência de a criança compensar a insuficiência das conexões objetivas com excessos de conexões subjetivas, elevando-se na direção do pensamento objetivo. O pensamento em complexos, conforme assinala Vigotski (2001), não é ainda pensamento conceitual em sentido estrito, pois que não contém ainda sua coerência característica, mas se situa acima do sincretismo precedente.

O pensamento em complexos, remete a um exemplo, característico no pensamento verbal adulto, presente no que o autor denomina nomes de família (*familne imena*), uma referência metafórica para indicar uma diversidade de “membros” diferentes entre eles, de um agrupamento, cujo vínculo se dá por receberem um mesmo nome, como uma etiqueta que faz referência ao conjunto, como nos sobrenomes que cada um porta e que o vincula a uma família²⁸. O complexo produz-se sobre um conjunto que se agrupa sobre relações reais da experiência da criança e identifica um conjunto agrupado sobre relações semânticas de uma etiqueta (nomes de família) a outra. Como ressalta Vigotski (2001), para a criança, o universo dos objetos singulares integra-se e se organiza ao agrupar-se em famílias distintas relacionadas entre eles. O significado das palavras pode ser definido como nomes de família dos objetos agrupados em complexos ou grupos. O complexo é construído com base em relações concretas e reais entre os componentes individuais e não em conexões lógicas ou

28 Adotou-se o uso da expressão *nome de família* como equivalente aos termos russos *familnie imenie*, literalmente *nome de família*. Na tradução espanhola da Visor, adotou-se por seu equivalente em espanhol – *apellido* – na língua portuguesa seria *sobrenome*. Uma imagem interessante para configurar a expressão é precisamente a antiga foto de família em que toda a diversidade de crianças, adolescentes, mulheres, homens, idosos, enfim, é registrada em uma mesma imagem toda a diversidade ali que recebe uma etiqueta, como a dos membros da família X.

abstratas: “o complexo (...) fundamenta-se nos vínculos reais manifestos pela experiência imediata. Por isso, o complexo é, sobretudo, o agrupamento de um conjunto de objetos concretos sobre a base da vinculação real entre eles” (p. 139), não pertence ao plano do pensamento lógico abstrato, mas ao pensamento real concreto. Por isso, as conexões que servem de base com as que se estabelecem com o seu auxílio, carecem de uniformidade. Tal como o conceito, o complexo é uma forma de generalização, uma união de objetos concretos diferentes, embora a relação com base na qual se constrói essa generalização pode ser dos mais diversos tipos. Assim, qualquer conexão pode levar à inclusão de um elemento específico em um complexo, bastando que ele esteja ali presente: “essa é a característica essencial da estrutura do complexo” (VIGOTSKI, 2001, p. 139). Os agrupamentos estabelecem-se com base em vínculos reais tão diversos que, com frequência, não apresentam nada em comum. Ao contrário do conceito, em que os objetos estão generalizados segundo um único atributo, por uma relação relevante uniforme, no complexo, eles apresentam múltiplos vínculos reais refletindo uma conexão prática, casual e concreta. Esta é, precisamente, a principal característica que distingue, segundo Vigotski (2001), um complexo de um conceito. Ao passo que o complexo é caracterizado pela diversidade de conexões, o conceito caracteriza-se pela unidade das conexões, e cada objeto nele incluído forma parte de uma generalização realizada com base em um mesmo atributo presente no restante dos objetos. No conceito, destaca Vigotski (2001), os objetos são dirigidos do particular ao particular por meio do geral: “No complexo, essas conexões podem ser tão diversas como variados são na realidade os vínculos e as afinidades entre os mais distintos objetos que mantêm entre si qualquer forma concreta de relação” (VIGOTSKI, 2001, p. 140). O pensamento em complexos foi dividido por Vigotski (2001) em cinco categorias: complexos associativos, complexos coleções, complexos em cadeias, complexos difusos e pseudoconceitos.

O complexo associativo “baseia-se em qualquer conexão associativa que a criança estabelece com algum aspecto do objeto que serve de núcleo do futuro complexo [no estudo]” (VIGOTSKI, 2001, p. 140). Em torno desse núcleo, a criança pode construir um complexo, nele incluindo os mais diversos objetos, alguns com base na cor, outros, na forma, outros ainda, nas suas dimensões ou qualquer outro aspecto distintivo que a criança adote. Assim, qualquer conexão associativa entre o núcleo de referência e outro elemento do complexo é razão suficiente para que a criança o inclua no grupo e lhe atribua a mesma etiqueta, formando uma “família”. Não é necessário que os elementos estejam relacionados entre eles por um critério único, o motivo para sua generalização pode ser simplesmente o de haver entre eles qualquer

conexão associativa. Resulta que a formação do complexo se revela “heterogêneo, desordenado, assistemático e incoerente” (VIGOTSKI, 2001, p. 140) e, ainda que esteja fundamentado em relações objetivas, as multiplicidades dos aspectos concretos insinuam-se a todo momento no pensamento por complexos²⁹.

O fundamento dessa multiplicidade, conforme Vigotski (2001), radica-se não apenas na identidade direta entre o objeto a ser integrado e o núcleo modelo, mas também pelos seus contrastes – por exemplo, insere no complexo uma peça pequena porque o modelo é grande, ou uma cor clara, porque a cor do modelo é escura – e também por proximidade, sempre com base em uma conexão concreta. A conclusão derivada dessas peculiaridades do complexo associativo, sugere que, para a criança que se encontra nessa fase do desenvolvimento do conceito, as palavras deixam de referir-se a objetos, de designar nomes próprios, para converterem-se em uma etiqueta que passa a indicar um conjunto de objetos relacionados entre eles segundo as mais diversas linhas de afinidades. A esse respeito, segundo Vigotski (2001), “denominar o objeto concreto com o nome correspondente significa incluí-lo em um determinado complexo concreto com o qual se relaciona. Para essa criança, nomear um objeto significa dizer o seu *nome de família*” (p. 140). Para dar um exemplo que ilustra bem o complexo associativo, Vigotski (2001) descreve o caso de uma criança de 152 dias de idade, que utiliza o balbucio sonoro *vau vau* para designar uma boneca de porcelana; com 307 dias, o mesmo balbucio indica um cachorro, um retrato da avó, um cavalo de brinquedo, um relógio na parede; com 331 dias um casaco de pele, e assim sucessivamente. Vigotski (2001) considera que se trata de um genuíno exemplo de complexo associativo, já que uma mesma palavra designa os mais diversos objetos com base em afinidades, proximidades, contrastes com o objeto que forma o núcleo inicial do complexo. O balbucio sonoro *vau vau* desempenha, no pensamento visual da criança, a condição de etiqueta (nome de família) que nomeia os objetos que aparecem no seu campo visual, formando um complexo.

O complexo-coleção caracteriza a segunda etapa do desenvolvimento do pensamento em complexos: “os objetos e as imagens concretas das coisas se combinam formando agrupamentos especiais que recordam muito ao que costumamos denominar coleções” (VIGOTSKI, 2001, p. 141). Nesse caso, os diferentes objetos concretos são colocados juntos com base em atributos mutuamente complementares, formando um todo, cujas partes são

29 Vigotski (1987) da mesma forma, ressalta o fenômeno de associação de emoções, por meio do que denominou *lei do signo emocional comum* (ou lei do signo emocional geral), que busca descrever o processo segundo o qual tudo o que causa um efeito emocional coincidente, tende a unir-se embora não se identifique entre eles semelhança alguma, nem exterior nem interior. Resulta, conforme Vigotski (1987), “em combinação de imagens baseadas em sentimentos comuns ou em um mesmo signo emocional aglutinante dos dois elementos heterogêneo que se vinculam” (p. 22).

heterogêneas e complementares entre elas. O pensamento no complexo-coleção consiste na “heterogeneidade dos componentes, [na] sua mútua complementaridade e [no] seu agrupamento como coleção” (VIGOTSKI, 2001, p. 141). Na situação do estudo, a criança elege figuras que diferem do modelo com base na cor, no tamanho ou qualquer outro atributo, porém não as elege de forma aleatória e errática, como ocorre no caso do complexo associativo, e sim por serem diferentes e complementares em algum aspecto, do modelo que serve de núcleo e base para a construção do complexo-coleção. Resulta desse complexo uma série de figuras de diferentes cores ou formas que representam a variedade de cores e formas presentes no contexto. Vigotski (2001) afirma que uma das diferenças mais notáveis entre os complexos de coleção e associativos consiste em que, nas coleções, não se incluem dois objetos com o mesmo atributo. Assim, de cada grupo de objetos, elege-se apenas um como representante de todo o grupo. Em vez de associação por semelhança, evidenciam-se associações por contrastes. Como resultado, formam-se coleções baseadas em diferentes aspectos, cada um dos quais serve de base para formar um conjunto: “a experiência visual ensina à criança que a forma mais frequente de generalização das impressões concretas acerca dos objetos é sua inclusão em uma coleção que agrupa uma série de objetos mutuamente complementares segundo algum atributo funcional relevante na prática” (VIGOTSKI, 2001, p. 142). Na vida cotidiana da criança, formam-se muitos complexos-coleção. Do contexto alimentar, as palavras podem ser aplicadas como emblemas para nomear o conjunto “copo, prato, colherzinha” ou “prato, garfo, faca e colher”, em alguns casos, a palavra roupa, pode ser utilizada pela criança para constituir uma etiqueta para uma coleção de objetos. O pensamento verbal da criança, nesse momento, pauta-se por esses princípios do complexo-coleção, que constituem o seu pensamento verbal, conforme o princípio da complementariedade.

Vale destacar que essas formações, embora estejam se referindo ao processo sociogenético de desenvolvimento do pensamento verbal da criança, conforme as indicações de Vigotski (2001), não se restringe a um momento no processo de formação, mas podem ser constatadas também em formas de pensamentos em complexos presentes no pensamento do adulto, o que significa que essa formas de pensamento não se evaporam no processo de adultização de um indivíduo, seja no uso da fala ordinária, por exemplo, quando se fala em *vasilha*, *roupa*, dentre outros usos da palavra, indicando coleções de objetos, seja nos casos estudados pelo autor, apontando com distúrbios neurológicos e outros. Mais precisamente, o pensamento em forma de complexo-coleção constitui uma forma típica do pensamento verbal de uso cotidiano, e não o pensamento conceitual propriamente dito. As razões dessas

diferenças serão apresentadas logo em breve. É suficiente salientar que as imagens sincréticas se baseiam essencialmente em conexões subjetivas emocionais, que a criança considera como relação entre objetos, já os complexos associativo fundamenta-se em semelhanças de atributos de distintos objetos, e o complexo-coleção é “generalização de coisas com base em sua coparticipação em uma mesma operação prática, com base em sua colaboração funcional” (VIGOTSKI, 2001, p. 142). A criança produz algumas generalizações, associações, muitas vezes incompreensíveis para os adultos são saltos no pensamento, aventureiras generalizações, difusas transições, que se descobre quando a criança começa “a discorrer ou pensar além dos limites de seu pequeno mundo de objetos concretos e de sua experiência prática” (VIGOTSKI, 2001, p. 145). Esses saltos, no entanto, ao serem analisados atentamente, seguem os mesmos princípios que os complexos concretos, nos quais a criança permanece nos limites das relações visuais em imagens concretas.

À terceira forma de pensamento em complexos Vigotski (2001) denomina complexo em cadeia. O complexo em cadeia consiste em “união dinâmica e sequencial de elos individuais em uma única cadeia e transição dos significados por meio dos sucessivos elos da cadeia” (p. 142). O termo elos ocupa um lugar-chave, pois, por meio dele, revela-se a principal característica desse complexo. No exemplo citado no estudo, Vigotski (2001) mostra que a criança seleciona uma figura ou várias, que mantém entre elas alguma conexão associativa com certos aspectos do modelo apresentado como amostra. Posteriormente, continua acrescentando outros elementos ao mesmo complexo, regendo-se, no entanto, por qualquer outro atributo que caracteriza a última figura eleita, que não está presente necessariamente na figura modelo. Com esse padrão de formação do complexo, o significado da palavra modifica-se a cada elo do complexo em cadeia, que se une com o precedente, e com o seguinte. Assim, os atributos que permitem a formação do elo alteram-se a cada mudança. Cada incorporação de um objeto ao complexo em cadeia implica que suas características tornam-se potencialmente algo análogo a um ímã, que pode fornecer o critério de atração de uma nova série de elementos.

Para Vigotski (2001) essa característica do complexo em cadeia revela o caráter perceptivo figurativo concreto, por meio do qual o objeto incluído no complexo, em razão de um determinado atributo, se incorpora como objeto integral, ou seja, com todas as suas características (cores, formas, dimensões), indicando que a criança não abstrai uma única característica do objeto, como é próprio do processo de formação de conceitos em sentido estrito. O objeto é inserido integralmente no complexo, e o critério que leva a criança a inseri-lo no complexo tampouco é abstraído do conjunto, não ocupa nenhum papel de relevância

decorrente de suas demais características. Torna-se uma característica a mais, dentre outras, podendo qualquer uma delas orientar a construção de novos elos. Em comparação com o complexo associativo, em que o modelo ocupa uma posição central, o complexo em cadeia carece de qualquer núcleo de referência. No complexo associativo, os elementos isolados criam seus elos por meio de certos elementos comuns presentes no modelo. No complexo em cadeia, não existe núcleo, não há hierarquização, o modelo não está acima de seus elementos. Há uma fusão do geral e do particular no complexo em cadeia, uma fusão do complexo e seus elementos, e “esta amalgama psíquica (...) constitui a característica distintiva essencial do pensamento em complexos em geral, e do complexo em cadeias em particular” (VIGOTSKI, 2001, p. 144). Um exemplo apresentado pelo autor refere-se ao modo como uma criança, com a palavra *qua* designa, primeiramente um pato nadando, posteriormente, *qua* designa qualquer líquido (pelo elo com a memória da água em que o pato nadava quando fora visto), em seguida, o leite da mamadeira é chamado de *qua* (por remeter à memória do líquido) e, em ocasião posterior, indica uma águia impressa em uma moeda (que remete à figura do pato), e assim, os elos da cadeia entre o vocábulo *qua* e os sucessivos referentes formam um complexo em que a palavra *qua* constitui o seu emblema. O caráter desse atributo, destaca Vigotski (2001) pode variar indefinidamente.

O quarto tipo é chamado complexo difuso, no qual as relações entre os atributos se estabelecem não por semelhança real, mas por vagas impressões de comunalidade. Assim, o atributo que une associativamente os objetos resulta difuso, indeterminado, vago, formando precisamente vínculos difusos e indeterminados. Se a figura modelo for um triângulo amarelo, a criança pode juntar a ele um trapézio (por lembrar-se vagamente de um triângulo), em seguida inserir um quadrado, depois, um hexágono, um semicírculo e, finalmente, um círculo. A forma assume uma função central na seleção, mas elas se alteram ao sabor da vaga semelhança entre elas. Assim, o mesmo processo pode ocorrer com o critério *cor* ou outro qualquer. Vigotski (2001) declara: “o complexo difuso no pensamento da criança é uma espécie de família de coisas com a faculdade de crescer ilimitadamente incorporando mais e mais novos objetos concretos ao grupo principal” (Vigotski, 2001, p. 145).

Finalmente, o quinto e último complexo – o *pseudoconceito* – é uma surrealização formada no pensamento da criança que recorda em sua aparência externa, o pensamento conceitual que se revela nas operações intelectuais mais abstratas consideradas características dos adultos. Apesar da forma conceitual aparente, suas características psicológicas essenciais são diferentes de verdadeiros conceitos. Externamente, trata-se de um conceito aparente, e, internamente, de um complexo, daí o seu nome. Vigotski (2001) sugere que a generalização

complexa é realizada com base somente na palavra, dando a impressão de formação de um conceito. No exemplo do estudo, a criança, ao receber um modelo específico, um triângulo amarelo, por exemplo, elege todos os triângulos do material experimental. Nesse caso, aparentemente, ela utiliza o pensamento conceitual. A mesma categorização poderia também ter surgido de um pensamento abstrato (a ideia de triângulo). Em relação ao pseudoconceito, Vigotski (2001) considera que a criança reúne as figuras, na verdade, guiando-se por suas conexões aparentes, concretas. Por meio de associação, constrói um complexo associativo limitado a um único tipo de relação e chega ao mesmo ponto, porém seguindo um caminho distinto. O que explicaria essa coincidência no resultado dando a ilusão de um conceito estrito senso? Vigotski (2001) afirma que essa forma de pensamento em complexo tem sua origem no fato de que o significado funcional das palavras não se desenvolve segundo as diretrizes da própria criança, mas conforme o significado dado às palavras na fala dos adultos. Assim, ao ser liberada das influências dos adultos, como no caso do estudo descrito, a criança revela o modo como ela assimila a língua do adulto, no qual o pseudoconceito constitui o limite intermediário entre o complexo e o conceito, já que a criança se orienta pelo modo como foram nomeados os objetos para classificá-lo como tais, guiando-se indiretamente pela palavra sem sentido que acompanhava cada triângulo no estudo. Vigotski (2001) declara: “o experimento revela como seria a língua infantil e que tipo de generalizações guiariam o pensamento da criança se não os dirigisse a língua de seu entorno, que estabelece de antemão o conjunto de objetos concretos aos quais podem estender-se o significado da palavra em questão” (VIGOTSKI, 2001, p. 147). Significa então que as pessoas que convivem com a criança, no seu processo comunicacional, estabelecem generalizações e transferências de acepções de palavras para ela, embora a criança, nesse processo, não assimile de uma vez por todas o modo de pensar do adulto: “a criança que pensa em complexos e o adulto que o faz em conceitos, podem estabelecer a comunicação verbal e alcançar a compreensão mútua, já que os pensamentos confluem na prática nos complexos-conceitos coincidentes” (VIGOTSKI, 2001, p. 150).

A exposição realizada por Vigotski (2001) acerca do pseudoconceito e de seus elementos mais importantes oferece uma explicação para a questão em debate à época, referente a precisão da idade em que a criança domina conceitos. Ao mesmo tempo, explica os motivos pelos quais muitas pesquisas sobre a psicologia da criança confundiam o momento em que se constituíam os pseudoconceitos com a formação de conceito, por desconsiderarem, no processo, o papel do intercâmbio comunicacional entre adultos e crianças, que as leva a operarem inconscientemente (no sentido estrito dado pelo autor a esse

termo) com conceitos, antes de alcançarem o pensamento conceitual, que depende da formação de sistemas semânticos hierárquico. Esclarece o autor: “a contradição entre o desenvolvimento tardio do conceito e o desenvolvimento precoce da compreensão verbal se resolve no pseudoconceito como forma de pensamento complexo que possibilita a compreensão, a coincidência do pensamento da criança e do adulto” (VIGOTSKI, 2001, p. 151). O pseudoconceito cumpre portanto, a função de comunicação e de compreensão mútua entre adultos e crianças, e também é o elo de enlace entre pensamento em complexo e pensamento em conceito, ou seja, por meio do pseudoconceito, a criança identifica os mesmos objetos de referência, no seu cotidiano, que o adulto identifica por meio do pensamento conceitual. No pseudoconceito, Vigotski (2001) identifica a semente do futuro conceito germinando no interior da criança, viabilizado pela comunicação verbal entre adultos e crianças. O próximo passo em direção ao pensamento conceitual será dado pela formação dos conceitos potenciais e, finalmente, dos conceitos.

No entanto, mais significativas são as considerações referentes a esse fenômeno, já que se pode concluir que a criança começa a operar com conceitos e a utilizá-los na prática, antes de ter consciência deles. O conceito “em si” e o conceito “para os demais” consolidam-se na criança antes do conceito “para si”, reafirmando a dimensão sociogenética da formação da consciência. O pseudoconceito é localizado, por Vigotski (2001), no final da segunda fase de desenvolvimento do pensamento infantil e início da terceira fase, formando o elo de enlace entre ambos, situados entre o pensamento concreto e o pensamento abstrato da criança.

Nesse primeiro estudo, cada um desses momentos do desenvolvimento do conceito apresentam marcos e etapas bem delimitados, muito em razão do próprio desenho do estudo, como se houvesse uma teleologia que vai do pensamento caótico em direção ao pensamento ordenado, do ilógico ao lógico, do irracional ao racional. No entanto, como se poderá constatar no relato do estudo sobre formação de conceitos cotidianos e científicos, ou seja, acadêmicos, trata-se de modos de pensamentos distintos entre eles, mas interdependentes. A debilidade de um é a força do outro e vice-versa, e ambos atuam de modo complementar como duas inteligências específicas operacionalizadas pelo pensamento verbal. Esse momento constituiu um passo importante na configuração da noção de estrutura semântica da consciência.

Antes de adentrar o segundo momento dos estudos sobre a formação de conceitos, caminho necessário para entendimento da concepção sociogenética de constituição das consciências por meio do nexos que se estabelece entre pensamento e palavra na ontogênese, serão apontadas algumas informações apresentadas por Vigotski (2001) que revelam a

operacionalidade do conceito de pensamento em complexos, para explicação de fenômenos que extrapolam bastante os limites do estudo específico, indicando o raio de abrangência e alcance do conceito. O autor revela que, embora esteja centrado no estudo sociogenético de estruturação e funcionamento do enlace entre pensamento e palavra, seu foco é sempre o fenômeno geral.

Por meio desse procedimento, Vigotski (2001) eleva o espectro de fenômenos analisados inicialmente tendo a criança como sua referência, para outras categorias sociais, outros fenômenos ligados à relação entre pensamento e linguagem, de forma que o pensamento infantil emerge como apenas um emblema dos fenômenos subjacentes ao pensamento em complexo, em relação ao pensamento conceitual. Nesse sentido, a passagem da condição de não falante – *infans* – para a condição de falante, e nela, o tipo de operação intelectual – sincrético – em complexos ou em conceitos predominam na língua e na cultura, na criança mas também nas formações sociais sem Estado e sem escola, em certas formas de patologia da fala e do pensamento, e também, o que é digno de um interesse especial no presente estudo, como forma comum do pensamento não conceitual do cotidiano, característico do adulto em geral. Aquilo que o autor isolou, analisou em detalhes, no estudo específico, é posto à prova na análise de outros fenômenos e uma dessas provas são na verdade generalizações para círculos mais amplos de fenômenos. Das características do pensamento em complexo, identificadas por Vigotski (2001), sobressai um aspecto funcional do pensamento infantil em complexos que resulta, em alguns casos, em situações nas quais uma mesma palavra pode ter não apenas significados distintos mas até mesmos contrários. O exemplo que o autor apresenta, relativo as atividades verbais da criança, indica o modo peculiar com que a criança utiliza a palavra *amanhã* para designar tanto o dia anterior quando o dia seguinte. Esse seria um caso completamente análogo à combinação frequente em algumas línguas clássicas, como a do chinês a hebraico e latina, em que uma mesma palavra contém dois significados opostos. Os romanos, acrescenta o autor, utilizavam uma mesma palavra para referirem-se às qualidades de *alto* e *profundo*. Combinações de significados opostos em uma mesma palavras são possíveis, em razão do pensamento em complexos, no qual cada objeto concreto integrante do complexo não se funde com os seus demais elementos, conservando sua identidade concreta com todos os seus atributos.

Vigotski (2001) utiliza esse mesmo esquema explicativo para resolver o problema de um fenômeno que ficou conhecido à época, pela literatura antropológica sobre o pensamento do “homem primitivo”, como *fenômeno da participação*, entendendo por esse conceito a “relação de identidade parcial ou de estreita interdependência entre dois objetos ou fenômenos

que não mantém relação de contiguidade espacial nem qualquer outra reconhecível, senão que foi estabelecida pelo pensamento primitivo” (VIGOTSKI, 2001, p. 156). Um exemplo para exemplificar esse fenômeno, refere-se aos povos indígenas do Norte do Brasil, os Bororos, citado pelo antropólogo alemão Karl Von Steiner (1855-1929), com base nas expedições que realizou no Brasil, em 1884. Steiner, conforme Vigotski (2001), informa que os Bororos “dizem que são araras com a mesma naturalidade que uma lagarta diria que é borboleta” (p. 157).

Vigotski (2001) considera que, até aquele momento, o fenômeno da participação não havia recebido uma explicação psicológica suficientemente convincente, segundo ele, por dois motivos. Primeiramente, em razão de que, ao estudar as relações concretas que o indivíduo autóctone estabelece entre coisas diferentes, os investigadores tendiam a destacar na análise exclusivamente o conteúdo, considerado independentemente das funções e da forma de pensamento às quais ele estava vinculado, ignorando, portanto, as operações intelectuais envolvidas no estabelecimento e na elaboração de tais relações. Os estudiosos centravam-se mais no resultado que no processo por meio do qual se materializa esse fenômeno aliado à estrutura de pensamento que o produziu. Em decorrência, tal produto do pensamento adquiriu, para esses pesquisadores, um caráter confuso e misterioso. O segundo motivo de os investigadores não relacionarem o fenômeno com os demais vínculos e conexões concebidas pelo pensamento autóctone é que tais conexões chamam a atenção pela raridade, especialmente por afastarem-se da lógica que regula o pensamento do pesquisador. Em razão dessas duas limitações, continua Vigotski (2001), a afirmação dos Bororos de que são araras resultava tão absurda para os padrões de pensamento do pesquisador – um *outsider* – que atraía a atenção apenas pelo caráter exótico. Não obstante, uma “análise minuciosa de outras conexões menos espetaculares e que aparentemente não contradizem nossa lógica, nos convence de que tanto umas como outras tem sido concebida no pensamento primitivo sobre o mesmo mecanismo do pensamento em complexos” (VIGOTSKI, 2001, p. 157).

Se, em um momento determinado do seu desenvolvimento, marcado pelo pensamento em complexo, as palavras são para a criança um meio para denominar complexos de objetos concretos, suas generalizações e as conexões que estabelecem são pseudoconceitos. Como destaca Vigotski (2001), o fenômeno da participação é necessariamente um produto desse pensamento em complexo, pois nele surgem inevitavelmente conexões e relações entre coisas impossíveis e impensáveis do ponto de vista do pensamento conceitual: “é evidente que uma mesma coisa pode formar parte de diferentes complexos por seus distintos atributos concretos e, conseqüentemente, pode receber diferentes nomes em razão dos complexos aos

quais pertençam” (VIGOTSKI, 2001, p. 157). No pensamento em complexo, o fenômeno da participação é mais uma regra que uma exceção. Em relação às formações sociais tradicionalmente sem Estado e sem escola, o autor declara:

para compreender (o fenômeno d) a participação no pensamento dos povos primitivos, a chave é que esses povos não pensam em conceitos e sim em complexos e, portanto, em suas línguas a palavra tem uma utilização distinta, se usa de outro modo, não é um meio de formação de conceitos. Não atua como portadora de um conceito, sim como nome de família [*familnie imena*] que denomina um grupo de objetos concretos reunidos segundo determinada afinidade efetiva (VIGOTSKI, 2001, p. 158).

Além de identificar o pensamento em complexo na criança, entre indivíduo das sociedades de história lenta, Vigotski (2001) também aponta o pensamento esquizofrênico, em que o pensamento conceitual dá lugar à abundância de imagens e de símbolos, pensa por meio de impressões globais e indiferenciadas dos fenômenos e por imagens muito concretas. A base do fenômeno da participação reside, portanto, conforme as indicações de Vigotski (2001), no mecanismo do pensamento em complexos e no uso funcional da palavra na qualidade de nomes de família [*familnie imenie*]. Com essa análise, que capta a especificidade dessa forma outra de pensamento, Vigotski (2001) abre uma senda que permite superar a ideia de uma certa hierarquia das inteligências, dentro de um sentido de progresso, para utilizar um conceito de Jacques Rancière (2010).

O mecanismo do pensamento em complexo é identificado também na formação da língua. No caso, o mesmo fenômeno identificado na relação pseudoconceito-conceito é verificado na diferenciação estabelecida na linguística moderna entre o significado da palavra ou expressão e o seu referente, diferença que remete ao complexo ou conceito específico que surge no pensamento, tendo um mesmo referente, ou objeto determinado que a expressão designa. Afirma Vigotski (2001) que pode haver um só significado que pode fazer menção a diversos objetos e também significados distintos designados a um só objeto referente. Um exemplo de dois significados para um mesmo objeto é dado pela referência a Napoleão, que pode ser designado como o “triunfador de Jena” ou o “derrotado de Waterloo”, ou seja, na primeira, a ideia do triunfo e da vitória, na segunda, da derrota e do ocaso.

Fazendo uma analogia desse fenômeno com o pensamento infantil em complexo, pode-se afirmar, seguindo as indicações de Vigotski (2001), que a criança pode coincidir com os adultos em sua atribuição ao objeto, tendo o mesmo referente que ele, porém divergindo no significado atribuído a tal objeto, em razão do padrão de pensamento distinto constituído em

um e outro. A coincidência em relação ao referente e uma divergência em relação ao significado constituem as principais características do pensamento infantil em complexos e, também, a principal característica do desenvolvimento da língua. Em *Psicologia da arte*, por exemplo, Vigotski (1999), ao analisar a fábula “A cigarra e a formiga”, pela tradução de Krilov, destaca a tendência de divergirem as perspectivas das crianças que ouvem a história, marcada por uma tendência perene a identificar-se com a cigarra, que canta, dança, e não com a formiga, subvertendo o conteúdo da fábula referente a uma moral do trabalho cujo modelo é dado por essa última. Ao passo que os atributos da cigarra são o próprio emblema da criança, daí a identificação, a formiga aproxima-se mais do tipo de vida adulto. Assim, em vez de apreenderem a moral do trabalho estranhado e a característica sisuda e pouco divertida que o acompanha, a censura do riso, da festa e da fruição, as crianças, conforme as indicações de Vigotski (1999), aliam-se precisamente ao princípio do riso e da fruição, subvertendo a moral da história, qual seja, *não trabalhou, então morra*, implicado na palavra que encerra a fábula: *dance*. Em suma, com um mesmo referente, a fábula, e perspectivas distintas no modo como é apreendida,

esta mesma fórmula pode ser aplicada à história do desenvolvimento e à psicologia da língua em seu conjunto. A cada passo encontramos a confirmação e a demonstração efetiva que nos ratifica a validade desta tese. Para que as palavras coincidam em seu referente, é necessário que assinalem o mesmo objeto. Porém podem fazê-lo segundo diferentes procedimentos (VIGOTSKI, 2001, p. 159).

Exemplo dessa coincidência no referente e divergência nas operações psicológicas que servem de base ao significado fundamental da palavra é dado pelos sinônimos que existem em cada língua, como tirado na língua russa, com a palavra *lua* e seu sinônimo *mesiats* [medidor]. A primeira, etimologicamente, destaca o caráter variável das fases do satélite terrestre e o segundo faz referência à dimensão de referência para o cálculo do tempo. Ambas coincidem no objeto e variam nas especificidades que ganham relevância na sua definição. Desses apontamentos, o autor sugere que se deve distinguir cada um desses dois aspectos elencados: o significado da expressão no sentido próprio e sua função de referência a um objeto – *Napoleão* – e sua função de atribuição a um objeto – *vitioso de Jena* ou *derrotado de Waterloo*. Assim, “ao referirmos ao significado da palavra devemos diferenciar entre o significado e o sentido próprios e a atribuição a um objeto encerrado na palavra” (VIGOTSKI, 2001, p. 160). A teoria sócio-histórica da subjetividade do autor pauta-se nessas nuances distintivas fundamentais, e o que, no momento de uma abordagem sociogenética do

problema, é referido à criança, será posteriormente ampliado para a consciência em geral e analisado em termos das características estruturais e funcionais da linguagem interior.

Vigotski (2001) destaca ainda que, no processo sociogenético de desenvolvimento da língua, se observa uma luta incessante entre o pensamento em conceitos e o pensamento em complexos. No pensamento em complexos, a transferência de nomes a objetos novos produz-se por meio de associações, por contiguidade, similitude. Os atos de pensamento que a criança realiza com o auxílio da fala não coincidem com as operações do pensamento adulto na utilização das mesmas palavras. As palavras primárias, *pai*, *mãe*, por exemplo, ou os sentidos etimológicos das palavras, funcionam como um tipo de imagem, um quadro completo, um esboço mental, cujo caráter concreto de complexo permite designar vários objetos de uma só vez referidos a um mesmo complexo relacionado a uma série de objetos distintos. Do mesmo modo, o pensamento em complexo, na vida adulta, manifesta-se por meio do sonho, o mais antigo e primitivo mecanismo de pensamento em complexo, que opera pela fusão, condensação, deslocamento das imagens, uma espécie de pensamento visual, por meio do qual se operam generalizações especiais e agrupamentos de imagens. No pensamento adulto, portanto, ocorrem trânsitos contínuos entre a forma de pensamento conceitual e pensamento concreto em complexos.

Dessas indicações, o autor destaca que “os pseudoconceitos não são patrimônio exclusivo das crianças. Nossos pensamentos cotidianos se produzem com grande frequência em forma de pseudoconceitos” (VIGOTSKI, 2001, p. 164). E acrescenta que, “desde a perspectiva dialética” o tipo de uso das palavras que aparecem em nossas falas habituais não são verdadeiros conceitos, sendo mais “ideias gerais sobre as coisas” embora não haja dúvida de que esses mesmos preconceitos cotidianos constituem fases de trânsito entre os complexos ou pseudoconceitos e os verdadeiros conceitos.

Vigotski (2001) sugere que o conceito pressupõe não apenas a união da generalização de elementos isolados, mas também a capacidade de abstrair, de considerar esses elementos isolados, fora das conexões reais e concretas dadas, aquilo que o pensamento em complexo é incapaz de realizar, pelo fato de que ele é essencialmente constituído pela superabundância de conexões e ausência de abstrações, resultando em um processo e separação de atributos extraordinariamente frágeis. O conceito genuíno, por sua vez, apoia-se tanto em processos de análise quanto de síntese, e a divisão e a condensação são igualmente necessárias para construir conceitos, tal como a unidade de inspiração e expiração. Apesar das diferenças entre uma e outra forma de pensamento – em complexo e conceitual – elas não constituem dois rios que correm em paralelo; ambos os processos aparecem fundidos e ligados um ao outro.

A fase dos conceitos potenciais é a terceira no processo de desenvolvimento do conceito, está muito próxima da fase dos pseudoconceitos, de forma que “a união entre diferentes objetos concretos se produzem sobre a base da máxima semelhança entre seus elementos” (VIGOTSKI, 2001, p. 166). Nesse momento, a criança fica mais atenta a alguns atributos dos objetos que a outros, centrando sua atenção nos atributos que refletem, em seu conjunto, o máximo de aparência com o modelo, ficando os demais atributos na periferia da atenção. Diz o autor: “aqui intervém pela primeira vez com toda clareza o processo de abstração” (VIGOTSKI, 2001, p. 166), a despeito de ele aparecer frequentemente de forma mal diferenciada, em razão de uma vaga impressão de comunalidade [*obschnost*]³⁰ entre eles, não em uma distinção clara de aspectos isolados.

Na fase dos conceitos potenciais, a criança destaca um atributo entre os demais que constituem o objeto, recordando um pseudoconceito, que, no aspecto externo, pode ser tomado como um conceito acabado no sentido próprio da palavra. A diferença entre conceito potencial e pseudoconceito, indicada por Vigotski (2001), conforme apontado por Karl Groos (1861-1946), é que o primeiro está muito vinculado a hábitos, conforme o princípio de que motivos similares provocam impressões gerais similares. Por meio do hábito, podem-se discriminar atributos isolados formando conceitos potenciais. Para Vigotski (2001), o significado das primeiras palavras da criança aproxima-se dos conceitos potenciais, pois que ela funciona como atribuição prática a um repertório de objetos e, também, pelo processo de abstração discriminante que serve de base, formando uma possibilidade de conceito que não atualiza todas as suas possibilidades: “na realidade não são conceitos, porém podem chegar a sê-lo” (VIGOTSKI, 2001, p. 168). Os conceitos potenciais são dinâmicos, permanecem no pensamento da criança durante muito tempo, até o início da idade escolar, conduzindo-a a formar conceitos genuínos, a quarta e última etapa do desenvolvimento do pensamento infantil.

30 O termo russo [*obschnost*] indica literalmente comunidade, conforme supervisores da tradução espanhola, Amélia Alvarez e Pablo Del Río (2001, p. 262), que justificam a adoção do neologismo *comunalidad*, para o espanhol, em lugar de *generalidade*, como se tem traduzido para outros idiomas. A tradução portuguesa de Paulo Bezerra (2001), adotou precisamente o termo *generalidade*. A adoção do termo comunalidade em vez de generalidade, no presente estudo, seguindo a solução da tradução espanhola, justifica-se, primeiramente, por considerar que ele reflete melhor a ideia do desenvolvimento do conceito na infância. Nesse sentido, o que é comum não é necessariamente do mesmo *gênero*, caso se considere que o termo *gênero* mantém uma vinculação originária dos tratados clássicos sobre lógica formal, para designar uma taxonomia de segunda ordem de abstração, que contém um conjunto de espécies agrupadas por critérios lógicos nesse gênero. Transladar *obschnost* para generalidade pode gerar imprecisões e vieses na compreensão, por exemplo, quando se estiver falando dos agrupamentos em complexos, caracterizados precisamente por não cumprirem com os pré-requisitos subjacentes à noção de gênero, que se encontra na raiz do termo *generalidade*, conforme os princípios da lógica formal, precisamente por constituem comunalidades de objetos que, do ponto de vista da lógica formal, não cumprem os requisitos formais para caracterizarem-se como gênero, ou seja, como uma generalidade. Em suma, a criança ou o adulto pode formar uma comunalidade entre os objetos, mas, não necessariamente dessa comunalidade deriva uma generalidade, já que este último termo pressupõe um sistema de hierarquização de palavras e denota exatamente a característica que define as propriedades dos conceitos.

Vigotski (2001) indica que um conceito surge quando vários atributos foram abstraídos e sintetizados em um novo, acompanhado de uma síntese abstrata que se converte em uma forma fundamental de pensamento, por meio do qual a criança percebe e atribui sentido à realidade que a rodeia. Nesse processo, o papel decisivo no processo de formação do conceito genuíno cabe à palavra. Por meio da palavra a criança é capaz de dirigir deliberadamente sua atenção para determinados atributos, “servindo-se da palavra os sintetiza, simboliza em conceitos abstratos e opera com ele como o signo superior a todos os que foram criados no pensamento humano” (VIGOTSKI, 2001, p. 169).

Também no pensamento em complexo, ressalva o autor, a palavra ocupa um papel de destaque, sem o qual o pensamento este também não seria possível. No pensamento em complexo, a palavra intervém na condição de nome de família [etiqueta], cuja função é unir um grupo de objetos afins pelas impressões deles obtidas,

no entanto, o reconhecimento de que a palavra joga um papel decisivo no pensamento em complexos não nos obriga em absoluto a identificar o papel da palavra no pensamento em complexo e no pensamento em conceitos. Ao contrário, para nós a diferença essencial entre complexo e o conceito consiste em primeiro lugar em que uma e outra generalização surgem como resultado dos usos funcionais da palavra que são totalmente diferentes entre si. A palavra é um signo. Esse signo pode utilizar-se de modo diferente, pode ser empregado de forma distinta. Pode servir como meio de operações intelectuais diversas. E precisamente distintas operações intelectuais realizadas com ajuda da palavra são as que dão lugar à diferença fundamental entre complexo e conceito (VIGOTSKI, 2001, p. 170).

Por essa via do desenvolvimento do conceito, o autor aborda indiretamente o problema da constituição da consciência, já que a constituição do conceito está diretamente vinculada à emergência de atos conscientes e intencionais ligados à psique superior, pelo fato de que lhe são característicos a eleição de atributos e a introdução do conceito em um sistema hierárquico de conceitos. O problema do desenvolvimento que vai dos pseudoconceitos aos conceitos, corresponde ao problema da passagem do uso não consciente da linguagem para seu uso consciente, como parte constitutiva da consciência. Na concepção de uma consciência constituída por aspectos não conscientes e conscientes, subtendidas na introdução da palavra em um sistema hierárquico de conceitos, que Vigotski (2001) chamou de “científicos”, surge a possibilidade da consciência consciente. Nessa distinção está contida a diferença fundamental entre a psicanálise e a teoria sócio-histórica de Vigotski (2001), que define essa diferença na seguinte afirmação, retirada de um manuscrito não publicado, que reflete ideias também presentes no texto de 1927, *O significado histórico da crise da psicologia*: “Freud concebe a

consciência à luz de uma teoria do inconsciente; nós [concebemos] o inconsciente à luz de uma teoria da consciência” (VIGOTSKI, *apud* ZAVERSHNEVA, 2010a, p. 52)³¹.

Nesta explanação, é importante destacar a ressalva feita por o Vigotski (2001, p.171): “não obstante, não cabe representar-se este processo de mudança entre distintas formas de pensamento e etapas de seu desenvolvimento como processo puramente mecânico, em que cada nova fase começa quando a precedente já foi finalizada. O quadro de desenvolvimento é muito mais complexo”. Significa que, em cada uma daquelas formas de pensamento identificadas no processo e desenvolvimento em direção ao pensamento conceitual coexistem extratos das anteriores o que, conforme a indicação de Vigotski (2001) constitui antes a regra que a exceção para o desenvolvimento do comportamento humano. No caso do pensamento infantil, o domínio do pensamento conceitual também não se desprende de outras formas mais elementares de pensamentos, que continuam, durante longo tempo prevalecendo e dominando qualitativamente toda uma série de esferas da experiência

Assim, o adulto, afirmação importante para o presente estudo, está longe de pensar exclusivamente em conceitos, “com frequência, seu pensamento se realiza em nível de complexos, descendendo às vezes a formas mais elementares” (VIGOTSKI, 2001, p. 171). Os conceitos utilizados na esfera da experiência cotidiana, tanto pelo adolescente como pelo adulto, não superam o plano do pseudoconceito e, embora possuam, muitas vezes, todas as características do conceito do ponto de vista lógico-formal, continuam sendo “tão somente representações gerais, ou seja, complexos” (VIGOTSKI, 2001, p. 171).

Em relação à formação de conceitos na adolescência, Vigotski (2001), constata uma discrepância entre a formação de conceitos e sua definição verbal, tanto no adolescente como no adulto, de modo que “a existência de conceitos e a consciência desses conceitos não coincidem nem no momento de seu aparecimento nem em seu funcionamento” (VIGOTSKI, 2001, p. 171), sugerindo o autor que o momento de constituição da elaboração conceitual e no seu uso se dá antes da consciência acerca desses mesmos conceitos estruturados e postos em operação. O adolescente sabe utilizar o conceito, mas quando é solicitado a defini-lo, percebe-se uma discrepância entre o uso da palavra – a definição conceitual – e o ato – o uso do conceito. Nas palavras do autor, “o adolescente forma o conceito, os utiliza corretamente em uma situação concreta, porém quando se pede que defina verbalmente esse conceito, seu pensamento tropeça de imediato com extraordinárias dificuldades e a definição do conceito resulta muito mais reduzida que a utilização ativa desse conceito” (VIGOTSKI, 2001, p. 172).

31 Assim, ficam restrita a essa publicação o acesso ao texto citado, dado os limites de domínio da língua e, por conseguinte, das condições de acesso deste pesquisador. Dito isso, para justificar o *apud*.

Portanto, os conceitos não surgem como resultado de elaboração lógica dos elementos da experiência, pois a criança não reflete suficientemente sobre seus conceitos, mas eles surgem por outros caminhos – no intercâmbio social – e somente depois ela toma consciência desses conceitos, podendo operar com eles de forma consciente e os aplicar logicamente.

Um outro elemento que deriva do estudo com a formação de conceitos entre adolescentes, pressupõe uma dependência perceptiva do conceito a uma situação concreta, de modo que, relacionando o pensamento a um determinado atributo perceptível de uma situação concreta, o adolescente consegue orientar o seu pensamento com maior facilidade, ao passo que, quando o conceito está desvinculado de uma situação concreta, deslocando-se para um plano totalmente abstrato, ele oferece maior dificuldade ao adolescente no seu processo de definição, que usa a palavra como conceito, mas a define como um complexo. A oscilação entre pensamento em complexo e pensamento em conceitos é característico da adolescência, contrapondo-se à tese de que o conceito é próprio da criança de três anos que já o domina, permanecendo o pensamento do adolescente sem novidades em termos de desenvolvimento dos conceitos.

2.2 Desenvolvimento do pensamento

Para Vigotski (2001), a introdução da palavra no processo de formação dos complexos infantis é o fator primordial da constituição do conceito, o caminho para a constituição das propriedades do uso consciente da linguagem na forma de sistemas conceituais hierarquizados, o que explica sua concepção de que o uso do conceito implica sempre em trabalhar com o geral, evidenciando-se os princípios da estrutura semântica da consciência.

No capítulo VI da obra *Pensamento e linguagem* (VIGOTSKI, 2001), aparecem com maior nitidez as ideias que fundamentam a noção de estrutura semântica da consciência, a concepção de inconsciente como parte constitutiva da consciência, e se introduz também o conceito de zona de desenvolvimento próximo (ZDP), que é fundamental para considerar sua concepção acerca da origem sócio-histórica do pensamento e da linguagem. Vigotski (2001) afirma que

o ensino direto dos conceitos resulta de fato impossível e pedagogicamente infrutífero. O professor que trate de seguir esse caminho, em geral não conseguirá mais que uma assimilação irrefletida de palavras, um simples verbalismo, que simula e imita os correspondentes conceitos na criança, porém que de fato encobre um vazio. Em tais casos, a criança não adquire conceitos, sim palavras, assimila mais com a memória que com o

pensamento e se manifesta impotente diante de todo esforço de empregar com sentido os conhecimentos assimilados. Na essência, este procedimento de ensino dos conceitos é o defeito fundamental do método verbal de ensino, puramente escolástico, que todos condenam. Este método substitui o domínio dos conhecimentos vivos pela assimilação de esquemas verbais mortos e sem sentido (p. 185).

E acrescenta:

durante a idade escolar a criança manifesta capacidade de tomar consciência da esfera da memória e da atenção, no domínio destas duas importantíssimas funções intelectuais e ao mesmo tempo é incapaz de dominar e tomar consciência dos processos de seu próprio pensamento. Durante a idade escolar se intelectualizam e se tornam voluntárias todas as funções intelectuais fundamentais, a exceção do próprio intelecto no sentido estrito da palavra (p. 209).

Para Vigotski (2001), o desenvolvimento psíquico da criança consiste no desenvolvimento de conexões e relações funcionais, que produzem mudanças também no desenvolvimento de cada função psíquica em particular. A consciência desenvolve-se como um todo, modificando em cada etapa sua estrutura interna e as relações entre as partes, de forma que o destino de cada parte funcional no desenvolvimento da consciência depende da mudança do todo, e não o contrário, o autor declara: “as conexões e relações interfuncionais não são constantes, carentes de importância (...) a mudança nas conexões inter funcionais, ou seja, a mudança da estrutura funcional da consciência é o que constitui o aspecto central de todo o processo de desenvolvimento psicológico” (VIGOTSKI, 2001, p. 210-211).

Dessa perspectiva, o autor concebe a mudança na estrutura da consciência no curso do desenvolvimento para explicar a passagem do uso a-consciente da linguagem para seu uso intencional e consciente. Por que, durante a idade escolar, a atenção e a memória chegam a ser conscientes e voluntárias e o próprio intelecto segue sendo a-consciente e não voluntário?

Para responder a essa questão, Vigotski (2001) aponta o princípio geral do desenvolvimento de que “a tomada de consciência e o domínio são próprios unicamente do nível superior do desenvolvimento de qualquer função” (p. 211). Por conseguinte, para tomar consciência, segundo esse princípio, há que se ter consciência daquilo de que se deve ter consciência e dispor do que deve ser submetido à vontade consciente. E continua:

para tomar consciência e dominar algo faz falta antes de tudo possuí-lo, como já foi indicado. Porém os conceitos – ou melhor dizendo, os preconceitos, segundo preferimos designar mais exatamente estes conceitos de caráter a-conscientes pelo escolar e que nos tem alcançado no grau

superior de desenvolvimento – surgem pela primeira vez precisamente na idade escolar e amadurecem no transcurso dela. Até então, a criança pensa em ideias gerais ou complexos, tal como temos denominado em outro lugar esta estrutura mais precoce de generalização, predominante na idade pré-escolar (VIGOTSKI, 2001, p. 211-212).

A tomada de consciência dos conceitos, segundo Vigotski (2001), tem um sentido bastante específico. Para Piaget (1999), a consciência participa do pensamento da criança mas não até o final, variando do solipsismo inconsciente inicial ao pensamento socializado, consciente, marcado por várias etapas intermediárias, que reduzem paulatinamente seu egocentrismo à medida que se vai socializando, reeditando, a seu modo, a ideia freudiana de consciência como passagem do inconsciente à consciência total. Vigotski (2001) destaca, no entanto, que, para Freud, inconsciente é também o conteúdo reprimido da consciência que surge mais tarde, derivado do desenvolvimento e da diferenciação da consciência, implicando que existe uma diferença a ser considerada entre inconsciente e não consciente: “a não consciência não é de modo algum uma parte do inconsciente nem uma parte da consciência. Não significa um grau de consciência, e sim uma tendência diferente da atividade da consciência (VIGOTSKI, 2001, p. 212). Portanto, ter consciência dos próprios atos conscientes implica manter a própria atenção voltada para o ato de execução de uma ação, e não para o modo como se realiza essa ação, pois a “consciência é sempre um determinado fragmento da realidade (...) porém o objeto da consciência pode ser precisamente isto, em cujo caso se tratará da tomada de consciência. A tomada de consciência é um ato da consciência, o objeto do qual é a própria atividade da consciência (VIGOTSKI, 2001) (...) porque perceber as coisas de outro modo significa ao mesmo tempo adquirir novas possibilidades de atuação com relação a elas” (VIGOTSKI, 2001, p. 213). Significa também tornar-se consciente de que se o recordar algo implica converter a própria recordação em um objeto da consciência, de modo que nesse, como em outros exemplos, a generalização implica sempre a eleição de um objeto. Assim, a tomada de consciência, entendida como ato de generalização, conduz imediatamente ao domínio dos processos que são objeto ao qual se aplica esse ato de generalização. Em suma, para Vigotski (2001), o fundamento da tomada de consciência resulta da generalização dos processos psíquicos que conduzem ao seu domínio.

Nesse processo de tomada de consciência, por meio da generalização, o ensino participa, por meio dos conceitos científicos, o que provoca uma atitude distinta em relação ao objeto, que passa a ser mediado por outros conceitos que integram um sistema hierárquico de relações mútuas como uma esfera em que surge a tomada de consciência dos conceitos ou sua

generalização e domínio. Assim, uma vez surgida uma nova estrutura de generalização, emergida em uma esfera de pensamentos, a nova estrutura transfere-se posteriormente, como princípio de atividade, sem necessidade de aprendizagem, a todas as esferas de pensamentos e dos conceitos. O autor assevera: “a tomada de consciência vem pela porta dos conceitos científicos” (VIGOTSKI, 2001, p. 214).

No exemplo apresentado por Piaget, (1999) em que a criança era questionada sobre o que significava a conjunção *porque*, que ela utilizava corretamente de forma espontânea, ou seja, não consciente ou a-consciente, fica evidenciado que a criança – não apenas ela – opera com conceitos espontâneos. Piaget (1999) restringiu-se a pesquisar apenas os conceitos espontâneos, mas Vigotski (2001) introduz o tema dos conceitos não espontâneos que, sendo necessariamente de caráter consciente, “não podem surgir no reino do pensamento espontâneo da criança mas que procede de fora” (VIGOTSKI, 2001, p. 214). Desse modo, o autor postula que, primeiro, os conceitos espontâneos são necessariamente inconscientes, e segundo, que os conceitos científicos são necessariamente conscientes, e esta é a primeira e mais decisiva diferença entre ambos, pelo fato de que, como destaca, os conceitos espontâneos carecem de sistema, e os conceitos crescentes, necessariamente, formam um sistema de conceitos hierárquicos. Finalmente, explicita-se de forma límpida aquilo que se convencionou chamar de estrutura semântica da consciência (ESC). Para o autor,

a existência de um sistema de conceitos não é algo neutral e indiferente para a vida e a estrutura de cada um deles. O conceito varia, muda por completo sua natureza psicológica enquanto se o isola, se lhe arranca do sistema, colocando com ele a criança em uma relação mais simples e mais imediata com o objeto (...) só dentro de um sistema pode o conceito adquirir um caráter voluntário e consciente. O caráter e a sistematização são plenamente sinônimos em relação aos conceitos, o mesmo que o são espontaneidade, a-consciência e ausência de sistematização, três termos diferentes para denominar o mesmo na natureza dos conceitos infantis (VIGOTSKI, 2001, p. 214-215).

E ainda,

se a tomada de consciência significa generalização, é totalmente evidente que a generalização, por sua parte não significa nada mais que a formação de um conceito superior (*Oberbegriff-übergeordneter begriff*), no sistema da generalização em que se inclui o conceito em questão como um caso particular. Porém, se atrás do citado conceito surge um conceito superior, pressuporá obrigatoriamente a presença não de um, e sim de uma série de conceitos subordinados. Em relação a eles, este conceito se mantém em uma relação determinada pelo sistema de conceito superior. Sem ele, o conceito superior não seria superior em relação ao mencionado. Este conceito

superior pressupõe ao mesmo tempo a sistematização hierárquica dos conceitos inferiores subordinados a ele, com os que se relaciona novamente por meio de um determinado sistema de relações. Portanto, a generalização do conceito implica na localização do mencionado conceito em um determinado sistema de relações de comunalidade, relações que constituem as conexões mais naturais e mais importante destes. Por conseguinte, a generalização significa ao mesmo tempo a tomada de consciência e a sistematização dos conceitos (VIGOTSKI, 2001, p. 215).

Para Vigotski (2001), a carência de sistema dos conceitos implica insensibilidade à contradição, incapacidade de síntese lógica dos juízos e da efetuação de deduções. À medida que se introduz um sistema de relações entre conceitos emergem essas possibilidades, pois, “quando esse sistema falta, todos estes fenômenos deverão produzir-se inevitavelmente” (VIGOTSKI, 2001, p. 216). Desse modo, quando um sistema primário, surgido na esfera dos conceitos científicos, é transferido para o campo dos conceitos cotidianos, estes são reestruturados, modificados na sua natureza interna. A dependência dos conceitos científicos dos espontâneos e a influência recíproca dos primeiros sobre os segundos, depende-se da relação específica que existe entre conceito científico e o objeto. Este último caracteriza-se por estar a relação mediada por meio de outro conceito e, por conseguinte, inclui por sua vez, junto com a relação com o objeto, a relação com outro conceito, ou seja, os elementos primários do sistema de conceitos” (VIGOTSKI, 2001, p. 216). Qualquer conceito deve ser tomado junto com todo o sistema de suas relações de comunalidade, o qual determina seu próprio grau de comunalidade como uma teia de conceitos.

A diferenciação entre conceitos infantis espontâneos e não espontâneos, conforme destaca Vigotski (2001), coincide com a diferenciação entre conceitos práticos e científicos, e, nos conceitos surge o sistema: “os conceitos científicos são a porta por meio da qual penetra a tomada de consciência no reino dos conceitos infantis” (VIGOTSKI, 2001, p. 217). Segundo o autor, de corre então a importância dos conceitos científicos para o desenvolvimento do pensamento da criança, de forma que os conceitos não espontâneos, e, em particular, os científicos, formam um problema de ensino e desenvolvimento, já que os conceitos espontâneos permitem o aparecimento dos conceitos não espontâneos por meio do ensino que atua como fonte de desenvolvimento, o que encaminha diretamente ao problema da relação entre ensino e desenvolvimento.

Vigotski (2001) destaca:

os conceitos espontâneos da criança (...) resultam também, até certo grau análogos aos conceitos científicos, abrindo-se a possibilidade no futuro de uma linha única de investigação de uns e outros. O ensino começa não

apenas na idade escolar, mas existem também na idade pré-escolar. Uma futura investigação mostrará provavelmente que os conceitos espontâneos da criança são produtos da educação pré-escolar da mesma forma que os conceitos científicos o são no ensino escolar. (p. 280).

Uma contribuição importante de Vigotski para a análise de discurso, é a ênfase ao vínculo, mediante complexas relações, entre conceitos espontâneos e não espontâneos bem como entre os conceitos cotidianos e científicos. Além do mais, conceber que essa relação depende da estrutura de comunalidade que se estabelece no psiquismo do indivíduo social. Na análise do problema da relação entre ensino e desenvolvimento, Vigotski (2001) oferece reflexões importantes para a análise de discursos dominantes.

Outra contribuição do autor é a distinção estabelecida entre linguagem interior e linguagem escrita. A linguagem interior é abreviada ao máximo – predicativa – taquigráfica, a linguagem escrita é desenvolvida ao máximo, formalmente mais refinada inclusive que a linguagem oral: “nela não há elipses, enquanto a linguagem interior está cheia delas” (Vigotski, 2001, p. 231). A estrutura da linguagem interior, acrescenta, é quase que exclusivamente predicativa:

de modo semelhante a como na linguagem oral a sintaxe se converte em predicativa quando o sujeito e os componentes da oração que se referem a ele são conhecidos dos interlocutores, a linguagem interior, em que o sujeito e toda a situação da conversação os conhece a pessoa que pensa, consta quase exclusivamente de predicados. A nós mesmos nunca temos que comunicarmos de que se trata. Isso sempre se supõe e constitui o fundo da consciência. Dai o caráter predicativo da linguagem interior (VIGOTSKI, 2001, p. 231-232).

A linguagem interior é repleta de locuções idiomáticas, e a linguagem escrita, em que a situação deve ser restabelecida em detalhes para que se torne compreensível ao interlocutor, é desenvolvida ao máximo, de modo que aquilo que se omite na linguagem oral deve ser restituído na linguagem escrita, uma linguagem orientada para a máxima compreensão por outra pessoa, e tudo deve ser dito até o final. Considerando as diferenças funcionais e estruturais entre essas três formas de linguagem, o trânsito entre a linguagem interior – linguagem para si – reduzida ao máximo, para a linguagem escrita – linguagem para outra pessoa – exige da criança operações complexas de “construção voluntária de tecido semântico (...) a consciência e a intenção regem a linguagem escrita da criança desde o princípio” (VIGOTSKI, 2001, p. 232). Nessas condições, a linguagem escrita obriga a criança a atuar de modo mais intelectualizado, tomar consciência do próprio processo de fala, uma

vez que os motivos ligados à linguagem escrita são mais abstratos e destituídos das necessidades subjacentes à execução da linguagem oral. Para o autor, “a linguagem escrita, (...) é um processo totalmente diferente da linguagem oral, do ponto de vista da natureza psicológica das funções que a integram” (VIGOTSKI, 2001, p. 232).

Nessa série de considerações, o autor aponta a importante distinção entre conceitos científicos e os espontâneos, que seguem caminhos opostos e o que representa a força de um é frágil no outro, e vice-versa. Nos exemplos apresentados por Vigotski (2001), referentes ao conceito cotidiano de *irmão* e aos científicos de *exploração* e *princípio de Arquimedes*, o primeiro é marcado pela saturação, e quando se solicita que o defina, a criança apresenta dificuldades. Vigotski (2001) afirma:

os conceitos espontâneos da criança se desenvolvem de baixo para cima para as propriedades superiores a partir de outras mais elementares e inferiores e que os conceitos científicos se desenvolvem de cima para baixo, a partir das propriedades mais complexas e superiores em direção a outras mais elementares e inferiores (p. 252).

As relações determinadas dos conceitos entre eles possibilita também a existência do conceito isolado, à medida que a essência do conceito e das generalizações pressupõe o enriquecimento da realidade representada no conceito, em comparação com a contemplação sensitiva dessa realidade, de modo que “a própria natureza de cada conceito isolado pressupõe já a presença de um determinado sistema de conceitos, fora do qual possa existir” (VIGOTSKI, 2001, p. 260). Por conseguinte, como cada conceito é uma generalização, a relação entre um e outro constitui relação de comunalidade³².

Assim, o autor apresenta o que denomina lei de equivalência dos conceitos. O problema das relações de comunalidades, estudado em lógica, é formulado do ponto de vista sociogenético e psicológico. Habitualmente, destaca Vigotski (2001), estudava-se a relação entre o geral e o particular nos conceitos, no entanto, o autor defende que há que se estudar também a relação genética e psicológica entre ambas as formas de conceitos, evidenciando “o problema mais grandioso e mais definitivo de nossa investigação” (VIGOTSKI, 2001, p. 260).

O estudo sobre as características do movimento dos conceitos do geral ao particular e do particular ao geral e o processo de desenvolvimento e funcionamento do pensamento vivo e real da criança tem demonstrado que a comunalidade não coincide com a estrutura de

³² A respeito desse conceito, ver nota 3.

generalização nem com as fases distintas estabelecidas anteriormente sobre a formação de conceitos (como já mencionado) em agrupamentos sincréticos, complexos, preconceitos e conceitos. Primeiramente, Vigotski (2001) assinala que são possíveis conceitos de diferentes comunalidades com a mesma estrutura de generalização. Como exemplo, destaca que a estrutura de conceitos em complexos tem captado conceitos de diferentes comunalidades de modo que a comunalidade “flor-rosa” é distinta em cada estrutura de generalização, como no exemplo da estrutura em complexos e na preconceitual. Em segundo lugar, Vigotski (2001) afirma que pode haver conceitos de uma mesma comunalidade em diferentes estruturas de generalização: “diferentes comunalidades em mesma estrutura e mesma comunalidade em diferentes estruturas” (VIGOTSKI, 2001, p. 261). Assim, na estrutura em complexo e conceitual “flor”, o significado geral pode ser o mesmo para todas as espécies e se referem a todas as flores, embora “nas distintas estruturas de generalização esta comunalidade será unicamente igual no sentido lógico no que se refere aos objetos, porém não no psicológico” (VIGOTSKI, 2001, p. 261), implicando que a relação de comunalidade “flor-rosa” não é igual nas estruturas em complexo e em conceito.

Portanto, a cada estrutura de generalização (agrupamento sincrético, complexo, preconceito e conceito) corresponde um sistema específico de comunalidade e de relações de comunalidades, entre conceitos gerais e particulares “sua medida de unidade, sua medida do abstrato e do concreto, medida que determina a forma concreta do movimento dos conceitos, da operação de pensamento em uma outra fase de desenvolvimento do significado das palavras” (VIGOTSKI, 2001, p. 262).

Na fase superior do desenvolvimento do significado das palavras e das relações de comunalidade, surge um fenômeno da equivalência dos conceitos, definido pelo princípio de que “qualquer conceito pode ser designado com ajuda de outros conceitos mediante uma quantidade inumerável de procedimentos” (VIGOTSKI, 2001, p. 263). Com apenas essa definição, o conceito não se faz evidente, e o autor apela para uma analogia geoespacial ou geográfica, considerando que todos os conceitos, à semelhança dos pontos da superfície terrestre, distribuem-se entre polos norte e sul, “em determinado grau de longitude, entre os polos da captação direta, sensível, visual do objeto e do conceito extremamente abstrato generalizado ao máximo” (p. 263).

A longitude do conceito caracteriza, primeiramente, a natureza do próprio ato de pensamento, do próprio envolvimento do objeto nos conceitos, “do ponto de vista da unidade do concreto e do abstrato encerrada nele” (VIGOTSKI, 2001, p. 263). A latitude do conceito, “caracterizará em primeiro lugar a relação deste em relação ao objeto, o ponto de aplicação do

conceito e um determinado ponto da realidade”, de modo que, juntas, longitude e latitude do conceito “deverão oferecer uma representação exaustiva da natureza do conceito do ponto de vista de ambos os aspectos, do ato de pensamento encerrado nele e do objeto que representa” e,

por isso mesmo, deverá encerrar dentro deles o núcleo de todas as relações de condicionalidade existentes na esfera do conceito em questão, tanto no plano horizontal como vertical, ou seja, tanto em relação aos conceitos subordinados como em relação aos conceitos superiores e inferiores enquanto as relações de comunalidade. A este grupo de conceitos dentro do sistema de todos os conceitos, determinado pela sua longitude e latitude, a este núcleo contido na interpretação de suas relações com outros conceitos o denominamos *medida de comunalidade* do conceito. (VIGOTSKI, 2001, p. 264).

O autor destaca uma limitação da analogia, por considerar que, na geografia, as medidas entre latitude e longitude, meridianos e paralelos permitem que ambas as linhas se cortem somente em um ponto determinado, específico, a relação simultânea entre meridiano e paralelo. No caso do *sistema dos conceitos*, as relações são mais complexas e não podem se expressar por relações lineares, de modo que o conceito superior referente à longitude é, ao mesmo tempo, mais amplo quanto a seu conteúdo e abrange todas as linhas de *latitudes dos conceitos* subordinados a ele, implicando que necessita de uma série de pontos ser designado. Assim,

graças à existência da medida de comunalidade para cada conceito, surge sua relação com todos os demais conceitos, a possibilidade de passar de um conceito a outro, de estabelecer relações entre eles por meio de caminhos inumeráveis e infinitamente diversos, surge a possibilidade da equivalência dos conceitos (VIGOTSKI, 2001, p. 264).

Como a equivalência dos conceitos depende diretamente das relações de comunalidade entre eles, e estes últimos são específicos para cada estrutura de generalização, torna-se evidente que “cada estrutura de generalização determina a possibilidade da equivalência dos conceitos em seu círculo” (VIGOTSKI, 2001, p. 265), portanto, a medida de comunalidade constitui o aspecto primeiro e inicial do funcionamento de qualquer conceito: “qualquer conceito aparece representado na consciência como uma figura sobre o fundo das relações de comunalidade que lhes correspondem. Elegemos deste fundo o caminho do movimento necessário para nosso pensamento” (VIGOTSKI, 2001, p. 265). O autor continua:

do ponto de vista funcional, a medida de comunalidade determina todo o conjunto de operações possíveis do pensamento com o conceito. Como

mostra o estudo das definições infantis dos conceitos, estas definições são a expressão direta da lei da equivalência dos conceitos, que predomina na fase em questão de desenvolvimento dos significados das palavras. Exatamente igual, qualquer operação (comparação, estabelecimento da diferença e a identidade dos pensamentos), qualquer juízo e raciocínio pressupõe um movimento determinado, estrutural ao longo da rede das linhas de longitude e latitude dos conceitos (VIGOTSKI, 2001, p. 266).

Vigotski (2001) estende as implicações da concepção de estrutura semântica para casos de decomposição patológica do conceito, a que altera sua medida de comunalidade, e, dessa forma, decompõe a unidade do abstrato e do concreto no significado da palavra. Os conceitos perdem sua medida de comunalidade em relação a outros conceitos (superiores, inferiores, e pertencentes a sua mesma série). O autor refere-se a casos típicos do pensamento na esquizofrenia, que se realizam segundo “linhas quebradas”, “irregulares”, “que saltam”. O pensamento converte-se em ilógico e irreal, à medida que o ato por meio do qual os conceitos abarcam os objetos e as relações daqueles em que os objetos deixam de constituir uma unidade.

No processo de desenvolvimento, as relações de comunalidade variam conforme cada estrutura de generalização e provocam mudanças também nas operações de pensamento que estão ao alcance da criança em cada fase, particularmente “a independência entre memorização do pensamento e as palavras como uma das particularidades fundamentais de nosso pensamento” (VIGOTSKI, 2001, p. 266) aumentam à medida que se desenvolvem as relações de comunalidade e de equivalência dos conceitos.

As conexões estabelecidas entre *estrutura de generalização e relações de comunalidade*, como destaca o autor, constituem a chave para resolver a questão do estabelecimento de uma ponte entre conceitos artificiais – estruturados por meio da pesquisa clínico-experimental – e conceitos reais, ou seja, aqueles que emergem no contexto da produção social das ideias, já que o estudo da relações de comunalidade de um conceito qualquer e sua medida de comunalidade resulta em um critério seguro de identificação da estrutura de generalização dos “conceitos reais”, ou seja, que não são artificialmente forjados em um laboratório. Dessa perspectiva, ter um significado equivale a “manter-se em determinadas relações de comunalidade com outros significados, ou seja, dispor de uma medida de comunalidade específica” (VIGOTSKI, 2001, p. 266). Desse modo, a natureza do conceito, se é sincrético, em complexo ou preconceptual, revela-se mais amplamente nas relações específicas do conceito específico em questão, relativamente a outros conceitos. Com essa afirmação, Vigotski (2001) destaca que, no seu primeiro estudo sobre a formação de

conceitos não espontâneos, como pelos adolescentes em idade escolar, nas disciplinas de ciências sociais, burguês, capitalista, proprietário de terra, constatou que, à medida que há uma relação diferente com o objeto em cada esfera, ocorrem em conexões e relações distintas entre os pensamentos. De um ato de inclusão diferente, estabelecem-se distintas conexões entre os pensamentos, diferentes tipos de operações psíquicas. Em cada uma dessas esferas, destaca Vigotski (2001), descobrem-se propriedades que determinam a natureza do conceito. A primeira delas é uma relação diferente com o objeto e com o significado da palavra, a segunda, relações de comunalidade diferentes e a terceira, um círculo diferente de operações cognitivas possíveis. Desse estudo, como se pode perceber, resultou uma reavaliação dos resultados do estudo anterior sobre formação de conceitos.

Vigotski (2001) destaca, como um novo achado, que “cada nova fase do desenvolvimento da generalização se baseia na generalização das fases precedentes” (p. 267), ou mais precisamente, como generalização de generalizações, e não de uma generalização derivada diretamente dos objetos, o que significa que a estrutura de generalização anterior fornece as bases para as próximas: “a tarefa anterior na etapa precedente, não anula e não se perde em vão, e sim incorpora-se e passa a formar parte da nova tarefa do pensamento na qualidade de premissa necessária” (VIGOTSKI, 2001, p. 267-268). Conforme o autor, um novo estudo, que tratou de noções gerais do estudante, revelou que o significado das palavras, não surgem das generalizações de ideias isoladas, e sim da generalização das percepções, ou seja, de generalizações que predominavam na fase anterior [e que] a abstração e a generalização do pensamento se distingue basicamente da abstração e a generalização das coisas” (VIGOTSKI, 2001, p. 268), implicando uma nova direção, da transição para um plano novo e superior do pensamento. Para o autor,

a libertação da limitação do campo numérico se produz de modo diferente da libertação da limitação do campo visual. O incremento da liberdade à medida que crescem as generalizações algebraicas é explicada na possibilidade do movimento inverso da fase superior à inferior contida na generalização superior: a operação inferior é considerada já como um caso particular da superior (VIGOTSKI, 2001, p. 269).

Além disso, continua Vigotski (2001), o estudo também permitiu esclarecer, parafraseando Hegel, “o auto-movimento dos conceitos em desenvolvimento” (p. 270), de modo que a análise dos conceitos reais, ou seja, produzidos na esfera das relações sociais, além do movimento interfásico, no desenvolvimento dos conceitos, o movimento intrafásico” (VIGOTSKI, 2001, p. 271). O movimento intrafásico, nesse caso, refere-se às transformações

subjacentes ao conceito, em cada uma das fases de seu desenvolvimento. As características da passagem, por exemplo, de um tipo de generalização em complexo em cadeia, para um outro do tipo complexo-coleção, e assim sucessivamente, de modo que o princípio identificado da generalização das generalizações, mantendo-se, de certa forma, intacta a generalização estabelecida em uma fase anterior. A importância desse achado, além de constatar que a mudança nas estruturas de generalizações não é um trabalho de Sísifo, um eterno recomeço a cada mudança nas estruturas de generalização revela, sobretudo, que o caminho para a formação das estruturas conceptuais é sedimentado por estruturas de generalização não conceptuais em sentido estrito, oriundas das experiências efetivas no cenário histórico-social dos indivíduos sociais.

Outra questão resolvida pela investigação refere-se a um problema da teoria do pensamento já posta pela escola de Würzburg que contradizia as teorias associacionistas da época, segundo a qual as relações não associativas determinam o movimento e o curso dos conceitos, união e encadeamento dos pensamentos. Vigotski (2001), com base nos resultados da segunda investigação sobre desenvolvimento e formação dos conceitos, refuta a tese da teoria estrutural do pensamento, defendendo que a relação específica do pensamento, que determina o movimento e a união dos conceitos, consiste em que os conceitos não se relacionam por meio de fios associativos, mas “segundo o princípio da relação com a comunalidade” (VIGOTSKI, 2001, p. 272). Portanto, qualquer operação de pensamento (definição de um conceito, comparação e diferenciação de conceitos, estabelecimento de relações lógicas entre conceitos etc) realiza-se segundo “a definição do conceito baseia-se na lei de equivalência dos conceitos e pressupõe a possibilidade do movimento de um conceito a outro” (p. 273). O autor acrescenta:

a investigação revela que isso é levado a cabo por meio do movimento que seguem as linhas de relações de comunalidade, por meio da medida de comunalidade superior, por meio do conceito superior que está acima das estruturas A e B e as subordina. É como se nos elevássemos acima do conceito A e depois descêssemos ao conceito B. Esta singular superação das dependências estruturais resulta possível unicamente graças a presença de determinadas relações de comunalidade entre os conceitos.

Porém sabemos que a cada estrutura de generalização lhe corresponde um sistema específico de relações de comunalidades, devido ao qual as generalizações de distintas estruturas não podem pelo menos de achar-se entre si em um sistema de relações de comunalidade distinto. Por conseguinte, cada estrutura de generalização lhe corresponde também um sistema específico de operações lógicas do pensamento possível para a estrutura em questão. Esta, que é uma das leis mais importantes de toda a psicologia dos conceitos, representa de fato a unidade da estrutura e das

funções do pensamento, a unidade do conceito e das operações possíveis para ele (VIGOTSKI, 2001, p. 273-274).

A questão central desse processo está relacionado à presença ou à ausência de um sistema. Fora de um sistema, destaca Vigotski (2001), o conceito coloca-se em uma relação diferente com relação ao objeto, quando forma parte de um sistema determinado. Assim, a palavra “flor” como objeto para a criança que ainda não conhece as palavras “rosa”, “violeta”, “begonha”, resulta totalmente distinta para criança que já conhece tais palavras. Fora do sistema, só restam relações entre a palavra e o próprio objeto, ou seja, relações empíricas. Com o sistema, surgem relações de conceitos para conceitos “a relação mediatizada dos conceitos para os objetos por meio de sua relação com outros objetos, e outras relações dos conceitos em relação aos objetos. Entre os conceitos são possíveis as conexões supra empíricas” (VIGOTSKI, 2001, p. 274). Dessa assertiva, Vigotski (2001) aponta, retomando a referência a Piaget (1999), que todas as características por estabelecidas (sincretismo, insensibilidade à contradição, tendência a colocar as coisas umas junto a outras, etc.). São todas explicadas pela ausência dos conceitos da criança. Os conceitos espontâneos estão fora de um sistema, resultando mais próximos do atos e dos sonhos que da atividade sistemática e consciente: “a insuficiente limitação do pensamento da criança é a expressão direta do insuficiente desenvolvimento das relações de comunalidade entre os conceitos” (VIGOTSKI, 2001, p. 275).

Com essas considerações, Vigotski (2001) postula que a relação entre pensamento e palavra é um processo móvel, movimento do pensamento à palavra e da palavra ao pensamento, que estabelece relação com idade, mas se trata, conforme sua afirmação, de mudança funcional. O autor busca representar o aspecto dinâmico do processo que vai do pensamento à palavra, da palavra ao pensamento: fluidez, movimento interno em vários planos, na passagem de uma instância e outra e a mediação da palavra.

Vigotski (2001) distingue dois planos da linguagem: o interno, semântico e portador de sentido, e o plano externo, sonoro e fásico. Trata-se de uma unidade, porém com princípios próprios de movimento que vai do semântico ao fásico da linguagem, e vice-versa.

Vigotski (2001) reitera que a estrutura da linguagem não é simples reflexo especular da estrutura do pensamento, de modo que o pensamento se reestrutura e se modifica ao se transformar em linguagem, nela realizar-se, formando o desenvolvimento dos aspectos semântico e verbal da linguagem, dirigidos em sentidos contrários, em um único processo, graças a suas direções opostas, indicando que o aspecto semântico e fásico da palavra também

não coincidem no domínio das estruturas sintáticas complexas. Também a estrutura da linguagem indica que a ausência de coincidência entre gramática e lógica, no desenvolvimento da linguagem infantil, não exclui sua unidade, ao contrário, é seu pressuposto.

Para reforçar a tese dos dois planos distintos da linguagem – interno e externo – Vigotski (2001) recorre a um terceiro argumento, do ponto de vista funcional da linguagem, oriundo da linguística psicológica, relativamente ao tema da relação entre sujeito e predicado gramatical e psicológico. Recorrendo aos apontamentos de K. Voosler, sobre o tema, o autor destaca os limites de uma interpretação gramatical do significado psicológico de um fenômeno linguístico, cujos erros decorrem da ausência de correspondência entre organização psicológica e gramatical da linguagem. Torna-se imperioso apresentar os exemplos indicados. O primeiro refere-se à obra de um certo Uhland, que, em *Herzog von Schwaben*, afirma: *passarão diante de vós trágicas cenas*. Nessa frase, destaca Vigotski (2001), do ponto de vista gramatical, “trágicas cenas” constituem o sujeito, e “passarão diante de vós”, o predicado [gramatical]. Do ponto de vista da estrutura psicológica, ou seja, da perspectiva do poeta, trata-se do inverso: “o que segue é uma tragédia”. “na consciência do ouvinte o que veio primeiro foi a ideia de que iria ser testemunho de um espetáculo. Isso é o que diz a mencionada frase, isto é, o sujeito psicológico. O novo que se expressa sobre esse sujeito é a ideia da tragédia, que é precisamente o predicado psicológico” (VIGOTSKI, 2001, p. 299). O autor apresenta outros exemplos, mas, é importante reter, que o plano semântico, ou seja, o sujeito psicológico da linguagem não coincide necessariamente com o sujeito gramatical, sendo esta portadora, conforme apreendido por Vigotski (2001), dos apontamentos realizados por Hermann Paul (1846-1921) referentes a categorias psicológicas fossilizadas..

Do conjunto de argumentos apresentados, Vigotski (2001) assevera que a falta de coincidência entre os dois planos da linguagem, e a existência de um plano interno, que se mantém por detrás das palavras, sugere uma independência da gramática do pensamento em relação à sintaxe da expressão verbal. As manifestações verbais mantêm portanto, não uma relação dada de uma vez para sempre, mas um movimento de transição da sintaxe do significado, para a sintaxe verbal. Trata-se da transformação da gramática do pensamento na gramática das palavras e modificação das estrutura semântica quando se encarna nas palavras, não coincidindo essas duas instâncias, destacando-se que a expressão verbal plena não pode ser imediata. A delimitação entre a forma interior da linguagem e sua distinção em relação à forma exterior deriva da busca de Vigotski (2001) por estabelecer as particularidades estruturais da forma de constituição subjetiva da linguagem que dá acesso ao que passa a designar crescimento para dentro. Ao distinguir um modo peculiar da forma interior da

linguagem, o autor prepara o terreno para instituir, em uma teoria da consciência, o problema da criação e produção das formas simbólicas. Ao afirmar a existência específica de uma gramática do pensamento em relação a uma sintaxe das palavras, Vigotski (2001) busca elucidar o problema de uma passagem mediada da linguagem interior para sua expressão no trabalho do conceito ou da criação verbal.

Para Vigotski (2001), a transição da gramática do pensamento para a sintaxe da expressão verbal constitui uma das linhas fundamentais do desenvolvimento do pensamento verbal, de modo que a criança deve distinguir os dois aspectos da linguagem e tomar consciência de sua diferença e natureza. O autor assinala que a criança não tem consciência das formas e dos significados verbais não diferenciando um do outro, de modo que percebe a palavra e sua estrutura fonética como partes integrantes do objeto de referência, propriedade sua inerente como outras propriedades, tal como no exemplo de Humboldt relativo a um camponês que, ao ouvir um diálogo entre estudantes de astronomia, se perguntava admirado, como eles haviam descoberto os nomes das estrelas, indicando precisamente que, na consciência do camponês, como na criança, o nome dos referentes são partes naturais constitutivas deles. Do mesmo modo, a criança não separa o nome de suas propriedades: Vaca é vaca porque possui chifres, cavalo é cavalo porque não os possui, cachorro não é vaca porque não possui chifres e é pequeno, e assim sucessivamente, de modo que intercambiar os nomes significa intercambiar as propriedades das coisas. Desses apontamentos, Vigotski (2001) sugere que

o aspecto sonoro e auditivo da palavras representa para a criança uma unidade direta, indiferenciada e não consciente. Uma das linhas mais importante do desenvolvimento da linguagem da criança consiste precisamente em que a unidade começa a diferenciar-se e a ser consciente (p. 303).

Decorre que, no início do desenvolvimento da linguagem da criança, evidencia-se uma fusão dos dois planos – o interno, semântico, e o fásico e referente – que se dividem paulatinamente, de modo que a distância entre ambas as esferas aumentam com a idade. A cada etapa de desenvolvimento dos significados das palavras e de seus caráter consciente corresponde uma relação específica entre os aspectos semânticos e fásicos da linguagem, acompanhada de um modo particular de transição do significado ao som. A insuficiente diferenciação dos dois planos da linguagem implica a limitação das possibilidades de expressão do pensamento e sua compreensão na idade precoce: “a comunicação da criança com ajuda da linguagem mantém uma relação direta com a diferenciação e a tomada de consciência dos significados verbais em sua linguagem” (VIGOTSKI, 2001, p. 303).

Em suma, como resultado dos estudos apresentados anteriormente, Vigotski (2001) estabelece a diferença existente entre *estrutura semântica* da palavra, sua relação com o objeto, e seus significados, assimilando que, em cada estrutura (sincrética, em complexos, preconceptual e conceitual), se altera a relação entre os planos internos e externos da palavra, que não coincide nem no aspecto funcional, de modo que diferencia as funções indicativas/nominativas (de referentes que podem coincidir) e e sua função significativa (semântica), tal como nos exemplos apresentados sobre a recepção pelas crianças da fábula de Krilov, de La Fontaine, e da referência a Napoleão. Comparando as relações estruturais e funcionais dessas estruturas, no início, no meio e no fim do desenvolvimento, algumas regularidades genéticas evidenciam-se, como já foi apontado anteriormente, no início do desenvolvimento existe na estrutura da palavra (sincrética sobretudo) uma relação exclusiva com o objeto no tocante à sua função, apenas a indicativa e a nominativa (palavra-objeto). Posteriormente, nas várias estruturas em complexos, surgem os significados independentes da relação com o objeto, de um lado, e a significação independente da indicação da denominação e da denominação do objeto (conceitos propriamente ditos), de outro, conforme já indicado anteriormente, ao tratar do desenvolvimento dos conceitos e formação das estruturas dos conceitos.

Agora resta adentrar a especificidade da dimensão interior da linguagem: a linguagem interna. Nessa esfera da subjetividade, caracterizada pela linguagem interna, Vigotski (2001) acrescenta uma novidade, destacando que o plano semântico, ou seja, a unidade de pensamento e palavra, a dimensão interna da linguagem, constituem apenas sua dimensão de superfície, “o primeiro de todos os seus planos internos. Atrás dele se abre o plano da linguagem interna. Uma das questões mais complexas no estudo do pensamento e da linguagem” (VIGOTSKI, 2001, p. 304) E essa dimensão, aparentemente intangível, o autor julga importante abordar, com os pés fincados, de um lado, nos resultados da pesquisas sobre a linguagem egocêntrica da criança, e de outro, em fenômenos similares do plano da linguagem oral e da literatura. Vigotski (2001) assinala que se trata de

uma formação especial quanto a sua natureza psicológica, uma forma especial de atividade verbal, com suas próprias características e que se mantém uma complexa relação com outras formas de atividade verbal. Para estudar estas relações da linguagem interna por um lado com o pensamento e por outro com a palavra, antes é necessário conhecer suas diferenças com um e com outra e esclarecer sua função específica. Cremos que não é indiferente se uma fala consigo mesmo ou para outros. A linguagem interna é linguagem para si mesmo. A linguagem externa é linguagem para os demais. Não se pode admitir que esta diferença radical e fundamental entre as funções de uma e de outra linguagem possa não ter consequências na natureza estrutural de ambas as funções verbais (VIGOTSKI, 2001, p. 306).

Vigotski (2001) destaca aspectos funcionais específicos da linguagem interna. A primeira característica refere-se à peculiaridade da sintaxe da linguagem interna, que revela uma aparente fragmentação e redução da linguagem, em comparação com a sintaxe da linguagem externa – oral e escrita – seu carácter e abreviação, “tendência peculiar a reduzir as frases e as orações conservando o predicado e seus complementos à custa de omitir o sujeito e seus complementos” (VIGOTSKI, 2001, p. 321), algo similar ao tipo de linguagem quando alguém fala ao telefone, isto é, pura predicatividade. Na linguagem interna, como destaca Vigotski (2001), “o carácter predicativo puro e absoluto é a forma sintática fundamental da linguagem interna” (p. 321). Na linguagem externa, o que é predicatividade em alguns casos, quando se responde a uma pergunta e quando o sujeito do enunciado é conhecido de antemão dos interlocutores, na linguagem interna, em que os interlocutores – eu e mim mesmo – são previamente conhecidos e o sujeito do enunciado são sempre conhecidos, a predicatividade é total: “quando o pensamento dos interlocutores são os mesmos, quando suas consciências seguem a mesma direção, o papel das excitações verbais se reduzem ao mínimo” (VIGOTSKI, 2001, p. 323), de forma que a compreensão mútua ocorre mediante formas abreviadas de linguagem, isto é, comunicação com meias palavras. A essa forma de comunicação, o autor, recorrendo ao conceito utilizado pelo linguista russo Yakubinski, denomina “comunidade de *massa aperceptiva* entre interlocutores”, ou seja, a sintaxe é simplificada, há um mínimo de divisões sintáticas, os pensamentos manifestam-se de forma condensada, há quantidade menor de palavras, “aspectos que caracterizam a tendência à predicação tal como se manifesta na linguagem externa em determinadas situações” (VIGOTSKI, 2001, p. 323).

Em suma, o que tende, na linguagem escrita, a nunca ocorrer, senão nos casos em que se escreve ao modo como se fala, na linguagem oral acontece em alguns casos, e, na linguagem interna, sempre: predicatividade e abreviação. Para efeito de esclarecimento, Vigotski (2001), destaca (mais uma vez) as especificidades das três formas de linguagens: interna, oral e escrita. Na linguagem escrita, o pensamento é expresso pela linguagem formal, mais que na linguagem oral, pois há um interlocutor ausente, implicando que a linguagem deve ser totalmente explícita, a predicatividade, reduzida a zero, e a diferenciação sintática é máxima, mais que na linguagem oral. Com essa diferenciação, Vigotski (2001) adentra o problema da diversidade funcional da linguagem, assimilando que “as distintas formas de linguagem (...) enquanto a seus objetivos funcionais possuem seu próprio léxico, sua gramática e sua sintaxe” (p. 325). O autor refere-se especialmente às distinções operadas na psicologia da linguagem, entre diálogo e monólogo, para indicar que “linguagem escrita e a linguagem interior, com as quais estamos comparando a linguagem oral, são formas

monológicas de linguagem. Ao contrário, a linguagem oral é quase sempre dialogada” (VIGOTSKI, 2001, p. 325).

No diálogo, o interlocutor tem conhecimento do tema, permitindo a abreviação na linguagem oral, e, em certas condições, trata-se de enunciativas predicativas. É possível também ver o interlocutor e sua mímica facial e gestual, além de escutar sua voz, o que facilita a compreensão de meias palavras e alusões. O autor cita do diário de Dostoiévski, em que um grupo de seis operários embriagados expressam, em um diálogo, ideias totalmente distintas com um só e único substantivo³³, graças à entonação da voz.

A linguagem escrita, como há apenas palavras para expressar-se, fica privada dessa possibilidade, devendo ser a forma mais elaborada, mais exata e mais completa de linguagem. A linguagem oral, por sua vez, pode ser auxiliada pela entonação de voz e a percepção direta da situação, implicando que o diálogo, pela condição de linguagem primária, é definido como a forma mais natural que o monólogo, da linguagem escrita, composto de réplicas, cadeias de reações, permitindo à expressão, às vezes, ficar sem término, incompleta, indicando certa simplicidade estrutural, em comparação com o monólogo da linguagem, que atrai sobre os atos da linguagem o foco da consciência, concentrando maior atenção sobre esses mesmos atos. A linguagem escrita, desde o início ligada à consciência, revela maior complexidade estrutural.

A linguagem escrita, destaca Vigotski (2001), constitui o reverso da linguagem oral, de modo que o interlocutor não compartilha de antemão a situação, nem tem possibilidade de recorrer à entonação expressiva, à mímica, ao gesto. Exclui também a possibilidade de abreviação. A linguagem escrita pode recorrer a um rascunho, antes da versão definitiva. Em comparação com a ideia de rascunho, Vigotski (2001) sugere que a linguagem interna também elabora o seu:

com muita frequência dizemos para nós mesmos para depois o escrevermos. Neste caso existe um rascunho mental. Esse rascunho mental da linguagem escrita é precisamente, (...) a linguagem interna (...) a linguagem interior desempenha o papel de rascunho mental não apenas na escrita, como também na linguagem oral. Por isso vamos comparar a linguagem oral e escrita com a linguagem interna enquanto sua tendência a abreviação, que é o que agora nos interessa (p. 328).

A tendência à abreviação, indica Vigotski (2001), nunca ocorre na linguagem escrita (em tese), na linguagem oral, às vezes, e, na linguagem interior, ocorre sempre. Nesta última,

33 O mesmo excerto do diário de Dostoiévski, é citado por Mikhail Bakhtin, (Voloshinov). Tema e significação na língua In: _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 118-119.

a norma consiste em omitir sempre o sujeito e manter unicamente os predicados, ao passo que a linguagem oral ocupa o lugar intermediário entre linguagem escrita e linguagem interna. Na linguagem interior, o autoentendimento acontece por meias palavras, alusões, em uma forma de *solilóquio* e máxima simplificação sintática. Dentre as principais particularidades estruturais da linguagem interna, o autor menciona primeiramente a redução dos momentos fonéticos da linguagem: “as excitações verbais são levadas uma vez mais até o limite e se observa de forma quase absoluta na linguagem interna já que a coincidência de orientação da consciência é máxima” (VIGOTSKI 2001, p. 331). Trata-se de uma linguagem quase sem palavras, que opera preferencialmente com a semântica e não com a fonética.

Vigotski (2001) aponta ainda uma terceira fonte de abreviação da linguagem interna, característica do que ele denomina uma peculiar estrutura semântica da linguagem interna, cujas três características fundamentais relacionadas internamente entre elas que determinam sua peculiaridade semântica. A primeira peculiaridade, refere-se à preponderância do sentido sobre o significado da palavra. O autor cita a definição do psicólogo francês, Pauhlan, que distingue sentido [smysl] e significado [znachenie] das palavras:

soma de todos os processos psicológicos evocados em nossa consciência graças à palavra. Por conseguinte, o sentido da palavra é sempre uma formação dinâmica variável e complexa que tem várias zonas de estabilidade diferente. O significado é somente uma dessas *zonas de sentido*, a mais estável, coerente e precisa (VIGOTSKI, 2001, p. 333, grifo inserido).

Vigotski (2001) afirma que a palavra adquire o seu sentido segundo o contexto, mudando o sentido em contextos diferentes, ao passo que o significado permanece invariável e estável, a despeito das mudanças de sentido segundo os contextos distintos. A variação de sentido constitui, o fator principal da análise semântica da linguagem, implicando que “o significado real da palavra não é constante”. E acrescenta: o “significado não é mais que uma potência que se realiza na linguagem viva e na qual este significado é tão somente uma pedra no edifício de sentido” (VIGOTSKI, 2001, p. 333). O autor trata da peculiar predominância do sentido sobre o significado na linguagem interior, e, no entanto, recorre a casos similares na literatura. Exemplifica um caso particular de sentido ligado ao contexto, por meio da iniciação da palavra *dance*, como termina a fábula, *A cigarra e a formiga* de Krilov [na versão russa]. No contexto, ela adquire um duplo sentido: divirta-se e morra. Vigotski (2001) destaca:

inserida em um contexto do qual recebe seu conteúdo intelectual e afetivo, se impregna desse conteúdo e passa a significar mais ou menos do que significa isoladamente e fora de contexto: mais porque se amplia seu repertório de

significados, adquire novas áreas de conteúdo; menos, porque o contexto em questão limita e concretiza seu significado abstrato (VIGOTSKI, 2001, p. 333).

Complexo e móvel, ao mudar de uma consciência a outra de uma situação à outra para a mesma consciência, o sentido é ilimitado, destaca Vigotski (2001):

a palavra reivindica sentido no contexto da frase, porém a frase o toma por sua vez do contexto do parágrafo, o parágrafo o deve ao contexto do livro e o livro o adquire no contexto de toda a criação do autor. O verdadeiro sentido de cada palavra está determinado definitivamente, pela abundância de elementos existentes na consciência referidos ao expresso pela palavra em questão (VIGOTSKI, 2001, p. 334).

Vigotski (2001) menciona a metáfora de Pauhlan, que sugere que o sentido da terra insere-se no sistema solar, deste na via láctea ao infinito, afirmando que a palavra constitui uma fonte inesgotável de novos problemas, e seu sentido nunca chega a termo: “definitivamente, o sentido das palavras depende conjuntamente da interpretação do mundo de cada um e da estrutura interna da personalidade” (VIGOTSKI, 2001, p. 334), implicando que o sentido e a palavra as relações são muito mais independentes entre si que o significado da palavra, podendo as palavras serem dissociadas de seu sentido. O autor continua: “há muito tempo se sabe que as palavras podem mudar de sentido. Mas recentemente se tem observado que é também necessário estudar como o sentido pode modificar a palavra ou, melhor dito, como os conceitos mudam de nome” (VIGOTSKI, 2001, p. 334). Essa nova indicação, aponta que o sentido pode separar-se da palavra que o expressa com a mesma facilidade com que pode se somar a qualquer outra palavra, relacionar-se com a palavra em seu conjunto, o sentido da oração também relacionando-se com a frase em seu conjunto, pois “o sentido se separa da palavra e desse modo o conserva. Porém, a palavra pode existir sem sentido, assim como o sentido pode existir sem palavras” (VIGOTSKI, 2001, p. 334).

Finalmente, após apresentar uma série de analogias oriundas da literatura e estabelecer a independência entre linguagem interior e o significado, o autor marca como sua peculiaridade a independência e movimento autônomo do sentido em relação ao significado e à palavra. Assim, o predomínio do sentido sobre o significado, na linguagem oral, ocorre às vezes, e na linguagem interior, constitui uma tendência geral, dominando-a de forma absoluta: “na linguagem interna, o predomínio do sentido sobre o significado, da frase sobre a palavra e do contexto sobre a frase não é uma exceção, sim uma norma geral” (VIGOTSKI, 2001, p. 334).

Dessa peculiaridade deriva ou outra, que caracteriza segundo Vigotski (2001), a peculiaridade semântica da linguagem interna, que consiste em união, combinação, fusão de palavras, tal como o fenômeno da aglutinação presente em algumas línguas. Vigotski (2001), apresenta um série de exemplos de fenômenos linguísticos de aglutinação, na língua alemã, entre os índios norte-americanos, para posteriormente, destacar que algo análogo é observado na fala egocêntrica da criança, de forma que o processo de interiorização da linguagem é acompanhada de aglutinação como procedimento para formar palavras compostas, tendência que se incrementa progressivamente “à adesão assintática das palavras em paralelo ao decréscimo do coeficiente da língua egocêntrica” (VIGOTSKI, 2001, p. 335).

A terceira e última particularidade semântica da linguagem interna refere-se a uma tendência do sentido mais amplo e mais dinâmico que seu significado, de fusionar-se e unir-se conforme uma regra distinta daqueles que podem ser observadas na fusão e união dos significados das palavras. Vigotski (2001) denomina essa tendência influxo de sentido, entendido como injeção e também como conversão em um significado de caráter geral: “os sentidos de diferentes palavras se influenciam entre si como se se despejassem uns nos outros, como se o sentido de uma palavra estivesse contido no outro e o modificasse” (p. 335-336).

Fenômeno análogo, destaca Vigotski (2001), ocorre na linguagem interna, levando uma vez mais ao limite. É como se a palavra incluísse as anteriores e as posteriores, estendendo quase ilimitadamente o seu significado, de modo que na linguagem interna, a palavra está muito mais repleta de sentido que na linguagem externa, tão saturada de sentidos diferentes que, para traduzi-la em linguagem exterior, seria necessário utilizar todas as palavras condensadas nela, tal como o título do poema de Gogol: já citado. “No entanto, tal como se pode encerrar os múltiplos sentidos deste poema no reduzido marco de duas palavras, um enorme conteúdo semântico pode fundir-se em um recipiente de uma palavra na linguagem interna”, afirma Vigotski (2001, p. 336) e todas essas peculiaridades da linguagem interna, destacando o caráter de inteligibilidade da linguagem interna, em razão da sintaxe peculiar, da redução fonética e da singular estrutura semântica.

Outros fatores que levam à incompreensibilidade, a peculiaridade funcional da linguagem interna, como fala para si mesmo, não comunicativa, a peculiaridade semântica, é um dialeto especial de pessoas que convivem juntas, de modo que “em determinadas condições, as palavras modificam seu sentido e significados habituais e adotam um significado especial proporcionado pelas condições específicas de seu aparecimento” (VIGOTSKI, 2001, p. 337). Desenvolve-se um dialeto interior, de modo que “no uso interno, cada palavra adquire paulatinamente novos aspectos e matizes que, ao somar-se, configuram

um novo sentido da palavra” (p. 337). Na linguagem interna, as palavras são sempre, idiomáticas, intraduzíveis para a linguagem externa, com significados individuais de palavras, compreensíveis somente no plano da linguagem interna. Com a fusão de diversos conteúdos semânticos em uma só palavra, pressupõe-se, em cada caso, a formação de um significado individual, intraduzível, uma locução idiomática, de forma que raciocínios mais profundos podem ser expressos com uma única palavra, intraduzível na linguagem exterior, incomensurável, com significado corrente dessa mesma palavra, e “graças ao caráter idiomáticos e toda semântica da linguagem interna resulta incompreensível e impossível de traduzir à linguagem corrente” (VIGOTSKI, 2001, p. 337-338).

Em síntese, a linguagem interna apresenta a “tendência à predicação, à redução fonética, ao domínio do sentido das palavras sobre o significado, a aglutinação das unidades semânticas, o influxo do sentido das palavras e o caráter *idiomático* da linguagem podem observar-se também na linguagem externa” (VIGOTSKI, 2001, p. 338).

Voltando ao ponto inicial da definição da linguagem interna em contraste com a linguagem externa, é importante destacar que a linguagem escrita consiste na objetivação do pensamento, ao passo que a linguagem interna consiste na evaporação da linguagem em pensamento, sem, no entanto, se constituir em espiritualismo puro, ou seja, idealismo, “porém a linguagem não desaparece em absoluto em sua forma interior. A linguagem não se dissolve em espírito puro” (VIGOTSKI, 2001, p. 339). A linguagem interna segue sendo linguagem, pensamento relacionado com palavras, “porém, enquanto a linguagem externa o pensamento se realiza na palavra, na linguagem interna a palavra morre alumando o pensamento. Em grande medida, a linguagem interna consiste no ato de pensar com significados puros” (VIGOTSKI, 2001, p. 339).

Alguns outros exemplos literários são citados por Vigotski (2001): Uspenski destaca a “tortura da palavra”, e também a atividade do diretor de teatro, Stanilavski (1863-1938), que busca, nos ensaios com os atores, traduzir os pensamentos ocultos por trás das palavras, evidenciando os sujeitos e predicados gramaticais e psicológicos, para destacar que o pensamento não coincide com a expressão verbal. Não se pode “conceber o conjunto em um único ato de pensamento, porém a linguagem o decompõe em palavras distintas. O pensamento representa sempre um todo mais extenso e luminoso que uma só palavra” (VIGOTSKI, 2001, p. 341), indicando haver uma esfera inefável, um subtexto oculto no pensamento, o que implica um caminho do pensamento à palavra, indireto e mediado internamente.

Feitas essas considerações, Vigotski (2001) adentra o último aspecto da análise do pensamento verbal, relativo à esfera motivacional da consciência, a qual está relacionada ao

pensamento. Inclinações e necessidades, interesse e impulsos, afetos e emoções. “por trás de cada pensamento há uma tendência afetivo volitiva. Só ela tem resposta ao último porque na análise do processo de pensar (...) a compreensão real e completa do pensamento alheio só resulta possível quando descobrimos a trama afetivo volitiva oculta por trás dele” (VIGOTSKI, 2001, p. 342). Para compreender a linguagem alheia, destaca o autor, além de entender as palavras, é necessário apreender o pensamento do interlocutor, alcançar seus motivos, a causa da expressão do pensamento “da mesma forma, a análise psicológica de qualquer expressão só está completa quando descobrimos o pano interno mais profundo e mais oculto do pensamento verbal, a motivação” (p. 343). Depois de percorrer sobre o tema das motivações fundamentais subjacentes ao pensamento, há uma interrupção abrupta, como se esgotassem suas forças, e Vigotski, (2001, p. 343) finaliza: “aqui termina nossa análise”.

Para Vigotski (2001) somente a teoria histórica da linguagem permite a interpretação correta do problema “tão complexo e transcendente”, e que a investigação conduziu ao umbral de outro problema “mais profundo, ainda mais ambicioso que o problema do pensamento: o problema da consciência” (p. 346), o problema da relação entre palavra e consciência, acrescentando que o pensamento e a linguagem são a chave para compreender a natureza da consciência humana (...) onde a palavra constituiria a expressão mais direta da natureza histórica da consciência humana, pois “a palavra significativa é o microcosmo da consciência humana” (VIGOTSKI, 2001, p. 347).

CAPÍTULO III

SOFRIMENTO E RESISTÊNCIA

No período em análise, ao mesmo tempo em que se efetuou um conjunto de ações, para enfrentamento da violência policial, as pessoas atingidas, direta ou indiretamente, por ações destrutivas, partilhavam suas experiências. Seus depoimentos foram apresentados em discussões sobre violência em Goiás, registradas em órgãos de controle interno e externo da atividade policial, em audiências públicas, alcançando círculos mais ou menos ampliados. Suas narrativas eram também partilhadas em consultórios de psicoterapia, em reuniões no Ministério Público, na Corregedoria de Polícia, entre vizinhos, ativistas sociais e pesquisadores das ciências humanas interessados no tema. Também chegaram a ocupar manchetes de jornais de circulação local e a Rede Mundial de Computadores – Internet – especialmente jornais eletrônicos e sítios que obtêm e divulgam notícias sobre pessoas desaparecidas.

Nos vários espaços de encontro tiveram oportunidade de partilhar suas reivindicações, suas dores, sua indignação, seu brado por justiça. Nessas partilhas, misturam-se dor, solidariedade, indignação, apoio, sofrimento, aprendizado, reivindicação. Em suma, no conjunto, forma-se um mosaico de relatos registrados em vários espaços institucionais, públicos e privados, com as falas de familiares de mortos e desaparecidos sob o impacto da violência policial.

Com a participação em reuniões do Comitê, em atividades públicas de denúncias, em audiências públicas, foram formando-se traços de partilha de um destino comum. Por meio dessa partilha e troca de experiência tiveram a oportunidade de dizer sua palavra e publicizar uma impressão, um julgamento, um sofrimento. Esse cenário particular circunscreve o conjunto de desencadeamento afetivo, corporal e subjetivo que demarca a experiência de perda de um ente querido e também uma ordem de censura de familiares pelo medo de possíveis consequências. A manifestação desses relatos de testemunhos produz um efeito difuso de ameaça em espaços públicos, de experiências de dor. Nesse cenário, houve, em alguns casos, o recuo da participação em atividades públicas de exposição de relatos. Em outros, houve a persistência dos que concebiam os testemunhos como um forma de luta.

Assim, o ato de narrar uma experiência passa também pelo sentido do ato para a consciência que o produz construindo conexões entre linguagem, cognição e afeto

internediando o falar e silenciar, o partilhar o encapsular a experiência, que envolve expressão da unidade de corpo e psiquismo, à medida que as memórias, a recordação e exposição de tais experiências, desencadeiam muitas vezes, sua face emotiva e de sofrimento.

Diante de um cenário social-objetivo, de ameaças de destruição física, e social-subjetivo de sofrimento está implicado o processo de tomada de decisão pelo silêncio ou pela publicização da palavra por meio do testemunho.

Os motivos que levam à passagem do discurso interior para sua publicização na esfera pública representa a efetivação propriamente dita do político, ou seja, da intervenção pelo uso da palavra na esfera pública. Dessa forma, redimensionando o problema, pode-se retirá-lo do enquadramento restrito de um sofrimento privado, colocando-o no lugar do público, passagem que sofre os efeitos remotos da própria constituição histórica e sociais da esfera pública no Brasil (JOVCHELOVICH, 2000) e nela, o lugar social daqueles que tiveram entes queridos assassinados em ações policiais.

Como destacado anteriormente, para Vigotski (2001) o conceito de sentido [smysl] revela uma dimensão singular de *experiência* (*perezhivanie* – переживание). Van der Veer (2009), considera, por esse termo, que o psicólogo russo considerou que uma mesma situação objetiva, pode ser interpretada, percebida, experienciada ou vivida de formas diferentes por distintas pessoas, ou seja, destaca que a apreensão do mundo pela via semântica é sempre mediada. Segundo o mesmo autor, não se trata nem de uma experiência puramente emotiva (que traduz uma experiência interior, o que converte apenas o aspecto afetivo do significado de experiência), nem interpretação (que designa algo quase que exclusivamente racional ou cognitivo, desvinculado de um teor emotivo), o que coloca o desafio de converter a designação atribuída por Vigotski ao termo. No entanto, é significativo considerar que, por meio desse conceito, Vigotski buscou a unidade molar do social e da subjetividade e do intelecto e afeto, procurando ascender a uma teoria psíquica e da consciência na sua dimensão de unidade, produtiva e criativa. Diante da dificuldade de apreender a especificidade do conceito de experiência – *perezhivanie* – como designado por Vigotski, Van Der Veer (2009), sugere sua aproximação com o conceito germânico de *erlebnis* que designa vivência, acontecimento ou experiência. Transmitir uma experiência, descrevê-la, narrá-la consiste em partilhar sua densidade, seu sentido, por meio de palavras. O saber de experiência, para Vigotski (2001), apresenta uma relação com a noção de

formação espontânea de conceitos, em comparação aos conceitos escolares, oriundos da tradição científica³⁴.

Com esses elementos, constitui-se a riqueza subjetiva na dinâmica, não do pensamento e da linguagem, mas da própria consciência, concebida como estrutura semântica, unidade molar de cognição e afeto, social e subjetivo. A palavra experiência, portanto, aponta mais certos acúmulos de sentidos múltiplos simultâneos, no encontro da história social de um indivíduo, concentrados e densificados em uma consciência específica que a elabora com os recursos simbólicos e conceituais de que dispõe. Esses apontamentos visam fornecer alguns elementos que serão colocados em perspectiva, e tensionados na análise das narrativas e dos documentos públicos como representantes do sentido e do significado, respectivamente.

3.1 Narração como técnica de investigação

O objetivo deste capítulo é identificar como, em situações limites, efetuam-se, por assim dizer, a potência de agir em um cenário social específico de adversidades no confronto com formas discursivas cerceadoras. A análise da narrativa efetuar-se-á, primeiramente, por meio de uma abordagem reconstrutiva. Para iniciar esse processo de exposição, foi escolhida uma narração específica, cujo registro se deu em razão de uma pesquisa acadêmica referente ao tema família e violência policial (VIEIRA, 2009). A escolha desse documento deu-se pelas razões que se seguem. Primeiramente, do ponto de vista do posicionamento da narradora, dona Zélia, no processo de organização para o enfrentamento da violência policial, pode-se afirmar que se trata de um caso típico de engajamento, o que significa dizer que, conforme o lema da organização – entre a *dor* e a *resistência* – seus relatos podem ser compreendidos como parte constitutiva de seus atos e atos de resistência. Analisando os indicadores de certas estruturas semânticas, certos elementos próprios do pensamento em complexo dessa narração, é possível identificar os nexos existentes entre processos afetivos, formas de pensamento expressos pelas estruturas de generalização na forma de conceitos cotidianos e acadêmicos (científicos, conforme Vigotski), que possam sinalizar algumas especificidades ligadas ao seu engajamento, ou seja, identificar como, em situações limites, se efetuam, por assim dizer, a potência de agir em um cenário social específico de adversidades no confronto com formas discursivas cerceadoras.

34 Conceitos espontâneos são aqueles formados no cotidiano, segundo uso tradicional das palavras no cenário social no qual se inserem as crianças, algo muito próximo do que Paulo Freire (1921-1997), no método de educação de adultos que recebeu o seu nome, concebeu como *palavras geradoras*, por meio das quais procurava iniciar o ensino da leitura e escrita, sempre utilizando palavras com densidade de sentidos no mundo do educando. (FREIRE, 1967)

Vigotski (2001) declara: “há muito tempo se sabe que as palavras podem mudar de sentido. Mas recentemente se tem observado que é também necessário estudar como o sentido pode modificar a palavra ou, melhor dito, como os conceitos mudam de nome” (p. 334). Essa nova indicação sugere que o sentido pode separar-se da palavra que o expressa com a mesma facilidade com que pode se somar a qualquer outra palavra, relacionar-se com a palavra em seu conjunto, o sentido da oração, relacionando-se com a frase em seu conjunto. O autor acrescenta:

o sentido se separa da palavra e desse modo o conserva. Dessa peculiaridade deriva outra, a peculiaridade semântica da linguagem interna, que consiste na união, combinação, fusão de palavras, tal como o fenômeno da aglutinação presente em algumas línguas. os sentidos de diferentes palavras se influenciam entre si como se se despejassem uns nos outros, como se o sentido de uma palavra estivesse contido no outro e o modificasse (VIGOTSKI, 2001, p. 335-336).

Os exemplos são obtidos da linguagem literária, e o título de algumas obras assume a expressão sintética de toda ela (Dom Quixote, Hamlet, etc) e palavras repetidas em um poema passam a representar toda a obra. Destaca Vigotski (2001) especialmente, um poema de Gogol, *Almas mortas*, que trata do caso de servos mortos que não haviam sido excluídos do censo oficial, implicando continuarem sendo vendidos como se estivessem vivos. *Almas mortas* inicialmente designa o tráfico de almas mortas, mas no decorrer do poema, passa a significar algo totalmente novo, em comparação com o uso inicial. Passa a significar não os servos falecidos que constam como vivos, mas também os personagens do poema “fisicamente vivos porém mortos”.

Do ponto de vista das características da própria produção, da própria materialização da forma e do conteúdo, a narrativa testemunhal em análise apresenta algumas características que a distingue de outras. Comparativamente a outros relatos a que se teve acesso (em um total de sete), todos marcados por expressões de grande sofrimento, como o de dona Zélia pode ser de pleno direito definido como um gênero discursivo no qual, de forma vívida, comparecem múltiplos personagens com suas respectivas falas, de tal forma que permite ao leitor, não apenas se aproximar do processo vivido, mas formar um quadro da intensidade da experiência do trágico desencadeada pela violência policial em ato. De pleno direito, o documento em análise pode ser definido por aquilo com que Vigotski caracteriza o conjunto de processos que medeiam a passagem da linguagem ou discurso interior, para a forma comunicativa expressiva na forma da linguagem oral, formando também um tipo de discurso

polifônico, em que o narrador figura como a consciência das consciências (BAKHTIN, 2008), pois, dos relatos destacam-se personagens as mais diversas, e por meio deles, reproduzem-se os diálogos de tal modo que é possível para o leitor adentrar o universo da experiência que se desdobra por meio da narração.

Embora os momentos narrativos evidencie uma figuração da experiência de uma mãe, buscando defender o filho de uma violência em ato sistemática e progressiva, ele pode ser abordado de duas perspectivas complementares. A primeira faz referência ao fenômeno sociológico da violência policial e seu *modus operandi*, e a segunda, à dinâmica da própria consciência de dona Zélia, especialmente da complexa trama que envolve figuras de referência, negativas ou positivas,, processos tais como memória e emoções, envolvendo a trama estabelecida entre pensamento e palavra. Trata-se de perceber os recursos semânticos, imaginários, emotivos³⁵ a que recorrem pessoas que se encontram diante de uma realidade que, como se poderá constatar, marca uma experiência de terror, para comunicar e partilhar a experiência específica de dor e perda como um ato político de enfrentamento da censura e da ameaça. Em relação a outros relatos identificados documentos institucionais ou em pesquisa anterior sobre o tema (VIEIRA, 2009), nenhum deles contém a intensidade e riqueza do que será exposto, motivo pelo qual foi escolhido para figurar nessa exposição de testemunhos e experiências, como caso emblemático. No entanto, elementos presentes nos demais casos serão considerados na análise, tanto para estabelecer aproximações como distanciamentos entre o que há de comum em experiências objetivas de perda de entes queridos em razão de violência em ato praticada por policiais militares.

3.2 Testemunho de dona Zélia

Registra o documento que dona Zélia contava 45 anos por ocasião do relato. Costureira, informa que parou de estudar quando completou a quarta série do ensino fundamental, aos dezesseis anos, época em que ainda morava em uma fazenda. Casou-se aos dezesseis anos, teve três filhos. Separou-se do primeiro marido e, contraiu nova relação. Encontrava-se naquele momento residindo com um dos filhos e o companheiro. Dois filhos morreram, um faleceu ainda bebê, e o outro fora assassinado no interior de sua residência por policiais, que, em 2004, cercaram a casa.

35 Acerca da emotividade presente pensamento que denomina realista-visionário Vigotski (2001) declara que, tomando-se o pensamento orientado para a resolução de uma tarefa importante, vital para o indivíduo, veremos que as emoções relacionadas a um tipo de pensamento realista, são, com muita frequência incomensuravelmente mais fortes, mais profundas, mais móvel, mais significativas

Ao descrever o filho assassinado, destaca alguns de seus atributos: humilde, nunca agressivo dentro de casa, estudioso, desenhava, grafitava, gostava de *rap*, tanto o *rap* religioso quanto o *rap* *doidão*, o *funk*. Não gostava de festas, não dançava, não bebia, fumava às vezes por esporte, mas não tinha vício de fumar. Seu problema, afirma ela, foi envolver-se com amizades inconvenientes jovens da mesma idade dele, adolescentes do colégio, o que afirma, deu início à tragédia.

Dona Zélia destaca que era mãe rigorosa, que “puxava” da sua forma, ao passo que aqueles que define como falsos amigos queriam “puxar” da forma deles. Argumenta que houve perseguição dos policiais que o assassinaram seu filho, uma marcação que teria iniciado no colégio, e que resultaram na prisão do filho, por duas vezes, e nos acontecimentos que descreve em sua narrativa³⁶.

Como já foi destacado, o pensamento verbal, constituído por palavras que remete a um conjunto de objetos subtendidos nos significados. Trata-se de generalizações que se convertem em estruturas de comunalidades, ou seja, formas de pensamento não necessariamente conceituais. Agrupamento de objetos em torno de uma palavra. Desse processo, no psiquismo social adulto, participa um sistema psicológico formado por nexos estabelecidos entre diferentes funções básicas (sensação, percepção, memória, pensamento, etc). Esses nexos entre funções são estabelecidos sob a primazia da linguagem. Se na tenra infância, conforme destaca Vigotski (2001), a função dominante no psiquismo é, inicialmente, a percepção e, posteriormente a memória, na vida adulta, os signos e a linguagem em particular assumem essa função preponderante, fazendo que se reorganizem os nexos e interconexões entre as diferentes funções anteriormente indicadas, resultantes da aquisição da linguagem. A formação de estruturas de comunalidades, com base no uso de determinadas palavras, manifestam-se como resultado da configuração específica do psiquismo, no processo de individualização do social. Nesse sentido, o processo de comunicação constitui uma das formas fundamentais da atividade consciente que se vincula a sistemas funcionais complexos, ou seja, a que forma estruturas nexos e conexões entre diferentes funções psicológicas, estruturadas com base na aquisição da linguagem. A palavra, nesse sentido, constitui, conforme destaca Luria (1984), uma matriz multidimensional complexa, de diferentes pistas e conexões (acústicas, morfológicas, léxicas e semânticas. Luria (1984)

³⁶ A narrativa, registrada em 2008, como resultado de uma entrevista, constitui uma longa descrição realizada de forma praticamente ininterrupta, que se converteu em um documento de 622 linhas, dispostas em 21 folhas, em formato de tipo horizontal. Trata-se de uma síntese dos grandes temas indicadores de sentido, de estruturas semânticas, de linhas correspondentes no texto, nomeação de sentimentos e expressões corporais. Foram mapeados os temas que acompanham as expressões corporais, adotados como indicadores de sofrimentos – os prantos – ou de contentamento – os risos – no decorrer do relato (ver apêndice A).

declara que a fala constitui uma forma complexa e especificamente organizada de atividade consciente que envolve a participação do indivíduo que formula a expressão falada e a do indivíduo que a recebe. Luria (1984) distingue duas formas e dois mecanismos de atividade de fala.

Em primeiro lugar, existe a fala expressiva, que começa com o motivo ou ideia geral da expressão, que é decodificada em um esquema de fala e posta em operação com o auxílio da fala interna [ou interior]; finalmente, estes esquemas são convertidos em fala narrativa, baseado em uma gramática “generativa”. Em segundo lugar, há a fala impressiva, que segue o curso oposto, começando pela percepção de um fluxo de fala recebida de outra fonte. Processo esse seguido por tentativas de decodificar o referido fluxo; isto é feito por análise da expressão falada percebida, identificação de seus elementos significativos, e redução desses elementos a um determinado esquema de fala; este, por meio da mesma fala interna, é convertido na ideia geral, do esquema que permeia a expressão e, finalmente, o motivo subjacente à expressão é decodificado (LURIA, 1984, p. 269).

O processo comunicativo, especialmente na modalidade narrativa, revela a comunalidade de memórias, imagens, pessoas, instituições, acontecimentos, que emergem na consciência do narrador, como totalidade, e sua expressão segue um curso dos temas e motivos presentes na consciência da narradora. As estruturas de comunalidade expressam-se na narração, por meio dos temas que se sucedem, indicadores do processo de associação de imagens, atores, e que formam uma constelação em torno do tema central do diálogo pelas múltiplas vozes que ressuscitam-se na psique da narradora, como consciências contidas em sua consciência, a consciência das consciências (BAKHTIN, 2008).

Por meio da narrativa as falas de muitas outras consciências são enunciadas, sobretudo em forma de diálogos, que se atualizam nos relatos de forma dramática, pela voz de dona Zélia, talvez uma das características que tornam muito intensa essa narração de uma experiência. As consciências que se expressam por meio da consciência de dona Zélia, como uma citação textual dramatizada, reconstituem todo um conjunto de instituições e pessoas, que configuram efetivamente um quadro social envolvendo séries de instituições, evidenciando práticas de atores nelas envolvidas, permitindo assim, que se estabeleça uma reflexão com base na análise da dinâmica de personagens que se destacam no documento.

No quadro 3 é possível identificar alguns personagens, apenas aqueles cujas falas são reproduzidas em forma de diálogo, inserindo-os nas respectivas instituições a que estão vinculados. Trata-se de uma relação de instituições que ressaltam dos registros, tais como família, amigos, vizinhos, Ministério Público, polícia, advogados, psicólogos.

Quadro 3 – Relação de vozes ou consciências que se reproduzem na narração e vínculos ligados às respectivas instituições.

<p>1. FAMÍLIA 1a. Mãe (eu); 1b. Claudionor (filho assassinado); 1c. Augusto (maninho, caçula, filho); 1d. Marido;</p>	<p>4. POLICIAIS 4.1 MILITARES 4.1.1 Do cerco de terror; 4.1.1a. Policiais 4.1.1b. Policial (visto no sonho); 4.1.1c. Do cerco de terror; 4.1.1d. Que assassinaram o filho; 4.1.1e. Que invadiram a casa; 4.1.1f. Bilhete Azul; 4.1.1g. Sargento (Rotam); 4.1.1h. Tenente “magrelo” (da Rotam); 4.1.2 Que deram apoio; 4.1.2a. Tenente Cerilo (Direitos Humanos); 4.1.2b. Coronel Valei; 4.1.2c. Tenente Daniel; 4.2 CIVÍS 4.2.1 Do cerco de terror; 4.2.1a. Delegado (quarto distrito); 4.2.2 Que deram apoio; 4.2.2a. Dra. Luciana; 4.2.2b. Dr. Francisco;</p>	<p>5. MINISTÉRIO PÚBLICO 5a. Dr. Charles (MP); 5b. Nêrton (MP);</p>
<p>2. AMIGOS 2a. Amiga; 2b. Colega; 2c. Amigo (do filho assassinado);</p>		<p>6. ADVOGADOS 6a. Advogada (Do escritório do Dr. Júlio); 6b. Dr. Júlio;</p>
<p>3. VIZINHOS 3a. Dona Ana; 3b. Firmino; 3c. Vizinhos;</p>		<p>7. PSICÓLOGOS 7a. Dra. Aline; 7b. Interlocutor (entrevistador);</p>
		<p>8. NÃO IDENTIFICADOS 8a. Sujeito “oculto” [não identificado na expressão];</p>

3.3 Análise da narração

A análise narrativa pode ser feita evidenciando múltiplos aspectos e de diferentes pontos de vista, como forma discursiva, como narrativa histórica, como história de vida e societais. Pode ser abordada do ponto de vista da forma e/ou do conteúdo subjetivo da experiência social diante dos fenômenos circundantes, dos contextos, dos acontecimentos, da avaliação dos resultados. Do ponto de vista das duas dimensões básicas da narração, a cronológica destaca a sequência de episódios, e a não cronológica configura um enredo, formando em conjunto a estrutura narrativa. Do ponto de vista dos objetivos da presente exposição, a narrativa em tela será analisada destacando alguns de seus aspectos. O primeiro deles, da estrutura narrativa, buscando articular tempo e espaço de forma a colocar em primeiro plano e de modo sintético, os eventos, e deles deduzir, de forma condensada, o *modus operandi* dos atores envolvidos na trama, especialmente as ações da mãe e dos policiais que realizaram o cerco (a perseguição, a marcação, a invocação) a seu filho e aos outros membros de sua família. O segundo aspecto a ser abordado será a dimensão da interação social, especialmente do diálogo entre os atores, para deduzir aspectos sociais relevantes para a compreensão da dinâmica tanto da expressão da violência em ato, quanto dos recursos existentes entre os que são alvo dessa violência para fazer frente a ela. Um terceiro aspecto a ser considerado refere-se às dimensões culturais e subjetivas implicadas no processo de enfrentamento da violência policial, por parte de dona Zélia, nesse caso buscando articular os

fenômenos expressos na narrativa com o conjunto do debate mais geral acerca da formação do psiquismo social, da relação entre expressões da dinâmica social objetiva relativamente aos aspectos da dinâmica social subjetiva. Na análise serão buscados os fluxos do pensamento nos seus deslocamentos, provocados pela dinâmica interna da subjetividade, nos quais a fala assume o estatuto de pegadas, indícios, notícias desse movimento da consciência integral, em que as palavras vez ou outra vêm acompanhadas do teor emotivo que indica algo muito mais denso e intenso do que aquilo que a limitação das palavras que se tecem em cadeias permite expressar.

3. 4 Relação tempo-espaço no interior da narrativa

A narrativa pode ser dividida em cinco tempos. O primeiro, demarca o cerco de terror e perseguição que se deu em torno de sua residência, com foco no seu filho Claudionor. Esse primeiro tempo marca também o esforço direcionado por dona Zélia, para defender a vida de Claudionor. Como figura sua narrativa, a despeito de ter tomado as providências demandadas institucionalmente nos casos típicos, isto é seguir orientações institucionais, suas forças e apoios, não teve êxito em conter o cerco de terror configurado no período narrado, que vai do momento em que se inicia o que denomina perseguição ou marcação, antes, durante e depois do assassinato do filho, após uma sequência ascendente de violência em ato. A descrição desse primeiro tempo, como era de se esperar, é marcada por formas mais intensas de sofrimento e também de engajamento contra a violência policial, e tentativa de defesa do filho. O segundo, relata suas ações de enfrentamento, efetivados por meio de denúncia no Ministério Público. O terceiro, descreve o cerco e assassinato do filho. O quarto tempo aponta ações intimidatórias materializadas no tiro no portão. Finalmente, o quinto tempo marca o recuo do ativismo mais intensivo e o retorno às atividades rotineiras. Esses tempos misturam-se na sequência narrativa, evidenciando o próprio fluxo do pensamento, da memória, das conexões subjetivas, do nexos que se estabelecem por meio das palavras, das imagens que a narrativa suscita, das emoções que desencadeia. Na dinâmica desses cinco tempos, estão contidos os caracteres e as figurações que permitem a análise de aspectos sociais objetivos e subjetivos relevantes para o tema da violência policial em Goiás, conforme o relato.

A primeira relação espaço-temporal presente na narrativa de dona Zélia descreve um movimento duplo: de um lado, o sequestro do filho por policiais da Rotam, que o levam, conforme a gíria policial, para uma “quebrada”, na qual se efetuam as torturas, e, de outro, o seu movimento de busca do filho ela segue uma pista deixada pelos mesmos policiais em um

bilhete azul, fixado na geladeira de sua residência. Avisada pelos vizinhos, e encontrando o bilhete, dona Zélia dirige-se à Delegacia Estadual de Investigações Criminais (Deic) da polícia civil do estado de Goiás, na qual esperava encontrar com o filho. Recebe o apoio de policiais civis que tentam acionar a máquina burocrática para encontrar o paradeiro do seu filho. Não o encontrando, ela segue para o 4º Distrito Policial (DP), onde um policial, conhecido da família, faz um contato e consegue negociar a entrega de Claudionor para a mãe no 2º Distrito Policial (DP), para onde ela se dirige. A mãe vai ao 2º DP, onde encontra-se com o filho e trava um diálogo com os policiais que o haviam sequestrado. Após narrar o diálogo com um policial militar que descreve como sendo o *Magrelo da Rotam*, em que ele explicita o seu “sonho”, dona Zélia, em prantos, conclui que ele o realizou, sem uma referência espaçotemporal explícita, conta que o filho lhe pediu para colocar em casa, câmara e cerca elétrica. Dona Zélia percebe então que o filho vinha recebendo ameaças de morte, resgatando a memória das orientações do coronel que vinha acompanhando o caso, como apoio, para que, em caso de ameaças, a família recorresse ao Ministério Público. Com a recordação da orientação recebida, retoma o primeiro cenário espaço-temporal e conclui a narração desse cenário. Ao chegar em casa, já passava de uma hora da manhã, e quando o filho tira a camisa, a mãe constata as marcas de tortura em suas costas. Trava um diálogo com o filho sobre o ocorrido e toma a decisão de efetuar a denúncia de tortura no Ministério Público. A descrição da decisão de registrar a denúncia vem acompanhada da avaliação de que se arrependera de tê-la feito, por entender que o assassinato do filho teria ocorrido em represália a essa denúncia. A narração encaminha-se para o segundo cenário espaço-temporal, em que descreve a ida ao Ministério Público e a efetivação da denúncia.

A decisão de efetivar a denúncia ocorre em um contexto no qual havia, de um lado, a decisão firme da mãe e do irmão de Claudionor de que era necessário registrar a denúncia no Ministério Público, e de outro, a posição vacilante do filho – Claudionor – que afirmava que a denúncia iria levar os policiais a assassiná-lo. Dona Zélia descreve os procedimentos adotados pelo Ministério Público: as fotos tiradas das marcas de tortura, a descrição de falas do filho, que afirmava que as torturas visavam forçá-lo a assumir “coisa errada”, sua resistência em fazê-lo, seguida do emblema de que quem não deve não teme. Destaca ainda os momentos de indecisão do filho acerca da denúncia, se faria ou não, pois Claudionor afirmava: “eles vão me matar mamãe”. Esse momento do relato é acompanhado de prantos, e dona Zélia afirma que, mesmo após quatro anos, era como se a morte do filho tivesse ocorrido no dia anterior. Nesse relato, ainda em prantos, destaca que o filho, no momento em que estava sendo violentado pelos policiais, uma vizinha dissera que o ouvira gritar, enquanto era

torturado pelos policiais, e que ele afirmava: “a mamãe vai sofrer demais”. Esse destaque remete a uma afirmação feita anteriormente, acerca do modo particular com que se evidenciam as expressões afetivas e emotivas no interior da família de dona Zélia, marcada por uma regulação dos afetos, fundada na preocupação com o outro. Esse relato, que reproduz o testemunho da vizinha, do momento exato em que o filho estava sendo violentado, contribui para reforçar essa hipótese, o que, para a compreensão social do processo de expressão das emoções. Desse segundo momento espaço-temporal, a narração desloca-se para o terceiro, em que dona Zélia descreve o episódio de um tiro no portão, buscando expor o sonho que tivera e sua relação com os eventos que vinham ocorrendo, evidenciando, a um só e mesmo tempo, o impacto que o cerco de terror causou nessa família, e o significado cultural do sonho como elemento premonitório, tema que será discutido logo em breve.

A entrada na terceira relação espaço-temporal, foi motivada pela busca de relatar um sonho que tivera dona Zélia, implicando, para isso, reconstituir o contexto em que esse sonho ocorrera, assim havendo que descrever o episódio em que, ao amanhecer do dia, alguém efetuou disparos no portão de suas residência. A descrição é um pouco tumultuada, o que impede que a narração seja apreendida e acompanhada na inteireza de seus deslocamentos. Por outro lado, trata-se precisamente de um indicador de que há um envolvimento, por assim dizer, de corpo e alma, no acontecimento descrito.

Dona Zélia então descreve um sonho, aquilo que é definido por Vigotski (2001), como a forma mais antiga do pensamento em complexo, resultante dos nexos estabelecidos entre diferentes funções psicológicas. O seu sonho, como destaca, ocorrera na noite de quinta para sexta-feira, anterior ao dia do assassinato do filho, o que lhe provocou certa urgência em buscar convencê-lo a deixar a cidade. Destaca ainda, o sonho que tivera o seu pai, também entendido como sonho premonitório. No processo de busca pelo convencimento do filho, no contexto do qual reproduz alguns diálogos do Juninho, o filho da Adelaide, evidencia outras facetas do *modus operandi* dos agentes policiais, no bairro em que residem. Descreve ainda a presença de policiais de *tocaia* descritos por dona Zélia, ao sair de sua residência, em uma referência um tanto conturbada de forma que, realmente, impede que se acompanhe integralmente o fluxo de seus pensamentos com seus múltiplos deslocamentos, evidenciando indiretamente, a convulsão de imagens e memórias que eram produzidas subjetivamente, interpolando o processo narrativo e, em alguns momentos, alterando e desviando o seu curso. Desse cenário espaçotemporal, desloca-se a descrição, ainda guiando-se pelo fio condutor do tema *eu tive um sonho*, para o cenário em que se deu o assassinato do filho no sábado pela manhã. Esse cenário, como é de se esperar, demarca o mais intenso momento de revivência do

sofrimento, ao mesmo tempo que descreve uma grande diversidade de atores vinculados à instituição policial. Descreve também as cenas mais cruentas da narração, o que confere ao relato o adequado título de tragédia.

A narração da relação espaço-temporal quatro, sucintamente, revela detalhes do processo que antecederam o cerco policial, como o contato feito pelos vizinhos, sempre solidários, mesmo com seus poucos recursos, para enfrentar o cerco de terror.

Dona Zélia menciona o horário em que o filho ligara, pedindo auxílio a uma advogada, às 8 h 32 min, quando percebera que o muro estava sendo escalado por um grupo de policiais, o percurso em direção a sua residência, os impedimentos que os policiais que estavam dentro de casa, vigiando o portão, impuseram para que ninguém entrasse. Algumas impressões que buscavam descrever o cenário parecia uma tentativa de expressar uma imagem que se aproximasse daquela que estava diante dela, Dona Zélia afirmava: [era] *como se fosse um filme, ou como cenas que se vê no Rio de Janeiro*. A multidão aglomerada em torno de sua residência foi descrita como algo que *parecia uma festa*. Nesse contexto, destaca o policial que vira em sonho, diante do portão, descreve os detalhes da roupa, similar a que tinha visto em sonho, o diálogo que trava com ele, buscando ultrapassar o cerco e ter acesso ao filho, o impedimento do policial que refere a seu filho como um cachorro morto. Descreve ainda as condições em que tivera contato com o filho, as impressões que teve, o desmaio – passamento – e um sentimento aparentemente contraditório, em que, ao mesmo tempo que expressa o desejo de que Deus limpe de sua mente aquelas cenas, a vontade de ter acesso às fotos originais, tiradas do filho quando foram efetuar a denúncia no Ministério Público. Aparentemente contraditória, porque é possível que algum elemento cultural possa ser capaz de explicar essa contradição aparente, por exemplo, uma velha tradição que vigorou até épocas não muito distantes, em algumas regiões do Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil, em que era comum manter fotografias de parentes mortos, dispostos na urna mortuária, como lembrança deles. Esses relatos de uma tragédia revelam aspectos do que pode ser definido como um cerco de terror, seus impactos objetivos e subjetivos, e também a pergunta pelos recursos que permitiram à dona Zélia manter-se viva, lúcida e capaz de reunir suas forças para continuar, vivendo e também, dando o testemunho de que ainda, persistem em solo brasileiro, em pleno século XXI, práticas típicas de estados terroristas.

Finalmente, após essa travessia, o balanço do relato, as sinalizações que já vinham acompanhando as falas, de dona Zélia revelam sua síntese ideal. Ela avalia que esse acontecimento mudou sua vida da água para o vinho, pois uma metade de sua vida lhe foi arrancada, e que esse foi um fardo que Deus, lhe deu. Trata-se do Deus antropomórfico, a

quem o imaginário social e cultural de origem judaico-cristão atribui à causa final do seu destino. Como se afirmou alhures, é mais fácil entender o pensamento dos mestres atenienses que o pensamento do homem que se encontra pelas ruas. Essa compreensão exige esquadrihar de várias formas a narração em tela. No próximo tópico, será abordado o conteúdo presente nos diálogos, que conformam o caráter polifônico, conforme destaca o conceito bakhtiniano, característico do discurso de dona Zélia.

3. 5 A consciência das consciências e o engajamento subordinado

Com base nas interações dialógicas, presentes em cada um dos quatro cenários espaço-temporais descritos por dona Zélia, explicitam-se alguns elementos das práticas policiais e como eles afetam o seu sentir, pensar e agir. Em termos sintéticos, a narração sobre a perseguição, a escala ascendente de violência, e o assassinato propriamente dito, podem ser descritos da forma que se segue: No tempo primeiro, prendem o filho na escola; no segundo, invadem sua residência mas não o levam preso (vizinhos intercedem); no terceiro, violentam o filho dentro de casa, reviram todo o barracão, e levam o filho para uma “quebrada”, onde ele é torturado por várias horas (ficam com o filho sequestrado das 3 h da tarde de um dia até 1 h da manhã do outro dia; no quarto, violentam o filho dentro de casa e ele é assassinado. A prisão do filho na escola é apenas mencionada, a primeira vez que entram na residência também, o foco é dado à intervenção dos vizinhos. Percebe-se que há uma digressão sintética sobre esses momentos (linhas 159-162) no esforço por fazer o interlocutor entender o processo. A riqueza de detalhes aparece na narração do segundo e do quarto tempos, de fato o foco da narração, em que dona Zélia descreve os movimento de entrada na casa, a violência contra o filho, e a destruição do espaço físico, o sequestro, a tortura e a entrega do filho para a mãe. O retorno com o filho para casa, a identificação das marcas de torturas, a memória das orientações dadas por integrantes da corporação, de que denunciassem o ocorrido no Ministério Público, a denúncia ao ministério público e o assassinato do filho. A menção feita ao tiro no portão carece de uma referência temporal mais precisa, mas, no contexto da narração, há um relato de que houve uma tentativa de entrada na casa 2 h 30 min da manhã. Não há uma descrição pormenorizada desses eventos, mas foi narrada no contexto em que um cara em uma moto deu o tiro no portão, (linhas 306-309) narração cujo foco era descrever o sonho que tivera. Deve-se destacar que a pouca inteligibilidade espaço-temporal, nesse momento da narração, é indicativo do grau de mobilização da consciência de dona Zélia com imagens, memórias, sensações corporais produzidas pela revivência da tensão e o desespero que acompanharam a narração do sonho que tivera a tentativa de considerá-lo um evento

entendido extraordinário. Em razão dessa ebulição dos signos na consciência e seus substratos emotivos ligados ao cenário de terror, a narração aparece como uma descrição, do ponto de vista de quem acompanha o documento, caótica. No entanto, esse caos aparente, conforme as lições apresentadas por Vigotski (2001) no tópico sobre pensamento e palavra, refletem nada mais nada menos que a peculiaridade do pensamento discursivo interior, cuja passagem para o discurso inteligível e disposto em uma sequência ordenada e compreensível exige mais tempo que os movimentos da fala permitem. Os registros mnemônicos, as imagens, os cenários e atores emergem na consciência, subitamente, em uma rapidez muitas vezes superior ao movimento da fala. Em relação à escrita, esse movimento, conforme os ensinamentos de Vigotski (2001) são mais lentos e prolixos.

No caso em tela, deve-se destacar a primazia da cultura oral em relação à escrita. Por isso, a configuração do quadro descrito guarda não apenas um teor informativo, mas também estético, quando se prefigura o que se pode designar, seguindo o esquema da análise narrativa, a heroína como mãe-coragem, um frágil corpo humano (BENJAMIN, 1994), diante de uma rede de homens que se assemelham a máquinas de destruição. Mas esse não é o tema do presente estudo, e o que implica colocar em primeiro plano nos relatos são, sobretudo, o *modus operandi* da ação policial e seus impactos objetivos e subjetivos sobre a mãe de Claudionor, acompanhados por meios de indícios presentes na narração aliados ao plano dos complexos de que se dispõe como recurso para entender a própria experiência.

Do ponto de vista das alianças contra a violência policial, a narrativa evidencia a dimensão de solidariedade entre os vizinhos do lado e a mãe, nas tentativas de defender o seu filho. Ao ressuscitar as falas e os personagens a narrativa permite identificar, sentimentos de solidariedade e preocupação com o outro, incorporado nas figuras dos vizinhos, Ana e Firmino. Foram várias as suas intervenções: procuravam dialogar com os policiais no momento em que eles estavam invadindo o espaço residencial, tentando convencê-los a não praticar seus atos destrutivos, informaram dona Zélia sobre as violência e sequestros, e, ainda tentaram telefonar para o comando da corporação, para informá-lo o que estava ocorrendo, no momento em que os policiais entravam para cometer o assassinato de Claudionor. Embora suas iniciativas não tivessem logrado êxito demonstram verdadeiros atos de solidariedade em defesa do outro. A personificação de atitudes e sentimentos de preocupação com o outro, de comunalidade, para efeito, por exemplo, de uma intervenção social no sentido de coibir atos arbitrários, pode ser um sentimento e uma prática a serem avaliados como possíveis recursos existentes no próprio espaço do bairro e da vizinhança, para compor estratégias de enfrentamento da violência policial, podendo formar uma espécie de defesa social contra

arbitrariedades. Evidentemente, para tanto, é necessário avaliar, por meio de pesquisas a extensão de sentimentos de preocupação com o outro, e as quais categorias sociais elas se estendem. Nesse sentido, uma intervenção emblemática está presente no diálogo, na figura do senhor Firmino com um policial:

Sr. Firmino – *Pelo amor de Deus, [o que] vocês estão fazendo com esse rapaz, toda vez vocês tem uma perseguição com esse rapaz. Rapaz dentro de casa, vocês vem prejudicar, judiar do rapaz.*

Policial – *Oh! O Senhor fica na do senhor, o senhor não está [...] não fala nada, ta bom?* (linhas 162-166)

A posição subjacente à fala do sr. Firmino é de repreensão. Na tentativa de dissuadir o policial, tenta introduzir um motivo para que eles parem com a violência, cuja referência assenta-se na figura simbólica do amor de Deus. O pedido não é feito em nome próprio, mas em nome de um outro. É como se dissesse, não é por mim, não é por ele, é por uma expressão suprema do amor que eu lhe peço para pararem de perseguir o rapaz, prejudicá-lo, judiar dele. A voz do Sr. Firmino tenta inserir um valor supremo presente na cultura, na tentativa de contensão da barbárie. A reação do policial, por sua vez, que retruca em tom de ameaça, busca delimitar e limitar a atitude de solidariedade e o sentimento de preocupação com o outro. Ao sugerir que o sr. Firmino fique na sua, essa fala pode sugerir, primeiramente, que o policial, tenta, com a ameaça de a violência se virar contra ele, estabelecer um limite entre a sua e a minha. Ficar na sua é a tentativa de afirmar um imperativo que delimita e se contrapõe à atitude de solidariedade e de preocupação com o outro. A essa expressão vincula-se uma atitude difusa, presente na corporação policial, de buscar, por meio de ameaças, de assassinatos, de intimidações, calar as vozes que se contrapõem às suas arbitrariedades. Essa atitude, no entanto, demonstra não apenas uma prática arbitrária voltada para encobrir outras arbitrariedades, mas evidencia também, o que é mais interessante, uma fragilidade, o tendão de aquiles do “espírito guerreiro”. Para manter ativa a máquina de violência, torpeza e arbitrariedades, é necessário que seja contido, delimitado, suprimido, qualquer sentimento de solidariedade e preocupação com o outro. E quanto maior, mais amplo e mais universal for o sentimento de preocupação com o outro e de solidariedade, maiores serão os desafios para que os policiais continuem com suas práticas. Quanto maior o isolamento social, a polícia agirá mais livremente, com maior facilidade, com mais desenvoltura, com maior aplicação da criatividade humana para destruir e produzir sofrimento e terror sobre a fração da população

37 Os pontos entre colchetes – [...] – busca indicar uma interrupção brusca na fala, sugerindo interpolação de imagens e conteúdos de memória subjacentes aos enunciados.

brasileira, não reconhecida como portadora de direitos. E não por acaso, suas ações arbitrárias fazem-se de forma tão rotineira que, às vezes, não respeita nenhum cuidado para preservar suas arbitrariedades, e o que fazem impunemente, é por haver cada vez em menor número e reduzido a círculos cada vez menores o sentimento de solidariedade e preocupação com o outro. Afirmar, como um imperativo, fique na sua, mostra, ao mesmo tempo, a fragilidade daqueles que implementam atos destrutivos e arbitrários e, ao mesmo tempo, os desafios e o caminho que buscam identificar a lógica dos processos sociais, objetivos e subjetivos, que contribuem para manter e reforçar práticas que geram níveis tão elevados de sofrimento, sobre uma população que, estruturalmente, sofre uma carga já tão intensa de desafios para viver com (in)dignidade. Os desafios, evidentemente, na são pequenos. Basta avaliar que a extensão da solidariedade e de preocupação com o outro, no âmbito dos movimentos mais combativos na arena pública nacional e internacional, se orientam por segmentos de modo que cada um elege os seus excluídos preferenciais. Falta um *ethos* de solidariedade universalizante que se articule com as solidariedades fundadas em características sociais específicas que estruturam as relações de poder e hierarquias além do campo das políticas identitárias que mantém sempre um fora, um resto, um excluído.

Os registros referentes a narração permitem também identificar outras facetas do *modus operandi* dos policiais militares descritos nos relatos. Há que se destacar, por exemplo, que tanto há participação de membros da corporação do lado das violações como também de apoio à mãe e ao filho, uma especificidade cujas peculiaridades merecem ser analisadas em suas minúcias.

Conforme a narração do primeiro cenário espaço-temporal, houve a entrada dos policiais na residência, agressão do filho de dona Zélia, sequestro, tortura e entrega do filho para a mãe. A violência em ato e a mortificação é diretamente praticada sobre o filho, e a mortificação indireta sobre os que os cercam, especialmente sobre a mãe que, conforme um sentimento comum entre as pessoas que perderam seus entes queridos, entende o filho como extensão de si mesma, o corpo do filho, como uma parte do seu próprio corpo, e o assassinato do filho, o seu próprio assassinato, a destruição de uma metade de si mesma. As mães compartilham um princípio difuso de que a ordem natural das coisas implicam que o *corpo mater* seja velado por suas extensões, e não o contrário. Não se trata de uma representação de dois corpos, mas de uma representação de múltiplos corpos, extensões de si, tantos quantos forem a quantidade dos filhos. A mãe, como uma “natureza naturante” (ESPINOSA, 2008)³⁸,

³⁸Trata-se de uma analogia do modo como as mães, sobretudo, concebem e descrevem as razões do sofrimento pela perda do filho, ao destacarem que é uma parte sua que foi assassinada, para nomear o sentimento. O conceito de natureza naturante, em Espinosa, sugere Chauí (1995, p. 47), consiste na “substância e seus

um corpo que se estende, se expressa, se divide em outros corpos que carregam sua essência. Esse significado está presente nas manifestações de sofrimento das mães e poderá auxiliar a compreensão da palavra *mágoa*, no caso particular dessa narração.

A busca do filho, pela dona Zélia, iniciou-se, conforme destaca, primeiramente, por uma informação repassada pela vizinha, dona Ana, que a levou em direção à sua residência. Ao chegar, além do estrago produzido na residência, identificou um bilhete azul, pregado na geladeira, com uma mensagem: “Dona Zélia, seu filho está detido na Deic” (linhas 167-169). Por que deixaram um bilhete, falsamente indicando o local em que estaria o filho detido? Dar uma pista falsa para ela, de forma a garantir realizar as torturas com mais tranquilidade? Só é possível conjecturar. No entanto, fica patente que a violência praticada pelos policiais como a narração descreve, não consiste em uma violência disruptiva, irracional, desenfreada, como podem supor alguns. O bilhete pode ser compreendido como indicador de que o conjunto de violência em ato é planejado, pensado cuidadosamente, calculado. Trata-se de uma violência racionalizada, e instrumental e seus atores agem como operadores de uma barbárie racional, fundada em uma ciência da violência, uma violência. à medida que o policial é aquele que exerce a violência como profissão, tal como qualquer outro profissional, e cujas habilidades se aperfeiçoam cada dia mais, no exercício de seu labor, o policial também aperfeiçoa-se na esfera repressiva de manutenção da ordem jurídica e política.

Verifica-se na atitude de dona Zélia, considerando estritamente o que está contido na narração, além de uma absoluta fidelidade, que ela age no espaço público com base na dupla favor-dívida, o que se evidencia no modo como se coloca em relação ao apoio que concebe ter recebido de dois doutos delegados, na Deic (linhas 170-177). Assim afirma dona Zélia: “*Aqui eu encontrei apoio, eu devo um favor imenso que só Deus paga, para a Dra. Luciana*” (linhas 170-171). A despeito dessa posição, compreensível em um contexto de absoluta fragilidade, a narrativa evidencia, por meio da descrição de determinados atores sociais presentes na cena específica, a identificação de que houve, no interior da corporação um movimento de apoio e solidariedade com sua luta, personalizado nas figura da delegada Luciana e do delegado Francisco. Chegando no quarto distrito, a solução para encontrar o filho foi dada por uma relação de amizade: “*Localizei um amigo da gente que é policial* (linha 185), o que sugeriu a máxima de que *no meio do trigo tem joio*” (linha 186). Quem encontrou o filho, no entanto, cuidou de pedir que não se revelasse seu nome. Todos os relatos que evidenciam a busca de

atributos, enquanto atividade infinita que produz a totalidade do real”. E acrescenta: “a causa imanente faz com que a totalidade constituída pela Natureza Naturante e pela Natureza Naturada seja a unidade eterna e infinita cujo nome é Deus”. A referência à ideia de que algumas mães concebem-se como natureza naturante, em relação ao filho, pretendo marcar a noção de que, para elas, os filhos são expressões ou extensões suas, partes que lhes são constitutivas e que a destruição do filho significa sua própria destruição.

dona Zélia são marcados pela presença de aliados em cujas ações encontrou apoio, acompanhados do sentimento de que há justiça apenas para os amigos – um sentido reafirmado várias vezes – e o recurso utilizados pela policia de demonstração de falsa amizade.

O cenário em que dona Zélia se encontra com o seu filho e seus algozes, no entanto, configura a outra face da ação policial, que marca profundamente o sentido constituído pela mãe, em relação à polícia. A palavra utilizada para definir o tratamento que recebeu foi humilhação: “*Nós vazamos pra lá. Chegando, fui muito humilhada*” (linha 192). Uma das ações que materializaram a humilhação se deu quando o filho, ao vê-la, gritou por ela: “*Mamãe!* E foi repreendido com um “*cala a boca!*”. Dona Zélia afirma: “*aquilo para mim foi uma humilhação*” (linha 197). Assim, também o abraço do delegado de polícia é descrito como falso: “*esse povo são muito falso, sabe (...) muito falso*” (linha 198). A narrativa registra ainda, que, no 2º DP, dona Zélia obteve mais informações sobre os trajetos feitos pelos policiais com o filho, a ida a um quartel da corporação, e o nome do responsável por comandar a realização das torturas no filho. Também um dos poucos momentos em que dona Zélia explicita um sentimento de ódio, foi ao chamar o comandante de *magrelo da Rotam*. Pelo impacto subjetivo desse ator no processo narrativo, pelos significado de sua participação na definição do sofrimento de dona Zélia, é importante analisar o diálogo travado entre ele e dona Zélia, colocando-o no esquema texto-subtexto.

Quadro 4 – Relação texto (esquerda) e subtexto (direita) presente no discurso direto

Texto	Subtexto
Tenente – <i>Você é a mãe do Claudionor. Você não tem vergonha de ser mãe desse vagabundo não?</i>	Envergonhe-se, seu filho é um vagabundo.
Tinha uma aliança no dedo dele. Eu, chorando, ainda falei para ele assim: – <i>Escuta aqui! Sua mãe tem vergonha de ser sua mãe?</i>	Ele era casado – esposa. – Vagabundo é você.
Perguntei: – <i>Você é casado não é?</i>	Há figuras maternas em sua família.
Ele agachou assim óh! De frente, igual estamos nós dois assim. Ele ficou de cócoras de frente comigo e falou assim para mim: Tenente – <i>Sou. Tenho dois filhos. Por que?</i>	Ele me encarou de forma desafiante. – Sou pai, tenho filhos, eles tem mãe sim. [tom ameaçador]

<p>Eu falei assim:</p> <p>– <i>Pensa você. Da mesma forma que você está falando essa palavra para mim, está doendo em mim, sua mãe, sua mãe também dói nela, a mãe dos seus filhos, dói pelos seus filhos, né? Então, é só isso que eu quero te falar. Dói muito. Fala isso não. Na hora que você sai de casa sua esposa deve pedir a Deus e tudo quanto é santo para te livrar das maldades. Faz isso não! Isso dói muito.</i></p>	<p>– Coloque-se no meu lugar. Coloque as mães de seus filhos e sua mãe no meu lugar. [reconhecendo o tom ameaçador]</p>
<p>Tenente – <i>Ah! É porque não tivemos prova nenhuma contra esse vagabundo. Tivesse provas contra esse vagabundo, a senhora ia poder considerar um homem morto. Tinha dado muito tiro na cabeça. Mas meu maior sonho é dar um tiro no meio da cabeça dele!</i></p>	<p>– Eu desejo muito matar seu filho.</p>
<p>Falou desse jeito para mim. Você acredita? O tenente. Dizem que ele chama tenente. Está escrito na coisa dele aqui, que é um tenente. E esse sonho ele realizou [em prantos] (linhas 203-217)</p>	<p>– Ele cumpriu seu desejo-ameaça. Matou meu filho tal como afirmou que faria.</p>

O diálogo evidencia uma figura cuja provocação e escárnio constitui uma forma de divertimento. Após comandar a invasão da casa de dona Zélia, violentar, sequestrar, torturar o filho, finalmente, fechando o ciclo do dia, que se iniciou com o *bilhete azul*, o comandante resolve divertir-se provocando dona Zélia, que o enfrentou e respondeu de forma corajosa. A observação aguda capta o detalhe da aliança no dedo, ao mesmo tempo que devolve a pergunta, deixando subentendido, sem pronunciar, que o adjetivo qualificativo *vagabundo*, também se aplicaria sobre ele. Outro recurso presente na reprodução da fala de dona Zélia, ao mesmo tempo, busca fazê-lo colocar-se no lugar dela, recorrendo à figuras de mãe, tanto a própria mãe dele, quanto a mãe dos seus filhos. Dona Zália buscou colocar a figura de mãe mais próxima dele, como revide de um enfrentamento desigual. Mas a provocação, que pode ser tida como também um divertimento para o comandante, consistiu em aumentar o tom e afirmar não apenas que poderia assassiná-lo, mas também que esse era um seu profundo desejo. A reação de dona Zélia não era mais o relato de um pranto, mas o pranto propriamente dito, possivelmente ligado à figura imediata do modo como o filho foi assassinado (com um tiro na nuca), e que invade a narração, ao dizer que: “*esse sonho ele realizou*”. Esse relato estabelece uma configuração que evidencia a face da ação policial na sua dimensão arbitrária e cruel.

No entanto, havia também membros da corporação policial que emergem na narrativa no papel de auxiliares e apoiadores da luta de dona Zélia contra a violência policial. Felizmente, a instituição policial não é formada por uma maioria compacta, muito menos é um bloco monolítico. Como define dona Zélia, nela há joio e trigo. Vale a pena, portanto, identificar essas figurações dos atores e das vozes dos policiais apoiadores, que se seguem na exposição. Os policiais defensores de direitos humanos aparecem no contexto em que o filho vive o drama de que a denúncia no Ministério Público fará com que ele seja assassinado pelos policiais.

Na terceira vez eles estiveram aqui? Aí na terceira vez eles já não levaram ele. Você vê: entraram dentro, quatro homem, porque meus vizinho viram, escalou o muro daqui. Escalaram o muro daqui, subiram, não tinha cerca, estava arrumando para por a cerca, sabe [prantos]. Porque meu filho me pediu, ele falou:

– *Mamãe, põe cerca elétrica, põe câmara.*

Falei:

– *Filho, você está sendo ameaçado, meu filho?*

Porque o, o, o, porque o coronel Valcí falou para mim, falou para ele:

– *Olha Claudionor, qualquer ameaça você que tiver, você pode recorrer na, no Ministério Público.*

Esse relato identifica a orientação do coronel Valcí, para que Claudionor registre o que na instituição (MP) é denominado *Termo de declaração*, em caso de ameaça. A memória do diálogo com o coronel encaminha a narração para o momento em que, chegando em casa, após resgate do filho, constata as marcas de tortura no seu corpo (relação espaço-temporal I), o que ensejou a firme decisão de *arcar* com uma denúncia no Ministério Público. Vale um destaque: tratou-se não de uma ameaça, mas de uma efetiva tortura, cujos registros estão arquivados no Ministério Público, e, conforme se deduz da narração, há fotos coloridas e marcas de tortura. O relato destaca a convicção firme por parte de dona Zélia, de *arcar* com uma denúncia, ao contrário do filho, que estava convicto de que a denúncia levaria ao seu assassinato, como de fato ocorreu. A questão que fica é precisamente, em que se balizou a firme convicção de que a denúncia no Ministério Público seria um antídoto às mostras efetivas de mortificação com ousadias tamanhas, como as que já haviam sido dadas. Essa firme convicção, que se confrontou com a posição contrária do filho, a despeito da lição proferida em forma de conselho pelo coronel Valcí, há que se buscá-la precisamente na adesão

sem rodeios e crença absoluta nas afirmações da autoridade. Senão, em que outros fundamentos teria se dado essa decisão? Evidentemente, a gravidade da situação, exposta pelas marcas de tortura no corpo do filho, também podem ter ensejado a tomada de alguma atitude, para coibir atos de barbárie e terror. A adesão do outro filho de dona Zélia à necessidade de *arcar* com uma denúncia, também colocava o filho torturado na posição de minoria, na defesa da não denúncia. Embora avaliando a decisão tomada quatro anos após o ocorrido, como algo que ela não deveria ter feito, as circunstâncias narradas permitem inferir que a opção entre a tortura e o assassinato difere muito pouco na proporção da barbárie já em pleno ciclo ascendente. No entanto, é possível que a firme convicção na orientação da autoridade policial tenha sido, pelo menos em parte, responsável pela denúncia feita. Na continuidade do diálogo, figuram os policiais que buscam fornecer apoio, no contexto em que o filho afirma sua convicção de que a denúncia implicará no seu assassinato:

(...) E aí eu falei para ele, mas CLaudionor. Inclusive ele não queria nem (...) porque demorou atender a gente lá, ele não queria nem ficar. Ele falou:

– *Não! Vou embora mamãe! Vamos parar com isso! Ele vão me matar, mamãe! A senhora quer ficar sem eu mamãe?*

Eu e esse aqui óh! [aponta o filho que acaba de chegar], porque ele matou serviço e eu também. Nós fomos procurar a justiça:

– *Não Claudionor.*

O caçula:

– *Não CLaudionor. Não maninho, não é justo, o que fez com você não existe uma coisa dessa, maninho. Tem que [.] né?*

– *E se eles me matar?*

Ele fala né? E ele fez [.] Ele perguntou umas duas vezes quando eles vieram aqui em casa:

– *E se eles me matar?*

O coronel dizia:

– *Eles não podem fazer isso.*

Tenente Cerilo, você conhece muito bem, porque eu não sei se ele ainda faz parte dos direitos, dos direitos humanos.

– *Não dona Zélia, não pode acontecer isso! Jamais, eles não podem fazer isso.*

– *Mas se eles pularem o muro, e vir aqui me matar?*

Eles já sabiam, porque ele deve ter feito, falado para ele as torturas que eles faziam, na pressão junto com ele. Ele falava:

– *Mas eles não podem, se [.]*

Foi a hora que o Daniel falou assim:

– *Não! Se eles virem CLaudionor, então você não! Não abre o portão! Não abre o portão, CLaudionor! Se você olhar e viu que é policial, você não abre o portão!*

Aí, ele pegou e falou assim:

– *Mas eles podem pular o muro.*

– *Aí não! CLaudionor, não pode! Se eles pularem o muro e lhe matar, o Estado tem por obrigação de indenizar sua mãe, porque é invasão de domicílio, e mais não sei o quê.*

Aí eu, cheguei assim falei:

– *Tenente, Deus! Deus! Coronel Daniel, pelo amor de Deus, não fala uma coisa dessas! Não fala uma coisa dessas porque não tem dinheiro no mundo que paga um filho para uma mãe! Eu peço, eu para mim, pode juntar todo dinheiro do mundo, que eu não vou aliviar essa dor [prantos], você entendeu?*

Nesse extrato, evidenciam-se claramente dois planos de estruturas de generalização, aplicadas sobre um mesmo referente. O perigo de Claudionor ser assassinado por policiais aparece para mãe e filho, como questão vital, mas é encarado pelo tenente pelo viés jurídico-tecnicista. Mesmo no caso em que membros da corporação, buscam fornecer um apoio para a família, algumas contradições sobressaem das falas. Percebe-se nesse diálogo que há perspectivas bastantes distintas na discussão sobre as ameaças de morte que o filho de dona Zélia vinha recebendo. Primeiramente, a fala de Claudionor está muito centrada na perspectiva de que os policiais podem entrar em sua residência e assassiná-lo, portanto, ele não se sentia seguro dentro de sua residência. Seu foco centrava-se em como proteger sua vida. A perspectiva do coronel Daniel, ao contrário, sugere que o seu foco está centrado em aspectos *técnicos, jurídicos e econômicos*, do caso, e é por meio desses viéses que encara a possibilidade de a vida de Claudionor estar em risco. Antes, o coronel é levado a realizar uma avaliação, como se costuma falar na corporação, técnica e jurídica do caso, contradição que a sensibilidade da mãe capta imediatamente. As perspectivas são totalmente distintas, e a reação da mãe denuncia as diferenças nas perspectivas diante do tema da vida de Claudionor. O raciocínio é espontâneo na afirmação do coronel de que, se Claudionor fosse morto, *o Estado indenizaria sua mãe*. Trata-se de um raciocínio meramente jurídico e

econômico. Esse modo de encarar a questão da vida, subjacente à fala do Coronel Daniel, acena para os significados ligados ao espaço social da corporação policial. Colocar a vida daquele que está vivendo o drama da ameaça de morte, puramente em termos de direito indenizatório, deixando claro que o sujeito diante dele quer proteger sua vida, demonstra o tamanho da barreira que se coloca entre ambas as perspectivas, em um cenário em que há a descrição de um desempenho efetivo, com visitas, orientações, conselhos. Um deles, porém, defende os direitos humanos, buscando avançar na direção do conjunto de valores subjacentes a eles. Diante dessa assertiva, a mãe, com toda sua sensibilidade, capta de imediato essas duas diferentes perspectivas, essas duas estruturas de generalizações, presentes no diálogo – a do filho e a do coronel Daniel. Na avaliação de dona Zélia, é um absurdo tratar naquele momento, da questão do possível assassinato do seu filho meramente em termos de uma indenização, um possível pagamento na hipótese de os policiais assassinarem seu filho. Ela afirma: “*não tem dinheiro no mundo que paga um filho para uma mãe! Eu peço, eu para mim, pode juntar todo dinheiro do mundo, que eu não vou aliviar essa dor*” [prantos]. E, a despeito desse momento de recusa da perspectiva apresentada pelo Coronel, dona Zélia apropria-se do conceito de *danos morais*, para definir o cenário de perda do filho, indicando que, na interação com os integrantes das instituições estatais (polícia militar, Ministério Público estadual, dentre outros), e passa a adotar no seu repertório, um conjunto de conceitos oriundos do mundo jurídico-institucional – o que Vigotski (2001) denomina conceitos científicos – um dos elementos que indicam que, com sua adesão absoluta às orientações das autoridades policiais, adota seus conceitos para definir aquilo que marcou sua experiência.

Esse episódio emblemático ensina também que o enfrentamento da violência policial deve também considerar os sentidos que se produzem no interior da corporação policial, e nela, o estatuto atribuído à vida, do ponto de vista dos aspectos jurídicos, políticos e econômicos. O tipo de racionalidade instrumental e administrativa mediando essa fala fica evidenciado, que a vida era avaliada apenas em termos técnicos.

Além desse diálogo, há muitas outras indicações da presença de policiais apoiadores, evidenciando que foram buscados constantemente pela família, na expectativa de fazer cessarem as arbitrariedades. Exemplo dessa afirmação pode ser identificado no momento em que a mãe refere quando busca descrever o contexto em que teve um sonho. Após o momento em que se ouviram tiros, direcionados para sua residência e atingido o portão, dona Zélia descreve as ações imediatas que desenharam o rastro das rodas da moto que ocupava o atirador, como se segue:

[A vizinha]

anotou a placa da moto e me passou. E meu filho, esse que morreu, ele era muito, vou dizer para você, ele desenhava, você falava CLaudionor, desenha isso assim! Ele desenhava. Passou (...) pegou o caderno, desenhou o modelo da (...) da roda da moto que encostou ali na areia. Porque ela encostou de frente (...) para o portão. E entregou na mão da corregedoria. Então, aí eles não sabiam quem era. Aí, uns três dias depois, o tenente me procurou, mais o coronel e falou assim para mim, que sabia quem era. Que era a mesma pessoa da corporação, assim, assim, assim. E essa pessoa tinha muito, sabe. Aí [tosse] passou. (linhas 334-341)

O enunciado reforça a existência de um clima de verdadeira aliança entre membros da corporação já há um certo tempo identificados com a defesa de direitos humano, e dona Zélia. Indica também intercâmbio, troca de informações, e mesmo permite concluir que os autores dos disparos, nesse caso, eram reconhecíveis. Do ponto de vista de dona Zélia, há também a confiança efetiva, colaborativa, com seus apoiadores. Os policiais apoiadores também são apontados como referência nos momentos em que ressuscita o diálogo com o filho:

Falei para ele.

– *Porque eu estou te dando conselho. Vai! sai daqui! sai daqui! Esse povo, o tenente já falou que eles pode arrumar uma “casinha”, uma coisa para você cair.*

Qualquer coisa ele arrumaria para ele *cair de gaiato*³⁹. Aí ele falou

– *Não. Não vou não! Amanhã eu vou. Amanhã quando o Sula chegar nós vamos.*

(linhas 383-388)

Também, ao narrar o cenário, nos momentos em que se debatia buscando furar o cerco construído pelos policiais, para evitar a entrada em sua residência, identifica a presença do mesmo representante da corporação que buscou dar seu apoio e colaborar com a luta de dona Zélia. Assim, ela destaca:

Ninguém [se] aproximava, ninguém aproximava, entendeu? Aí o doutor, o tenente Cerilo chegou aqui, já era bem tarde já, quase na hora de eles saírem com o corpo. (linhas 423-426)

E acrescenta:

³⁹*Cair de gaiato* indica que se caiu em uma cilada ingenuamente, brincando, sem perceber os perigos que o espreitavam.

Quando o tenente Cerilo chegou, eu esperava eles deixarem eu entrar para ver meu filho. (...) Eles não deixaram. Quando o delegado chegou [...] (linhas 449-452)

Aí, saíram de fora. Jogou. Aí tenente Cerilo veio junto. Na frente, antes de eles virem, para colocar a gente naquele trem. Ficou perto de mim, abraçou comigo e falou assim, para eles assim óh! Eles queriam já empurrar ele dentro do carro, porque o carro deu uma ré, assim! Ele falou:

– *Não! Chega de tanta desumanidade! Ela é uma mãe! Respeita o direito dessa mãe! Ela não tem o direito de ver o filho assim.*

Aí eles jogaram ele [o corpo do filho morto] com tanto desaforo assim: *Pá! Sabe? No chão assim.* Ele estava com o olho aberto, a boca aberta. Me olhando, assim. (linhas 466-472)

Inclusive tem uma foto do policial segurando a cabeça dele. Caído assim com uma mão assim, uma arma na mão. Dr. Cerilo achou um absurdo aquilo. Eles porem aquela arma na mão dele. porque não tem como uma pessoa dar um tiro na nuca, igual eles fala que suicidou e ele ainda ter a arma próxima da mão dele. Se matou? Na testa? (linhas 475-480)

Foi chegando gente, foi chegando o superior deles. E eu acho que eles ficaram com medo de chegar mais [...] E eles [se] apavoraram e já foram limpando a área, saindo da área. (linhas 483-486)

Esse momento da narração, marca o instante em que dona Zélia chega no lado externo de sua casa, impedida de nela entrar, onde se encontravam os policiais com seu filho já sem vida, e aquilo que ela define como algo parecido com uma festa, ou seja, uma multidão aglomerada. Destaca também a busca dos policiais de forjarem uma situação que sugerisse que Claudionor havia suicidado, uma prática que evidencia um padrão de conduta recorrente no período da exceção brasileira recente.

A presença de representantes da corporação policial militar, que buscavam dar apoio de alguma forma, acompanhando, informando e aconselhando, indica que dona Zélia, seu filho e toda sua família e circunvizinhança, são ao mesmo tempo, atacados por uma fração da polícia, que realiza seus atos de terror, mas também recebem algum auxílio de membros da mesma corporação. A presença de membros da corporação tanto no ataque quanto na defesa, da família de dona Zélia, é sintetizado na alusão que faz à parábola do *joio e do trigo*⁴⁰, Esse

40Essa passagem é narrada no Evangelho de Mateus 13 24-30, em que se expressa: “*O inimigo do Reino.* Jesus contou outra parábola à multidão:”, e ainda “o Reino do Céu é como um homem que semeou boa semente no seu campo. Uma noite, quando todos dormiam, veio o inimigo dele, semeou joio no meio do trigo e foi embora. Quando o trigo cresceu, e as espigas começaram a se formar, apareceu também o joio. Os empregados foram procurar o dono, e lhe disseram: 'Senhor, não semeaste boa semente no teu campo? Donde veio então o joio?' O dono respondeu: 'foi algum inimigo que fez isso'. Os empregados lhe perguntaram: 'Queres que arranquemos o joio?'. O dono respondeu: 'Não. Pode acontecer que, arrancando o joio, vocês arranquem também o trigo. Deixem crescer um e outro até a colheita. E, no tempo da colheita, direi aos ceifadores: arranquem primeiro o joio, eu amarrem em feixes para ser queimado. Depois recolham o trigo no meu celeiro!’ (BÍBLIA SAGRADA,

emblema ficou muito patente, durante a audiência pública realizada em 2006, nos discursos dos representantes institucionais, que se colocaram em defesa da instituição policial, buscando atribuir aos indivíduos e não à instituição, as responsabilidades por assassinatos e desaparecimento de pessoas por policiais.

No contexto da audiência pública, *joio e trigo*, é utilizado no sentido de que não era a instituição policial militar a responsável pelo que se denominou *desvio de conduta*, mas apenas os indivíduos que praticaram o ato. Na fala de dona Zélia, *joio e trigo* é usado para enfatizar que, na corporação, tanto há o policial bom quanto o policial mau, deixando subjacente à sua narração a presença de uma estrutura de generalização, que vincula os atos dos policiais que assassinaram seu filho a características individuais, reconhecendo a violência nas personificações com as quais manteve contato, desconsiderando as mediações institucionais (hierarquia, obediência, estabelecimento de um inimigo objetivo na figura do *bandido*, incitação do medo na população, como formas de legitimação de assassinatos) que participam no processo de instrumentalização da violência administrativa como recurso de manutenção do poder de grupos que dominam a burocracia estatal. Para captar essas mediações, seria necessário reconfigurar os acontecimentos em um conjunto hierárquico, com uma nova comunalidade de conceitos formando um novo sistema, além dos marcos da sua apreensão cotidiana.

Com esse parâmetro, dona Zélia busca estabelecer categorias, com base na experiência que travou face a face com os integrantes da corporação, presente em suas memórias e histórias. Como policiais bons, pode-se deduzir das descrições apresentadas, ela aponta a delegada e o delegado que a receberam, quando procurava o filho na Deic, o policial civil amigo que identificou o paradeiro do filho, quando estava sequestrado pelos policiais da Rotam, bem como o policial que segurava o ventilador sobre ela, quando caiu desmaiada pela segunda vez, por ocasião do assassinato do filho pelos policiais. No caso dos policiais que se reuniam com ela, dando conselhos, recebendo e fornecendo informações, um dos quais reconhecido por entidades de defesa de direitos como defensor de direitos humanos no interior da corporação, embora não tenha havido verbalizações que destacavam sua condição de *trigo*, o que pode-se deduzir do modo como são citados, procurados, presentificados nos relatos, pelo modo como suas orientações são seguidas (em relação, por exemplo à decisão de protocolar uma denúncia no Ministério Público), indicam que dona Zélia tem uma confiança

2002, p. 1256). A citação dessa parábola, por dona Zélia, aplicada ao caso da polícia, tem como fundamento a referência moral acerca do bem, do mal e dos destinos de suas personificações. As referências bíblicas, não apenas nesse ponto, fornecem como que um quadro do pensamento por complexo, por meio do qual dona Zélia constrói sua interpretação dos acontecimentos.

absoluta em autoridades com as patentes respectivamente de tenente e coronel. E, a despeito dos posicionamentos descritos na reconstituição narrativa dos acontecimentos, as intervenções desses policiais não foram capazes de contribuir para evitar a perseguição, tortura e assassinato do seu filho. O mesmo pode-se dizer a respeito da denúncia no Ministério Público, que antes de ser um antídoto para combater a barbárie, funciona efetivamente como uma sentença de morte. Ora, essa regra presente no submundo, como as que se percebe apenas no terreno das ações, e que não se capta nos documentos legais certamente é de conhecimento de todos tanto dentro como fora da corporação. Por que então, mesmo diante das mostras de ousadia e desenvoltura no assédio do Claudionor, no interior de sua casa, os policiais de apoio permanecem afirmando simplesmente que eles [os policiais] não podem fazer isso? (linhas 279-286).

Se já haviam dado mostras de que não podem mas fazem, qual seria o objetivo de tentar convencer aquele que está sendo perseguido, violentado e ameaçado de morte, de que os policiais não podem, usar de intimidações se a vítima já sentiu na própria pele o contrário. O diálogo no mínimo, revela um aparente *nonsense*. Essa informação, se somadas às descrições presentes em vários documentos analisados na presente pesquisa, em que a própria corregedoria de polícia, primeiro, exige, sob pena de haver sanções legais, no caso de crime de falso testemunho, ou seja, que sejam apresentados pelos denunciante de práticas ilegais e arbitrárias de policiais militares, seus nomes, telefones, endereços e todas as informações que permitem o acesso às testemunhas para desvendar tais arbitrariedades. Ao mesmo tempo, há que se perguntar também, sob a ameaça e toda sorte de violência que se aplicam sobre tais testemunhas, e até mesmo nos casos em que uma denúncia realizada na corporação é imediatamente revidada com um assassinato, como destacado na narrativa de dona Zélia (linhas 362-373), referindo-se ao *Juninho*. Todas essas situações paradoxais colocam a instituição policial e seus integrantes, diante das pessoas que sofrem a violência, dispostos em uma espécie de zona cinzenta, em que não se sabe até que ponto se trata de ataque ou apoio, ou, para utilizar a imagem de dona Zélia, quem é *joio*, ou quem é *trigo*. Essa indiscernibilidade, faz que a narração fique tensionada em uma posição de indecisão entre essas duas posições. A primeira expressão dessa posição vacilante, vem acompanhada de pranto, e da afirmação de uma revolta: “vou ser franca: [pranto] eu não posso ver uma polícia. Tenho revolta, revolta! Eu me choco com o poder público, entendeu? Não todos! Mas sim alguns.” (53-55), citado também por Vieira (2009, p. 23). A posição de choque e revolta com o poder público, é imediatamente redimensionada, para ponderar que não são todos, os que praticam violência mas alguns, o que dá mostras da posição subjetiva vacilante em relação à

avaliação das atividades ligadas à polícia. No momento em que havia encontrado um policial definido como amigo, no 4º distrito, dona Zélia menciona a parábola do joio e do trigo, para designar que ele, que a apoiou, representa o *trigo*. “aí veio para o quarto distrito e aí eu localizei lá um amigo da gente que é um policial. Porque é igual eu falo para você: *no meio dos trigos tem joio*. Ali eu encontrei uma pessoa que me deu apoio, que [...] uma pessoa maravilhosa” (184-186). Nesse momento a constatação é focada nos casos em que recebera apoio, derivando uma avaliação positiva do policial.

Outro momento da descrição dos acontecimentos aparece quando dona Zélia destaca que recebeu um abraço falso de um delegado de polícia, quando havia encontrado o filho sequestrado pela polícia: “Isso, até aquele momento, o delegado veio abraçar comigo, porque esse povo são muito falso, sabe (...). muito falso.” (197-198). Nessa avaliação, não há o movimento na fala de ponderar se são todos ou se são alguns. Da mesma forma, quando surge sem saber de onde, um sujeito com um jaleco escrito o nome “perito”, que afirma que o filho foi assassinado. “*O perito disse, eu não sei se ele é perito mesmo, Valdir, você conhece muito bem esse povo, essa laia, eles não prestam! Não todos, mas a maioria. Estava escrito perito nas costas da roupa preta.*” (485-487) Nessa avaliação, destaca que aquela laia não presta e, ao contrário de um movimento similar de avaliação, destacado anteriormente, em vez de afirmar que *nem todos mas alguns*, relativiza mais ainda, *não todos, mas a maioria*. Finalmente, de tanto oscilar nas suas avaliações, revela a condição de indecisão que permanece na avaliação das práticas dos atores vinculados à instituição policial, retomando mais uma vez a metáfora do joio e trigo. “E aí os policiais, porque no meio deles, igual eu falei para você, no meio dos joios também tem trigo, no meio do trigo tem joio, *sei lá!* (grifo inserido). O policial que me carregou, eu lembro muito bem, porque meu irmão queria me carregar, porque meu irmão passou mal, meu filho passou mal, aí o policial que me levou e pôs na cama, e, eu lembro de ver quando eu voltei, eu lembro dele segurando o ventilador, sabe, ventilando” (495-499). A interjeição *sei lá!* pode ser compreendida como firme indicador dessa condição ambígua no processo de avaliação da instituição policial e seus integrantes. Afinal, trata-se de trigo no meio do joio ou de joio no meio do trigo? Quanto de joio, quanto de trigo? São todos? São alguns? É a maioria?

A esse respeito, é necessário realizar alguns comentários, dado a centralidade dessa questão no debate público que acompanha as denúncias de assassinatos e ocultação ou não de cadáveres de pessoas, após intervenção policial em Goiás. Essa questão está diretamente ligada a uma outra, que trata da noção jurídica de responsabilização, no contexto de ações repressivas e punitivas vinculados à esfera estatal, ou seja, no contexto da relação entre

violência e direito, e este, vinculado ao fenômeno que Milgram (1983) define como obediência à autoridade. Na relação entre sistema burocrático de ações impessoais, em que se dividem as esferas de decisão e as esferas de execução, hierarquia e obediência, delinea-se um fenômeno estrutural, que consiste em que aquilo que o indivíduo, movido por uma censura moral, normalmente não faria, inserido em uma estrutura hierárquica, como é típico no caso da instituição policial, ele executa ordens fundadas simplesmente no valor da obediência, o que tem como efeito retirar desse indivíduo a responsabilidade pelos seus atos, estabelecendo-se condições para que exerça atrocidades que, em outras condições, não realizaria. Portanto, sem considerar a dimensão histórica e social, marcada pela divisão social do trabalho e a constituição da esfera burocrática, os indivíduos são colocados na condição de executores de decretos e imperativos do tipo *cumpra-se!*, assentados no princípio da obediência, sem contestação. Uma instituição com essas características, hierárquica, burocrática, que valoriza a obediência cega e pune a desobediência, que constrói um discurso justificador atribuindo características negativas aos grupos que são alvo suas práticas destrutivas, de forma a justificá-las (ajustamento de pensamento), estabelece fábulas, valores, padrões de conduta que viabilizam a reprodução das práticas a ela inerentes, bem como uma subcultura marcada por um certo *ethos*.

Certas práticas de iniciação e os rituais de passagem são usadas, para inserção de novos membros nas práticas cotidianas da corporação. Um desses ritos de iniciação, pode consistir em levar o novo membro para realizar sua primeira sessão de tortura, ou pode também consistir em levá-lo a participar de seu primeiro assassinato, ou execução, termo mais afim com a lógica administrativa e jurídica. Em alguns ritos de passagem, podem-se aplicar, no processo de formação dos aspirantes e participantes de cursos voltados para progressão na carreira, agressões, torturas, humilhações, exercícios estafantes e toda ordem de práticas que, em outros contextos seriam tidas como violações de direitos, tendo como um de seus resultados o desenvolvimento das capacidades de agir com crueldade com indivíduos localizados em extratos sociais e hierárquicos abaixo dos seus ou mesmo em extratos dos quais participam, embora de forma estranhada. Um exemplo de rito de iniciação, em que os indivíduos são submetidos a uma situação estrutural de hierarquia e obediência, é destacado por Frei Betto, no livro *Diário de Fernando* (2010), ao descrever o modo como jovens recrutas foram obrigados a praticarem tortura em presos políticos, seguindo ordens de seus superiores. Segundo o autor, tensos, trêmulos, aterrorizados, eram levados a participarem da realização de sessões de torturas. Desse ponto de vista, buscar entender as ações dos membros de uma corporação policial, com base no pressuposto da responsabilização individual, ou da

tendência a identificar a maldade brotando ou das entranhas biológicas do indivíduo, ou de suas instâncias psíquicas, no quadro de um certo individualismo metodológico, o que termina por reduzir o alcance e a complexidade que envolve a realização e atos destrutivos. Em sua avaliação, dona Zélia, utiliza conceitos oriundos do imaginário presente na bíblia e enunciados no contexto da audiência pública realizada em 2006: individualizar o problema e isentar a instituição e seus representantes dos atos, para tentar expressar as experiências emocionais que vivenciou, em relação aos eventos desencadeados pela perseguição ao filho. Assim, apresenta-se a estrutura semântica da consciência legitimando significados sociais. Exemplo desses processos estão presentes na localização do sonho, formação simbólica e imaginária, e o significado atribuído a ele por dona Zélia, no cenário de enfrentamento da violência policial. Nesse sentido, o sonho emerge como um complexo formado em torno de um símbolo emocional comum, vinculado à ação policial.

A primeira vez que aparece na narração, a afirmação *eu tive um sonho*, para se referir a um processo onírico experimentado por dona Zélia, se dá no contexto de intensa manifestação emotiva, por meio de pranto, que acompanha o relato dos acontecimentos que marcaram o assassinato do filho (linhas 297-298). Uma das passagens mais comoventes do relato, reproduz o testemunho da vizinha, dona Ana, que ouviu as últimas palavras de desespero de Claudionor gritando que *a mamãe vai sofrer demais*. Esse contexto da narração marca a passagem do final de um percurso, tanto descritivo, quanto emotivo, para um outro. A passagem, no processo de pensamento, de um marco temporal para um outro, anterior àquele, da descrição do desfecho trágico do assassinato do filho, inicia a descrição do cenário em que sonhara, o que permitiu também marcar o modo como ela interpreta o próprio sonho. Em suma, a afirmação *eu tive um sonho* constituiu o motivo que demandou um longo relato, que, no conjunto, evidencia o sentido atribuído ao fenômeno onírico e seu vínculo com a leitura que estabelece para formar um quadro interpretativo mais geral sobre os acontecimentos que redundaram no trágico assassinato de seu filho.

O momento de passagem de um tema a outro é evidenciado no seguinte trecho: “Porque sabe, aonde ele estiver ele sabe, meu amor por ele é infinito [pausa], eu nunca vou deixar de amar, Nunca! Nunca vou deixar, vou esquecer dele” (295-298). Nesse ponto do relato, há uma interrupção e uma passagem para o tema do sonho, o que indica que a dinâmica interna dos processos de pensamento, sentimentos e imagens e memória semântica, permitiram que viesse à tona o tema, a memória do sonho que tivera. A passagem faz-se de forma imediata para o tema do sonho, na mesma linha (295) “ Eu tive um sonho, você acredita? Eu tive um sonho” (linha 297). A alusão ao sonho, nessa primeira passagem, vem

acompanhada da interrogação *você acredita?*, sugerindo, ao interrogar o interlocutor, que se trata de algo extraordinário ou misterioso, uma mensagem relativa a acontecimentos futuros, precisamente do que havia terminado de narrar e que deu ensejo a que fizesse um recuo ao ponto em que obteve, conforme sugere sua leitura dos próprios processos oníricos, uma revelação ou antecipação do que viria a ocorrer. Segue-se é precisamente o início da descrição do sonho, marcado por um outro deslocamento: “Foi numa sexta-feira. Eu sonhei da quinta para [a] sexta (...) eu dormia aqui, eles dormiam lá embaixo os dois” (295-299). A afirmação *eles dormiam lá embaixo*, enseja um novo deslocamento, em que ela interrompe a descrição do cenário em que tivera o sonho, e passa a justificar que os filhos dormiam *lá embaixo* (linhas 298-304). Após esse deslocamento, que interrompe a descrição do sonho, ela o retoma novamente, e afirma: “mas eu sonhei, eu ouvi até o disparo do tiro, *você acredita?* Eu levantei apavorada e saí correndo!” (linhas 304-305, grifo inserido). Novo deslocamento, novo recuo, cujo marcador é *antes disso!*, o que interrompe mais uma vez a narrativa e introduz um tema complementar, em que relata a tentativa que fizeram os policiais militares de entrarem em sua residência às duas horas da manhã e também do *tiro no portão*. As linhas 304 a 341 introduzem um novo relato, em que o tiro já ensinava não mais um sonho, mas um tiro efetivo, dado no seu portão, o que contribui para um extenso relato que se estende, no documento, por 37 linhas. Assim, a descrição de que *ouviu um tiro no sonho* a remete para a descrição da ocasião em que foram efetivamente disparado tiros no portão de sua residência, que atingiu seu veículo e, ainda, todos os desdobramentos desse tiro real, que vigora como um tópico à parte, ensinado pela tentativa de descrever o sonho sugerido por ela como incrível (ou inacreditável). No documento, o fio da descrição do sonho é retomado na seguinte passagem: *aí [tosse] passou!* (linha 341). E continua:

Quando foi esse dia, que eles mataram ele, na quinta e na sexta eu sonhei. De novo os disparos: *Nossa senhora!* Me deu aquele desespero. Corri lá para baixo, cheguei. Eu cheguei lá embaixo, os dois dormindo (...) igual anjo, a coisa mais linda [risos]. (linhas 344).

A imagem que acompanha o relato é exatamente provocado pelo contraste estabelecido entre as imagens oníricas que impulsionaram sua corrida até o quarto dos filhos, acompanhadas do sentimento de desespero provocado pelos disparos ouvidos no sonho, e se segue a busca por constatar se de fato estava sonhando ou acordada, se o disparo havia sido efetivamente realizado naquele instante. O contraste é estabelecido, de um lado, pelas imagens e sentimentos provocados pelo sonho e, de outro, pela visão dos filhos dormindo (a

coisa mais linda) o que enseja o riso, uma das poucas três passagens em que ele é registrado. O riso pode ser entendido como o resultado desse contraste de imagens e sentimentos, em que a visão dos filhos *dormindo como anjos* destruía todo o conjunto de pensamento em complexos formados por meio das imagens e sentimentos contidos no sonho.

Dos relatos da visão dos filhos dormindo, contrastando com seu desespero, segue-se: “eu ajoelhei na beirada da cama, pus a mão em cima de um [...] mão em cima da outra e fiquei orando, agradecendo a Deus. Porque Graças a Deus não tinha acontecido nada. Até aí, eles acordaram. Todos dois acordou, porque viu eu chorando. Aí eles acordaram [e] falaram:

– *Mamãe, o quê que foi mamãe? O quê que foi mamãe? O quê que foi?*

Eu falei:

– *Não filho! Graças a Deus que foi só um pesadelo meu filho! Graças a Deus! Não foi nada, é um pesadelo. Pode dormir.*

(linhas 344-350)

O sonho, o desespero, o pesadelo aconteceu na noite imediatamente anterior à manhã em que o filho fora assassinado. Sugere o relato que dona Zélia interpretou como extraordinário o sonho que tivera, os tiros disparados que ouvira em sonho. O diálogo com os filhos, em que afirma ter sido apenas um *pesadelo*, evidencia na verdade um trânsito contínuo entre o complexo do sonho e o real dos acontecimentos, fazendo que se pergunte, afinal, onde, de fato, está localizado o pesadelo? O sonho, do ponto de vista de dona Zélia, um fenômeno extraordinário, é compreendido como antecipação de acontecimentos futuros. A reprodução do diálogo com o filho que haveria de ser assassinado em poucas horas revela a concepção acerca do caráter premonitório do sonho, motivo pelo qual busca, em clima de urgência, convencer o filho a viajar para a casa do seu pai, que também, como destaca, havia sonhado com o filho. Assim ela se expressa:

Aí ele levantou, foi fazer o café. Ele fazia o café todo dia de manhã para mim. Levantou foi fazer o café.

E explicita a negativa do filho, a seu pedido para que viaje com urgência:

– *Não!*

Ele falou, tomando café. Aí eu falei para ele assim:

– *Olha meu filho, pelo amor de Deus meu filho, vai embora hoje, lá para a casa do vovô.*

Meu pai tinha sonhado com ele na quarta-feira, e meu pai me ligou na quinta!

– *Nenem, manda o CLaudionor para cá, pelo amor de Deus, eu sonhei com ele!*

Aí ele:

– *Não mamãe, não vou não, vou amanhã.*

Isso era na sexta, porque foi de quinta para sexta que eu sonhei, acordei, já descí, não dormi mais. Aí o caçula acordou também. Aí ele:

– *Não. Amanhã nós vamos né maninho?*

Porque era no sábado. O meu filho sempre trabalhou até meio dia.

– *Então amanhã nós vamos mamãe, vou arrumar a mala, deixar tudo arrumadinho, a hora que o maninho chegar do serviço, nos pegamos o ônibus e vai. Mas amanhã mamãe, hoje não. Hoje eu vou arrumar a casa para a senhora.*

Porque ele que zelava da casa para nós [tosse] Ele, sempre mais ele ficava em casa:

– *Vou dar uma faxina geral nessa casa, encerar. Por que a senhora vai, em setembro mesmo, eu vou ficar uns trinta dias fora daqui.*

Desse jeito. (...) Iria ficar quinze dias com meu pai, e quinze dias com o pai dele.

– *Então tá bom meu filho.*

(linhas 349-362)

O sentimento de urgência apresentado pela mãe evidencia a compreensão do caráter premonitório do sonho, que é reforçado pelo enunciado de que também o seu pai havia sonhado com o filho, o que foi concebido como indício de que era necessário tomar providências imediatas, para que ele deixasse sua residência, seu bairro, a cidade. Além da compreensão do caráter premonitório do sonho, os enunciados também sugerem um significado relativo ao sonhador. Não apenas o sonho, mas também quem sonha. Há uma referência ao pai de dona Zélia, que também havia sonhado, mas o caráter de urgência, surgiu especialmente em razão de ter sido um *sonho de mãe*. Talvez esteja relacionado, em outro ponto do documento, como dona Zélia chama *instinto de mãe*. Ela afirma: “eu, como mãe, [por]que eu acho que o instinto de mãe não engana, eles executaram meu filho deitado,

entendeu? [em prantos]” (linha 476-477). O contexto desse enunciado dá-se na busca de contestar a tese oficial de que o filho teria se suicidado, mas, assim como a referência constante à figura do artífice, sugere uma teogonia que participa no processo de enquadramento dos acontecimentos ligados ao assassinato do filho, a noção de que há um *instinto de mãe*, indica que o sonhar de mãe, a capacidade de receber em sonho sinais premonitórios de acontecimentos futuros, pode estar relacionado a essa característica especial de que somente as mães são portadoras, especialmente relacionados a eventos que envolvem a vida dos filhos. A reprodução do diálogo que se deu a poucas horas do assassinato do filho sugere a conotação de que há um instinto de mãe, e esse instinto, por suas características especiais, permitiu, no caso em tela, captar elementos noturnos, que indicavam o que poderia ocorrer dali a algumas horas, e também a tentativa de alterar seu desfecho, materializada na insistência para que o filho deixasse imediatamente a cidade, a qual não logrou êxito, pela negativa do filho em atender a seus urgentes conselhos. A urgência, no entanto, além do sonho, entendido como premonitório, do próprio sonho e do sonho do pai de dona Zélia, é também acompanhada de notícias de outros assassinatos praticados por policiais, de outros jovens da circunvizinhança, o que enseja a reprodução de um diálogo que descreve o caso, ressuscita as vozes dos jovens assassinados, por meio de citação da citação da voz de seu filho:

Aí, eu falei assim:

– Não meu filho, vai hoje, meu filho. Hoje lá no ponto de ônibus, eu fiquei sabendo que mataram o filho da Adelaide.

Uma amiga minha que é costureira também ali debaixo. Ele falou assim:

– É mamãe, a senhora ficou sabendo? Mamãe, eu fiquei sabendo também. Matou o juninho e mais um outro lá. A polícia abordou eles, eles vinham vindo do serviço, tomou um tiro neles, ali perto do [supermercado] Compre Bem, ainda [...] aí eles [...] em vez de eles ficarem quietos, chegou na casa deles, a mãe dele.

Dalí visitando [a vizinha] é só perguntar:

– Falou para ela: 'mãe amanhã eu vou fazer uma queixa daqueles policiais'.

Já tinha inaugurado o comando ali, que é o segundo comando:

– 'aqueles policiais me tomaram meu dinheiro ontem uai, 150,00 reais. Meus vales, eles me tomaram meu dinheiro', ainda juntaram eles e maltrataram eles da forma como ele maltratou.

Passou lá [e] fez a ocorrência. Na hora que ele vinha embora, bem no campo, onde ele jogam bola, eles mataram ele, sabe? Quer dizer [que] tinha alguém lá que avisou para alguém, a viatura certo! Teve gente que viu quando ele mataram, pegou ele, pôs dentro da viatura [e] saiu com ele do local. Quer dizer, atirou e saiu com ele, para não morrer de certo. Aí, ele falou:

– *A senhora ficou sabendo mamãe?*

Eu falei:

– *fiquei sabendo.*

– *Mas é uma covardia mamãe.*

Eu falei:

– *pois é meu filho, vai embora daqui também. Vai meu filho.*

Eu tinha recebido meu décimo terceiro-salário:

– *Mamãe recebeu o dinheiro dela, vai meu filho, não fica aqui não meu filho, pelo amor de Deus, você sabe que eu amo você demais da conta, meu amor por vocês não, não tem limite! Eu amo você, você sabe.*

Ele falou:

– *Mamãe eu sei disso.*

Eu comecei a chorar e ele abraçou comigo:

– *Mamãe eu amo a senhora demais também.*

Eu falei:

– *Olha meu filho, você imaginou meu filho. Você imagina meu filho, se você cair preso, por uma coisa que você não deve. Não é justo.*

(...) Falei para ele.

– *Porque eu estou te dando conselho. Vai! sai daqui! sai daqui! Esse povo, o tenente já falou que eles pode arrumar uma “casinha”, uma coisa para você cair.*

Qualquer coisa ele arrumaria para ele cair de gaiato. Aí ele falou:

– *Não. Não vou não! Amanhã eu vou. Amanhã quando o Sula chegar nós vamos. Chora não mamãe, eu amo a senhora demais (linhas 363-388).*

O sonho é compreendido por dona Zélia como premonição, que a mãe capta e tenta convencer o filho, para alterar o curso dos acontecimentos, é tido como algo que extrapola os limites do compreensível, do verossímil, aproximando, na compreensão de dona Zélia, os acontecimentos no cotidiano, com uma esfera suprahumana, o que pode ser indicado pela

interrogação que acompanha a afirmação de que teve um sonho: *tu acredita?* O giro que faz dona Zélia, quando termina de narrar os acontecimentos que envolveram o assassinato do filho e revive o sofrimento a ele relacionado, quando se remete à noite anterior à manhã em que ele fora assassinado. Evidencia-se o lugar ocupado no sonho de dona Zélia o fato de que, ao narrar o momento em que chegava em casa, destaca que se deparou no portão de sua casa com o mesmo policial que havia sido visto em seu sonho da noite anterior, o qual a impediu de adentrar ao espaço de sua residência, pois, lá se encontravam os policiais e o corpo sem vida do seu filho. Assim ela relata:

o sonho meu (...) porque a pessoa que eu vi no sonho, [um] policial magrinho. Ele (...) com a camisa que eu vi ele no sonho, camisa azul de bolinha, chuveirinho, assim! Ele estava no portão. *Acredita?* A hora que eu cheguei no portão da minha casa, ele estourou o portão. Eles estouraram meu portão! *Você acredita?* (linhas 426-430)

Dona Zélia explicita nessa passagem, ao deparar-se com o policial *que havia visto no sonho*, o significado de que, naquele momento, estava se dando um fenômeno, que extrapolava os limites de sua compreensão. E as duas interrogações feitas ao interlocutor, quando pergunta se ele acredita, dá mostras de que efetivamente se tratava, na sua compreensão, de um fenômeno incrível, próprio da concepção de uma realidade dividida entre o mundo e o além-mundo, o mundo do dia e o mundo da noite, das luzes e das sombras, do claro, vidente, evidente, de contornos perceptíveis e compreensíveis, e do cinzento, obscuro, borrado, inapreensível pela via direta, inexplicável. Borrado, também fica evidente, não apenas um sugestivo mundo das sombras, mas também os próprios limites entre sonho e realidade, na consciência de dona Zélia: sonho com tiros e tiros efetivos, figuras humanas imaginárias no sonho e figuras localizadas em contextos específicos, que suscitam a chamada experiência paradoxal do sentimento, descrito por Ludwing Binswanger (1881-1966) o fenômeno psíquico do *déjà vu*⁴¹. Embora, no caso de dona Zélia, não se trate de uma vaga experiência de localização inespecífica, mas do fato de que ela reconhece que aquele policial, vestido tal como estava diante dela, remetendo às imagens oníricas que restavam em sua memória. Nesse contexto ela destaca o diálogo que travou com o policial visto no sonho:

41 O autor fenomenólogo, Ludwing Binswanger (1881-1966) descreve com esse termo como um fenômeno psíquico caracterizado pela sensação de já ter sido vista uma certa pessoa, episódio ou cena. É considerado um distúrbio da memória, definido, em alguns casos como *ecmesia*, *crise dismnésica*, ou *paramnesia*. Segundo ele, não se trata de uma sensação enganosa, ou de um erro de representação, mas de uma experiência paradoxal do sentimento. O fenômeno pode ser assim explicado: a) perseveração do estado emocional de uma situação precedente; b) associação do estímulo percebido com recordações remotas; c) semelhança parcial do conjunto do estímulo percebido, com experiência precedente. Essa sensação é ceticamente descrita por Sigmund Freud (1969), em uma carta endereçada a Roman Rolland, como *desrealização*.

“quando eu cheguei aqui no portão, que eu levei a mão no trinco o policial, que eu tinha visto ele no sonho. Eu tenho xerox dele aqui nos inqueritos, da identidade dele” (Linhas 438-440).

E acrescenta:

Ele pegou e falou assim para mim assim:

– *Aqui você não entra não.*

Eu falei assim:

– *Mas meu Deus do céu, o quê que está acontecendo?*

Quando eu olhei assim, que eu vi assim, aqueles cinco carros, porque eu contei, e o carro da perícia, eu falei assim:

– *Vocês mataram meu filho?*

Aí ele falou assim:

– *Não, matei seu filho não! matei o cachorro.*

Nossa! Isso dói! [em prantos] Jesus! (linhas 448-450)

(...) Aí eu falei assim, quando eu voltei de novo [de um desmaio], eu falei:

– *Vocês deixam eu entrar, eu quero ver meu filho!*

Como é? Não! Vai ver não! Lá dentro tem um cachorro. Um cachorro, um cachorro morto, mais outro cachorro, Falou.

O pessoal vizinho aqui, todo mundo achou que eles tinham matado esse cachorrão aqui [indica o cachorro que está no local] (linhas 458-461).

O testemunho de dona Zélia diz de muitos processos e, como toda expressão verbal, inclui mais que aquilo que busca informar, no caso, o modo como se deram o assédio e o cerco de terror ao seu filho, à sua família, a ela e aos vizinhos. Sua fala informa o impacto do assédio e terror, sobre seu psiquismo, seu corpo, seus sentimentos, sua dor. Refere-se também a um ato verdadeiramente de resistência, cujas marcas, mágoas, sinais que ficaram na memória do corpo, podem ser reavivadas, revividas no ato de narrar o que viveu, o que experienciou, e resgatá-la implica dar vida à sua luta e àqueles que lutaram para preservar a vida, em um embate sumamente desigual, e, ainda, colocar o seu frágil corpo humano (BENJAMIN, 1994) no enfrentamento da violência administrativa. Testemunha também a extensão do impacto de um circuito de terror sobre o psiquismo, evidenciado pela descrição do sonho.

Segundo a perspectiva genética apresentada por L. S. Vigotski (1996), o sonho está vinculado à proto-história da busca pela autorregulação da conduta humana. A produção onírica, dentre outros recursos, pode constituir-se como operação voltada para auxiliar um difícil processo de tomada de decisão e pode atuar como critério funcional eletivo em situações que envolvem escolhas cruciais. Revelam pesquisas históricas sobre diferentes épocas e povos que o sonho tem sido decisivo nas tomadas de decisão relativas a importantes acontecimentos históricos do passado, em razão das formulações hermenêuticas e dos recursos simbólicos presentes em uma formação social, aplicadas às produções oníricas, compreendidas como presságio acerca de desdobramento de eventos futuros, da mesma forma que, atualmente, o investimento na bolsa de valores passa pelo cálculo probabilístico referente ao desempenho futuro no mercado de valores. Tanto, os sonhos como os cálculos probabilísticos, podem funcionar, em determinados contextos sócio-históricos, como critério de tomada de decisão e podem manter com eles uma relação estrutural. Esse argumento tem por base o princípio segundo o qual as atividades cognitivas complexas, como os padrões de pensamento e de uso de símbolos aplicados ao processo de tomada de decisão, resultam de processos sócio-históricos e das formas como eles afetam os processos psicológicos superiores. Concebe também que as formas gerais básicas de todos os processos cognitivos alteram-se segundo os contextos e processos sócio-históricos.

Exemplo bem conhecido, apresentado por Vigotski (1996), refere-se ao que denomina o *sonho do cafre*, presente nas descrições do antropólogo Levy-Bruhl (1857-1939), relativo aos hábitos de pensamento presentes em algumas tribos da África do Sul. Segundo esse relato, à medida que o membro da cultura aborígina se encontra diante de uma decisão difícil, como, por exemplo, diante da solicitação de um missionário para que deixasse seu filho frequentar a escola, o membro daquela formação social lhe respondeu: “tenho que vê-lo em sonho”. Para Vigotski (1996), o recurso à produção onírica constitui uma forma cultural intermediária, inserida na gênese do processo de desenvolvimento do autocontrole consciente das próprias ações, da mesma forma que recorrer à sorte, quando se decide um caminho a seguir é uma opção dentre outras, com base em um critério do tipo *cara ou coroa*, lançando uma moeda para o alto e a aparando na mão. Portanto, o recurso ao sonho, nas sociedades tradicionais marca, conforme o autor, a proto-história do desenvolvimento dos processos cognitivos complexos relativo a função eletiva. Nesse sentido, a afirmação *tenho que vê-lo em sonho*, cumpre o mesmo papel que, no contexto de outras formações sociais se diria: “vou pensar a respeito e, posteriormente, dou-lhe uma resposta”. Em termos funcionais, nesse caso, as referências respectivamente, ao sonho e ao pensamento cumpriam um papel similar ao de

fornecer elementos e critérios para uma tomada de uma decisão deveras difícil e delicada, e ambos funcionam como mediadores do processo efetivo de tomada de decisão e concretização de uma ação. A produção onírica funcionava como um mediador simbólico importante para a compreensão o modo de agir do cafre. Dito de outro modo, o pensamento estruturado em forma de complexos, manifesto na formação onírica, fornecia elementos cognitivos, como imagens e acontecimentos, que, interpretados pelos membros daquela cultura, funcionavam como critério de tomada de decisão.

Em outro contexto, centrado na questão abordada em *Imaginação e seu desenvolvimento na idade infantil* (VIGOTSKI, 2001), o psicólogo russo descreve o problema da imaginação entre o psicólogos de sua época, destacando o que denomina imaginação criativa, destacando que os psicólogos associacionistas – Wundt, sobretudo –, em parte, haviam logrado êxito em demonstrar o modo como os processos da imaginação eram condicionados pelos sentimentos, ao demonstrarem que “nossos sonhos (...) estão relacionados com toda a experiência de quem sonha” (VIGOTSKI, 2001, p. 424), embora não tenham esses psicólogos resolvido o problema da imaginação em sua relação com a produção do novo.

No caso do sonho narrado por dona Zélia, a produção onírica é compreendida por ela como fundamento para deduzir sinais para ler o futuro. Vale destacar, no entanto, se for possível compará-lo com o exemplo apresentado por Vigotski (1996), ao passo que o sonho do cafre era buscado como critério para tomar uma decisão futura importante, o sonho de dona Zélia, avaliado retrospectivamente na narração, é entendido como uma mensagem recebida de uma esfera supra-humana acerca do que viria a acontecer. O esforço por convencer o filho a empreender uma viagem, a firme decisão de que ele deveria deixar urgentemente sua casa, pode ser apreendido como significando, nos marcos culturais de sua compreensão, uma tentativa de alterar o desfecho futuro que ela havia antevisto por meio do sonho. Nesse sentido, a produção onírica relaciona-se com suas ações de busca pelo convencimento do filho, em razão do significado atribuído a esses processos por ela, nos marcos culturais de uma antiga tradição presente nas crenças e valores de determinados setores das camadas populares no Brasil, que concebem o sono e o sonho como abertura de vias de contato com o mundo supra-humano e como elemento premonitório. Sem considerar esse significado, seria bastante difícil identificar o sentido subjacente à urgência de dona Zélia, em convencer o filho a deixar a cidade. Em última instância, suas ações podem ser percebidas como uma tentativa de intervir em uma tragédia que se desenhava para ela como uma ação do destino. O sonho seria, portanto, uma brecha que se abria para ela, uma

sinalização, que a colocava em um sentimento de urgência para lutar contra um destino trágico. Tentar alterar o destino que entendia haver sido revelado por meio da formação onírica. Situa o seu comportamento nos marcos de um plano extraordinário. O balanço que realiza, retrospectivamente, por mais que ele tenha tido contato com as práticas de terror, com ações de homens específicos, identificados e reconhecidos por ela, e, embora reconheça que se trata de uma tragédia, concebe-a como tragédia de destino e não de caráter.

Em geral, a tragédia define-se como a representação da luta – exterior ou interior – do herói, na qual se delinea um conjunto de ações, de forma tal que, em conjunto, os personagens e o enredo determinam o sentido último do conjunto da narração. Em *A tragédia de Hamlet Príncipe da Dinamarca*, Vigotski (1999) destaca dois tipos de tragédias que se pode deduzir de um enredo ou de uma narração. A primeira ela a denomina *tragédia de destino*, e a segunda *tragédia de caráter*; analisando dois aspectos, de um lado, o desenrolar dos acontecimentos, e, de outro, os participantes desses acontecimentos, para determinar o caráter do trágico. Se o desenrolar dos acontecimentos no drama, está subordinado às características de seus participantes, se depende dessas características e delas decorre, se os acontecimentos são guiados ou originados pelas características dos participantes, ocorre uma tragédia de caráter. Se o desenrolar dos acontecimentos subordina a ele mesmo o destino das personagens, e a despeito de seus caracteres, reúne nele algo de fatal, “de externamente insuportável, que atrai os homens para os crimes, a morte e outros acontecimentos que não decorrem de seu caráter, estamos diante de uma tragédia de destino” (VIGOTSKI, 1999, p. 10). Assim, assinala Vigotski (1999), o sentido último da tragédia é dado pelo desenrolar dos acontecimentos e pelas personagens.

Tanto no caso de dona Zélia, quanto no de outros sete integrantes do Comitê, em que se teve acesso a suas narrativas e testemunho, os acontecimentos que experienciaram podem ser considerados uma tragédia. Dona Zélia declara: “As pessoas às vezes pensam assim: é tão fácil você imaginar a tragédia do próximo. É difícil você viver ela!” (linha 49-50). E em outro contexto: “*Ele envolveu com amizades, jovens da mesma idade dele, adolescente no colégio. Isso (...) isso começou a tragédia*” (Linhas 123-124). Outra, cujo filho era tido como desaparecido após abordagem policial, destaca: “*Inclusive o Marcos estava com ele [o pai]. Tinha ido visitar ele. Foi quando aconteceu a tragédia*” (N2, linhas 22-23). Em outro momento destaca: “a violência, a gente nunca pode comparar ela com nada de bom não, porque é só tragédia” (N2, linhas 56-57). Em outra entrevista, outra integrante do Comitê, afirma: “Aí, depois ele [o filho assassino] iria retornar à escola. Mas não teve como retornar. Aconteceu (...) Essa tragédia aí” (N6, linhas, 28-29). E em outro contexto: “[Sinto] muita

saudade, uma tragédia que aconteceu” (N6, linhas 181-183). Esses fragmentos indicam que há efetivamente um sentimento do trágico presente na descrição da perdas de entes queridos, assassinados por policiais militares, o que é uma obviedade. No entanto, há que se perguntar pela qualidade desse trágico, presente na narração, o que confere toda diferença, do ponto de vista tanto do modo como o conjunto da experiência é emoldurado por outros elementos simbólicos presentes nas práticas sociais e culturais, quanto do modo como essa moldura, em seu conjunto, participa ou não do processo de justificação ou legitimação e, conseqüentemente, para permanência e perpetuação, produção e reprodução da lógica que sustenta e abre caminho para a violência policial arbitrária. Nesse sentido, há que se perguntar: trata-se, do que se pode deduzir da narração, de uma concepção de tragédia de destino ou tragédia de caráter?

Percebe-se que houve uma interação efetiva de dona Zélia, face a face com a estrutura policial e seus agentes, com o Ministério Público, e alguns integrantes da corporação afirmaram que o Estado errara, que houvera *danos morais* para para ela, que não havia *dívida* com a lei que justificasse o assassinato do filho. Apesar de todas essas indicações de uma possível noção de que aquilo que ela denomina tragédia tenha ocorrido em razão de caráter, vontade, circunstâncias presentes no campo dos atores, especialmente dos policiais e instituições estatais, a moldura final apresentada para fechar o ciclo da narração demonstra que há, de fato, uma concepção da tragédia vivenciada, tragédia de destino, diferentemente de outros atores que tiveram acesso ao caso. O desenrolar dos acontecimentos presentes na narração revela, é uma luta de dona Zélia, para contornar um destino, no qual concebe a participação de uma outra esfera de realidade na sua determinação, como uma trama invisível que se desenrola paralelamente aos acontecimentos e nas personagens (a mãe, o filho, os policiais do “ataque” e da “defesa”, os vizinhos, etc.). Nesse sentido, pode-se afirmar que o princípio trágico está contido no conjunto da narração, e a figura da mãe – *mãe-coragem* – revela-se, ao mesmo tempo, sumamente fiel às orientações das autoridades, acatando sugestões, realizando o que lhe pedem, adotando conceitos, referenciando-os e reestruturando os seus com base na interação com tais figuras de autoridade (*danos morais*, *latrocínio*, *desacato*, etc.) reconfigurando os significados ligados à experiência, que no contexto do presente trabalho, caracteriza-o como de terror, com base nas categorias jurídicas e institucionais das instituições as quais estão estruturalmente vinculados seus algozes. A organização de seu pensamento sobre o a experiência que passara fez que a defina com os termos de seus algozes.

O que se pode definir como uma situação de horror, verdadeiro terror, um paradoxo para uma noção mínima de democracia, em alguns momentos é mencionado por dona Zélia como *humilhação, revolta, desespero rancor*, e, em outros momentos, como *danos morais, latrocínio, desacato*, adotando conceitos que circulam nos meios jurídicos e no âmbito da racionalidade jurídico-política, aos quais se vinculam seus algozes, membros da organização estatal. Deve-se destacar, a força com que se dispõe a falar a respeito, a adentrar o teatro da própria consciência, a reviver a reserva de dor e sofrimento, as nódoas, as marcas, a *mágoa* que carrega com ela, a refazer a travessia, e a manter-se inteira. Digno de nota é o impacto que o círculo de terror provocou na vida de dona Zélia, a ponto de fazer borrar os limites entre o onírico e o desperto. Um *pesadelo* instalou-se de tal forma na sua vida, que faz que o seguinte fragmento sintetize o trágico presente no relato. Após despertar de um pesadelo, em que sonhara com tiros, correu até onde se encontravam os filhos dormindo, constantemente que o que vira em sonho não se confirmava.

Dali a poucas horas o filho seria assassinado com requintes de crueldade. Outro elemento trágico que ressalta da narração, revela o que se convencionou chamar de uma concepção fatalista de mundo, em que se entende que há uma ordem de destino pré-estabelecida, na qual todos os eventos que envolvem a vida de uma pessoa, especialmente o nascimento e a morte, já estão dados de antemão, já foram predestinados por uma ordem superior, o destino, Deus, os astros, ou qualquer instância imaginária presente no contexto cultural imediato. Essa concepção pode ser deduzida tanto pela trama que envolve o relato acerca do sonho, que revela uma concepção de que se abria uma mensagem do além-mundo sobre o que ocorreria em um breve futuro, quanto em passagens que destacam uma concepção de que algo acontecera, porque *não era a hora*. Essa concepção pode ser identificada nas passagens que se seguem:

A minha vizinha chegou correndo de parecia desse que subiu no muro aqui, que eu tenho certeza para você, que ele é do quarto distrito, que a minha vizinha também tem, que a gente conhece, que a gente é da região. A arma dele ainda caiu no chão. Ele falou para ela:

– *Some daqui! O quê que você está querendo aqui?*

– *Não moço, eu estou te pedindo, pelo amor de Deus, não mata ele não, prende ele, mas não mata não!*

Ela ligou, lá para ele, a dona Ana. É só perguntar para a dona Ana que ela te fala. Ela disse que ainda ligou na hora e falou para ele:

– *Meu filho do céu! A polícia está escalando para subir na sua casa, meu filho!* Ele falou: *Calma dona Ana. Tranquilo, tranquilo, de boa, fica tranquila dona Ana.*

– Pois é, [...] [para] você ver. Então ele não tinha. Igual eu estou te falando, não tinha motivo, sabe? Ele sabia que todo mundo aqui gostava muito bem dele. Nossa, ele não tinha motivo para ele fazer o que eles falam que ele fez. Aí disse que a arma dele ainda caiu, ela ainda fala assim [risos], ela fala assim:

– *Porque que aquela arma não disparou um tiro para cima e não pegou nele dona Zélia.*

Falei:

– *Não dona Ana, mas essa não era a hora.* (linhas 606-618).

A concepção de que existe a *hora*, para nascer, a *hora*, para morrer, fornece um indicador para se conjecturar que se está diante de uma forma de pensamento que, além de caracterizado em termos fatalistas, é formulado em forma de pensamento em complexo, pois está imune à contradição não apenas sua narração da luta pela preservação da vida do filho, o contato imediato com os algozes que implementaram as torturas e o assassinato do filho, mas que as estruturas dos conceitos formados no cotidiano, como certas formas ideológicas, entendidas como ideias que fornecem elementos para manutenção real de relações de dominação em uma formação social específica. Embora aquilo que sentira como *humilhação*, a informe, por meio dos sentimentos, que há efetivamente um marcador econômico, que explica em determinados momentos o que ocorrera, como em *razão de não ter dinheiro*, ideia também muito marcada no contexto da audiência pública ocorrida em 2006, tais afirmações evidenciam-se de forma fragmentária, contraditórias e desordenadas, marcadamente em relação à expressão do que sente ao conteúdo do que pensa, nas formas de pensamento em complexo.

O elemento trágico fatalista também aparece no destaque feito sobre a *fidelidade a Deus*:

Eu sempre ergui a minha cabeça, porque eu sou uma pessoa muito, mas muito! Muito! Muito! muito fiel a Deus. Sou crente a Deus o tanto que você pensar. Então todo [...] todos os motivos que eu tenho passado [...] Que lá na palavra de Deus diz o seguinte: Da árvore não se cai uma folha sem a permissão do pai. Eu acredito que Deus permitiu que acontecesse isso com meu filho. Deus me deu esse fardo, porque viu que eu era suficiente para carregar. Mas minha vida mudou muito, por mais que eu tento, que eu quero, eu não consigo (linhas 557-562).

Esse conjunto de indicadores permite avaliar o teor do trágico presente na narração, como o trágico do trágico, já que se depreende do conjunto dos relatos, uma concepção de tragédia de destino e não, de caráter. São pressupostos dois planos dos acontecimentos, um deles visível, um outro, invisível, um diurno, o outro, noturno, um tangível, o outro, intangível. O invisível, noturno, intangível tem preponderância sobre o visível, diurno e tangível, rege os acontecimentos, e a narração comparece apenas como uma pequena fração do ocorrido. Os acontecimentos destacados suscitam perguntas, indicam lacunas, mostra-se incompleto, restando um lastro de silêncio sobre ele. Há alusões permanentes ao sagrado, no conjunto da narração, para dar-lhe graças, fundamentar pedidos e súplicas. Para Vigotski (1999, p. 12), “o inexprimível, o irracional, são percebidos por outros dispositivos sensíveis da alma até hoje não decifrados. O misterioso não se atinge pelo vaticínio, mas pela sensação, pelo vivenciamento misterioso. O *resto* se atinge no silêncio da tragédia”.

A narração dos fatos, do ponto de vista dos processos emocionais, parece exercer um efeito catártico, após quatro anos do momento de desespero e de luto, em suma, tendo dona Zélia realizado a travessia, no sentido figurado pela música de Milton Nascimento e Fernando Brant (1970)⁴², ou seja, passado pela experiência da perda, definido psicologicamente pelo conceito de luto, a rememoração funciona como uma reserva de catarse presente na consciência. Como a densidade dos eventos vivenciados não pode ser apagada, é adequado usar o conceito de *mágoa* para designar uma mancha que se incutiu no seu psiquismo, e mesmo nos seus processos fisiológicos e corporais como um todo, a reserva de memória que, nos momentos de solidão, angustia e oprime a consciência, e que, ao ser publicizada por meio da narração, ao ser partilhada permite a dona Zélia entrar em contato mais uma vez com a reserva de memória e sofrimento, permite reviver tudo o que persiste nos registros mnemônicos da consciência psicológica individual, como um fio discursivo que fornece a senha de retorno, sem a qual o indivíduo permaneceria aprisionado na teia de sofrimento atualizada no próprio corpo, em forma do que se convencionou chamar, em psicologia, de melancolia.

O conceito de melancolia, conforme a leitura psicanalítica, fundamenta-se no princípio econômico de energia psíquica, segundo o qual o vazio e a pobreza instalados no mundo, no caso do luto, da melancolia, constituem o empobrecimento e o esvaziamento do próprio *eu*, que passa a não ter qualquer valor ou sentido para o melancólico (FREUD, 1989), de modo que a perda objetal se transforma em uma perda do *eu*. Em linhas gerais, pode-se

42 NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. Travessia. In: Milton Nascimento. São Paulo: Universal Music, s/d.(Coleção Millenium)

resumir a explicação freudiana da melancolia, com base na hipótese do narcisismo, para considerar que uma perda se encaminhe para concentrar-se no próprio eu, no qual todos os efeitos negativos do objeto perdido se traduzem em menosprezo e injúria voltados contra o eu, identificado com o objeto amado perdido, que se converte em uma luta consigo mesmo, que é, ao mesmo tempo, uma luta a favor e contra o objeto perdido. O emblema da melancolia, conforme as indicações de Freud (1989), figura em Hamlet, que fica submetido ao método da loucura, como se lê na obra de mesmo nome.

Na *Ética*, parte IV, proposição 42, Espinosa (2008) define a melancolia como “uma tristeza que, enquanto referida ao corpo, consiste em que a potência de agir do corpo é inteiramente diminuída ou refreada”. A respeito do aspecto limitador da potência de agir do corpo, presente na definição espinosana de melancolia, Paula (2008) levanta a questão acerca da noção de um certo caráter positivo e produtivo atribuído ao indivíduo melancólico (filósofos, artistas, escritores, músicos, poetas), buscando avaliar em que sentido a qualidade de um sentimento que atua na direção da diminuição da potência de agir do corpo, se converteria em atividade criadora, ou seja, em aumento da potência de agir produtiva e criativamente. Ao asseverar o caráter cíclico, que alternam os momentos de profunda tristeza e alegria eufórica, Paula (2008), sugere, com base na afirmação de Espinosa (2008), que a tristeza constitui um movimento contrário ao esforço por perseverar no ser, de modo que afastar a tristeza “é tudo para que se esforça o homem afetado de tristeza (...) quanto maior a é a tristeza, tanto maior é a parte da potência de agir do homem, a qual é necessário que se oponha; logo, quanto maior é a tristeza, tanto maior é a potência de agir com que o homem se esforçará por afastá-la” (ESPINOSA *apud* PAULA, 2008, p. 63). Com essa leitura, Paula (2008) concebe que a força do desejo, como força de reação à tristeza melancólica, atua como forma de resistência a essa mesma tristeza, fazendo que o autor especule que talvez a alegria eufórica do melancólico seja um exemplo dessa reação, de modo que o intelectual melancólico, em sua flutuação entre tristeza profunda e alegria eufórica, na primeira situação sente-se menos que um homem e, na segunda, mais que os deuses, amando os seus momentos eufóricos, que lhe proporcionam sublimes alegrias, e se efetuam seus instantes criadores. Da luta entre o desejo e a tristeza, emergem os momentos produtivos e criativos.

No caso de dona Zélia, em alguns momentos de tristeza destacados em sua fala, ela se refere a uma mágoa, acompanhada de uma vontade de isolar-se. A reação a esses momentos, dona Zélia os descreve “ter que segurar”, “segurar na mãe de Deus todos os dias”, para que o filho e o esposo não sofram ao vê-la sofrer, ou seja, ela estabeleceu uma luta contra a tristeza que carrega como um sinal-mágoa – mancha – atribuída à experiência trágica que

viveu e que narra na audiência pública. São momentos acompanhados de pranto, quando afirma que tem que ser forte, e também quando trava um diálogo com o policial que havia sequestrado seu filho e lhe revela seu sonho-ameaça-de-morte, ou quando narra o momento em que vira as marcas de tortura no corpo do filho, ou, ainda quando destaca o testemunho de dona Ana, que afirmara que o filho dizia: “meu Deus! a mamãe vai sofrer demais”. São momentos que compõem um quadro objetivo que lhe permite perceber que seu filho, ela e toda sua família, foram reduzidos pelos seus algozes a menos que humano, e que sua residência, é um lugar sem proteção. Os momentos de tristeza profunda, de melancolia, nesse caso, em certo sentido, é a expressão subjetiva de uma experiência objetiva de ser localizada em uma condição, para utilizar o conceito de Jessé Souza (2003) de subcidadania.

O processo de perda do filho lançou dona Zélia em um circuito, em que passou a interagir com várias instituições e grupos, a partilhar experiências comuns, a acompanhar discussões, a participar de reuniões, a apropriar-se de conceitos nessas interações, a estabelecer novas estruturas de comunalidades de pessoas e conceitos, a estruturar, por exemplo, com o conceito-emblema de *joio e trigo*, uma concepção de comunalidade, na forma do pensamento em complexo, para tentar conciliar a experiência que definira, do ponto de vista do sentido, como humilhação, e, do ponto de vista do conceito, como *danos morais*, e rebelar-se contra a violência policial. Joio e trigo, no contexto da audiência pública realizada em 2006, emergiu no discurso dos defensores da corporação policial, figura de linguagem usada para resguardar os dirigentes e a instituição policial de suas responsabilidades, pois estavam sendo cobradas ações institucionais para coibir o que se definia como desvio de conduta. Esse emblema, subjacente aos termos joio e trigo, imagem bíblica que expressa a ideia de que há bons e maus misturados em uma mesma plantação, instalou-se no repertório de dona Ana como um complexo paradoxal, que contrastava com sua experiência e seus sentimentos em relação aos integrantes da corporação policial que assassinaram seu filho.

Esse complexo pode ter sido instalado na consciência de dona Zélia e no seu repertório, em razão de uma muito provável familiaridade com tais narrativas bíblicas, mas que a coloca, diante da experiência que vivera com os policiais, a levava a afirmar que não podia ver os integrantes e os símbolos da polícia e que ficava chocada com o poder público. Do ponto de vista do pensamento, instalou-se em sua mente uma exigência de separar joio de trigo, ou seja, os bons e os maus policiais, que se contradiziam com a densidade dos sentimentos provocados por qualquer símbolo ou signo que remetia à instituição policial – sentimentos que nomeou como revolta, choque, injustiça, mágoa, dor, humilhação, falsidade, desacato (termo comumente usado pela polícia, que dona Zélia ressignificou),

arrependimento, pavor, assombro, desespero, para citar apenas alguns deles presentes em suas falas. A fratura entre a exigência do pensamento de reconhecer os policiais-trigo, nas figuras da instituição que lhes forneceram apoio, e um sentimento generalizado de dor e revolta, vinculado aos símbolos e signos da polícia, tornou-se um paradoxo que, só teria uma saída, a de inserir esses complexos em uma nova estrutura de generalização. Algumas estruturas de generalização adquiridas por dona Zélia, alguns conceitos de que se apropriou resultaram possivelmente do processo de travessia que experienciou, cujas marcas se expressavam não apenas por mágoas, mas também por um intenso engajamento na esfera pública, de contestação à violência policial militar, embora essa contestação ocorresse no que possa ser considerado engajamento subordinado.

3. 5.1 Travessia

Dona Zélia inicia a narração da travessia, no momento em que destaca, conforme suas palavras, que foi severa com o filho, apresentando como marca de sua severidade a atitude de trancar Claudinor dentro de casa, para não ter amigo na porta, que o chamasse, acrescida dos dilemas e dificuldades vividos em razão de sua atitude disciplinadora. Indica o companheiro presente no momento do relato como testemunha do que diz, concluindo a narração relâmpaga desse tema, que parece retroceder aos primórdios dos cuidados com o filho pequeno, o momento em que decide tirar cópia da chave e entregar a ele, é acompanhada da afirmação de que “ele nunca se negou a abrir o portão para ninguém”, evidenciando seu contra-argumento à afirmação dos policiais de que o filho havia se recusado a abrir o portão, e recorre, em favor de seu argumento, ao fato de que ele era orientado pelo tenente Cerilo e um coronel de que não se recordava o nome, do comando geral da polícia militar, que chegaram a visitar o filho. A respeito do comportamento de Claudinor afirma: “via nele igual uma pessoa normal. Eu nunca ví nada estranho no meu filho” . Desse ponto, há um novo deslocamento da narração, que se fixa no que define como uma *perseguição*.

Dona Zélia argumenta que houve, da parte dos policiais que o assassinaram, uma *perseguição*, uma *marcação* que se iniciara no colégio, e resultara na prisão do filho, por duas vezes. Assim, contra-argumentando as justificações dadas pelos policiais, para o assassinato do seu filho, ela conta:

começou que um dia eles [o] prendeu no colégio. Outra vez tornou a prender ele no colégio novo, porque ele saiu do outro colégio. A polícia. E eles fizeram tipo uma perseguição, uma marcação com ele, você entendeu? Mas nunca! Nunca! até hoje, como Deus no céu e essa luz me iluminando, eu nunca tive provas. Eles nunca me mostraram prova de nada contra meu filho,

você entendeu? Então, quer dizer que ele não tinha nada errado. Se tivesse com uma coisa, algo de errado com ele, tinha que ter provas. Então, o dia que eles mataram ele mesmo aqui, dizem que ele tinha roubado uma caminhonete. Dizem que a caminhonete estava aqui dentro de casa, aqui dentro do meu quintal. Olha que coisa mais absurda do mundo que você pode acreditar. Quando a caminhonete entrou e quando ela saiu que nós não vimos? Nós não sabíamos dessa caminhonete. Tinha gente trabalhando aqui: pedreiro. Eu tinha empreitado serviço. Todo mundo era testemunho. Meus vizinhos aqui óh!, em peso, você pode fazer pesquisa, perguntar meus vizinhos como era o Claudionor aqui (linhas 140-151).

Do ponto de vista da análise, vale ressaltar para os argumentos indicados, como justificativas para o assassinato do seu filho. Nesse, como em outros casos analisados, o uso do argumento de *roubo de caminhonete* para justificar os assassinatos, argumento, que a depender do contexto enunciativo, é substituído por outros, como a *tese de suicídio* ou de *latrocínio*. Como nos contos de fadas, não importa se o enredo é real ou fictício, já que os policiais são portadores de um poder, não apenas de produzir a morte, mas também a culpa. Ademais, uma outra mãe declara: “O comandante acredita em cem mentiras deles e não acredita em uma verdade da gente” (N4, linhas 82-83). Sente que se trata de um recurso retórico aceito pelos superiores como verdade. Embora mães, pais e demais familiares comuniquem suas impressões e avaliações sobre os fatos ocorridos, suas descrições e avaliações são desacreditadas pelas figuras de autoridade, sobretudo, as autoridades policiais militares. Pela peculiaridade do processo de desqualificação dos testemunhos dos que estiveram *in loco* diante das expressões da violência administrativa, ele merece um breve destaque.

No prefácio à sua obra *Os afogados e os sobreviventes*, Primo Levi (2004) refere-se ao período em que se propagaram os primeiros rumores sobre os campos de extermínio nazistas, ocorrido no crucial ano de 1942, “que delineavam um massacre de proporções tão amplas, de uma crueldade tão extrema, de motivações tão intrincadas que o público tendia a rejeitá-la em razão de seu próprio absurdo” (LEVI, 2004, p. 9). Para o autor, essa atitude de rejeição havia sido prevista muito antecipadamente pelos próprios soldados dos esquadrões de defesa [*Schutzstaffel*] (SS), que “se divertiam avisando cinicamente os prisioneiros”, que independentemente do resultado da guerra que se tratava, aquela que havia sido ganha pois empreendida contra os prisioneiros dos campos, maioria judia, mas não apenas, já havia sido ganha, não restaria pessoa alguma como testemunha, e, mesmo se alguém escapasse com vida, “o mundo não lhes daria crédito” (LEVI, 2004, p. 9). O autor, acrescenta que seus algozes afirmavam que poderia haver suspeitas, discussões, investigações históricas, mas não certezas, pois eles destruiriam as provas e os prisioneiros. Os soldados SS diziam:

e ainda que fiquem algumas provas e sobreviva alguém, as pessoas dirão que os fatos narrados são tão monstruosos que não merecem confiança; dirão que são exageros da propaganda aliada e acreditarão em nós, que negaremos tudo, e não em vocês. Nós é que ditaremos a história dos *Lager* – campos de concentração (LEVI, 2004, p. 9).

Levi (2004), assinala ainda que esse mesmo pensamento – mesmo que se contasse, ninguém acreditaria – também brotava nos pensamentos dos prisioneiros, na forma de sonhos noturnos, que lhes causavam certo desespero. Segundo autor, oralmente, ou em suas memórias escritas, muitos sobreviventes recordavam-se de haver sonhado com esse tema, nas noites de confinamento. O conteúdo do sonho consistia em que voltavam para casa, contavam “com paixão e alívio os seus sofrimentos passados, dirigindo-se a pessoas queridas” (p. 10), que, no entanto, não lhes davam crédito ou mesmo nem sequer os escutavam: “na forma mais típica (e mais cruel), o interlocutor se virava e ia embora silenciosamente” (LEVI, 2004, p. 10). Tanto algozes quanto vítimas tinham consciência do absurdo e da não credibilidade daquilo que ocorria nos campos de concentração. O autor acrescenta: “de todo modo, o vencedor é dono também da verdade, pode manipulá-la como lhe convier” (LEVI, 2004, p. 11).

A dimensão de descrédito que recai sobre o testemunho dos sobrevivente, há que se considerar, não se restringe a um tempo espaço específico, mas é característica de todas as formas de violência instrumental, fundadas nos princípios da hierarquia e da obediência cega, e pode ser constatada também no caso dos testemunhos de familiares de mortos e desaparecidos após intervenção policial. Na audiência pública realizada em 2006, após o nome de um tenente assassino ter sido revelado, por uma testemunha, e ele ter sido questionado pela representante da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), acerca dos motivos pelos quais, mesmo acusado, ainda permanecia em atividade, obteve como resposta que não havia provas, tratava-se de uma simples denúncia verbal. O enunciado da mãe que afirma que o comandante acredita em cem mentiras de seus subordinados e não acredita em uma das que elas enunciam revela também a condição de descrédito das testemunhas diante de seus algozes, de forma que o pesadelo descrito por Levi (2004), parece continuar reproduzindo-se em grandes ou pequena escalas, a depender da extensão da barbárie.

Além do descrédito do testemunho, as ameaças constituíam um outro elemento que contribuiu para implantar o terror no núcleo familiar e na vizinhança de dona Zélia. O registro da fala centrada no marco temporal, posterior ao assassinato do filho, retoma os motivos da

preocupação de pessoas de seu círculo mais próximo com sua integridade física, o que colaborava para que amigos e vizinhos buscassem convencê-la a esquecer o assunto e resignar-se diante do ocorrido, como declara dona Zélia:

Sempre que passava uns carros diferentes na rua, os vizinhos já ficavam todo mundo preocupado, porque vivia muito, me expondo muito. Meus vizinhos me pediram também:

– *Não Zélia! Pára com isso! Nada vai trazer ele de volta. Só traz dor, revolta.*

– *Realmente! É mesmo! Só traz revolta.*

Porque cada vez que a gente toca no assunto [...] Vou ser franca de falar para você, é uma coisa que mexe na ferida profunda, sabe? Então:

– *Sabe que você está certa. Vamos parar mesmo.*

E assim: o dia que eu posso ir eu vou. Estava me comprometendo muito no meu trabalho. Graças a Deus, assim! Que não tive problemas com o patrão. Mas sim compromete sua tarefa no seu trabalho.

Eu falei:

– *Ah! Não vou!*

Minha patroa chegou em mim e falou para mim – Ela já perdeu uma filha também. Não da forma que eu perdi. Mas ela falou:

– *Zélia. Nada traz de volta. Tem dez anos que eu perdi minha filha. Tem a minha neta, mas não substitui mais nada! Só revolta que traz na gente. É só revolta.*

– *Realmente! É só revolta. (linhas 36-43).*

Dona Zélia destaca ainda, além da mistura de dor e revolta, aliada à insistência de sua rede de relações mais próximas para que se resignasse em relação ao ocorrido, os efeitos que tiveram sobre ela aqueles acontecimentos:

eu preciso de ajuda. Igual hoje eu falei pra minha amiga. Eu falei pra ela. Essa que estava aqui.

– *As pessoas às vezes pensam assim: é tão fácil você imaginar a tragédia do próximo. É difícil você viver ela!*

Não é? Nossa senhora! Você sente (...) você, em beliscar, você não sentiu a dor? Não é? Eu te (...) você leva um tropeção ali você vai sentir. É diferente, não é?

O enunciado também evidencia as diferenças percebidas pelo ator, entre a perspectiva de *viver a tragédia*, em relação à do observador, que trava contato com ela por meio da *imaginação*. Os exemplos cotidianos, em que o ator que tropeça, que se belisca, e sente a dor, é diferente, conforme a exposição, daquele que *imagina*. A imaginação coloca-se do lado do observador ao passo que a experiência legítima, se situa do lado do ator, na vivência dos eventos, realça a legitimidade do fenômeno consciente ordinário tal como é experimentado subjetivamente pelo ator, em detrimento da atitude distanciada do observador. Após esse breve destaque referente às diferenças entre a posição do ator e a posição do observador, a narração é assumida do lugar experimentado pelo ator.

3. 5.2 Engajamento

Uma *ação engajada – engagé –*, ou engajamento, é empregada, no contexto da presente exposição, para designar as atividades do sujeito da ação, por meio da vinculação dessa ação a um tema ou empreendimento. Pode ser também uma re-ação de enfrentamento, no âmbito da esfera pública, ou seja, uma ação engajada, centrada em questões de interesse geral, no âmbito de uma coletividade ou formação social. O componente subjetivo do engajamento está implicado para utilizar a definição proposta por Alain Badiou (2010), referente à possibilidade de o indivíduo decidir converter-se em um militante de uma verdade como “totalização abstrata (...) de um procedimento de verdade, uma potência histórica e uma subjetivação individual” (BADIOU, 2010, p. 20). Trata-se de uma decisão em que o corpo individual e tudo que ele contém de pensamentos, afetos, potencialidades de ação, passa a ser o elemento de um outro corpo, o corpo-de-verdade, como existência material em um mundo específico de uma verdade em devir, e, no caso específico descrito por Badiou (2010) inscrito na ideia de emancipação humana. O momento em que se efetua a decisão, o indivíduo decreta que pode ultrapassar os limites do individualismo, do egoísmo, da rivalidade, da finitude e, sem deixar de ser o indivíduo que é, passa a integrar de forma atuante um novo Sujeito (BADIOU, 2010). Nesse sentido, o conceito de ideiação, cunhado por Badiou (2010), para destacar o valor operativo da ideia, articulada à dimensão subjetiva do engajamento, permite que se percebe, com base no conceito de estrutura semântica da consciência e seus componentes cognitivo, afetivo e motivacional, a particularidade dessa dimensão subjetiva do engajamento, dos quais o componente histórico e o procedimento de verdade (BADIOU, 2010) são as duas outras dimensões. Portanto, as falas de dona Zélia, ao apontar o seu engajamento, explicitam conceitos e estruturas de generalização que permitem colocar em análise os indicadores dos elementos subjetivos do engajamento, ou seja, abordam apenas

parcialmente o problema. O fato, no entanto, é que, efetivamente, seu engajamento no grupo que articulou o Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial, foi muito importante, ficando em aberto na análise o seu sentido subjetivo.

O sentido subjetivo, no entanto, não se estabelece de forma mecânica e nem de uma vez para sempre. Caso se considerar como pressuposto, o conceito de estrutura semântica da consciência (VIGOTSKI, 2001), para quem os conceitos cotidianos e científicos estão dialeticamente inter-relacionados, e que a mudança na estrutura de generalização desses conceitos passa pela sua inserção em novas estruturas de generalização, pode-se pressupor que o processo de engajamento de dona Zélia, a colocou em contato com o mundo jurídico-político e institucional, na qual foi inserida na condição de vítima da violência estatal materializada nas ações policiais militares. Nesse processo, pressupõe-se, ainda, uma interação efetiva entre conceitos adquiridos no cotidiano com outros vinculados a esse universo jurídico-institucional, os quais acompanham a emergência de sua visibilidade na esfera pública, como vítima da violência administrativa (ARENDETT, 1999)

A narração de seu engajamento deu-se na primeira parte do diálogo registrado no documento, sendo apresentado conforme o momento lógico-temporal, após a narração daquilo registrado como travessia.

O início dos registros captam um diálogo em processo, cujo tema, a perseguição do filho e a severidade da mãe, revela a busca de dona Zélia pela legitimação de sua narrativa. A ação engajada possui, nesses termos, um caráter prospectivo e também normativo. Os termos prospectivos evidenciados nesse caso particular referem-se à ideia de fazer cessar a violência avassaladora, de uma racionalidade, instrumental disruptiva, oriunda da ação policial. A dimensão normativa, em termos genéricos, vincula-se à interdição moral subjacente ao mandamento – *Não matarás*. Essa definição genérica, complexo de sentidos tornado universal pela religião, é negado pela ação policial, que, conforme a designação jurídica que normatiza essa ação, assim dispõe: matarás em determinadas situações previstas em lei, que o estado de direito estabelece, seguindo a racionalidade propiciada pela teorias liberais contratualistas das razões de Estado.

Ao avaliar o conjunto do período de engajamento, dona Zélia declara que há uma referência para defesa dos que forem atingidos pela violência policial:

Hoje se você é vítima de uma violência tem onde *recorrer*. Vai lá na Assembleia lá [...] que você tem onde você receber apoio e unir[-se] *conosco* (linhas 1-2, grifo inserido).

Nesse fragmento de fala, evidencia-se a consciência de um *nós*, e da existência de reconhecimento jurídico na forma de um espaço que os acolhe como sujeito de direito, o espaço social da Assembleia Legislativa do Estado, local no qual se pode obter apoio em caso de ser vítima de uma violência. A fala sugere uma mudança, comparando-se dois tempos, um primeiro, em que não havia onde recorrer, e um segundo, em que esse espaço se consolida como uma referência que pode ser buscada. Chama a atenção uma palavra, nessa afirmação: *recorrer*; termo corrente do vocabulário jurídico, léxico que designa interpolação de recurso judicial, apelação, agravo. Esse e outros termos da linguagem jurídica formam um conjunto de enunciados presentes na narrativa, um dos possíveis resultados do processo de engajamento, por meio do qual dona Zélia travou contato com variados *doutos*, com suas insignias, seus pronomes de tratamento, e o linguajar próprio da tribo dos magistrados. Esse processo de interação propiciado pelo seu engajamento fez que se apropriasse também de conceitos acadêmicos, do campo jurídico e institucional, e por meio deles, buscar definir os eventos objetivos e subjetivos que marcou a experiência de perda do filho.

A intensidade do engajamento de deona Zélia evidencia-se, de forma retrospectiva, indicando a forma pretérita, no enunciado que se segue:

Aí, depois, assim! Toda reunião eu estava. Todo lugar eu estava. Todo lugar eu estava. Todo jornal, livro. Já entreguei, pessoalmente, livros, que gente pede (...). Que eles escreveram sobre a violência e eu estava nas páginas. (linhas 2-4)

Essa fala busca ressaltar a intensidade do engajamento, manifesto por sua participação em reuniões, nos jornais, em um livro que for a escrito a seu respeito. Como revela o exemplo emblemático do livro, não apenas adentra as suas páginas, mas também, pessoalmente, tendo em mãos o livro referido ou seja, engajada, a um só tempo, dentro e fora dele. Com o livro em mãos, entregou o seu testemunho, em comitiva, a instituições policiais, como revela o enunciado que se segue:

Entreguei pessoalmente lá, para o Elvis lá, o coronel. A gente, fui eu, o deputado Maurício Ribeiro, a Mirela, o Dr. Vilmar. Você conhece ele? O advogado? Que é o pai do Ricardo né? Vítima também de violência. Então são muitas pessoas assim. Depois disso foi vindo muitas [...] Depois do meu filho, foi o filho do seu Dr. Vilmar. Depois veio mais, assim, em sequência, foi vindo mais pessoas (linhas 4-8).

Na fala de dona Zélia surgem as personificações com as quais interagiu no processo de engajamento social e político: o coronel, o deputado, o advogado. A descrição sugere que

mais e mais pessoas começavam a envolver-se na luta contra violência policial, por meio do engajamento. Nesse registro, a figuração das primeiras de mais de três dezenas de personagens, a maioria deles, tendo suas vozes reproduzidas em vívidos diálogos, evidenciam um quadro típico de formação de um complexo que, na esfera pública, reuniu um conjunto de pessoas, como famílias de mortos e desaparecidos após abordagem policial. A comunalidade marcada por essa característica, comunalidades de solidariedades e sofrimentos, foi constituindo uma verdade política (BADOIU, 2010), em contraposição à violência administrativa. Na descrição de dona Zélia, seu pensamento parte do momento presente, em que há onde se pode recorrer e demarca o engajamento com outros atores, familiares de pessoas vítimas da violência, isto é a aglutinação dessas vítimas. Ao fazer um balanço provisório, com base nessa narrativa, destaca:

Então até [que] eu recebi muito apoio. Primeiramente em Deus, depois no padre Lucas que foi uma pessoa que me arrumou psicólogo, arrumou advogado. E ele [se] empenhou muito comigo. E ele me orientou muito [...] (linhas 8-10).

Por meio da tragédia que se abateu sobre ela, dona Zélia, demarca as ações de solidariedade e apoio que recebeu, marcando uma situação paradoxal de uma inclusão, pela exclusão (SAWAIA, 1999), de um reconhecimento derivado de uma tragédia. Nesse primeiro registro, avalia que, recebeu muito apoio e descreve as fontes desse apoio e de como ele se deu, na forma mística e de fornecimento de acesso a serviços, a empenho, à orientação. O apoio marca a expressão primeira da ordem do sagrado, que acompanha os relatos, o qual exerce um papel crucial na concepção geral acerca da experiência e dos acontecimentos descritos, configurando a tragédia. Ela é descrita no documento, como tragédia de destino, fatalismo, e não de caráter, formando um complexo, que reúne em um conceito constituído no cotidiano, definido por meio de uma totalidade abstrata, os acontecimentos como regidos por uma ordem de destino, que os envolve como um todo, e enquadra o conjunto dos acontecimentos concretos, dos sujeitos concretos, que estiveram envolvidos na tragédia, por meio dessa estrutura de generalização, a tragédia de destino. Como os complexos, conforme os apontamentos de Vigotski (2001), ao contrário dos conceitos, são imunes ao elemento contraditório, ou paradoxal, presente no seu interior, o complexo definido como tragédia de destino, na expressão verbal de dona Zélia, convive sem problemas com a experiência que redundou no assassinato do seu filho, tratada como *danos morais*, adotando um conceito jurídico-institucional. Mesmo ao afirmar que o seu caso permanece impune por que ela não

possui dinheiro, marca um elemento explicativo de ordem econômica, para explicá-lo. O índice do sagrado como valor, sua forma sua enunciação recorrente, formam o quadro simbólico mais geral, no qual se inscreve a perspectiva adotada pela narradora para emoldurar a experiência vivida e descrita por ela. Desse modo, o sagrado e o jurídico formam duas faces do complexo que estrutura e emoldura sua experiência, ou seja, as formas ideológicas oriundas de duas instituições que mantêm entre elas, laços de parentesco: Igreja e Estado, teológico-político, e jurídico-político.

Quando destaca seu processo de engajamento, o discurso de Dona Zélia, convertido na forma de fala externa, apresenta-se sem manifestação emotiva, sugerindo uma posição de uma observadora que, realizando um balanço de sua travessia, emite seu veredito. Trata-se de uma posição que, rapidamente, transita para um outro tempo, no qual seu engajamento primeiro concentrou-se não na busca pela reparação de uma injustiça sofrida, mas pela preservação da vida do filho. Assim, no primeiro momento, antes de adentrar, o registro do que foram sua experiência e travessia, a avaliação é isenta de expressão emotiva:

(...) E eu não era a primeira e nem seria a última. Assim: a primeira a reclamar, recorrer e chorar fui eu mas, através de mim, depois de mim, foram muitas famílias (linhas 10-12).

No que toca ao engajamento, o enunciado sugere dona Zélia ter sido pioneira: a primeira a reclamar, a recorrer, a chorar. Nesse ponto, parece se reeditar, uma situação que José de Sousa Martins (2002), ao tratar da reconstituição da história dos trabalhadores imigrantes italianos de São Caetano do Sul, identificou nas falas como um valor centrado na história dos primeiros. Esse valor centrado, em alguns casos, em ser o primeiro morador do bairro, por exemplo, ou o primeiro a realizar alguma experiência, conforme a compreensão de dona Zélia, identifica-a como aquela que inaugurou o processo de aglutinação de familiares de mortos e desaparecidos por meio de ação policial. Esse engajamento pioneiro, no entanto, não ocorreu sem oposição. Um dos campos de força dessa oposição inclui aqueles com quem tinha maior proximidade, o que se mostra não apenas em relação ao engajamento em sentido estrito, mas também em relação, até mesmo, ao relato dos eventos que marcaram sua experiência de perda do filho.

Alguns indícios sugerem que, ao passo que há uma predisposição de dona Zélia para abordar o tema, especialmente fora do ambiente familiar, as pessoas que a rodeiam tendem à direção oposta. mantém uma certa forma de censura, constroem certo medo de contrapor as ações de polícia, inclusive tratar do tema, indício que se confirmar por meio de algumas falas.

O documento registra que, enquanto se efetuavam os primeiros relatos sobre a importância do engajamento, pessoas presentes começaram a deixar o local. A vizinha, provavelmente a mesma que, nos relatos, tem um papel ativo e solidário no enfrentamento da violência policial praticada contra o filho de dona Zélia, logo que se inicia a descrição do fato, rapidamente deixou o espaço, o que gerou uma interrogação do interlocutor. Assim ele se expressou:

Int.: Ela, a sua amiga está meio avexada?

Zélia: (risos)

Int.: Parece não querer ficar envolvida com seu relato.

Zélia: É.

Int.: E pra você é tranquilo?

Zélia: Ichi!

Int.: Tranquilo?

Zélia: Graças a Deus (linha 12).

Além da não participação, criaram-se tabus, preconceitos. O pequeno episódio, dentre outras coisas, revela uma peculiaridade de dona Zélia em relação a outros que com ela experienciaram os acontecimentos. Ao passo que, para ela, recordar parece ser algo no mínimo aceitável, para muitos dos que a cercam, parece indicar o contrário. Atitude de alguém que prefere silenciar diante da ideia de rememoração do episódio. Mas a atitude de dona Zélia sugere uma motivação para a direção oposta: para falar, descrever em detalhes o que lhe ocorreu, ressuscitar na sua fala os acontecimentos. Trata-se de uma atitude similar, à construção de um tabu acerca da memória do que ocorrera, e atribuída por dona Zélia ao companheiro. Diz ela referindo-se ao companheiro:

Ele nem gosta que toque no assunto, porque eles [filho e companheiro] conviviam bem demais, sabe (linha 13).

Seu relato destaca ainda as razões que a levaram a recrudescer sua participação nas reuniões do Comitê:

Foi até a pedido de meu filho que eu parei de frequentar as reuniões do Comitê. Qualquer coisinha, eles comunicavam, vinham aqui, ou ligavam: *Dona Zélia! Dona Zélia!* Eu estava lá (linhas 20-21).

Esse enunciado vem indicar que o engajamento de dona Zélia era, de um lado, ativamente buscado pelos membros do grupo que foi se aglutinando e se formando sob a

bandeira do fim da violência policial, de outro, no interior da família e das pessoas mais próximas, tendia à direção contrária: para que cessasse o seu envolvimento e engajamento com a questão.

Como já foi possível constatar em outros momentos do presente trabalho, a censura que paira sobre o ativismo nesse caso tem relação direta com ameaças de represálias explícitas ou implícitas. Assim, o seu testemunho – no sentido de aquele que viveu algo e tenta narrar – é uma atividade que exige superação de uma série de barreiras socialmente objetivas dos circundantes, seja por temerem pela integridade física da pessoa que se engaja e ao que possa acontecer com um ente querido, seja em relação ao próprio medo que afeta a pessoa engajada. Portanto, diante da série de censuras que pairam sobre a atitude que envolve a narração do acontecimento torna-se ainda mais interessante perguntar pelo lugar que ocupa o testemunho de dona Zélia, parte integrante de seu engajamento e os efeitos que ele produziu no seu meio circundante, família, vizinhança, dentre outros espaços de convivência, de onde partiram os esforços para persuadi-la a declinar de seu engajamento, quatro anos após o assassinato de seu filho. Assim dona Zélia declara:

Aí quando o Augusto falou assim:

– *Mamãe eu posso pedir para a senhora*

Porque eu ia muito na Secretaria [de Segurança Pública], no comando.

– *Eu posso pedir para a senhora mamãe? Por favor mamãe pára com isso! Se a senhora fala que eu sou seu tesouro, a senhora também é minha, é meu tesouro.*

Então eu peguei falei:

– *Ah! Sabe que é mesmo.*

[e o filho acrescenta]

– *Vou arrumar um netinho para a senhora (linhas 22-26)*

O pedido enfático do outro filho para cessar seu engajamento reforça a tensão produzida pela suas atividades no Comitê – uma preocupação com o que possa acontecer com a mãe, como represália O enunciado que acompanha o pedido, ao prometer à mãe *um netinho*, sugere também uma forma de superar a perda que teve do filho, motivo que a lançou no processo de engajamento. Sugere também o universo de compreensão dos que a rodeiam, no caso o seu outro filho, que tem subjacente à sua fala, além do medo de que sua mãe fosse

novamente vitimada, dessa feita, diretamente, por questionar, por participar da organização e se opor à violência administrativa, uma certa compreensão acerca da relação entre o assassinato do filho e o engajamento, que poderia ser remediado com a chegada de um netinho, que seria o antídoto para as razões iniciais que levaram dona Zélia a lançar-se no engajamento. Vale destacar um certo sentido de comunalidade recorrente em enunciados de familiares que formam o Comitê: suas lutas têm por objetivo evitar que outras mães sofram o mesmo que elas, revelando que a estrutura de comunalidade, subjacente ao engajamento, estenderia a luta, especialmente daquelas mães, para a defesa de outras mães. Esse sentido atribuído à ação será posteriormente rediscutido.

Acerca da tentativa do filho para que a mãe declinasse do seu engajamento, o interlocutor questiona:

Int.: O seu filho caçula te pediu pra você parar de participar do Comitê?

Zélia: É, de estar *correndo*.

Int.: De estar se expondo?

Zélia: É. Porque estava demais. Todo dia quase eu estava (...) Eu tenho os jornais guardados.

Int.: Sim.

Zélia: Pois é.

Int.: E essa questão que preocupou a sua família, preocupou o seu filho, tinha a ver com sua atuação em relação a *lutar por justiça*?

Zélia: *Lutar por justiça* (...) (linhas 21-23).

O enunciado *lutar por Justiça* desperta imediatamente uma referência a uma forma de *estar correndo*, que não identifica precisamente a atuação no Comitê, mas uma situação que precedeu seu engajamento na formação da organização, ocorrida posteriormente ao assassinato do filho, conforme registra o documento.

[auta por justiça]. Teve! Assim que assassinou meu filho. Porque eu pagava o consórcio de uma moto. Que eu paguei para (...) Com a intenção assim! De dividir o dinheiro dela para os dois. Aí! Assim que assassinaram meu filho, logo já teve gente assim! Investigando por alto. Sabe assim? Querendo saber. Eu logo, mais do que depressa, quando me avisaram, que foi a minha cunhada [que ficou sabendo], que é a tia deles, eu corri até o primeiro DP [Distrito Policial], fui até o Dr. Clarismundo aonde ele resolveu o problema, graças a Deus. E ele falou. E eu fui até o Dr. Charles, do Ministério Público (...) Eu sou lá da casa. Chegava lá, precisa de ver. O Nérinton, todo mundo me conhece. Eu falei para eles. Levei o documento da moto. Mostrei para eles. Ele falou:

– Dona Zélia! O que a senhora tem, o que a senhora deixou de ter, não tem nada a ver. As pessoas tem que entender que a senhora tem o direito de viver em paz. Já chega o que lhe causaram. Uma pedra que vai lhe machucar para o resto da vida.

Então. Ai! Graças a Deus, resolveu. Ninguém nunca mais me perturbou (linhas 23-33).

A luta por justiça tem, subjacente ao enunciado de dona Zélia, figuras intermediárias a quem ela recorre, para buscas. Uma justiça que é figurada no cenário da vida privada. O *Dr. Clarismundo*, o *Dr. Charles* aparecem como figuras intermediárias nesse processo. Corroboram para essa leitura o fato de que o ingresso em instituições tais como uma repartição do Ministério Público e a atenção que lhe é dispensada, pelos servidores públicos que a atendem, são traduzidos como *ser lá da casa*, e também por uma referência ao fato de que ela – dona Zélia – é conhecida e reconhecida nessa repartição pública. Em outras palavras, ela não se encontra no anonimato como uma figura qualquer, sem identidade, o que faz pensar que, paradoxalmente, a tragédia que a envolveu também lhe deu certa visibilidade pública, não apenas para os agentes públicos, mas também em outros espaços como os jornais que passam a demandar sua imagem e informações sobre sua tragédia, para composição das matérias do dia, uma relação instrumental.

Em um enunciado tematizado pela busca por justiça, o que pode significar *ser da casa*, Ora, *ser da casa*, do ponto de vista do uso corrente da língua, em algumas regiões do Brasil, significa que se goza de um grau de intimidade no interior de um espaço residencial e familiar, como se fosse da própria família. No contexto da narrativa, pode significar a certeza de que direitos de cidadania dependem da amizade, que deve haver relações do mundo privado para que as repartições públicas respondam às demandas dos que as reivindicam. Há que se destacar, que muitas instituições públicas contêm na sua denominação o termo *casa*. Pode-se citar como exemplo, a Casa Civil da Presidência da República, a Casa da Moeda, como nomes próprios, bem como, no caso do poder legislativo, o hábito informal de denominá-la Casa Legislativa. Sem muito adentrar o intrincado tema da relação entre as esferas públicas e privadas no Brasil (JOVCHELOVICH, 2000), cumpre destacar que, nesse momento do enunciado, a referência a estar correndo na *luta por justiça*, associa-se, na consciência de dona Zélia, a uma questão de fundo econômico por meio da qual os léxicos lutar-por-justiça indicam que Zélia e seu interlocutor, utilizando as mesmas palavras, atribuem à expressão sentido bastante específico. O engajamento em sua luta-por-justiça, captado pelos registros, prescinde de uma estrutura de generalização mais universalizante, associada a instâncias burocráticas e seus integrantes, que seriam intermediadores de seu acesso. Trata-se

de uma expressão que se atém à fisicidade de órgãos, repartições e pessoas que permanecem associadas em um complexo específico denominado justiça. Em suma, lutar-por-justiça, no complexo formado por dona Zélia, consiste em requerer justiça-como-serviço fornecido por uma repartição.

A busca por figuras intermediárias sugere a posição de que elas são mediadoras, ou mesmo provedoras das demandas apresentadas pelos requerentes, como um fornecimento de serviços, o que indica uma posição paradoxal de um *engajamento subordinado*, expressão que busca designar um engajamento dependente de outras figuras de autoridade institucional, que intermediam o acesso a bens, serviços e ao próprio engajamento. Assim, a autodefinição de que se é da casa, em referência ao Ministério Público, aliado à posição de que as soluções para os seus problemas são fornecidas por figuras de referência dessas instituições, colocam dona Zélia na posição de *engajamento subordinado*. Acrescentando a essas figuras de autoridades a referência constante a um supremo regente dos acontecimentos, evocado para se dar graças, explicitam-se as interconexões entre processos imaginativos, figuras de autoridade, emoções e sentidos, que formam o conjunto de recursos subjetivos de que se valeu dona Zélia para enfrentar o cerco policial que se estabeleceu em torno de sua família, especialmente focado no seu filho que terminou sendo assassinado. Se, em determinado momento de seus enunciados, seu engajamento em busca de justiça, é constituído por um complexo que inclui a constituição de anteparos para protegerem outras mães da dor da perda de um filho, a luta fica subordinada a figuras de repartições estatais que seriam doadores, fornecedores de uma justiça-serviço, como se fosse um outro serviço qualquer, um limite evidente para uma luta consequente. Assim, há uma contradição que caracteriza o engajamento subordinado: a posição de alguém que, ao mesmo tempo, busca enfrentar um cerco policial, procura auxílio na instituição policial e outros órgãos, o demonstra uma confiança extrema nessas instituições e seus representantes que, normalmente, não respondem a suas demandas e, provavelmente, por isso, buscam-se relações de amizade.

Esse processo de busca por justiça como um serviço, que aparece nos momentos de ausência de expressão emotiva, é reconfigurado quando ela está presente, e os léxicos *poder-público*, ganha uma outra configuração. Assim dona Zélia se expressa:

então é igual eu falei para minha amiga, eu nunca! Eu vou ser franca para você: eu nunca vou esquecer meu filho. Eu ia tirar minha vida. Parei, porque eu não posso [...] vou ser franca [pranto]. Eu não posso ver uma polícia. Tenho revolta, revolta! Eu me choco com o poder público, entendeu? Não todos! Mas sim alguns.

Porque, se o que fizeram com meu filho, se fosse meu filho que tivesse feito, eu acredito que não estava impune. E quem fez me vê às vezes, onde eu entrava, falava, sorria. Sabe o que isso? Porque eu não tenho dinheiro [em prantos]. Porque se eu tivesse dinheiro, o caso não ficava da forma que ficou. Isso eu te garanto. Porque hoje, o país que nós vivemos, o dinheiro fala mais alto. No momento eu não encontrei ninguém que me apoiasse (linhas 45-55).

Esses enunciados revelam mais elementos que caracterizam as expressões de dona Zélia como modalidades de pensamento em complexo, de modo que, ao mesmo tempo, o choque, a revolta e o desespero, são associados à ação da polícia, como uma instituição constitutiva do poder público, o mesmo ao qual ela recorre para requerer direitos. Se, do ponto de vista dos sentimentos, ela guarda a memória, as imagens que configuram o poder público, como expressão do que é denominada uma produção de experiência de terror, do ponto de vista da avaliação, há uma autoimposição de empreender uma segmentação nesse poder público, em duas esferas, entre alguns e todos. Os discursos proferidos na ocasião da audiência pública realizada em 2006, revelaram que se trata de uma autoimposição que tem relação direta com o complexo formado naquele contexto em torno da imagem do *joio e do trigo*. Dona Zélia realiza um breve ensaio de crítica social, marcando a dimensão econômica da posse ou desposseção do dinheiro, para definir os motivos pelos quais as mortes ainda permanecem impunes, e também sua convivência cotidiana com seus algozes. A referência *ao país que nós vivemos* também pode ser entendida como o movimento da consciência, por meio das estruturas semântica de que dispõe, na forma do pensamento em complexo, em busca do entendimento dos processos envolvidos com a experiência de perda do filho. Deve ser concebida também como resultado da apreensão de novos conceitos, oriundo de seu engajamento, de modo que os complexos que se formam em torno de algumas palavras revelam sentimentos contraditórios, uma estrutura de generalização em complexos, que, ao mesmo tempo, reconhece determinadas repartições públicas, como fornecedoras de justiça-como-serviço, ao passo que outras, como a polícia e os ícones que a representam remetem a seus algozes, lhe causam choque, revolta e desespero. Mesmo assim, dona Zélia tenta preservar a instituição policial e delimitar e diferenciar policiais-joio e policiais-trigo. Em alguns momentos, seus enunciados sugerem que seus direitos são reconhecidos, mas quando emerge o sofrimento intermediando os complexos, surge a dimensão da injustiça, materializada na sua experiência. No seu processo de engajamento, estrutura e reestrutura em complexos certas palavras que apreende no processo, e que visam dar um sentido apropriado à sua experiência.

O múltiplo simultâneo emerge da memória do diálogo com a amiga, que suscita a memória do filho assassinado, do desespero sintetizado na ideia de *tirar* a própria vida, na interrupção dessa ideia, no pranto, na revolta com a polícia e, por extensão, o poder público. O choque, a polícia e o poder público constituem uma operação que também acompanha á todas as referências, e que é imediatamente acompanhada de uma ponderação. Dona Zélia destaca a impunidade da morte do filho, e a certeza de que há dois pesos e duas medidas no trato com a população empobrecida. Surge também a imagem que revela a convivência com o assassino do filho, que sorri, zomba e se alegra com sua dor. Esse conjunto de complexos múltiplos simultâneos, que faz emergir imagens e sofrimentos de forma sintética e imediata, é sintetizado na afirmação de que há um mediador financeiro presente entranhado nos fios que ligam esse conjunto de práticas de impunidade, de zombaria e escárnio diante de sua dor, pelos seus algozes. A síntese do conjunto desse múltiplo simultâneo, estruturado na forma de nexos e conexões entre funções psicológicas específicas, estruturas semânticas e motivos de ordem afetiva, signo e afeto, identifica no dinheiro, e na ausência dele, a explicação para a tragédia que experienciou. A conclusão desse relato, que indica não ter encontrado dona Zélia alguém que a tivesse apoiado, precisa ser analisada na cronologia das quatro fases. No entanto, deve-se, fundamentalmente, destacar, nesse enunciado, a dramaticidade da consciência e a constatação de que é preciso esforço sobre-humano pessoal *via crucis* para denunciar e obter ajuda. Trata-se de uma ação/passion, e, no plano da subalternidade, engajamento subordinado. O diálogo que se segue é bastante significativo:

Dr. Célio veio aqui em casa uma vez, a Émile, tive vários apoios assim, de um (...) De várias pessoas. Mas eu estava falando para minha amiga hoje (...) Eu vou ser franca para você. Eu nunca vi resultado até hoje. De nada! Tanto que eu me dispus, tanto que eu lutei! Tudo quanto é lugar que você falar:

– *Dona Zélia, ainda falta a senhora ir em tal lugar.*

Eu dizia para você:

– *Então me dá o endereço*

Eu ia lá e batia na porta. Graças a Deus, todo lugar que eu fui eu fui atendida. Todos! Por isso que eu falo para você. Se alguém que você for e falar assim:

– *Você conhece o caso da dona Zélia Ferreira?*

Se falar para você:

– *Não!*

É mentira.

Conhecem. Todos! Todos! Todos! Todos! Todos! (linhas 54-62).

Nesse enunciado, fica mais evidente o que dona Zélia busca definir como apoio, aquilo que demonstra o sentimento de potência vazia, reativa, um movimento que não produz resultado, que não impacta e não movimenta a máquina burocrática. Embora tenha tido vários tipos de *apoio*, como acompanhamento de advogados, por exemplo, o que define como apoio não é a intenção mas o resultado. Explicita-se assim um elemento adicional que pode ter relação com o recrudescimento do seu engajamento. A avaliação de que sua luta não vinha respondendo a suas expectativas, mediadas pelas estruturas de generalização que informam o sentido e a amplitude estabelecidos para seu engajamento, ao fim e ao cabo, não ficam evidenciadas claramente nos enunciados analisados. Em alguns momentos, enuncia o conceito de *danos morais*, o que sugere uma possível expectativa em relação a uma indenização pelo Estado, uma possibilidade que foi gerada por policiais que lhe proporcionaram algum auxílio, quando o filho ainda estava vivo. Essa possibilidade contrasta com o sentido partilhado por outras pessoas do Comitê, para quem soa como sacrilégio receber dinheiro como pagamento pelo assassinato do filho.

Os elementos que compõem a luta são descritos como a procura pelos vários lugares onde se podia ir e requerer justiça-serviço, pedir apoio e contar seu caso. O destaque estabelecido para as estratégias de luta passam por ser reconhecida nos vários espaços e instituições responsáveis e com possibilidade de intervir no seu caso. E a despeito de ter constatado que fora bem atendida sobretudo nos espaços (institucionais, não governamentais), o saldo final de sua luta, conforme sua ponderação, foi nulo. Além dos primeiros apoios (sem resultados) esperados, dona Zélia, aponta outros, que envolvem profissionais e instituições, além daqueles do direito, especialmente a mídia, avaliada por ela como um encontro interesseiro, que abre e fecha os espaços de publicização de sua experiência trágica, conforme a visibilidade, a publicização do caso, a rentabilidade da notícia:

Eu tive apoio na casa de (...) Das pessoas vítimas da violência. Soube inclusive que ela acabou. Eu nem sabia. Por falta de financeiro. Você conhece? Ela fica lá do Setor Pedro. Não!? Era. Dra. Cíntia. Não sei se você conhece. Dra. Aline, que é psicóloga também. A quem eu implorei muito. Eu implorei para trazer a Dra. Aline. Eu falei:

– *Gente! Pelo amor de Deus! Convoca uma imprensa do jornal nacional.*
Por que a mídia. Quando a (...) É igual ela falou mesmo para mim. Um dia ela me explicou. Ela falou assim:

– *Dona Zélia, tudo a senhora tem sucesso enquanto a mídia está em cima. A hora que a mídia abafa, acaba! É um silêncio.*

E é verdade. Se [você] ver. No início, Diário da Manhã, Popular, todo mundo queria ver entrevista minha. Hoje! Ninguém nem fala. Você pode ver que quando tem qualquer coisa na Assembleia, ou algum lugar que a imprensa está em cima, eles me procuram. Por que eles me procuram? Porque é o foco deles vender, vender matéria, porque eu falo, eu desabafo. E a fala ainda fica grande. Põe eu sempre em destaque. Falo não! Eu sofri já muito. (linhas 66-77)

O seu contato com os vários doutores como chama dona Zélia, para utilizar um conceito de Jacques Rancière (2010), diante da lógica das hierarquias das inteligências, fundadas em cargos e funções, *status*, em oposição ao princípio igualitário. Segundo Chauí (2006), trata-se da ideologia da competência no contexto de uma ordem social hierárquica. Por meio da lógica hierárquica, cuja senha é acompanhada pelo pronome de tratamento, com toda a boa vontade, os atores apontados com quem travava contato, realizavam seu trabalho conforme uma estrutura de hierarquias, mediadas pelo pronome de tratamento e pela sua inserção subordinada em um diálogo, no qual se explicitam uma tal lógica, em oposição à noção de uma inteligência comum, capaz de superar a lógica do mestre que guia o discípulo pelo caminho que concebe ser o mais adequado, ou do legislador que guia o cidadão em todas as instâncias de representação das vontades, como efeito direto da divisão social do trabalho e da consolidação institucional das hierarquias dos saberes. Por meio dessa chave de leitura, é possível identificar alguns elementos que permitem compreender porque, mesmo no contato com os apoiadores da luta de dona Zélia, há uma hierarquia e uma subordinação em relação ao suposto saber, o que a situa em uma condição de dependência de outrem. Dona Zélia cita os apoios que obteve, as explicações, que demonstram uma posição subalterna, infantilizada no trato com o conjunto dos doutos, autoridades constituídas, a imprensa do jornal nacional. Nesse sentido, o saber competente da doutora informa como funciona a mídia e fornece as categorias para compreensão do modo instrumental como os jornais locais utilizam-se do seu desabafo, como recurso de venda. E mais uma vez a lógica financeira é identificada regendo as práticas também dos agentes midiáticos. O fato é que a luta de dona Zélia mantém como uma regra permanente a presença de um outro, intermediador entre ela e os objetivos de sua luta, intermediação que a coloca também em uma situação estrutural de subalternidade e dependência. e os poucos vão remontando uma posição existencial na qual se evidencia, na sua dimensão subjetiva, que sua posição de subalternidade, vivida como

humilhação, revolta, sentimentos por meio dos quais, comparece toda a força de sua luta por justiça. Apesar disso, o futuro lhe oferece esperança.

Essa posição pode ser explicada pela própria noção de democracia representativa, que supõe, entre os indivíduos feitos cidadãos, uma figura intermediária entre eles e suas demandas. Na perspectiva do tipo representativa, não se encontra na alçada dos indivíduos o acesso direto à justiça, mas apenas as demandas por ela, do mesmo modo que a segurança também passa, nessa perspectiva, por um outro que lhe fornece segurança-serviço. Mesmo a interpretação adequada dos fenômenos objetivos e subjetivos, os conceitos que os definem e explicam, em todos esses campos um saber competente (CHAUÍ, 2006) participa na configuração do conceito de Rancière (2010) de hierarquia das inteligências, participando do que, no contexto da presente análise, foi definido como engajamento subordinado. Nessa perspectiva, os léxicos luta-por-justiça, aparecem nos enunciados de dona Zélia, como vontade e esperança, fundadas no emblema de que a justiça tarda mas não falha, uma ideologia que efetivamente esconde todas as mazelas que se mantém sob o manto dos *segredos de justiça*. Dona Zélia proclama:

Eu queria justiça! Eu queria não. Eu quero! Eu te falo francamente, do fundo do meu coração, nunca é tarde. Para vir a justiça. Sim. Quando eu vejo a justiça ser feita de um caso aí. Porque ontem eu ví, de uma mãe que lutou durante nove anos! A justiça foi feita! Então é meu caso. Eu não vou cansar de lutar. Por isso, se você puder me entrevistar hoje, você pode vir. Se você tiver um amigo seu que você ver que é da confiança [e] quiser fazer uma entrevista comigo, pode me procurar. Eu quero justiça! Sempre eu luto por justiça, num, num seguinte! Que eu quero dizer para você, em um termo assim! Não para amenizar a minha dor, mas, para que evite de outras mães, sentir essa dor. Porque (...) Igual eu falei várias vezes:

– *Não gente! Pelo amor de Deus! Quieta com isso. Eu quero justiça, para que outra mãe, não venha amanhã chorar aqui, da forma em que eu estou chorando* (linhas 77-87).

A luta por justiça, com o lema de que ela tarda mas não falha, sustentada pela sua condição de mãe, lhe confere, nesse caso, também certa autoridade, um poder de mãe configurado na exposição de sua experiência. Sua luta delinea-se em uma convergência de entrevista, narração e luta por justiça, e o testemunho e a autoridade de mãe que sofre a dor da perda do filho permite-lhe colocar-se diante das autoridades, em razão de uma ação vinculada ao poder e do ordenamento público, e com base na autoridade de mãe, dizer suas palavras, narrar os acontecimentos, recompor os fatos e reclamar por justiça-serviço. Na afirmação de que a punição dos crimes cometidos contra seu filho não o trarão de volta,

enunciado partilhado por todas os familiares de mortos e desaparecidos vinculados ao Comitê, em vários de seus depoimentos, há um *ethos* que eleva sua luta para o interesse de todas as mães. Trata-se de uma luta que, conforme o enunciado, já não se resume a uma mãe que sofre a perda do filho, mas a uma representação de todas as mães, uma ação que visa evitar que mães potenciais de filhos que poderão vir a serem assassinados por policiais sofram a mesma dor. Nessa afirmação, revela-se um sentido mais específico, que vincula o testemunho e a narração como ato de luta por justiça. No trecho que se segue são elencados os aspectos em que se destacam, nas palavras de dona Zélia, um *poder de mãe*, mas que se efetiva pelo poder do sagrado:

Eu criei meu filho com muito sacrifício, eu criei meus filhos com muito amor, muita dedicação. Sempre batalhei para dar o bom e o melhor, dar um poder de mãe, porque eu criei os filhos sem o pai. Eles tem o pai, mas a gente era separado. E na época que a gente separou, ele tinha dois aninhos, esse menino. Então eu não tenho pensão. Eu acho que quando a gente tem caráter e dignidade, a gente não precisa de humilhação para esse tipo de coisa. Eu acho muito baixo quando uma mulher fica brigando por causa de pensão de filho. É só trabalhar porque trabalho não falta. Todo trabalho é digno e unifica as pessoas. Não só o homem, mas como a mulher também. Então eu quero justiça. Eu sei que nunca será tarde. O dia que Deus ver e, verdadeiramente, me enviar essa justiça, eu quero um esclarecimento. (linhas 86-95)

A justiça almejada por dona Zélia fundamenta-se na autoridade materna, estruturada sobre o sacrifício e a dedicação de uma mãe que criou os filhos sem pai, sem pensão, mas com trabalho digno.

Ao mesmo tempo, sua luta elava-se à defesa de todas as mães. O teor da justiça-serviço que almeja passa por um esclarecimento, uma justiça advinda da esfera divina. Ao passo que, no plano da estrutura de generalização, a palavra justiça é concebida como a que tarda mas não falha, elaborada no plano dos significados – ideológicos – compartilhados, no plano emocional, as marcas, mágoas inscrevem em seu corpo e psique o lugar da revolta, e no plano espiritual, a esperança de uma justiça divina. Segue-se um outro diálogo:

assim: eu saber mesmo. Falar assim:

– Não dona Zélia! É verdade. O CLaudionor não suicidou

Porque não existe (...), possibilidade nenhuma do mundo, de ele ter suicidado!

Toda pessoa que eu converso. Toda pessoa que a gente vai. Que vem o tema. Não tem essa possibilidade. A pessoa levou um tiro na nuca e saiu aqui no meio da testa. Não tem lógica. Não é?

– *Então, então dona Zélia, realmente, o Estado, a pessoa que fez isso vai ser punida, por isso, por isso (...) Vai pagar.*

Porque a vida do meu filho (...) não tem preço! Não tem preço! Mas a punição me amenizava um pouco a minha dor. Você entendeu? Eu tenho certeza para você, o dia que eu souber que alguém foi punido, e que o Estado está cumprindo com o dever dele, eu tenho certeza para você, que essa dor vai aliviar um pouco, ela não vai doer da forma que ela dói (linhas 94-104).

A ideia de justiça apresentada por dona Zélia destaca um componente de esclarecimento e verdade e passa pela assumência oficial de que o filho não se suicidou, mas foi assassinado, e a pessoa que praticou o ato vai ser punida. O enunciado de que a vida do filho não tem preço aparece pela primeira vez dissociado do teor emotivo, mas volta a ser mencionado em um contexto de intensa expressão emocional. O alívio da dor, conforme afirma, passa também pela punição dos que praticaram a violência, e não apenas isso, pois também forjaram uma situação para informar que o seu filho havia suicidado, uma prática já amplamente conhecida nos anais da história do militarismo no Brasil dos anos recentes. Na verdade, no conjunto dos enunciados emergem, além da definição do assassinato do filho como suicídio, também uma descrição acompanhada de certo estranheza, quando o delegado que registrou a queixa do caso do filho, aponta o ocorrido como *latrocínio*, didaticamente explicado pelo delegado como roubo seguido de morte. De fato, o relato registra tanto a destruição de sua residência, o assassinato de seu filho, forjado como suicídio, como também a subtração de bens comerciais de suas atividades de feirante.

Dona Zélia destaca:

Igual hoje minha colega estava falando para mim:

– *Zélia: você precisa de um psicólogo. Você precisa fazer um tratamento*

Eu não tive esse tratamento até hoje. Eu tive um pouco com a Dra Aline, né, porque a Dra. Cíntia me indicou. Mas assim! [Não] foi suficiente para mim, porque eu sinto, eu sinto uma mágoa tão grande, uma dor tão grande, tem dia assim que eu me dá vontade (...) me isolar. Mas eu penso: *Meu Deus*.

Você imagina! Meu marido não pode ver que eu chorei já fica preocupado. A gente vive muito bem, Graças a Deus. Meu filho, não pode nem em sonhar para saber que eu chorei. Você não imagina o quanto ele fica transtornado, sabe? Então, eu tenho que segurar. Não é? Quem que segura para mim (emociona-se). Eu tenho que ser muito forte, eu seguro na mão de Deus todos os dias (linhas 104-113).

Dona Zélia enfatiza a necessidade de continuar o tratamento psicológico e descreve alguns sentimentos como *mágoa*, sensações como *dor*, *vontade de isolar-se*. O pensamento que acompanha esses sentimentos, relaciona-se aos efeitos de possíveis expressões de sentimentos de preocupação do companheiro e do filho, acerca do seu estado emotivo. Em nome do esposo e do filho, impõe-se a necessidade de *segurar*. E lança a questão, acompanhada de expressão emotiva: quem que segura para mim? Ela mesma responde: pelo dever autoimposto de *ser forte* implicando não chorar, não sucumbir, não desmoronar, formas reativas que envolvem, como alternativa para alcançar essa fortaleza, segurar diariamente “na mão de Deus”. Esse padrão de expressão ou contenção das emoções, mediado por uma preocupação com o outro, parece indicar um modo peculiar de administração dos afetos, que impacta reciprocamente e se estende em cadeia aos membros da família. Assim, ao passo que o engajamento de dona Zélia, na luta por justiça para o filho assassinado, gera preocupação e receios entre parentes, amigos e vizinhos, em relação à sua integridade física, o pensamento que acompanha a emergência de determinadas expressões emocionais, demandam contenção de suas expressões, pelos possíveis impactos sobre os membros da família, uma forma de evitar que o sofrimento se propague socialmente entre os membros.

Ao nomear o que sente, dona Zélia utiliza o termo *mágoa*, designando transição de afeto. No vernáculo, *mácula* significa mancha ou nódoa proveniente de contusão e em termos figurativos, desgosto, amargura, pesar, tristeza, ou sentimento de impressão desagradável causado por ofensa ou desconsideração, descontentamento, desagrado, dó, lástima, pena. O termo *mágoa* sugere a passagem do engajamento para o estado de descrença na saída humana fornecedora de justiça como serviço. Uma fala comum entre os familiares integrantes do Comitê, é a que distingue justiça humana de justiça divina. Ficar magoado, aguardar a providência divina é concebido também como um intermediador transcendente da justiça-serviço. Aquilo que, em outros enunciados, é definido como sentimento de desespero e revolta, no último citado, aparece como *mágoa*, memória-mancha, memória-marca, sinal tatuado no corpo e no seu correspondente psíquico. Quando dona Zélia narra o contexto em que ocorreram o assédio e assassinato do filho seus sentimentos são descritos como rancor, desespero, sugerindo certa resignação, colocando na figura do sagrado o envio da justiça.

Trata-se de uma luta sumamente desigual, um frágil corpo humano de uma mãe, diante de uma máquina estatal assassina. Um sistema jurídico-político que sustenta e legitima o Estado efetivamente não protege pessoas como ela. Um labirinto burocrático entende-se em infundáveis rituais, que resultam na descrença subjetiva de uma possibilidade de acesso à justiça humana, aquela que no romance *O processo*, de Franz Kafka, embora figura como uma

porta sempre aberta e cujo acesso é criado especialmente para o povo, quando o camponês, tenta nela adentrar é impedido pelo vigia, e mesmo com insistência tenaz do camponês que se estende até o final da sua vida. E Zélia também despende grande esforço, seja com conceitos-complexos oriundos da tradição judaico-cristã (joio e trigo, segurar na mão de Deus, justiça e fardo Divino, dentre outros), seja da esfera jurídica (desacato, danos morais, poder público), seja em outros espaços em que manteve contato com certos discursos característicos de determinados segmentos, para trilhar os labirintos, tanto da burocracia estatal, a convivência com outras mãos pelo engajamento no Comitê, quanto os constitutivos no corpo e expressos na psique.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência policial militar em Goiás, no período de 2000 a 2011, revela os marcos de continuidade e ruptura institucional e jurídica, segundo duas perspectivas ideológicas, que deixaram suas marcas na Constituição Brasileira de 1988. Uma, representada pelo ideário autocrático, manteve intactas as estruturas jurídicas e políticas sedimentadas no período da exceção, no Brasil, cujos dispositivos, vinculados à doutrina da segurança nacional, conservou um significado de justiça específica aos militares e para militares, mantendo o foro privilegiado ou excepcional para o tratamento do estamento militar. A segunda perspectiva, representada por instituições da sociedade civil, tais como organizações não governamentais (ONGs), assessorias jurídicas, entidades dos movimentos sindical e popular e grupo de famílias participantes de discussões para formação do Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial, contou com a assessoria da Casa da Juventude Pe. Burnier (Caju), e foi norteada pelos princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), promulgada na esfera da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, e nos tratados posteriores dela derivados, por exemplo, a Declaração de Direitos Humanos de Viena, de 1993.

Desse modo, permanece no interior da sociedade brasileira, a dupla marca de uma ordem herdada da ditadura militar e dos traços de uma instituição internacional que considera a violência policial militar crime que fere o direito internacional dos direitos humanos e definido como ilícito internacional. Com essas marcas o Estado, no Brasil, atualizou os conflitos e contradições presentes na história da formação social brasileira, no contexto da nova ordem mundial, a qual, no plano econômico, é caracterizada pela hegemonia do capital financeiro internacional, e também, no plano jurídico, pelo direito internacional dos direitos humanos.

Nesse cenário de forças opostas, evidencia-se na violência praticada pela polícia militar em Goiás, uma teia invisível que vincula os discursos, as instituições e dispositivos jurídicos, e as práticas dos atores sociais que concorrem para sustentar arbitrariedades de diversos tipos sob o manto das chamadas razões de Estado. Essa teia invisível também concorre para garantir que a violência policial mantenha a impunidade de quem a praticou. Também a existência de legislação estadual que normatiza as condecorações com medalhas aos policiais militares e promoções por mérito, independentemente de estarem respondendo por crime ou terem sido condenados pela justiça, propicia o aumento da violência policial no estado, em nome da defesa da ordem contra um inimigo interno, definido como um sujeito-

objeto da exceção, denominado bandido, traficante, vagabundo, trombadinha, dentre outros. Assim, no estado de Goiás, assistiu-se o incremento e a expressividade crescente da violência policial militar, nos dez anos abarcados pelo presente estudo, acompanhado de reação de oposição, com questionamentos e contestações, tanto por parte de setores da sociedade civil organizada na defesa dos princípios dos direitos humanos quanto, do Ministério Público com ampla cobertura da imprensa de circulação local e nacional.

A mobilização para enfrentamento da violência de policiais militares no estado de Goiás, nas várias ações da sociedade civil, contribuíram para a exigência de tomada de providências do poder estatal para frear as arbitrariedades que vinham sendo realizadas de forma cada vez mais aberta e declarada. Essas providências concretizaram-se, sobretudo, nas ações da Polícia Federal que desencadearam a Operação Sexto Mandamento que procedeu a prisões de policiais em presídios de segurança máxima. Esse procedimento da Polícia Federal foi uma medida para assegurar investigações e punições dos acusados uma vez que era inviável de fazê-lo em presídios militares em virtude do clientelismo e apadrinhamento ali constatado.

No entanto, a Polícia Federal enfrentou dificuldades durante vigência da Operação Sexto Mandamento, pois suas ações eram contestadas pela corporação da polícia militar, por meio de seus representantes, que procuravam impedi-las ou inviabilizá-las. Os policiais militares que atuaram na linha de frente de defesa dos acusados de crimes em todas as instâncias de poder do estado encontram-se organizados em associações da categoria e possuem representantes no parlamento, nas esferas legislativas municipal, estadual e federal.

Conforme demonstrado no primeiro capítulo, a teia de sustentação da violência policial militar em Goiás é fortalecida, ainda, por uma estrutura jurídica e administrativa militar, que, é por assim dizer, o elemento estrutural que mantém essas modalidades de violência praticadas por policiais militares no estado. Outro elemento de sustentação é a norma que define, nos marcos contratualistas, que uma violência policial é justa quando aplicada para fins de direito, e injusta, quando não se presta a esses fins.

Nesse sentido, Walter Benjamin (2011) tece algumas considerações no ensaio *Para uma crítica da violência*, sobre a relação entre violência (*Gewalt*) policial e direito (*Recht*). Primeiramente, destaca que a contestação do estatuto jurídico da pena de morte é contestação do direito na sua origem: “uma contestação da pena de morte não se dirige contra uma medida punitiva, nem contra algumas leis, mas contra o próprio direito na sua origem” (BENJAMIN, 2011, p. 134). Essa afirmação faz pensar no horizonte aberto pelo Comitê, quando afirma sua luta pelo fim da violência policial, já que, sendo sustentáculo do direito, a violência policial é

condição de sua existência, interpondo-se imediatamente o problema prático-teórico de constatar na violência policial a outra face indissociável dos sistemas jurídico-políticos, ambos duas faces da mesma moeda. A pena de morte aplicada, segundo as palavras do autor, de modo desproporcional relativamente ao delito, é definida por ele como violência que visa instaurar um novo direito, podendo ser aplicada também, para fins de conservação de um direito ou uma ordem jurídica: “com efeito, mais do que em qualquer outro ato de cumprimento do direito, no exercício do poder sobre a vida e a morte é a si mesmo que o direito se fortalece. Mas é precisamente aí que, ao mesmo tempo, se anuncia algo de podre no direito” (BENJAMIN, 2011, p. 134).

Seguindo esse raciocínio, a instituição policial seria, assim, uma mistura espectral tanto da forma de violência com a finalidade de instauração quanto de manutenção do direito, lembrando que a violência que instaura um direito é precisamente aquela que chega a punir o mínimo delito, ou mesmo sem delito algum, com a máxima pena, a pena de morte. Embora pratique uma violência para fins de manutenção do direito, a instituição policial tem também competência para simultaneamente ampliar o alcance desse direito, por meio da ordenação de medidas. Nela, destaca Benjamin (2011, p. 135), “está suspensa a separação entre violência que instaura e violência que o mantém” tanto a que instaura um direito, da qual se exige uma comprovação pela vitória, quanto da que o mantém, da qual se exige que não se proponha a novos fins. A violência policial, conforme Benjamin (2011), está isenta de ambas as condições e, não tendo a função de promulgar leis, emite decretos de todo tipo, afirmando a pretensão de direito. Em suma, a instituição policial atua como um sistema jurisdicional endógeno, que passa ao largo do ordenamento jurídico convencional, ou seja, que cria seus próprios decretos com pretensão de direito, embora seja também mantenedora do direito, ao se colocar a serviço de seus fins.

Considerando o teor do debate que acompanhou a audiência pública ocorrida em 2 de fevereiro de 2006, e a disposição dos agentes institucionais ali presentes, tanto na esfera federal, quanto estadual, não se colocou em questão a violência policial aplicada para fins de direito, embora a tenha colocado alguns representantes da sociedade civil organizada.

A premiação com a Medalha Anhanguera, e a “promoção por merecimento” (nos termos da instituição policial) de membros da corporação que respondem a processos e com condenação criminal, e que no caso do estado de Goiás, conforme mostrou o presente estudo, contribuiu para o aumento do número de assassinatos e desaparecimento do corpo de pessoas, foram questionadas na audiência pública indicada. No entanto, a medalha instituída pela polícia militar do estado de Goiás tem sua contrapartida no legislativo, o qual, indicado em relatório da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Assembleia

Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), foi instituída pela Lei estadual nº 13.058 de 6 de maio de 1997, que alterou os critérios de promoção de oficiais da ativa, da polícia militar do estado, permitindo que, “a critério da comissão de promoção de oficiais, policiais com processo ou condenação criminais sejam promovidos” (GOIÁS/CDH/ALEGO, 2012). A instituição da Medalha Anhanguera para premiação de oficiais, os critérios de progressão interna da instituição policial, ao arrepio do direito, desconsiderando as infrações cometidas, ou seja, infringindo o direito constituído, instituíram no estado de Goiás dispositivos que definem, no ordenamento e na instituição policial, a sua contraface, nos termos do direito internacional, de execuções sumárias, tortura e desaparecimento forçado de pessoas, mecanismos internos à instituição policial e à legislação estadual.

É precisamente a ausência de delimitação de limites entre uma forma e outra de violência, entre a violência policial militar, para fins de direito, para fins que têm como horizonte a noção metafísica de justiça, para fins regulamentados na esfera das instituições democráticas liberais, e aquela que não se aplica para esses mas para outros fins, que caracterizam, conforme Benjamin (2011), a violência policial. Nela, a fronteira entre essas duas formas de violência perde os seus contornos, o que significa dizer que, sendo esfera garantidora do direito, é também a esfera que desemboca de forma descontrolada, na violência que o viola. Nesse sentido, as situações concretas, de violência arbitrária, execuções sumárias, desaparecimento de pessoas, constituem expressão da ausência de fronteiras entre ambas as formas de violência. O dispositivo que regulamenta a promoção de policiais militares da ativa, no estado de Goiás, ao permitir a progressão de oficiais com condenação ou respondendo a processo, contribuiu institucionalmente, para o aumento do número de denúncias de assassinato e desaparecimento de pessoas, possivelmente, por ser a produtividade da ação policial, especialmente no caso dos chamados grupos de operações especiais, considerada como critérios para progressão na carreira militar, pois se premiavam com Medalhas, policiais que praticavam mortes e desaparecimento de pessoas, como ficou evidenciado publicamente no bojo da chamada crise da segurança pública de Goiás, em 2011. Para citar apenas um exemplo, um tenente-coronel, acusado de quinze homicídios e respondendo por cinco ações, após pedido de prisão preventiva pelo Ministério Público, foi promovido por “merecimento”. Nesse sentido, a discussão se há ou não grupos de extermínio em Goiás, mais encobre que revela o essencial da questão. A esse respeito, Benjamin (2011) declara:

A afirmação de que os fins da violência policial seriam sempre idênticos ao resto do direito, ou pelo menos teriam relação com estes, é inteiramente falsa. Pelo contrário, o “direito” da polícia assinala o ponto em que o Estado,

seja por impotência, seja devido a conexões imanentes a qualquer ordem de direito, não consegue mais garantir, por meio dessa ordem, os fins empíricos que ele deseja alcançar a qualquer preço. Por isso, a polícia intervém “por razões de segurança” em um número incontável de casos nos quais não há nenhuma situação de direito clara; para não falar nos casos em que, sem qualquer relação com os fins de direito, ela acompanha o cidadão como uma presença que molesta brutalmente ao longo de uma vida regulamentada por decretos, ou pura e simplesmente o vigia. Ao contrário do direito que reconhece na “decisão” fixada no espaço e no tempo uma categoria metafísica que lhe permite ser objeto de avaliação crítica, a consideração da instituição policial não encontra nada de essencial. Sua violência não tem figura, assim como não tem figura sua aparição espectral, jamais tangível, que permeia toda a vida dos Estados civilizados (p. 135-136).

Esse conjunto de apontamentos, coloca o universalismo abstrato, subjacente ao direito, ao definir que todos são iguais perante a lei, sob uma luz muito ambígua, para utilizar um termo de Benjamin (2011), exigindo muitas doses de cinismo e estratégias para justificar, ideologicamente, a desigualdade e a injustiça real, por meio de um princípio de igualdade abstrato, que mantém intacta a essência do direito, como sendo o antigo direito-dominante, convertido abstratamente em universais na esfera do direito positivo, o que faz pensar na velha máxima de que as ideias dominantes jurídicas, nesse caso, “nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias (...) expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante, portanto, as ideias de sua dominação” (MARX; ENGELS, 1993, p. 72).

Ausência de figura indicada por Benjamin (2011) introduz uma dupla tarefa, um duplo desafio, vital para indivíduos e grupos que são coagidos por essa presença que os molesta brutalmente. Especialmente, no caso que foi objeto do presente estudo, a violência policial militar colocam indivíduos e grupos em um duplo labirinto: um externo e outro interno, que se interpenetram mutuamente. O labirinto externo desenha o desafio de entender o lugar da violência policial na experiência cotidiana e imediata e, com base em categorias simbólicas presentes no universo de valores e crenças que compartilham, formar um quadro da violência a que foram submetidos. O labirinto interno consiste em considerar as afetações do corpo e da psique da violência policial militar em Goiás, e, com base nesse duplo desafio, compreender o equilíbrio tenso entre os acontecimento e os sentimentos e sentidos que eles suscitam na psique. O presente estudo procurou revelar, com base em uma perspectiva reconstrutiva e interpretativa (VIGOTSKI, 1991), as duas faces desse labirinto-desafio que se interpõe entre a dinâmica dos processos sociais constitutivos da formação social brasileira na especificidade do estado de Goiás e a dinâmica dos processos sociopsicológicos, configurados no sentir, no pensar e no agir. Assim, por meio das palavras e das ações que se

formam em torno delas, buscou evidenciar a ausência de figura indicada por Benjamin (2011), ou seja, dar sentido para a violência em ato, praticada por policiais militares, expressa pelo conjunto de integrantes do Comitê, em especial, no caso analisado, da narrativa-testemunho de dona Zélia.

O testemunho como singularização da violência policial militar na particularidade de Goiás

O testemunho revela o modo como a violência policial é vivenciado por pessoas das camadas populares, como signo de morte anunciada por uma ordem de destino. A sequência dos acontecimentos tal como foram narrados, define uma ordem de prioridade na exposição dos acontecimentos, permitindo apreender as transformações dos sentidos e das ações ao longo de um processo que vai do medo da violência anunciada, passa pelo tragédia realizada e culmina com o testemunho, em um período de quatro anos. A narrativa revela o momento de entrada em um palco de luta, de sofrimento, de resistência e harmonização ou resignação. Revela também que a vida de uma pessoa das camadas populares e sua rede de relações mais próximas é dominada pela presença da violência policial (expectativa e concretização), minando os espaços de anteparo e proteção efetivos. A residência, em geral tida como um espaço que contém uma reserva de intimidade, para esse segmento da população passa a ser palco de livre trânsito de policiais, destruindo, agredindo, torturando, assassinando, transformando aqueles que habitam esse espaço-transformado-em-campo-sem-lei, em matéria humana (WEIL, 1996). O estudo revela, ainda, a presença da polícia em áreas pobres das camadas populares, como única e exclusiva instância de decisão sobre vidas, posses de pessoas e objetos⁴³, que se mantém ao largo do sistema jurídico ordinário. Revela também que são ações que envolvem várias instâncias da estrutura e do poder militar estadual. Seu efeito mais imediato é a experiência de medo, de terror e de outras formas de sofrimento que estão na base da constituição de nexos fundamentais da configuração da subjetividade.

43 Há relatos de outros familiares de pessoas mortas por policiais, que revelam que as relações amorosas com as jovens do bairro são motivos para que se assassinem pessoas que, porventura, se aproximem de meninas do bairro ou as paquerem, com quem estabelecem vínculos amorosos. Nesse sentido, o poder de morte funciona para estabelecer uma norma tácita, não jurídica, que estabelece pena de morte, no bairro em que atuam, para quem delas se aproximarem. Nesse sentido, pode-se falar de posse de pessoas em um sentido andrógono. Casos como esses evidenciam o que Benjamin (2011) define como indistinção entre uma violência que não se aplica para fins de direito, apresentou no sentido positivo. Uma análise de motivos subjacente a relatos em denúncias registradas na CDH da ALEGO, revelam aspectos ligados à afetividade dos policiais, como motivos sugeridos para assassinatos e desaparecimento de pessoas.

1.1 Dialética do sofrimento ético-político

A definição de sofrimento ético-político segue as indicações de Sawaia (1999), pela adoção, com outras categorias de ordem econômica, social e política, da categoria afetividade, para análise dos fenômenos sociais subjacentes às relações de dominação-subjugação, descritos no vocabulário social e acadêmico, como exclusão social. Neste caso, autora adota a categoria dialética exclusão-inclusão para indicar que, no contexto das forças hegemônicas que atuam na formação social atual, marcada pela desigualdade social, econômica, política e cultural, não é possível a realização da ideia utópica de inclusão de todos, pois haverá sempre, no contexto da modernidade capitalística, parcelas crescentes da população incluídas-pela-exclusão, inclusão, por exemplo, pela despossessão. Demarca também que, nos marcos das formações sociais atuais, não há absolutamente sociedade inclusiva para alguns membros privilegiados, que não se assentem sobre uma inclusão-pela-exclusão, pois, necessariamente, para uma sociedade funcionar, mesmo as ditas democráticas, formam-se espaços geopolíticos, socioculturais, áreas de habitação, guetos, favelas, como espaços de inclusão-pela-exclusão. Nesse sentido, a violência praticada pela polícia nos bairros periféricos, e sobre seus membros como é o caso das integrantes do Comitê que tiveram seus entes queridos assassinados, consiste na materialização da forma de inclusão-pela-exclusão que é constitutiva das formações sociais em geral, e da formação social brasileira em particular. A dialética da inclusão-exclusão, como parte constitutiva de uma formação social, como aponta Agamben (2010), tem o Estado como aquele que operacionaliza e contribui para o processo de inclusão de uma minoria, na forma de privilégios, e que inclui-pela-carência, resultando em certa naturalização das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, cujas expressões, tal como constatado no presente estudo, são marcadas pela desumanização do indivíduo, pela sua redução à matéria humana (WEIL, 1996). Esse processo de desumanização, para utilizar os conceitos do direito internacional dos direitos humanos, concretizam-se nas formas de tortura, execuções sumárias e desaparecimentos forçados.

Nessa perspectiva, a noção de sofrimento ético-político, elevado à categoria de análise, permite apreender, pela via da afetividade, a qualidade ético-política (SAWAIA, 1999) da experiência (VIGOTSKI, 2001), ou seja, a estruturada semânticamente, pelos efeitos dos impactos da inclusão-pela-exclusão. Nesse sentido, apreendem-se as afetações do corpo e do psiquismo, expressos como sofrimento e as ações a ele associadas.

Anexou-se a palavra dialética ao sofrimento ético-político no título desse sub-ítem para marcar a ideia de transformação nas formas do sofrimento e ações a ele relacionadas, tanto para expressar a relação de identidade de contrários entre o pensar, sentir e agir, no

sentido vigotskiano (VIGOTSKI, 2001), que situa as emoções como fenômeno que atravessa os nexos entre as funções psicológicas que constituem a psique humana, quanto para demarcar a superação da delimitação de limites entre essas esferas da internalidade e externalidade, indicando que se trata de momentos de trânsito entre uma e outra instância, e que objetividade e subjetividade são duas instâncias ao mesmo tempo relacionadas e relativamente autônomas.

O presente estudo, identificou muitas expressões da dialética do sofrimento ético-político. Uma delas foi definida, no presente trabalho, como *preocupação com o outro*. Trata-se de uma configuração subjetiva direcionada para fora, para um outro, reconhecida na forma do amor maternal e filial, mediada pelas relações de família, vizinhança e amizade. Na preocupação com o outro, os sentimentos de base, são o medo e a esperança, frutos da oscilação de sentimentos ante a perspectiva do que pode ocorrer e o desejo de que não aconteça ao outro, que é objeto de preocupação. No testemunho analisado, o outro é o próprio filho, os filhos de vizinhança e amigos ou filhos de modo geral.

O sentimento de preocupação com o outro é ora um sofrimento difuso ora intenso, a depender dos acontecimentos. A preocupação, nesse sentido, é um pensar doído, movido pela presença do outro e alimentado pela compaixão em relação a esse outro, um sentimento que se instala no pensar e no agir por muitas horas, longos dias, às vezes, por incontáveis anos ou o tempo de uma vida. O pensamento movido e configurado pela preocupação é um pensar ferido. A palavra realiza e objetiva o pensamento preocupado com o outro, como, por exemplo nos enunciados que descrevem o sonho de dona Zélia, entendido como premonitório, dentre outros momentos narrativos, em que ele se evidencia.

No presente estudo, esse sentimento foi identificado como estando presente no processo de mobilização por justiça e reparação, expresso pelo motivo de proteção das mães (em geral) da dor de perda de um filho, deste modo, constituindo o enunciado recorrente entre integrantes do Comitê, para confrontar-se com personificações institucionais na esfera pública e reclamar por justiça e reparação.

O estudo revela também a presença de indícios desse sentimento como base afetivo-volitiva (VIGOTSKI, 2001), de engajamento no movimento de resistência à violência policial. Nesse sentido, formando o que pode ser definido como uma comunalidade de destino no sofrimento, presente tanto no contexto do movimento que busca a resistência na esfera pública, quanto na base do contramovimento, ou seja, do incentivo à desmobilização e contestação da violência policial na esfera pública, presente nos círculos das relações primárias na família, na vizinhança e nas relações de trabalho e amizade. No caso de Dona

Zélia, fica evidenciada na descrição do esforço realizado por pessoas de seus círculos mais próximos para dissuadi-la de permanecer engajada, com medo de que ela fosse alvo de novo ciclo de violência em ato.

A formação de uma comunalidade de destino no sofrimento implica contato com o sofrimento do outro convertido em preocupação e partilha de seus sofrimentos, uma modalidade de sofrimento ético-político que, somado a outros fatores conjunturais e situacionais, como mostrou o presente estudo, contribui para fortalecer ou refrear o movimento de resistência à violência policial. Trata-se de um sentimento vinculado a certa centralidade das relações de família, vizinhança e amizade identificada em outros estudos sobre as camadas populares (CARVALHO, 2006; SARTI, 2003).

A contraface do sentimento de preocupação com o outro consiste na ausência de sensibilidade com as expressões de sofrimento no outro, o qual, em vez de preocupação, pode ser objeto de rejeição e indiferença.

No caso de dona Zélia, a comunalidade de destino entre mãe e filho no sofrimento explicita-se em várias passagens como compaixão, ou seja, como partilha do sofrimento do outro. Quando afirma, por exemplo, que a visão das marcas de tortura no corpo do filho, lhe partiu coração, ou quando constrói a imagem de como outros integrantes do Comitê, de perda do filho, como uma parte de si que lhe foi arrancada, indicando nessa imagem que a morte do filho foi, em parte, sua própria morte. As passagens que indicam essa comunidade de destino no sofrimento, nas entrevistas, foram acompanhadas de pranto, expressando a dor da perda subjacente à ideia de luto, pelo que, em suas palavras, configurou-se como uma tragédia.

Nessa perspectiva, há uma estreita relação entre a preocupação com o outro e a existência de uma comunalidade de destino no sofrimento, derivados da reciprocidade característica da forma cultural do amor maternal, filial, dos laços de vizinhança e amizade e todas as relações pautadas pelo reconhecimento recíproco, o que sugere que as condições de emergência da preocupação com o outro implica haver um reconhecimento intersubjetivo, por meio do qual aquilo que lhe atinge, impacta diretamente sobre aquele para quem o outro é objeto de preocupação que, nesse sentido, consiste em interdependência e comunalidade de destino no sofrimento.

O outro, nesse caso, que é objeto de preocupação, no entanto, pode ser mais imediato e focado, como no caso da sentimento presente nos núcleos familiar e de vizinhança, ou mais expandido e abstrato, quando ela explicita, como o conjunto das mães que participam do Comitê, que sua luta por justiça tem como objetivo evitar que outras mães sofram a mesma dor, de modo que a comunalidade de destino no sofrimento, no momento em que se expõe

essa ideia por meio das expressões verbais, elevou-se para uma figuração mais abstrata e genérica de todas as mães. Preocupação com o outro-todas-as-mães, com a dor possível desse outro é a própria abstração do sofrimento provocado pela dor do outro-objeto-de-amor-maternal.

O presente estudo sugere a presença dessa base afetivo-volitiva, para utilizar os termos de Vigotski (2001), presente no movimento de luta no qual as mães desempenham um papel significativo na sua organização. Nesse movimento de resistência, elas estabelecem, como horizonte e plataforma por meio do Comitê, o fim da violência policial, que a justiça há que ser feita para evitar que aconteça o mesmo sofrimento com outras mães, comunalidade que configura o sentido da ação de resistência e de engajamento, pela defesa de todas as mães efetivas ou potenciais que estejam sofrendo ou venham a sofrer os ataques e a violência policial. O engajamento no movimento de resistência pode chegar a abstrair-se mais em valores que compreendam, por exemplo, todos os que são vítimas de violência que podem ser eleitos como objetos destinatários de preocupação.

Esse sentido, sobre o qual se fundamentam os motivos de grande parte dos que decidem implicar seu corpo, seus pensamentos, seus sentimentos, suas capacidades de atuação, outro corpo de valores, princípios constitutivos de um devir, expressão de um desejo de reparação, é convertido em engajamento. O engajamento, nessa perspectiva, teria como seu componente subjetivo, produzidos por dinâmicas efetivas, no interior de uma formação social, o desejo de criar anteparos para sofrimento-de-mãe, como simbolizado na imagem da *Pietà* de Michelangelo. Trata-se de uma busca de reparação, depois da experiência de uma tragédia, por meio da figura metafísica da justiça, ora delimitada como humana, ora como divina. O sentido subjacente ao ato de aceitar ou não indenização revela tal sentimento e ideia.

No caso do presente estudo, o sofrimento está na base afetivo-volitiva do engajamento o qual se converte em uma reação à violência policial, concebida como resultado de uma ordem de destino, cuja face trágica é concebida como tragédia de destino. A preocupação com o outro, como componente e expressão de uma comunalidade de destino no sofrimento, tem como componente de fundo, certo mal-estar concentrado ou difuso, configurando um momento da consciência psicológica, fragmentada e constituída por noções de diferentes origens, tempos e lugares sociais. São noções que acompanham o sofrimento ético-político na modalidade de preocupação com o outro.

Como destaca Vigotski (2001), o próprio processo de constituição do pensamento como linguagem interior deriva de uma internalização da sociedade a que pertence o indivíduo social, de modo que o diálogo mudo que se denomina pensamento consiste na

transposição para a esfera interior do indivíduo, de múltiplas vozes que um dia estiveram voltadas para a interação social. Nesta passagem de uma esfera à outra, os afetos são mediações, fundamentos afetivo-volitivos para o próprio pensar. Trata-se de um pensar, com maior ou menor grau de ansiedade e sofrimento, fundado, em última instância, nas inserções reais dos indivíduos sociais, na sua história de vida, que os fazem selecionar os temas vitais que capturam suas preocupações, ou seja, o tema que constituirão objeto de pensamento e da ação.

A narração analisada no presente estudo revela que a preocupação com o outro está presente tanto nas suas relações com os filho, quanto dos filhos com ela.

O testemunho de dona Ana revela que o filho, quando era mortificado, enuncia em desespero que “a mamãe vai sofrer demais”, preocupação voltada para os efeitos e impactos de sua própria morte sobre a mãe.

A preocupação com o outro é alimentada pela intuição sugerida pela narrativa como morte anunciada pela ação da polícia, conforme a descrição do modo peculiar com que dona Zélia se esforçava por conter suas expressões emotivas, formas mais intensas de sentimentos, com reações corporais e fisiológicas mais visíveis, e a razão dessa contenção era precisamente evitar que se desencadeasse no filho e no esposo um sofrimento, ou em suas palavras, que eles ficassem “transtornados”. Esses indicadores apontam que, no núcleo familiar de dona Zélia, a preocupação com o outro é um traço marcante da subjetividade social nela presente, em que a regulação da expressão dos sentimentos em formas de emoções mais intensas é contida em razão da preocupação com o outro, diante da significação da experiência efetiva de ser em alvo de ações policiais violentas em suas vidas, acompanhada de sensação de desamparo.

O sentimento de preocupação com o outro evidencia-se no contexto de terror subjacentes às ações policiais no bairro e na vizinhança em que residem. Esse sentimento também pode ser inferido das narrações, da descrição dos atos de Firmino e dona Ana, os vizinhos, que coparticiparam do enredo, em suas tentativas de fazer frear os ataques contra o filho de dona Zélia.

Na fala de Firmino com o policial, reproduzida na narração, há mesmo um tom de repreensão. Para buscar alcançar seu intento, Firmino faz referência à figura simbólica do *Amor de Deus*. Pede em nome de um outro, para que os policiais cessem o assédio ao filho de dona Zélia. O policial retruca em tom de ameaça, buscando delimitar e limitar a atitude de solidariedade e o sentimento de preocupação com o outro, sugerindo que *fique na sua*, ou seja, o policial busca delimitar e se contrapor a essa atitude. Como o sentimento expresso por Firmino coloca em xeque aquela modalidade de prática policial, os agentes mantêm uma

atitude difusa, buscando, por meio de ameaças, de assassinatos, de intimidações, calar as vozes que se contrapõem às suas arbitrariedades, intimidar testemunhas oculares e minar, por meio do terror, as expressões de sentimento de preocupação com o outro. Nessas atitudes, revela-se, subjacente à truculência, uma fragilidade, expressa pela busca de supressão de qualquer forma de sentimento dessa ordem volta para os integrantes do aparelho repressivo do estado de Goiás, que violentam, torturam e destroem.

Assim, quanto mais difundido, mais amplo e mais universal for esse sentimento, os policiais terão maior dificuldade para efetuar suas práticas de tortura e assassinatos, ao passo que quanto maior o isolamento social, mais livremente eles continuarão com suas práticas arbitrárias sobre a fração da população brasileira, que desconhecem ser portadora de qualquer direito, sendo apenas matéria humana nas mãos daqueles que dispõem do poder.

Quando o policial afirma *fique na sua*, revela um receio de que alguém que está sendo violentado provoque um tal sentimento, e também os desafios para que se encontrem caminhos na lógica dos processos sociais, objetivos e subjetivos, que contribuam para manter e reforçar tais práticas de reconhecimento subjacentes à preocupação com o outro. Trata-se de um desafio, pelo fato de que a extensão desse sentimento, em geral, se estende apenas para círculos restritos. Para dar um exemplo, os movimentos mais combativos na arena pública nacional e internacional atual orientam sua sensibilidade e ocupam seus pensamento-preocupações pela via dos segmentos, de modo que cada fragmento de grupo elege seus excluídos preferenciais, em alguns casos, esquecendo-se dos demais. Falta um *ethos* de solidariedade universalizante que, não a negando, se articule com as solidariedades fundadas em características sociais específicas que estruturam as relações de poder e hierarquias além do campo das políticas identitárias que mantém sempre um fora, um resto, fora do pensamento, e conseqüentemente, fora do campo de visibilidade e da possibilidade de gerar sentimentos de preocupação, em vez de sentimentos reprovativos, como o desprezo que os condena.

A preocupação com o outro, presente no interior da família, na vizinhança e nas amizades de dona Zélia, como mostrou o presente estudo, foi o motivo sugerido por ela para fazer recrudescer seu engajamento no movimento de resistência à violência policial materializado no Comitê. Foi o sentimento de preocupação como o outro, de filho, amigos, patroa, o elemento sugerido por dona Zélia, para reduzir seu engajamento e retomar sua rotina, o trabalho, a vida doméstica. Esse sentimento, que tinha o medo e a esperança como fundamentos, influenciou a sua anterior resignação, pela formação de um movimento e tendência contrária ao enfrentamento da violência policial, pela via da contestação e busca

pelo constrangimento público e pela pressão sobre o estado de Goiás, para intervir sobre as estruturas que sustentam as violências praticadas. Caso persistisse, seu resultado mais imediato seria a desmobilização e, conseqüentemente, a perda de força do movimento de resistência pelo Comitê e seus aliados.

O enfrentamento da violência policial militar implica confrontar uma lógica da guerra aberta, e seus efeitos produzem nas pessoas e segmentos violentados os efeitos típicos de uma situação de guerra, a saber, a sensação de vulnerabilidade e perigo, de estar indefeso e de terror. O medo e, no seu grau mais elevado, o terror, é também uma estratégia de governo. Nesse caso, o que se produz como efeito, sobre amplos setores da população é aquilo que Martin-Baró (1990), nas suas análises sobre os impactos psicossociais da guerra, definiu como hipótese da desumanização. Com esse conceito, Martin-Baró (1990) busca delimitar o fenômeno da perda e do empobrecimento de alguns atributos considerados tipicamente humanos. A primeira delas é caracterizada, segundo o autor, pela perda da capacidade de pensar lucidamente, com o que isso implica de identificação e superação de temores irracionais, preconceitos e tudo aquilo que imponha uma relação predominantemente defensiva com o mundo (no sentido psicodinâmico). O autor refere-se ainda à perda da capacidade de comunicar-se com veracidade e eficácia, com o que isso implica de liberdade, honestidade, flexibilidade, tolerância e respeito, a perda da sensibilidade ante o sofrimento, à perda do sentido de solidariedade, e, finalmente, perda da esperança. Martin-Baró (1990) destaca, ainda, que: “a hipótese da desumanização, consideravelmente generalizada não exclui a possibilidade do processo contrário em um conjunto reduzido de pessoas. Que o resultado seja um ou outro, depende da combinação de diversos fatores pessoais, situacionais e circunstanciais” (p. 6). Dona Zélia aponta uma das formas de combinação dos elementos afetivos e sociais que motiva ações de resistência à violência policial militar.

O sentimento de sofrimento comum foi uma forma de enfrentar impactos do terror que, conforme ela revela, são práticas arbitrárias, caracterizadas por uma espiral ascendente em que o sentimento de terror, provocado pela ameaça destrutiva, coloca o sujeito coletivo diante do problema da finitude, que, em última instância, constitui o objeto tema sobre o qual se fundamentam tanto os poderes constituídos, quanto a resignação, que se converte em valorização da mera vida, em detrimento da vida digna, ou da vida ética. O sofrimento é *tristia*, ou seja, um sofrimento transformado em medo pelo que tenha ocorrido ou venha a ocorrer com um outro, que pode ser um outro-filho, um outro-vizinho, um outro-todas-as-mães, mas que pode adquirir níveis mais elevados de abstração formando uma estrutura de generalização que contribui para a reorganização da experiência, por meio dessa nova estrutura.

Essa reestruturação da experiência, propiciada pela inserção do indivíduo em novos espaços sociais, pela interação com outros grupos com que passa a estabelecer contato e com eles interagir, permite que ela – a configuração da experiência – se altere. O processo de transformação do pensamento e das ações de Dona Zélia é acompanhado de transformações no sofrimento, em razão dos novos encontros que ela mantém com diferentes personagens do aparelho estatal, e esses se confrontam, alterando ou mantendo conceitos e as experiências anteriores, reconfigurando-as em uma nova estrutura (VIGOTSKI, 2001), ou interagindo com antigos conceitos, conformando a consciência, como um solo em que se concentram camadas oriundas de diferentes eras geológicas, ou seja, em que conceitos oriundos de diferentes épocas e lugares conformam um mosaico por meio do qual o indivíduo social busca dar um sentido para sua própria experiência. No caso analisado no presente estudo, há um conjunto de léxicos que revelam sua vinculação com diferentes sistemas de pensamento, e, dentre os mais evidentes, destacam-se os pensamentos vinculados à tradição judaico-cristã, ao pensamento jurídico e a uma certa crítica social da desigualdade.

O presente estudo mostrou que, em grande parte, esse vocabulário foi adquirido no processo de engajamento da narradora, resultando, desse modo, em um processo de aprendizado de novos conceitos no cotidiano do movimento de contestação à violência policial e luta por justiça e reparação. Alguns desses léxicos oriundos da tradição judaico-cristã e do pensamento jurídico, conforma uma tentativa de dar um sentido para a experiência narrada. Seguem-se alguns desses léxicos, acompanhado de uma síntese dos sentidos a eles atribuídos, deduzidos do conjunto da narração e de outros depoimentos:

1.2 Justiça

Há uma concepção de duas modalidades: uma justiça humana e uma divina. A justiça humana é considerada imperfeita, e a divina, a perfeita. Quando se perde a esperança na justiça humana, resta a esperança messiânica pela justiça divina. O léxico justiça aparece associado aos verbos procurar, lutar, querer, receber, ver e enviar. Os verbos buscar, lutar, e procurar sugerem uma posição ativa, a busca de repartições públicas de personificações institucionais vinculadas a órgãos do poder público. Já o léxico querer indica a justiça vinculada à esfera dos desejos. Por sua vez, receber, ver e enviar supõem uma posição mais passiva, de espera por uma justiça divina. As personificações da justiça humana são consideradas mediadoras do que é entendido como uma justiça-serviço que se busca em repartições.

Justiça divina é, às vezes, concebida como aquela que se espera, como no caso da narração exposta no presente estudo, e em outros momentos, em outros enunciados, revelam o sentido que expressa a figura de um Deus castigador, fundado na noção de culpa. Como que a violência policial é a tragédia que acompanha a perda do filho, ela é concebida como uma espécie de cobrança de uma dívida decorrente de erro praticado no passado. O léxico *pagar*, que acompanha a compreensão dessa modalidade de justiça divina, não está presente na narração de Dona Zélia, mas aparece na fala de outras integrantes do Comitê, ele surge em alguns momentos como uma das possíveis explicações para a violência cometida contra ela. Nesse caso, aparece a imagem de um Deus castigador, que segue o princípio da lei de Talião, que castiga pelo erro convertido em dívida, tirando a vida do filho para expiar um erro contraído pelo pai. A presença da tradição judaico-cristã no movimento da consciência, em sua busca imaginária de uma explicação para os eventos nos quais estavam implicados, fica patente. Em alguns casos, justiça divina, representada por um Deus vingador, que cobra sangue com sangue, é evocada para sugerir que, *talvez*, a violência policial tenha sido resultante de uma ação divina, ação que tem como seu correspondente emotivo o sentimento de culpa herdada do pai pelo filho assassinado. Indica, assim, a ideia da morte de um inocente, em razão de uma dívida-pecado do pai herdada por ele.

Em termos de justiça humana, a expressão jurídico *danos morais* aponta para uma saída paradoxal, cujo sentido, presente na consciência das integrantes merece ser destacado.

1.3 Danos morais

No processo de engajamento em busca por justiça e reparação, os léxicos danos morais são introduzidos no vocabulário de integrantes do Comitê como uma possível saída advinda do ideário jurídico, para reparação pela violência policial militar sofrida, saída que consistiria em convertê-la em uma indenização financeira. Há, no entanto, um duplo movimento do sentido subjacente a danos morais, associado à adoção desses termos. Em vários enunciados, há uma censura à ideia de receber uma indenização financeira vinculada diretamente à morte do filho. Em alguns casos, há mesmo uma recusa à realização de qualquer movimento pois de abrir processo contra o Estado, com o objetivo de receber uma indenização financeira tendo o assassinato do filho como justificativa

Dona Zélia, em algumas passagens, reprova a ideia sugerida pelo sargento que buscava lhe dar apoio, a de receber um pagamento pela morte-vida do filho, destacando que a vida de um filho não tem preço.

Após o assassinato do filho, porém, apesar de permanecer afirmando essa ideia, reconhece a possibilidade de uma indenização pelo Estado, como meio de proporcionar alívio para sua dor-de-mãe. Estabelece, dessa forma, a adoção dos termos jurídicos, danos morais, como possibilidade de adentrar a porta da justiça humana, por meio de uma indenização. Dona Zélia passa a utilizá-lo para definir os eventos narrados, isto é, além do assassinato do filho, a destruição de sua residência e a subtração de objetos: “porque para mim foi danos morais, porque eles invadiram minha propriedade, destruíram minhas coisas” (linha 533-534). A censura em associar a vida-morte do filho a uma indenização financeira permanece. A abertura a essa possibilidade sugere o reconhecimento de que, em termos de justiça humana, a indenização poderia melhorar suas condições de vida e amenizar sua dor, embora permaneça o tabu referente à ideia de associar a morte do filho a uma indenização por danos morais, um sentido similar ao que expressam outras integrantes do Comitê.

Em alguns casos, há a referência explícita de que não há vontade “de correr atrás de dinheiro” ligado à perda do filho, como aconselhavam vários advogados, que percebiam a oportunidade de atuar em uma causa.

A recusa das mães é um indicador de uma censura em conceber e aceitar a lógica subjacente ao conceito de danos morais, Gláucia, uma outra integrante do Comitê, enuncia que “saber que o dinheiro vem disso, eu não dou conta, não quero”, revelando que sua luta por justiça passa ao largo de uma busca por indenização financeira por danos morais paga pelo Estado. Sua fala aponta o entendimento de que a vida-morte de um ente querido não é mercadoria que se paga ou que se compra, ou que aquele dinheiro, poderia ser o significante de uma tragédia, uma maldição. Na esfera jurídica, a indenização é considerada uma reparação recusada pelas mães que perderam seus filhos. . Dona Zélia recusa essa via, embora reconheça a possibilidade de aceitar que o Estado arque com as despesas de seu tratamento de saúde, pois o desaparecimento de seu filho afetou seu corpo e psiquismo.

Uma das integrantes do Comitê reconhece a possibilidade de uma indenização por danos morais para amenizar sua dor, e outra, como apoio para o custeio de seu tratamento de saúde. Ambas, no entanto, recusam-se a reconhecer a ideia de vincular diretamente a vida-morte do filho com o recebimento de uma indenização financeira por danos morais, porta aberta pela esfera jurídica, no âmbito da justiça humana, a qual, porém, não adentraram.

Para uma terceira integrante do Comitê, que chegou a receber uma indenização em razão da morte do companheiro em uma ação de policiais militares, no contexto de um movimento de luta por moradia, o dinheiro que recebera como indenização produziu um mal-

estar, por remeter à memória da morte do companheiro. Entretanto, para ela, a indenização recebida, tinha uma destinação específica, seria utilizada, exclusivamente, para custear as despesas com o filho, implicando, portanto, em uma ética de destinação daquele recurso para o filho que perdera o pai. Do mesmo modo, também a residência conquistada, no contexto do movimento de luta pela moradia, remete à memória do companheiro assassinado, como se fosse uma casa “fruto de sangue”. Desse modo, assim como os recursos financeiros recebidos como verbas indenizatórias, como a residência em que mora, remete à ausência do companheiro, sobretudo, pelo fato de que ele perdera sua vida no contexto de luta por moradia. Sua residência adquire, conforme sua designação, uma memória infeliz, que é também compartilhada pelo filho, então com treze anos de idade, para quem sua residência também remete à memória da ausência do pai.

A particularidade de Hermínia e seu filho, em relação ao demais, refere-se ao fato de que a violência policial se deu no contexto de um movimento organizado em torno da luta pela conquista da moradia. Do ponto de vista da avaliação que faz de sua inserção nessa experiência, representa-a como uma experiência de descoberta de potencialidades próprias que lhe eram desconhecidas, vinculadas à solidariedade, à construção coletiva, à partilha de um projeto comum.

Os três integrantes do Comitê, cada uma a seu modo, organizam sua experiência de perda, e os sentidos a ela subjacentes, em torno da expressão jurídica *danos morais*. A recusa, absoluta ou relativa, a esse dispositivo, entre a via possível de acesso a uma forma de reparação, que contribui efetivamente para melhoria de algumas situações materiais precárias, ao mesmo tempo marca a experiência e o sofrimento ético-político que o acompanha, com o sentido, ou conjunto de fenômenos psicológicos suscitados na consciência, pelo conceito jurídico de danos morais, que remetem à figuração do que definem como uma justiça (com vícios) humana.

O dispositivo *danos morais*, introduzido nas estruturas semânticas das consciências das integrantes do Comitê, abrem a possibilidade, nem sempre efetivada, não de produção de transformações essenciais no padrão de tratamento do aparelho repressivo policial militar, na sua expressão tipicamente bandida no trato com as personificações das formas de vida, cujas condições consistem na inclusão-exclusão por despossessão, mas apenas na possibilidade de conversão vida-morte de um indivíduo, em um equivalente universal “confusão e troca universal de todas as coisas” (MARX, 2010, p. 160). Nessa perspectiva, o dispositivo danos morais, reconhecido no âmbito jurídico e político como uma das poucas portas de entrada para a esfera da justiça humana, propõe converter o assassinato com ou sem desaparecimento

do corpo, em uma cifra financeira que permite pagar a vida-morte resultante da ação policial militar.

O mal-estar produzido pelo sentido, vinculado à ideia de converter a vida-morte de um ente querido em um cálculo econômico, presente entre algumas das participantes do Comitê, por meio do dispositivo jurídico danos morais, tensiona-se com esses sentidos, que parecem remeter à ideia religiosa ligada à censura da ligação de moedas em troca de sangue humano, mas que efetivamente, pode contribuir para melhorar as condições materiais de vida. Os léxicos danos morais, evidenciou o presente estudo, ganham assim um sentido peculiar para as integrantes do Comitê, mães vítimas da violência praticada pelo aparelho repressivo do Estado, que recusam construir um equivalente universal ligado diretamente à vida-morte dos filhos. No entanto, algumas integrantes do Comitê enunciam a possibilidade, em alguns casos, de receber um apoio do Estado para efeito de tratamento dos impactos sobre a sua própria saúde, desencadeados pelo assassinato do filho, e, em outros casos, consideram a possibilidade de aceitar o dispositivo danos morais, não para proceder uma equivalência direta para a morte do filho, mas para “amenizar uma dor-de-mãe”, sugerindo uma abertura à possibilidade de receber uma indenização, não efetivada, que poderia contribuir para a melhoria de suas condições de vida e de sua família.

Para o sistema jurídico, a reparação de danos é a forma de colocar um ponto final nas tensões, expiar a culpa e restabelecer a ordem.

1.3 Joio e trigo

O emblema *joio e trigo* emerge no interior da narrativa para indicar a ideia de que, na corporação policial, existem policiais bons e policiais maus misturados. Sua origem cultural remonta à tradição judaico-cristã, perenizada no evangelho de Mateus 13 24-30, que, em *Discurso: as palavras do reino*, se refere ao que denomina “inimigo do reino”. A narração bíblica identifica na figura do “inimigo” a razão de o joio, ou seja, os considerados maus, estar misturado com o trigo, os considerados bons, os escolhidos, os quais permanecerão misturados até o momento da “colheita”.

Esse emblema foi evocado tanto pelas vítimas, na sua relação com o aparelho jurídico-policial quanto por um deputado federal, também capitão da polícia militar, que, durante a audiência pública, realizada em 2 de fevereiro de 2006, buscou estabelecer uma delimitação de limites entre indivíduos que praticam crimes de tortura, assassinatos e desaparecimento de pessoas, que estavam sendo denunciados, e o conjunto dos policiais, a instituição policial. Joio e trigo foi, nesse sentido, o recurso que utilizou para indicar a

delimitação e diferenciação em “uma mesma plantação”. Dona Zélia, que esteve presente na audiência, passou a adotar então essa referência para referir-se a própria experiência na interação com os policiais, definindo os policiais-joio, como aqueles que violentaram a ela e a seus filhos, e policiastrigo os que lhes deram apoio de alguma forma. O emblema, no entanto, com sua bipolaridade focada no indivíduo, perde de vista as mediações que contribuem, como foi demonstrado pelo presente estudo, para as dimensões estruturantes e estruturais que sustentam a violência policial em Goiás.

Joio e trigo funcionam, assim como um complexo, que se resgata da tradição judaico-cristã, para isentar, no contexto da audiência pública, a instituição policial e seus dirigentes, das responsabilidades diante dos casos denunciados. Ao absorver uma alegoria, que lhe era familiar, dona Zélia o adota para fornecer um significado específico para sua experiência de ser introduzida em um cerco de terror e, ao mesmo tempo, receber apoio de membros da corporação policial, que, no saldo final, não lhe ofereceu nenhuma proteção para a vida de seu filho. Por esse enquadre, forma-se na consciência de dona Zélia, uma totalização abstrata, condicionando o modo fragmentado de estruturação da experiência individual e coletiva.

1.4 Tragédia de destino

O sentido subjacente ao conjunto da narrativa analisada no presente estudo revela uma noção de tragédia de destino, que vincula o conteúdo da experiência imediata à presença de forças incontornáveis, que atuam independentemente das capacidades e possibilidades do agente de intervir na rota dos acontecimentos, fornecendo o último motivo, para caracterização da sua experiência. Ora concebido como um fardo que o artífice lhe exigiu que carregasse, ora como uma dívida de sangue que está sendo cobrada, um pagamento, por meio da vida de um filho, para quitar uma dívida do pai. Desse modo, as forças extra-humanas são concebidas como as determinantes possíveis do processo de produção dos acontecimentos.

A concepção fatalista que está subjacente a essa noção de tragédia de destino, via de regra, é entendida como conjunto de ideias ou elementos imaginários ou irracionais que contribuem para a manutenção de uma situação de subalternidade, dominação, ou mesmo como elemento constitutivo de certas formas de subordinação a tiranias. Martin-Baró (1998) concebe que o fatalismo constitui um processo psicossocial que se relaciona ao modo como os indivíduos experimentam suas condições de vida, sendo-lhe característico o conformismo causado e reforçado pelas estruturas opressivas macrosociais, resultando em uma mitificação das forças históricas como natureza divina. Para Martin-Baró (1998), a raiz última do fatalismo encontra-se não na rigidez psicológica das pessoas, mas na situação de

imutabilidade das condições sociais diante das quais as pessoas e grupos se constituem. Nessa mesma direção, destaca Gramsci (1987), ser o fatalismo uma maneira pela qual os fracos se revestem de uma vontade ativa e real. Nessa perspectiva, a noção fatalista dos acontecimentos, subjacente à noção de tragédia de destino presente na narrativa analisada no presente estudo, bem como em outros relatos de integrantes do Comitê, revela a expressão ideal das limitações reais, inerentes ao enfrentamento desigual em uma ordem desigual.

Esses e outros léxicos (como exemplo, o engajamento subordinado), expressos nas verbalizações de integrantes do Comitê que tiveram entes queridos assassinados por policiais militares, permitiram responder à questão acerca do modo como pessoas que tiveram entes queridos assassinados pela polícia, com os recursos semânticos disponíveis no contexto histórico, social e cultural, e dos saberes de que dispõe, tentarem dar um sentido para suas dores, encontrar os sentidos para seu engajamento, e realizar o enfrentamento possível da violência que mantém uma relação lógica com o aparato estatal que, por sua vez, conservava os mecanismos que sustentam as práticas de tortura, assassinatos e desaparecimento de pessoas, com dispositivos jurídicos e incentivos à progressão para essas práticas. Essas práticas, no entanto, não se sustentam sem uma referência às noções que as justificam, e o presente estudo apresentou uma amostra do conjunto de ideias, imagens, noções gerais, que contribuem para formar um conjunto de justificações compartilhadas pelos que foram transformados em matéria humana nas mãos de uma burocracia militar, para usar uma expressão de Weil (1996).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W.; FRENKEL-BRUNSWIK, Else; LEVISON, Daniel J.; NEVITT SANFORD, R.; ARON, Betty; LEVINSON, Maria H.; MORROW, William. *La personalidad autoritaria*. Buenos Aires: proyección, 1965. 2 v. (Original publicado em 1950)

_____; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985 (original publicado em 1969)

ADORNO, Sérgio. Exclusão econômica e violência urbana. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul dez., 2002, p. 84-135

ARENDT, Hanna. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. 8. ed. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (Original publicado em 1963).

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

BADIOU, Alain. La idea del comunismo. In: _____ et. al. *Sobre la idea del comunismo*. Trad. Anália Hounie. Buenos Aires: Paidós, 2010, p. 17-32

BARCELOS, Caco. *Rota 66*. 29. ed. São Paulo: Editora Globo, 1992. Disponível em: <<http://www.felu.xpg.com.br/Rota66-CacoBarcellos.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2012.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.

BAKHTIN, Mikhail (Voloshinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 118-119.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 4. ed. Trad. Paulo Bezerra, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2. ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 189-217.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: _____. *Obras escolhidas: magia e técnica arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 114-119. (Volume I)

_____. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Obras escolhidas: magia e técnica arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 119- 221. (Volume I)

_____. Para uma crítica da violência. In: _____. *Escritos sobre mito e linguagem (1892-1940)*. Trad. Hernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2011, p. 121-156

BERCOVICI, Gilberto. O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece: a persistência da estrutura administrativa de 1967. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir.

(orgs.) O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 41-77

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

CANO, Ignacio. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização *versus* a guerra contra o crime. *Revista Internacional de Direitos Humanos*. São Paulo, v. 3, n. 5, p. 136-155, 2006. (revista trilingue bianual da Human Rights University Network). Disponível em: <<http://www.surjournal.org>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

CARDIA, Nancy. *Pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em dez capitais brasileiras*. Relatório da pesquisa. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 1999.

_____. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. *Tempo Social*. São Paulo, n. 9, p. 249-265, maio 1997.

CASTRO, Lola Aniyar de. Criminologia da libertação. *Pensamento Criminológico*, Rio de Janeiro: Revan, 2005.

CHAUÍ, Marilena de S. *Espinosa e a democracia*. Agência Maurício Tragtenberg (Agent). Curso de Jornalismo (PUC-SP). São Paulo, 28 nov. 2012. Disponível em: <<http://agent.org/?p=3051>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

_____. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. Direitos humanos e medo. In: _____. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. 2. reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 87-114 (Originalmente publicado em 1989).

_____. *Espinosa: uma filosofia da liberdade*. São Paulo: Moderna, 1995 (coleção logos)

ESPINOSA, Benedictus de. *Ética*. 2. ed. Trad. Tomáz Tadeu. Belo Horizonte, Autêntica, 2008 (original publicado em 1677).

ESTADO DE GOIÁS. *Polícia Militar do Estado de Goiás*. Disponível em: <http://pt.Wikipedia.org/w/index.php?title=Polícia_Militar_do_Estado_de_Goiás&oldid=31576>. Acesso em: 18 set. 2012.

FERNANDES, Florestan. *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual*. São Paulo: Hucitec, 1994.

FERREIRA, Allan Hahnemann. *Os ditos e os interditos da tolerância zero: atualidades legislativas das fantasias de controle social penal total – Estado de Goiás 2003-2010*. 2011 (Dissertação) – Mestrado em Ciências Jurídicas e sociais. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011. 386 p.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GONZALEZ REY, Fernando L. *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Sujeito e subjetividade. Trad. Raquel Souza Lobo Guzo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

HEYNER, Priscila. *Verdades inomináveis: el recto de las comisiones de la verdad*. Trad. Jesús Cuéllar Mexico: Fundo de Cultura Econômica (FCE), 2008. (Colección Sociologia). (Título original: *Unspeakable Truths. Facing the challenge of Truth Comissions*, 2001).

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *2012: desenvolvimento inclusivo sustentável*. Comunicados do Ipea n. 158. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/121218_comunicadoipea158.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2013.

JOVCHELOVICH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. JOVCHELOVICH, Sandra; BAUER, Martin W. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático*. 2. ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

LANE, Silvia T. M. *A mediação emocional na constituição do psiquismo humano*. In: _____; SAWAIA, Bader B. (orgs) *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense; EDUC, 1995, p. 55-66

LURIA, Alexander R. *Fundamentos de neuropsicologia*. Trad. Juarez Aranha Ricardo. São Paulo: Edusp/LTC, 1984.

MARTIN-BARÓ, Ignacio. *Psicología social de la guerra: trauma e terapia*. San Salvador: UCA Editores, 1990.

_____. *Psicología de la liberación*. Madrid: Trotta, 1998.

MARTINS, José de Sousa. *Subúrbio*. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da república velha. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MILGRAM, Stanley. *Obediência à autoridade: uma visão experimental*. Trad. Luiz Orlando Coutinho Lemos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983 (Biblioteca e Ciências Sociais). (Título Original: *Obedience to Authority: an experimental view*, 1973).

MINICK, Norris. O desenvolvimento do pensamento de Vigotski. Uma introdução a Thinking and Speech (Pensamento e Linguagem). In: _____. HARRY, Daniels (org.) *Uma introdução a Vigotski*. Trad. Marcos Bagno. Rio de Janeiro: Loyola, 2002, p. 31-82

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. *Vidas em risco: assassinato de crianças e adolescentes no Brasil*. MNMMR, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP). Rio de Janeiro: MNMMR/IBASE/NEV-USP, 1991.

NAMURA, Maria R. *O sentido do sentido em Vigotski: uma aproximação com a estética e a ontologia do ser social de Lukács*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

NERI, Marcelo C. (coord.) *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV)/Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), 2008. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/classe_media/>. Acesso em: 15 fev. 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007 (Estado de Sítio). p. 15-45.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O movimento operário em São Paulo (1970-1985). In: SADER, Emir et al. (org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987, p. 24-52.

PAULA, Marcos F. de. Espinosa e a tradição melancólica. *Caderno Espinosanos: estudos sobre o século XVII*. São Paulo, n. 18, jan./jun., 2008.

PIAGET, Jean. *A linguagem e o pensamento da criança*. 7ª ed. Tradução Manuel Campos. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RESENDE, Anita Cristina Azevedo. *Fetichismo e Subjetividade*. 1992 (Tese) Doutorado em Sociologia – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.

_____. *Para a crítica da subjetividade reificada*. Goiânia: Editora da UFG, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. Comunistas sem comunismo? In: BADIOU, Alain et. al. *Sobre la idea del comunismo*. Trad. Anália Hounie. Buenos Aires: Paidós, 2010, p. 17-32

ROUANET, Sérgio Paulo. Freudismo e teoria da personalidade. In: _____. *Teoria crítica e psicanálise*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989 (Biblioteca Tempo Universitário, 66).

SANTOS, Laymert Garcia dos. Brasil contemporâneo: estado de exceção? In: Oliveira, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 289-352.

SAWAIA, Bader B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão-inclusão. In: _____. (org.) *As artimanhas da exclusão*. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 97-118.

SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, IVO (org.) *O desmonte da nação: balanço do Governo FHC*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros*. Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

STRIGLITZ, Joseph; SEN, Amartya; FITOUSHI, Jean-Paul. *Report by the Commission on the Measurement of economic Performance and social progress*. 2009. Disponível em: <www.stiglitz-sen-fitoussi.fr>. Acesso em: 16 fev. 2013.

TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In: TELES, Edson; SAFARTLE, Vladimir (orgs.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 251-298.

VAN DER VEER, René; VALSINER, Jaan. *Vygotski: uma síntese*. 6ª ed. Trad. Alípio Correia de França Neto. São Paulo: Loyola, 2009.

VIEIRA, Valterci. *Sentidos produzidos por familiares acerca da violência policial*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, 2009.

VIGOTSKI, Liev S. Pensamiento y lenguaje. In: _____. *Obras escogidas II*. Trad. José María Bravo. Madrid: A Machado Libros, 2001 (Coleção aprendizaje 94)

_____. *La imaginación y su desarrollo em la edad infantil*. In: _____. *Obras escogidas II*. Trad. José María Bravo. Madrid: A Machado Libros, 2001 (Coleção aprendizaje 94)

_____. *Psicologia da Arte*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *A tragédia de Hamlet: príncipe da Dinamarca*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica. In: _____. *Teoria e Método em psicologia*. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Sobre los sistema psicológicos. In: _____. *Obras escogidas I*. Trad. José María Bravo. Madrid: Visor, 1991, p. 71-94 (Coleção aprendizaje 74)

_____. LURIA, Alexander R. *Estudo sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

WACQUANT, Loic. *As prisões da miséria*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Celta, 2000.

WASELFISZ, Júlio Jacob. *Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br/pdf2011/MapaViolencia2011.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2012.

_____. *Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008*. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latinoamericana (RITLA)/Instituto Sangari/Ministério da Justiça, 2008. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/publicacoes/Mapa_2008_municipios.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2012.

_____. *Mapa da violência 2012: os novos padrões de violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2012. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2012.

WEIL, Simone. Reflexões sobre a guerra. In: _____. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. 2. ed. rev. Trad. Therezinha G. G. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 217-218.

ZAVERSHNEVA, Gita L'vovna. The Vygotsky Family Archive. New Findings. *Journal of*

Russian and East European Psychology, New York., v. 48, n. 1, jan./feb., 2010a, p. 14-33

_____. The Vygotsky Family Archive. New Findings: notebooks, notes, and scientific journals. *Journal of Russian and East European Psychology*, New York, v. 48, n. 1, jan./feb., 2010b, p. 34-60

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (orgs.) O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 41-77

Jornais impressos

AGÊNCIA Folha. Menino é testemunha-chave. *Folha de S. Paulo*, 22 fev. 2000, 3-4. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2000/02/22/69>>. Acesso em: 5 set. 2012.

AQUINO, Macloys. Não matará. Prisão de PMs encoraja famílias a denunciar casos de sumiço. *O Popular*, Goiânia, 19 fev. 2011, p. 5 (Caderno Cidades).

_____. Prisão abre crise entre MP e policias. *O Popular*, Goiânia, 23 fev. 2011. (Caderno Cidades).

BITTENCOURT, Alexandre. Comissão buscará desaparecidos. *Diário da Manhã*, Goiânia, 16 fev. 2011 (Opinião).

_____. Barbárie iguala Goiás a Alagoas e Espírito Santo. *Diário da Manhã*, Goiânia, 16 fev. 2011 (Opinião).

CASTILHO, Newton Nery de. O desenvolvimento da segurança pública em Goiás nos últimos quinze anos. *Diário da Manhã*, Goiânia, 19 maio 2010.

DIÁRIO DA MANHÃ. Força Livre, 22 de jun. De 2011.

FERNANDES, Kamila. Segurança – policiais goianos são suspeitos de envolvimento no tráfico de drogas em esquadrões de extermínio. Grupo vai combater máfia policial em GO. *Folha de S.Paulo*, 17 fev. 2000, p. 3-6 Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2000/02/22/69>>. Acesso em: 05 set. 2012.

FOLHA de S. Paulo, 22 de fev. 2000.

_____. Eles desapareceram na democracia. *O Popular*, Goiânia, 9 jan. 2011. (Caderno Cidades).

_____. Processos se arrastam por anos. *O Popular*, Goiânia, 9 jan. 2011. (Caderno Cidades).

_____. Corporativismo ainda prejudica investigações. *O Popular*, Goiânia, 9 jan., 2011. (Caderno Cidades).

POLICIAIS em cana por extermínio: 19 pessoas foram presas ontem pela Polícia Federal, grupo seria responsável até por mortes de crianças. *Daqui*, Goiânia, 16 fev. 2011. (Geral).

LONGO, Malu. Presos levados para presídio federal. *O Popular*, Goiânia, 17 fev. 2011. (Caderno Cidades).

MELO, Rosana. Polícia matou 224 nos últimos 8 anos. *O Popular*. Goiânia, 15 de mar. 2010 (Caderno Cidades).

_____. PM acusado de proteger tráfico. *O Popular*. Goiânia, 15 de mar. 2010 (Caderno Cidades).

_____. Delegacia liga militar a triplo homicídio. *O Popular*. Goiânia, 15 de mar. 2010 (Caderno Cidades).

_____. Sumiço de Kamila Lagares foi após troca de tiros. *O Popular*. Goiânia, 15 de mar. 2010 (Caderno Cidades).

_____. Mortes geram promoções. *O Popular*, Goiânia, 15 mar. 2010 (Caderno Cidades).

_____; MERGULHÃO, Alfredo. Promoções não exigem “ficha limpa”. *O Popular*, Goiânia, 17 fev. 2011 (Cadernos Cidades).

MERGULHÃO, Alfredo. PMs reagem às prisões feitas pela PF. *O Popular*, Goiânia, 22 fev. 2011. (Caderno Cidades).

O POPULAR, 5 mar. 2011.

_____. 4 mar. 2011.

_____. Não matará! Ex-secretário da fazenda falou sobre compromisso com cabo eleitoral e promoções. Goiânia, 4 mar. 2011. (Caderno Cidades).

_____. Parte das vítimas não tinha crimes. Pesquisa do popular feita na delegacia de homicídios revelou, com exclusividade que PM matou 117 entre 2003 e 2005. Goiânia, 4 mar., 2011. (Caderno Cidades).

_____. 25 fev. 2011.

_____. 23 fev. 2011.

_____. 22 fev. 2011.

_____. 18 fev. 2011.

_____. 17 fev. 2011.

O POPULAR. 16 de fev. 2011.

PROMOÇÕES de PMs a partir de 2007 serão reavaliadas. *Daqui*, Goiânia, 18 fev. 2011. (Geral).

RESPOSTAS sobre desaparecidos sairão em 60 dias. Comissão vai fazer revisão de todos os processos de desaparecidos para saber o desfecho de cada um deles. *Daqui*, Goiânia, 18 fev. 2011. (Geral).

Rotam tenta intimidar jornal. Comboio com oito carros passou em frente à sede da Organização

Jaime Câmara com sirene e giroflex ligados. *Daqui*. Goiânia, 4 março 2011. (Geral).

VIANA, Nildo. *O Popular*, Goiânia, 10 de jun., 2010. (Caderno Cidades).

Documentos institucionais

BRASIL. Projeto de Lei n 2.190, de 1996 do deputado Hélio Bicudo e outros. *Diário da Câmara dos Deputados*, Quinta-feira, 1º ago. 1996, 21550. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01AGO1996.PDF#page%3D1>> acesso em: 01 set. 2012.

GOIÁS (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO). Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. *Audiência pública da comissão estadual de direitos humanos com o tema: “maus tratos, ação policial” realizada no dia 02 de fevereiro de 2006*. Goiânia, 18 ago. 2006.

_____. _____. Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. *Insegurança pública em Goiás: anacronismo e caos*. Goiânia: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, 2012.

_____. _____. Lei nº 13.058, de 6 maio 1997.

ESTADO DE GOIÁS Comissão Especial de Defesa da Cidadania. Decreto nº7.216/2011 do Gabinete Civil da Governadoria. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/41/docs/relatorio_final_da_comissao.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2012.

Organizações das Nações Unidas (ONU). Asesinatos de los esquadrones de la muerte. In: _____. *De la loucura a la esperanza: la guerra de doze años em El Salvador. Informe de la comisión de la verdad para El Salvador*. San Salvador: Nueva York, 1992, p. 118-155. Fundación Acción Pró Derechos Humanos. Disponível em: <<http://www.derechoshumanos.net/lesahumanidade/informes/elsalvador/informe-de-la-loucura-a-la-esperanza.htm>>. Acesso em: 6 ago. 2012.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). A violência policial, a impunidade e o foro privativo militar de polícia. In: _____. *Relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil*. Washington: Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) – Aprovado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 29 de setembro de 1997 durante o 97º período ordinário de sessões. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/countryrep/brazil-port/indice.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

SOUTH AFRICA. Truth and reconciliation Commission of South Africa report. The report of the Truth and Reconciliation Commission was presented to President Nelson Mandela on 29 october 1998. vol. 3, chapter 1. Disponível em <<http://www.justice.gov.za/trc/report/index.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. Abductions, disappearance and missing persons. In: Truth and reconciliation Commission of South Africa report. The report of the Truth and Reconciliation Commission was presented to President Nelson Mandela on 29 october 1998.vol. 6, section 4, chapter 1. Disponível em <<http://www.justice.gov.za/trc/report/index.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Seis entrevistas. Quatro individuais e duas em dupla (pai e mãe)		linhas
N1	*sex_f *id_45 *rel_mae *corp_sim *dat_09_2004	linhas
1	Hoje se você é vítima de uma violência tem onde recorrer. Vai lá na Assembleia lá [...] que você tem	1
2	onde você receber apoio e unir[-se] conosco. Aí, depois, assim! Toda reunião eu estava. Todo lugar eu	2
3	estava. Todo lugar eu estava. Todo jornal, livro. Já entreguei, pessoalmente, livros, que gente pede [...]	3
4	Que eles escreveram sobre a violência e eu estava nas páginas. Entreguei pessoalmente lá, para o Elvis	4
5	lá, o coronel. A gente, fui eu, o deputado Maurício Ribeiro, a Mirela, o Dr. Vilmar. Você conhece ele?	5
6	O advogado? Que é o pai do Ricardo né? Vítima também de violência. Então são muitas pessoas assim.	6
7	Depois disso foi vindo muitas [...] Depois do meu filho, foi o filho do seu Dr. Vilmar. Depois veio mais,	7
8	assim, em sequência, foi vindo mais pessoas. Então até [que] eu recebi muito apoio. Primeiramente em	8
9	Deus, depois no padre Lucas que foi uma pessoa que me arrumou psicólogo, arrumou advogado. E ele	9
10	[se] empenhou muito comigo. E ele me orientou muito assim [...] E eu não era a primeira e nem seria a	10
11	última. Assim: a primeira a reclamar, recorrer e chorar fui eu mas, através de mim, depois de mim,	11
12	foram muitas famílias. Umhum. Tá. [risos] É. Ichi! Graças a Deus. Não é não. Ele não é [...]	12
13	Ele nem gosta que toque no assunto, porque eles conviviam bem demais sabe. É, é. Zélia Ferreira de	13
14	Castro. Quarenta e cinco. Fiz agora, sexta-feira. Costureira. Desde de 86 mais ou menos. Quando eu	14
15	parei de estudar, fiz a quarta série. Não! Parei com 16 anos, morava na fazenda. Fazia até a quarta série.	15
16	Foi. Casei também. Foi. Três. Meu primeiro filho? João Pedro. se ele estivesse vivo estaria com 28, fez	16
17	dia 23. Não! Não! Ele faleceu bebezinho, dia nove de novembro de 80. Claudionor nasceu em 82.	17
18	Nasceu 08 de junho de 82. Ele faleceu com 22 anos. Se ele tivesse aí, dia 08 de junho ele fez 26, né?	18
19	Que agora, de amanhã a um mês, faz quatro anos. Augusto. 24. Três homens, dia 21 de fevereiro ele faz	19
20	25. Foi até a pedido de meu filho que eu parei de frequentar as reuniões do comitê. Qualquer coisinha,	20
21	ele comunicavam, vinha aqui, ou ligavam. Dona Zélia! Dona Zélia! Eu estava lá. Aí quando o Augusto	21
22	falou assim: <i>Mamãe eu posso pedir para senhora.</i> Porque eu ia muito na secretaria [de segurança	22
23	pública], no comando. <i>Eu posso pedir para a senhora mamãe? Por favor mamãe pára com isso! Se a</i>	23
24	<i>senhora fala que eu sou seu tesouro, a senhora também é minha, é meu tesouro.</i> Então eu peguei falei:	24
25	<i>Ah! Sabe que é mesmo. Vou arrumar um netinho para senhora.</i> Inclusive meu netinho nasceu. Vai	25
26	fazer um mesinho agora dia onze. É! De estar correndo. É. Porque estava demais. Todo dia quase eu	26
27	estava [...] Eu tenho os jornais guardados. Pois é. Lutar por justiça. Teve! Assim que assassinou meu	27
28	filho, porque eu pagava o consórcio de uma moto. Que eu paguei para [...] Com a intenção assim! De	28

29	dividir o dinheiro dela para os dois. Ai! Assim que assassinaram meu filho, logo já teve gente assim!	29
30	Investigando por alto. Sabe assim? Querendo saber. Eu logo, mais do que depressa, quando me	30
31	avisaram, que foi a minha cunhada, que é a tia deles, eu corri até o primeiro DP [Distrito Policial], fui	31
32	até o Dr. Clarismundo aonde ele resolveu o problema, graças a Deus. E ele falou. E eu fui até o Dr.	32
33	Charles, do ministério público [...] Eu sou lá da casa. Chegava lá, precisa de ver. O Nérinton, todo	33
34	mundo me conhece. Eu falei para eles. Levei o documento da moto. Mostrei para eles. Ele falou: <i>Dona</i>	34
35	<i>Zélia! O que a senhora tem, o que a senhora deixou de ter, não tem nada a ver. As pessoas tem que</i>	35
36	<i>entender que a senhora tem o direito de viver em paz. Já chega o que lhe causaram. Uma pedra que</i>	36
37	<i>vai lhe machucar para o resto da vida. Então. Ai! Graças a Deus, resolveu. Ninguém nunca mais me</i>	37
38	perturbou. Sempre que passava uns carros diferentes na rua, os vizinhos já ficavam todo mundo	38
39	preocupado, porque vivia muito, me expondo muito. Meus vizinhos me pediram também: Não Zélia!	39
40	Pára com isso! Nada vai trazer ele de volta. Só traz dor, revolta. Realmente! É mesmo! Só traz revolta.	40
41	Porque cada vez que a gente toca no assunto [...] Vou ser franca de falar para você: é uma coisa que	41
42	mexe na ferida profunda, sabe? Então: <i>Sabe que você está certa. Vamos parar mesmo.</i> E assim: o dia	42
43	que eu posso ir eu vou. Estava me comprometendo muito no meu trabalho. Graças a Deus, assim! Que	43
44	não tive problemas com o patrão. Mas sim compromete sua tarefa no seu trabalho. Eu falei: <i>Ah! Não</i>	44
45	<i>vou!</i> Minha patroa chegou em mim e falou para mim. Ela já perdeu uma filha também. Não da forma	45
46	que eu perdi. Mas ela falou: <i>Zélia. Nada traz de volta. Tem dez anos que eu perdi minha filha. Tem a</i>	46
47	<i>minha neta, mas não substitui, mas nada! Só revolta que traz na gente. É só revolta.</i> Realmente! É só	47
48	revolta. Isso. É lógico: eu preciso de ajuda. Igual hoje eu falei para minha amiga. Eu falei para ela. Essa	48
49	que estava aqui: <i>As pessoas às vezes pensam assim: é tão fácil você imaginar a tragédia do próximo. É</i>	49
50	<i>difícil você viver ela! Não é?</i> Nossa senhora! Você sente [...] você, em beliscar, você não sentiu a dor?	50
51	Não é? Eu te [...] você leva um tropeção ali você vai sentir. É diferente, não é? então é igual eu falei para	51
52	minha amiga, eu nunca! Eu vou ser franca para você: eu nunca vou esquecer meu filho. Eu ia tirar	52
53	minha vida. Parei, porque eu não posso [...] vou ser franca [pranto]: eu não posso ver uma polícia. Tenho	53
54	revolta, revolta! Eu me choco com o poder público, entendeu? Não todos! Mas sim alguns. Porque, se o	54
55	que fizeram com meu filho, se fosse meu filho que tivesse feito, eu acredito que não estava impune. E	55
56	quem fez me vê às vezes, onde eu entrava, falava, <i>sorria.</i> Sabe o que isso? Porque eu não tenho	56
57	dinheiro [em prantos]. Porque se eu tivesse dinheiro, o caso não ficava da forma que ficou. Isso eu te	57
58	garanto. Porque hoje, o país que nós vivemos, o dinheiro fala mais alto. No momento eu não encontrei	58
59		59

60	ninguém que me apoiasse. Dr. Célio veio aqui em casa uma vez, a Emile, tive vários apoios assim, de	60
61	um [...] De várias pessoas. Mas eu estava falando para minha amiga hoje [...] Eu vou ser franca para você.	61
62	Eu nunca vi resultado até hoje. De nada! Tanto que eu me dispus, tanto que eu lutei! Tudo quanto é	62
63	lugar que você falar: <i>Dona Zélia, ainda falta a senhora ir em tal lugar</i> . Eu dizia para você: Então me dá	63
64	o endereço. Eu ia lá e batia na porta. Graças a Deus, todo lugar que eu fui eu fui atendida. Todos! Por	64
65	isso que eu falo para você. Se algum que você for e falar assim: <i>Você conhece o caso da dona Zélia</i>	65
66	<i>Ferreira?</i> Se falar para você: <i>Não!</i> É mentira. Conhecem, todos, todos, todos, todos. Eu tive	66
67	apoio na casa de [...] Das pessoas vítimas da violência. Soube inclusive que ela acabou. Eu nem sabia.	67
68	Por falta de financeiro. Você conhece? Ela fica lá do Setor Pedro. Não!? Era. Dr. Cíntia. Não sei se	68
69	você conhece. Dra. Aline, que é psicóloga também. A quem eu implorei muito. Eu implorei para trazer	69
70	a Dra. Aline. Eu falei: <i>gente! Pelo amor de Deus! Convoca uma imprensa do jornal nacional</i> . Por que a	70
71	mídia. Quando a [...] É igual ela falou mesmo para mim. Um dia ela me explicou. Ela falou assim: <i>Dona</i>	71
72	<i>Zélia, tudo a senhora tem sucesso enquanto a mídia está em cima. A hora que a mídia abaixa, acaba! É</i>	72
73	<i>um silêncio</i> . E é verdade. Se [você] ver. No início, Diário da Manhã, Popular, todo mundo queria ver	73
74	entrevista minha. Hoje! Ninguém nem fala. Você pode ver que quando tem qualquer coisa na	74
75	Assembleia, ou algum lugar que a imprensa está em cima, eles me procuram. Porque eles me	75
76	procuram? Porque é o foco deles vender, vender matéria, porque eu falo, eu desabafo. E a fala ainda	76
77	fica grande. Põe eu sempre em destaque. Falo não! Eu sofri já muito. Não! Eu queria justiça! Eu queria	77
78	não. Eu quero! Eu te falo francamente, do fundo do meu coração, nunca é tarde. Para vir a justiça. Sim.	78
79	Quando eu vejo a justiça ser feita de um caso aí. Porque ontem eu ví, de uma mãe que lutou durante	79
80	nove anos! A justiça foi feita! Então é meu caso. Eu não vou cansar de lutar. Por isso, se você puder me	80
81	entrevistar hoje, você pode vir. Se você tiver um amigo seu que você ver que é da confiança [e] quiser	81
82	fazer uma entrevista comigo, pode me procurar. Eu quero justiça! Sempre eu luto por justiça, num, num	82
83	seguinte! Que eu quero dizer para você, num termo assim! Não para amenizar a minha dor, mas, para	83
84	que evite de outras mães, sentir essa dor. Porque [...] Igual eu falei várias vezes: <i>Não gente! Pelo amor</i>	84
85	<i>de Deus! Quieta com isso. Eu quero justiça, para que outra mãe, não venha amanhã chorar aqui, da</i>	85
86	<i>forma em que eu estou chorando</i> . Eu criei meu filho com muito sacrifício, eu criei meus filhos com	86
87	muito amor, muita dedicação. Sempre batalhei para dar o bom e o melhor, dar um poder de mãe,	87
88	porque eu criei os filhos sem o pai. Eles tem o pai, mas a gente era separado. E na época que a gente	88
89	separou, ele tinha dois aninhos, esse menino. Então eu não tenho pensão. Eu acho que quando a gente	89
90		90

91	tem caráter e dignidade, a gente não precisa de humilhação para esse tipo de coisa. Eu acho muito baixo	91
92	quando uma mulher fica brigando por causa de pensão de filho. É só trabalhar porque trabalho não	92
93	falta. Todo trabalho é digno e unifica as pessoas. Não só o homem, mas como a mulher também. Então	93
94	eu quero justiça. Eu sei que nunca será tarde. O dia que Deus ver e, verdadeiramente, me enviar essa	94
95	justiça, eu quero um esclarecimento. Como é que você se chama mesmo? Valdir, assim: eu saber	95
96	mesmo. Falar assim: <i>Não dona Zélia! É verdade. O CLaudionor não suicidou.</i> Porque não existe	96
97	Valdir, possibilidade nenhuma do mundo, de ele ter [se] suicidado! Toda pessoa que eu converso. Toda	97
98	pessoa que a gente vai. Que vem o tema. Não tem essa possibilidade. A pessoa levou um tiro na nuca e	98
99	saiu aqui no meio da testa. Não tem lógica. Não é? <i>Então, então dona Zélia, realmente, o Estado, a</i>	99
100	<i>pessoa que fez isso vai ser punida, por isso, por isso [...] Vai pagar.</i> Porque a vida do meu filho, Valdir,	100
101	não tem preço! Não tem preço! Mas a punição me amenizava um pouco a minha dor. Você entendeu?	101
102	Eu tenho certeza para você, o dia que eu souber que alguém foi punido, e que o Estado está cumprindo	102
103	com o dever dele, eu tenho certeza para você, que essa dor vai aliviar um pouco, ela não vai doer da	103
104	forma que ela dói. Igual hoje minha colega estava falando para mim: <i>Zélia: você precisa de um</i>	104
105	<i>psicólogo. Você precisa fazer um tratamento.</i> Eu não tive esse tratamento até hoje, eu tive um pouco	105
106	com a Dra Aline, né, porque a Dra. Cíntia me indicou. Mas assim! [Não] foi suficiente para mim,	106
107	porque eu sinto, eu sinto uma mágoa tão grande, uma dor tão grande, tem dia assim que eu me dá	107
108	vontade [...] me isolar. Mas eu penso: <i>Meu Deus.</i> Você imagina! Meu marido não pode ver que eu chorei	108
109	já fica preocupado. A gente vive muito bem, Graças a Deus. Meu filho, não pode nem em sonhar para	109
110	saber que eu chorei. Você não imagina o quanto ele fica transtornado, sabe? Então, eu tenho que	110
111	segurar. Não é? Quem que segura para mim [emociona]. Eu tenho que ser muito forte, eu seguro na	111
112	mão de Deus todos os dias. Uma pessoa. O meu filho para mim, como sempre. Eu vou te falar, e muita	112
113	gente fala que filho para mãe não tem defeito. Não é? Sempre tem qualidade. Mas eu vejo meu filho [...]	113
114	Meu filho era [...] Ele era uma pessoa humilde, muito humilde! Nosso Deus! Faz muito [...] meu marido,	114
115	[para] você ver, que convive com ele desde que ele tinha mais ou menos seus quinze anos. [...] Uma	115
116	pessoa assim, que nunca foi agressivo dentro de casa, nem comigo nem com o irmão dele. Tinha um [...]	116
117	Na nossa casa sempre teve um espírito de paz, de amor mesmo, sabe? Muito estudioso, nossa! Meu	117
118	Deus! Nosso Deus! Se ver as coisas que ele desenhava, grafitava, e gostava de [...] ‘rap’. Meu Deus: ele	118
119	era fã de um ‘rap’, tanto faz religioso quanto [...] porque você sabe que tem o ‘rep’ religioso e o ‘rep’	119
120	doidão, <i>fank</i> [...] Mas ele não era de festa. Ele não gostava de festa. Nunca lembro de ver meu filho	120
121		121

122	numa festa, nunca vi meu filho dançar. E não bebia. Às vezes ele fumava, por esporte, às vezes ele	122
123	fumava, mas não tinha vício em fumar. Mas o problema do CLaudionor, Valdir, ele envolveu com	123
124	amizades, jovens da mesma idade dele, adolescente no colégio. Isso [...] isso começou a tragédia.	124
125	Começou pelo colégio, porque eu sempre eu puxava da minha forma. Os amigos queriam puxar da	125
126	forma deles. Portanto, ele morreu aqui dentro, dentro da casa ali, ao lado de uma pessoa que se dizia	126
127	amigo dele, [e] que não era. Que inclusive morreu. Você ficou sabendo? Então, aquilo ali eu sempre	127
128	dizia: <i>meu filho</i> . Olha! Eu fui uma mãe assim, tão severa com meu filho Valdir, que eu cheguei [...] Está	128
129	meu marido ali que ele pode falar isso [...] A trancar ele dentro de casa, para não ter amigo aqui na porta,	129
130	para não ter amigo chamando, não ter amigo para: <i>Ah! CLaudionor, vem aqui! Ah! CLaudionor vamo</i>	130
131	<i>ali!</i> Entendeu? Mas, chega um ponto que você não dá conta! Eu saía! Deixava ele trancado, aqui dentro	131
132	de casa. Eu deixava ele no quintal, mas o portão eu deixava trancado. Aí, depois eu fiquei com dó,	132
133	porque aí eu pensava: <i>meu Deus do céu, já pensou que remorso? Eu chegar um dia, meu filho tiver [...]</i>	133
134	Eu passei, tirei cópia da chave e dei para ele. Nunca [se] negou de abrir o portão para ninguém. Eles [os	134
135	policiais] falam que ele recusou[-se] [a] abrir o portão: mentira! Ele era orientado pelo tenente Cerilo e	135
136	pelo coronel, coronel [...] Meu Deus do céu, como é que ele chama? ele está lá no comando geral hoje [...]	136
137	Ah! Não lembro o nome dele agora não. Ele veio umas três vezes aqui em casa, fez uma visita para ele,	137
138	mais o tenente Cerilo. Via nele igual uma pessoa normal. Eu nunca vi nada estranho no meu filho.	138
139	Inclusive eu perguntava para o coronel [...] Inclusive até um dia eu falei para o coronel dele, porque eles	139
140	fizeram uma perseguição. Valdir, ocorreu o seguinte: começou que um dia eles [o] prendeu no colégio.	140
141	Outra vez tornou a prender ele no colégio novo, porque ele saiu do outro colégio. A polícia. E eles	141
142	fizeram tipo uma perseguição, uma marcação com ele, você entendeu? Mas nunca! Nunca! até hoje,	142
143	como Deus no céu e essa luz me iluminando, eu nunca tive provas. Eles nunca me mostrou prova de	143
144	nada contra meu filho, você entendeu? Então, quer dizer que ele não tinha nada errado. Se tivesse com	144
145	uma coisa, algo de errado com ele, tinha que ter provas. Então, o dia que eles mataram ele mesmo aqui,	145
146	dizem que ele tinha roubado uma caminhonete. Dizem que a caminhonete estava aqui dentro de casa,	146
147	aqui dentro do meu quintal. Olha que coisa mais absurda do mundo que você pode acreditar. Quando a	147
148	caminhonete entrou e quando ela saiu que nós não vimos, nos não sabíamos dessa caminhonete. Tinha	148
149	gente trabalhando aqui, pedreiro, eu tinha empreitado serviço. Todo mundo era testemunho. Meus	149
150	vizinhos aqui ó, em peso, você pode fazer pesquisa, perguntar meus vizinhos como era o Claudionor	150
151	aqui. Todo mundo gostava do meu filho. Meu filho não era brigão, nunca nós ficamos sabendo que ele	151
152		152

153	envolveu, assim, em briga, sabe. A última vez que eles pegaram ele aqui em casa? Foi um dia, seis	153
154	horas da tarde. Até minha vizinha aqui do lado que me ligou e falou assim: <i>Dona Zélia do céu, a</i>	154
155	<i>polícia pegou o CLaudionor aqui! Bateu no portão e ele abriu! Levaram ele lá para dentro ô! [som de</i>	155
156	<i>surra], detonaram ele. Revirou toda a minha casa, meu barracão lá! Toda! Tudo! Você sabe o que é</i>	156
157	<i>jogar tudo no chão. Tem foto lá na casa de apoio, todo mundo tem a foto lá, porque eles revelaram. Eu</i>	157
158	<i>tenho foto também lá no ministério público. Levamos! Aí eu cheguei aqui, a dona Ana me ligou [e] eu</i>	158
159	<i>vim correndo. Cheguei aqui [...] Eu não estava. Aí a dona Ana falou: Gente pelo amor de Deus! Porque</i>	159
160	<i>ela sempre pedia, toda vez que eles vinham aqui. Três vezes, aqui em casa, perturbar ele aqui em casa.</i>	160
161	<i>Uma vez eles pegaram ele no colégio, mas as outras duas vezes, todas as vezes [...] Na porta de casa.</i>	161
162	<i>Na terceira vez eles mataram ele. Você entendeu? Uma vez foi seu Firmino que veio. Que é um vizinho</i>	162
163	<i>meu que mora do lado. Falou para eles: pelo amor de Deus, [o que] vocês estão fazendo com esse</i>	163
164	<i>rapaz, toda vez vocês tem uma perseguição com esse rapaz. Rapaz dentro de casa, vocês vem</i>	164
165	<i>prejudicar, judia do rapaz. Oh! O Senhor fica na do senhor, o senhor não está [...] não fala nada, ta</i>	165
166	<i>bom? Mas, não levou preso, graças de Deus. Da outra vez eles levaram ele preso, judiou demais do</i>	166
167	<i>meu filho. Valdir do céu, deixou um bilhete deste tamanho, que todo lugar que tem um inquérito, tem</i>	167
168	<i>um bilhete. Você viu ele? Tem um bilhete escrito assim oh!: Dona Zélia, seu filho está detido na DEIC.</i>	168
169	<i>Mentira! Estava não. Um bilhete, um papel azul, que eles deixaram ele pregado lá na geladeira. Não</i>	169
170	<i>estava na DEIC. Nós rodamos para tudo quanto é lado. Aqui eu encontrei apoio, eu devo um favor</i>	170
171	<i>imenso que só Deus paga, para Dra. Luciana. É. Filha do Davi Aparecido. Ela é uma pessoa</i>	171
172	<i>maravilhosa. Dr. Francisco também é delegado, né? Então, são pessoas que me deram apoio naquele</i>	172
173	<i>dia. Eles abraçaram comigo. Eu desesperada na Deic: Quero meu filho! Quero meu filho! Que o bilhete</i>	173
174	<i>está aqui, ta escrito na Deic! Nós fomos em tudo quanto é sala, tudo quanto é sala que nós tínhamos</i>	174
175	<i>para olhar, olhamos. Não. Ele não está aqui dona Zélia: Cadê o CLaudionor? A gente está. CLaudionor</i>	175
176	<i>passou por aqui? Não. Porque [...] Uai? Se o delegado não tinha conhecimento dele, quem teria então?</i>	176
177	<i>[pausa] Mentira! Eles tinham pagado meu filho, levado para uma quebrada aí, oh! judiaram do meu</i>	177
178	<i>filho numa casa aqui no Campelo. Judiarão dele, fez afogamento, torturaram meu filho numa casa aqui</i>	178
179	<i>no Campelo. Eu fui encontrar meu filho uma hora da manhã! Com toda correria que você pensar, de</i>	179
180	<i>delegacia em delegacia, porque o Dr. Francisco mais Dra. Luciana chamou um policial lá na Deic e</i>	180
181	<i>falou: oh! faça correria, mostra o seu papel de [...] sua profissão, seu trabalho. Pegue esse telefone,</i>	181
182	<i>seja digno. Liga via Copom, localiza o CLaudionor. É seqüestro. A polícia sequestrou. E aí, nada! Oh!</i>	182
183		183

184	Não acharam. Dizendo eles, não acharam, não acharam. Aí veio para o quarto distrito e aí	184
185	eu localizei lá um amigo da gente que é um policial. Porque é igual eu falo para você: <i>no meio dos</i>	185
186	<i>trigos tem joio</i> . Alí eu encontrei uma pessoa que me deu apoio, que [...] uma pessoa maravilhosa. Ele me	186
187	pediu, todo tempo que ele fez isso ele pediu, falou: olha dona Zélia, é o Aurélio, você nunca revele meu	187
188	nome. Né? Foi uma pessoa que localizou meu filho. Eles estavam com ele. A Rotam estava com ele nas	188
189	quebrada. Ele ainda ficou bravo no telefone, falou: olha, mas vocês, porque vocês levaram ele para lá,	189
190	vocês tinham que [ter] trago ele para cá. Ele pertence a nós. Não sei [se] alguém estava com ele. <i>Olha</i>	190
191	<i>dona Zélia, porque daqui meia hora ele está chegando com ele no segundo DP, lá em Aparecida</i> . Nós	191
192	vazamos para lá. Chegando, fui muito humilhada Valdir. Quando eu vi meu filho, sabe. O safado,	192
193	sargento da Rotam sabe, me desacatou, me chamou de [...] só não chamou de gato, de cachorro, não sei	193
194	nem porquê? A hora que eu vi meu filho, que meu filho me viu [...] Você sabe, seu filho, se tiver no	194
195	apuro, a hora que ele te ver ele vai gritar: <i>Papai!</i> Ou se for: <i>Mamãe!</i> Ele vai falar. Ele lá no meio	195
196	daqueles urubus tudo de preto lá, quando ele me viu, ele falou: <i>Mamãe!</i> Eles falaram para ele: <i>Cala a</i>	196
197	<i>boca!</i> Sabe. Aquilo para mim foi muita humilhação. Isso, até aquele momento, o delegado veio abraçar	197
198	comigo, porque esse povo são muito falso, sabe Valdir. muito falso. Eu não assinei nada lá. Ele falou:	198
199	<i>dona Zélia quando liberar seu filho, você vai levar seu, ninguém tem prova contra seu filho, dona</i>	199
200	<i>Zélia</i> . Olha, esse povo rodou com esse menino, disse que eles foram com ele no quartel da [...] você deve	200
201	ter visto que tem o nome dele. Odeio aquele homem, sabe. E aí porque disse que foi pela ordem dele	201
202	que eles fizeram as tortura com ele. Daí o delegado liberou meu filho e eu vim embora. O safado desse,	202
203	do [...] do [...] do magrelo da Rotam, falou assim, para mim assim: <i>você é a mãe do CLaudionor, você</i>	203
204	<i>não tem vergonha de ser a mãe desse vagabundo não?</i> Eu [...] eu [...] tinha uma aliança no dedo dele, eu,	204
205	chorando ainda falei assim para ele assim: <i>Escuta aqui, sua mãe tem vergonha de ser sua mãe?</i>	205
206	Perguntei: <i>você é casado não é?</i> Ele agachou assim ó, de frente, igual estamos nós dois assim. Ele ficou	206
207	de cócoras de frente comigo, e falou assim, para mim assim: <i>Sou. Tenho dois filhos. Porquê?</i> Eu falei	207
208	assim: <i>Pensa você, da mesma forma que você está falando essa palavra para mim, está doendo em</i>	208
209	<i>mim, sua mãe, sua mãe também dói nela, a mãe dos seus filhos, dói pelos seus filhos, né? Então é só</i>	209
210	<i>isso que eu quero te falar. Dói muito, fala isso não</i> . Na hora que você sai de casa sua esposa deve pedir	210
211	a Deus e tudo quanto é Santo para te livrar das maldades. Faz isso não! Isso dói muito. <i>Ah! É porque</i>	211
212	<i>não tivemos prova nenhuma contra esse vagabundo. Tivesse provas contra esse vagabundo, senhora ia</i>	212
213	<i>poder considerar um homem morto. Tinha dado muito tiros na cabeça. Mas meu maior sonho é dar um</i>	213
214		214

215	<i> tiro no meio da cabeça dele! Falou desse jeito para mim. Você acredita? O tenente. Dizem que ele</i>	215
216	<i> chama o tenente. Está escrito na coisa dele aqui que é um tenente. E esse sonho ele realizou [em</i>	216
217	<i> pranto], Entendeu? Na terceira vez eles estiveram aqui? Aí na terceira vez eles já não levaram ele, você</i>	217
218	<i> ver: entraram dentro, quatro homem, porque meus vizinho viram, escalou o muro daqui. Escalaram o</i>	218
219	<i> muro daqui, subiram, não tinha cerca, estava arrumando para por a cerca, sabe [prantos]. Porque meu</i>	219
220	<i> filho me pediu, ele falou: Mamãe, põe cerca elétrica, põe câmara. Falei: Filho, você está sendo</i>	220
221	<i> ameaçado, meu filho? Porque o, o, o porque o coronel Valci falou para mim, falou para ele: Olha</i>	221
222	<i> CLaudionor, qualquer ameaça você que tiver, você pode recorrer na, no Ministério Público. Quando a</i>	222
223	<i> gente foi lá, olha Valdir, fazer essa, essa queixa, porque foi no dia que eu cheguei uma hora da manhã.</i>	223
224	<i> Quando eu cheguei aqui em casa, e falei: Filhos agora vocês vão banhar, porque meu filho caçula</i>	224
225	<i> estava na Silcar [empresa]. Vocês vão banhar, enquanto a mamãe faz a janta, porque aí, assim,</i>	225
226	<i> enquanto vocês jantam mamãe banha. Você ver, uma e meia da manhã. Eu estou. Quando eles tiram a</i>	226
227	<i> roupa perto de mim, ele tirou a camisa assim, o caçula [o irmão] tirou o uniforme do trabalho e ele tirou</i>	227
228	<i> a camiseta. Aí Valdir, foi a mesma coisa que você tivesse cortado meu coração! As costas dele toda</i>	228
229	<i> riscada de faca. Furada assim ó! bem aqui assim, sabe! Furado mesmo! Estava sangrando. Aí eu fui</i>	229
230	<i> olhar ele em detalhe, lógico, cheguei de pertinho dele e falei: Meu filho o que que é isso, meu filho? Ele</i>	230
231	<i> falou: Olha Mamãe eu não morri hoje foi por Deus. Acho que é porque a senhora tem muita fé em</i>	231
232	<i> Deus, a senhora ora muito. Foi por Deus que eles não me mataram mamãe. Eles me afogaram, eles me</i>	232
233	<i> amarraram trêm no meu pescoço, sentava em cima de mim mamãe. Eles [...] Mamãe do céu, eles me</i>	233
234	<i> judiaram demais, mamãe! Mamãe foi não sei quantas horas de tortura. Você ver, eles pegaram ele</i>	234
235	<i> aqui eram três horas da tarde [prantos]. Eu fui pegar meu filho uma hora da manhã. Com certeza eles</i>	235
236	<i> estavam oh! Tortutando ele o tempo todo. Aqui oh! Pusaram pano molhado nele, assim, para botar</i>	236
237	<i> choque. Aí eu fui ao Ministério Público no outro dia cedinho. Falei: Não meu filho, eu vou arcar uma</i>	237
238	<i> denúncia, não posso deixar mais acontecer o que está acontecendo. Já é a terceira, a segunda vez que</i>	238
239	<i> faz isso. Ele falou: Mamãe, posso te pedir um favor? Faz isso não mamãe eles vão me matar. Eles</i>	239
240	<i> falaram que vão me matar. Eu falei: Por isso mesmo que eu vou no Ministério Público! E eu Valdir,</i>	240
241	<i> tenho um arrependimento. Eu não devia ter feito aquilo, né? Eles marcaram para matar meu filho. Tu</i>	241
242	<i> acredita que foi por causa disso. Porque eles falaram para ele que aquele dia ele tinha escapado, mas</i>	242
243	<i> depois ia matar mesmo. Oi meu filhinho caçulão. O Valdir meu filho é o psicólogo. Então tá meu filho,</i>	243
244	<i> tá! É. É a fotocópia. E os outros [...] todo mundo pensa que eles são gêmeos. Mas não é nada, são dois</i>	244
245		245

246	anos de diferença. É. Aí Valdir, como eu estava te falando, sabe, começou aquela, aí começou aquela	246
247	[.] eu acho que ele recebia ameaça. Ele não falava [.] É. Porque aí nos chegamos no Ministério Público	247
248	e foi muito bem recebido, eles fotografaram ele de todo jeito, e mandou para o IML, fez laudo e	248
249	constatou tudo. Inclusive hoje eu estava, a hora que você chegou, eu estava achando que eu iria pedir	249
250	para a minha amiga, eu queria tanto Valdir ter acesso aquelas fotos, as fotos ficam tão bonitas [...]	250
251	Chamou a pessoa, né, e tirou as fotos tudo ali. Foi lá no Ministério Público mesmo, uma sala, que fez.	251
252	Só ele e eles lá, tiraram todas as fotos. Tiraram todo jeito, fotos dos dedos, da mão, porque inchou a mão	252
253	dele toda né? Só não tirou assim para baixo, mas aqui para cima tem foto dele de todo jeito, sabe.	253
254	Porque ele [é] branquinho, então ele estava bem detonado, sabe. Dava para ver as manchas, as lesões	254
255	bem legíveis. Então, eu estava falando para ela, que eu queria ver, em nome de Jesus ainda vou	255
256	conseguir aquelas fotos, ainda. Oi meu filho? Deus te abençoe, vai com Deus. Então é desse jeito ai ó.	256
257	Do jeito que você está vendo esse filho aí é o outro [em prantos]. É igual esse filho meu, é igual eu	257
258	fazia com o outro, tudo que eu podia fazer para o meu filho eu fiz. Pediu para não tirar meu filho de	258
259	mim. O Dr. Charles pediu, lá do Ministério Público. <i>Dona Zélia tira o CLaudionor daqui, a policia</i>	259
260	<i>invocou com ele, sabe, tirar o CLaudionor daí, amanhã ele está lá envolvendo com outra amizade.</i>	260
261	<i>Gente que não deve, não teme. Porque eu vou correr? Isso CLaudionor: Para quê que eu vou sair de</i>	261
262	<i>perto da senhora mamãe? Se eu não devo. Eu não vou, mamãe, eu não vou [.]</i> Eu vou com você filho,	262
263	eu vou com você meu filho, mas eu quero tirar você daqui. Porque eu, com as pessoas, eu não tinha	263
264	nada assim, gente amigo dele com ele não, o meu problema era a policia, como foi a policia, porque foi	264
265	uma perseguição que eles fizeram com ele. Igual esse dia que eles torturaram ele, ele falou assim, que	265
266	eles queriam que ele assumisse coisas, sabe, roubo, coisas errada. É assumir: <i>assume que nós não judia</i>	266
267	<i>de você. Assume isso que nós vai poder te levar [.]</i> Ele disse que eles falavam assim. Isso ele falou lá	267
268	no Ministério Público: <i>Pode me picar em pedacinhos. Vocês pode me picar, que eu não vou assumir</i>	268
269	<i>uma coisa que eu não fiz. Eu não vou assumir uma coisa que eu não fiz.</i> Por que eu sempre ensinei para	269
270	os meus filhos Valdir, a dignidade, a honestidade. Quando a gente não deve, a gente não teme. E é por	270
271	isso que eu falo para você, e falo em qualquer lugar, em qualquer imprensa, e falo de peito aberto: Eu	271
272	não devo, não devo, por isso eu não temo tá? E aí eu falei para ele, mas CLaudionor. Inclusive ele não	272
273	queria nem [.] porque demorou atender a gente lá, ele não queria nem ficar. Ele falou: <i>Não! Vou</i>	273
274	<i>embora mamãe! Vamos parar com isso! Ele vão me matar, mamãe! A senhora quer ficar sem eu</i>	274
275	<i>mamãe?</i> Eu e esse aqui ó, porque ele matou serviço e eu também. Nós fomos né, procurar a justiça:	275
276		276

277	<i>Não Claudionor. O caçula: Não Claudionor. Não maninho, não é justo, o que fez com você não existe uma coisa dessa, maninho. Tem que [...] né? E se eles me matar? Ele fala né? E ele fez [...] Ele perguntou uma duas vezes quando eles vieram aqui em casa: E se eles me matar? O coronel dizia: Eles não podem fazer isso. Tenente Cerilo, você conhece muito bem, porque eu não sei se ele ainda faz parte dos direitos, dos direitos humanos. Não dona Zélia, não pode acontecer isso! Jamais, eles não podem fazer isso. Mas se eles pularem o muro, e vir aqui me matar. Eles já sabiam, porque ele deve ter feito, falado para ele as torturas que eles faziam, na pressão junto com ele. Ele falava: Mas eles não podem, se [...] foi a hora que o Daniel falou assim: Não! Se eles virem Claudionor, então você não! Não abre o portão! Não abre o portão, Claudionor! Se você olhar e viu que é policial, você não abre o portão! Ai, ele pegou e falou assim: mas eles podem pular o muro. Ai não! Claudionor, não pode! Se eles pularem o muro e lhe matar, o Estado tem por obrigação de indenizar sua mãe, porque é invasão de domicílio, e mais não sei o quê. Ai eu, cheguei assim falei: Tenente, Deus! Deus! Coronel Daniel, pelo amor de Deus, não fala uma coisa dessas! Não fala uma coisa dessas porque não tem dinheiro no mundo que paga um filho para uma mãe! Eu peço, eu para mim, pode juntar todo dinheiro do mundo, que eu não vou aliviar essa dor [prantos], você entendeu? Dia 03 de setembro de 2004. Vai fazer quatro anos, a contar de amanhã um mês [prantos]. E para mim parece que foi ontem. Você entendeu? Então, igual eu falei para minha amiga [prantos] aquele momento que eles entraram aqui dentro, ele deve ter pensado tanto em mim. A minha vizinha aqui do fundo, a dona Ana, disse que ele falava assim: [prantos]. Oh! meu Deus, e a mamãe, meu Deus! A mamãe vai sofrer demais, meu Deus, a mamãe! Porque sabe, aonde ele estiver ele sabe, meu amor por ele é infinito [Pausa], eu nunca vou deixar de amar, Nunca! Nunca vou deixar, vou esquecer dele. Eu tive um sonho, você acredita? Eu tive um sonho. Foi numa sexta-feira. Eu sonhei da quinta para sexta. Valdir, eu dormia aqui, eles dormiam lá embaixo, os dois. Tem o quarto dos dois lá embaixo. Para botar mais privacidade para eles, tem um quarto lá também, mas não tinha porta, [não] tem a porta. Ai, eu falei assim: Ah! Mas para não tirar a privacidade. Jovem eles querem ouvir música até tarde, querem assistir filme [...] Eu, como trabalho, jovem não tem canseira fácil. Então, ele também trabalhava, meu filho era pintor, sabe [prantos]. Mas assim, ele era autônomo, né? Agora o Augusto, toda vida teve um emprego fixo. Mas eu sonhei, eu ouvir até o disparo do tiro, você acredita? Eu levantei apavorada e saí correndo! Antes disso, Valdir, eles tentaram entrar na minha casa, um dia, duas e meia da manhã! Você tem acesso disso a essa, essa, essa coisa? Atiraram no meu portão. Eu tinha um, uma parati, a bala atravessou a parati de um lado para o outro. Parou aqui, bem</i>	277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307
277		277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307

308	aqui assim ó, do lado de lá, se pegasse na parede ia varar aí afóra, porque porta é de vidro. Aí a hora	308
309	que deu o tiro, eu acordei, os vizinho, todo mundo apavorado, foi numa moto, um cara numa moto. Aí,	309
310	eu levei ao conhecimento, porque de manhã, isso foi numa sexta para sábado, e no sábado a gente	310
311	estava ali fora, de manhã cedinho eu sai, porque o [...] esse aí, foi buscar pão, aí às vezes já fica	311
312	apavorado. Na hora que eu e meu marido levantamos, porque nós vimos, nós descemos correndo lá	312
313	para baixo. Porque nós vimos que era aqui dentro de casa que tinha acontecido. Na verdade era mesmo,	313
314	foi aqui dentro da área porque ele atiraram do portão para cá. Nós fomos, quando nós subimos, porque	314
315	nós [...] porque a hora que sobe assim, que ver a barreira, foi um rombo no portão. Dois buracos	315
316	enormes no portão. Meu marido, por Deus que eu estou te falando. Meu marido esmoreceu as pernas.	316
317	Falou: <i>Amor do céu, foi aqui!</i> Sabe. Porque a hora que nós chegamos lá de baixo, tudo bem? Falei:	317
318	<i>Graças a Deus!</i> Ajoelhei e falei: <i>Senhor muito obrigado! Graças a Deus, não foi aqui.</i> Mas ficamos	318
319	atentos. Eu chamei a polícia. Nisso os vizinhos já tinham chamado. Você ver, veio tanta viatura. Você	319
320	ver [...] você acredita que não tem essa ocorrência? Aí eu fui lá ôh!, no bairro, e fiz a ocorrência. No	320
321	outro dia: não tem ela. Mas eu tenho a cópia, porque na hora que você faz, eles te dão uma cópia. Aí o	321
322	policia! chegou, eu falei assim: <i>Moço do céu, pelo amor de Deus, até quando a gente vai ter paz nessa</i>	322
323	<i>vida!</i> Ele falou assim: <i>Só quando morre, e olha lá ainda.</i> Desse jeito! Eu queria por tudo, achar a bala,	323
324	tirar a bala, sabe. Queria pegar o, como é que fala? Os projetos. A sorte [...] Deus é tão bom! tão bom!	324
325	tão maravilhoso! Uma ele achou, que é a que veio aqui na porta, ela caiu. Mas a que entrou na parati,	325
326	alojou [...] Não sei como que ela [se] alojou na parati. Essa nós tiramos e ele levou. Aí, eles tem uma	326
327	pesquisa lá que eles sabem quem usa e quem não usa. Isto! [bate palmas] E nós estávamos de manhã,	327
328	como eu estava te falando, meu [...] eu abria o portão todo dia para ver se meu filho ia vir, porque a	328
329	gente já ficava assombrado. Passou um policial, que conheço ele, do quarto distrito [...] você entendeu?	329
330	Ele estava arrumando um cigarro, andava até com a camisa para o lado de fora. Ele ainda fez assim ó!	330
331	Com a camisa para eu ver o cabo da pistola. Eu tenho certeza para você, que foi para eu ver, para me	331
332	intimidar. Entendeu? Ele foi até lá na esquina e voltou [tosse]. Aí, mais tarde, veio o motoqueiro, que	332
333	foi o que atirou. E o leiteiro estava entregando o leite. E nós estávamos conver [...] ou! A minha vizinha	333
334	conversando com o leiteiro, o movimento que tinha sido, porque ninguém mais dormiu. Anotou a placa	334
335	da moto e me passou. E meu filho, esse que morreu, ele era muito, vou dizer para você, ele desenhava,	335
336	você falava CLaudionor, desenha isso assim! Ele desenhava. Passou [...] pegou o caderno, desenhou o	336
337	modelo da [...] da roda da moto que encostou ali na areia. Porque ela encostou de frente [...] Para o portão.	337
338		338

339	E entregou na mão da corregedoria. Então, aí eles não sabiam quem era. Aí, uns três dias depois, o	339
340	tenente me procurou, mais o coronel e falou assim para mim, que sabia quem era. Que era a mesma	340
341	peessoa da corporação, assim, assim, assim. E essa pessoa tinha muito, sabe. Aí [tosse] passou. Quando	341
342	foi esse dia, que eles mataram ele, na quinta e na sexta eu sonhei. De novo os disparos, nossa senhora!	342
343	Me deu aquele desespero. Corri lá para baixo, cheguei, eu cheguei lá embaixo, os dois dormindo [...]	343
344	igual anjo, a coisa mais linda [risos]. Eu ajoelhei na beirada da cama, pus a mão em cima de um [...] mão	344
345	em cima da outra e fiquei orando, agradecendo a Deus. Porque Graças a Deus não tinha acontecido	345
346	nada. Até aí, eles acordaram. Todos dois acordou, porque viu eu chorando. Aí eles acordaram [e]	346
347	falaram: <i>Mamãe, o quê que foi mamãe? O quê que foi mamãe? O quê que foi?</i> Eu falei: <i>Não filho!</i>	347
348	<i>Graças a Deus que foi só um pesadelo meu filho! Graças a Deus! Não foi nada, é um pesadelo. Pode</i>	348
349	<i>dormir.</i> Aí ele levantou, foi fazer o café. Ele fazia o café todo dia de manhã para mim. Levantou foi	349
350	fazer o café. Não ele falou: <i>Tomando café.</i> Aí eu falei para ele assim: <i>Olha meu filho, pelo amor de</i>	350
351	<i>Deus meu filho, vai embora hoje, lá para a casa do vovô.</i> Meu pai tinha sonhado com ele na quarta-	351
352	feira, e meu pai me ligou na quinta! <i>Nenem, manda o CLaudionor para cá, pelo amor de Deus, eu</i>	352
353	<i>sonhei com ele!</i> Aí ele: <i>Não mamãe, não vou não, vou amanhã.</i> Isso era na sexta. Porque foi de quinta	353
354	para sexta que eu sonhei, acordei, já desci, não dormi mais. Aí o caçula acordou também. Aí ele: <i>Não</i>	354
355	<i>amanhã nós vamos né maninho?</i> Porque era no sábado. O meu filho sempre trabalhou até meio dia.	355
356	<i>Então amanhã nós vamos mamãe, vou arrumar a mala, deixar tudo arrumadinho, a hora que o</i>	356
357	<i>maninho chegar do serviço, nos pegamos o ônibus e vai. Mas amanhã mamãe, hoje não. Hoje eu vou</i>	357
358	<i>arrumar a casa para a senhora, porque ele que zelava da casa para nós [tosse]</i> Ele, sempre mais ele	358
359	ficava em casa: <i>Vou dar uma faxina geral nessa casa, encerrar. Por que a senhora vai, em setembro</i>	359
360	<i>mesmo, eu vou ficar uns trinta dias fora daqui.</i> Desse jeito. Era. Iria ficar quinze dias com meu pai, e	360
361	quinze dias com o pai dele. <i>Então tá bom meu filho.</i> Será quem que abriu aqui? Dá uma olhada aí Zélia.	361
362	[barulho] Deve ter sido alguém daqui de casa mesmo. Aí, eu falei assim: <i>Não meu filho, vai hoje, meu</i>	362
363	<i>filho. Hoje lá no ponto de ônibus, eu fiquei sabendo que mataram o filho da Adelaide, uma amiga</i>	363
364	<i>minha que é costureira também ali debaixo.</i> Ele falou assim: <i>É mamãe, a senhora ficou sabendo?</i>	364
365	<i>Mamãe, eu fiquei sabendo também. Matou o juninho e mais um outro lá. A polícia, abordou eles, eles</i>	365
366	<i>vinha vindo do serviço, tomou um tiro neles, ali perto do [supermercado] Comprebem, ainda [...] at eles</i>	366
367	<i>[...] em vez de eles ficarem quietos, chegou na casa deles, a mãe dele.</i> Dalí visitando é só perguntar:	367
368	<i>Falou para ela: mãe amanhã eu vou fazer uma queixa daqueles policiais.</i> Já tinha inaugurado o	368
369		369

370	comando ali, que é o segundo comando: <i>aqueles policiais me tomaram meu dinheiro ontem uai, 150,00</i>	370
371	<i>reais. Meus vales, eles me tomaram meu dinheiro, ainda juntaram eles e maltrataram eles da forma</i>	371
372	<i>como ele maltratou. Passou lá [e] fez a ocorrência. Na hora que ele vinha embora, bem no campo, onde</i>	372
373	<i>ele jogam bola, eles mataram ele sabe? Quer dizer [que] tinha alguém lá que avisou para alguém, a</i>	373
374	<i>viatura certo! Teve gente que viu quando ele mataram, pegou ele, pôs dentro da viatura [e] saiu com ele</i>	374
375	<i>do local. Quer dizer, atirou e saiu com ele para não morrer de certo. Aí, ele falou: A senhora ficou</i>	375
376	<i>sabendo mamãe? Eu falei: fiquei sabendo. Mas é uma covardia mamãe. Eu falei: pois é meu filho, vai</i>	376
377	<i>embora daqui também. Vai meu filho. Eu tinha recebido meu décimo terceiro: Mamãe recebeu o</i>	377
378	<i>dinheiro dela, vai meu filho, não fica aqui não meu filho, pelo amor de Deus, você sabe que eu amo</i>	378
379	<i>você demais da conta, meu amor por vocês não, não tem limite! Eu amo você, você sabe. Ele falou:</i>	379
380	<i>Mamãe eu sei disso. Eu comecei a chorar e ele abraçou comigo: Mamãe eu amo a senhora demais</i>	380
382	<i>também. Eu falei: Olha meu filho, você imaginou meu filho. Você imagina meu filho, se você cair</i>	382
383	<i>preso, por uma coisa que você não deve. Não é justo. Ele pegou e falou [.] E eu não vou lá te ver não!</i>	383
384	<i>Falei para ele. Porque eu estou te dando conselho. Vai! sai daqui! sai daqui! Esse povo, o tenente já</i>	384
385	<i>falou que eles pode arrumar uma “casinha”, uma coisa para você cair. Qualquer coisa ele arrumaria</i>	385
386	<i>para ele cair de gaiato. Aí ele falou Não. Não vou não! Amanhã eu vou. Amanhã quando o Sula chegar</i>	386
387	<i>nós vamos. Chora não mamãe, eu amo a senhora demais. Olha Mamãe eu comprei um cartão pro meu</i>	387
388	<i>celular. E ele disfarçou sabe. E a senhora não [.] ele para senhora não? Que o meu celular é Tim, o da</i>	388
389	<i>senhora é Claro, e eu comprei Claro mamãe, parece que era para senhora mesmo. Aí eu falei: Então</i>	389
390	<i>tá meu filho. Eu tinha posto vinte reais de crédito no meu celular, e ele tinha comprado um de vinte.</i>	390
391	<i>Então pôe uai! bom demais! Aí você [.] foi por. Você não há de ver que tinha esquecido de colocar o</i>	391
392	<i>celular para carregar. Sou mestre de esquecer. Meu marido [é] que sempre pôe, e ele não estava aqui.</i>	392
393	<i>Esqueci de por o celular para carregar. Então vamos por ele para carregar. Enquanto nós vamos</i>	393
394	<i>conversando, ele vai pegando a carga e eu ponho [os créditos]. Não [.] o trem não dava para pegar,</i>	394
395	<i>sabe? E a gente com pressa para ir trabalhar logo. porque vai [.] sai cedo de casa. Ele falou: Não</i>	395
396	<i>mamãe deixa ele aí, depois, eu [.] porque ele pega carga eu digito ele [os créditos] para senhora ou</i>	396
397	<i>então o caçula. caçula você digita o [.] o código aqui para a mamãe, depois? Ta bom! deixa aí, eu vou</i>	397
398	<i>dormir mais um pouquinho. Porque ele levanta na última hora. Aí, pá [.] eu despedi deles, beijei meu</i>	398
399	<i>filho, ele beijou eu, e eu fui embora trabalhar. E [.] sempre que eu saía de manhã, um policial passava</i>	399
400	<i>de moto, aqui na rua debaixo. Agora que fez o muro aqui não vê. Sempre eu reparava, eu passei um</i>	400
401		401

401 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432	<p>canto do muro da minha casa, eu reparava com ele passando para lá. Eu acho que seguindo, vendo a hora que a gente saía de casa, a hora que meu marido saía, o meu filho [...] o último a sair era meu filho. Esse. Eu [...] meu marido sempre me levava no ponto de ônibus. Nesse dia mesmo, meu marido chegou [...] Nós íamos chegando no ponto de ônibus, nós vimos o cara no canto do muro da casa, lá de baixo, [do] ponto de ônibus: o cara escondeu. Com certeza era policial que estava de tocaia, para fazer alguma coisa, igual eles fizeram. E eu fui trabalhar. Eles entraram aqui [...] para você ver, o laudo tem [...] três laudos da morte do meu filho. Eles entraram aqui, minha vizinha fala, porque inclusive a gente puxou na Telegoiás, que a lista telefo [...] a conta do telefone é a prova. Que ele fizeram uma ligação, era oito e trinta e dois (08h32m), quando ele pediu ajuda para uma advogada, sabe. porque a gente assim [...] uma pessoa que [...] muito amiga. E ele ligou para ela pedindo ajuda, porque [...] porque eles estavam invadindo a casa. Ela certamente orientou ele de não reagir, ficar quieto. Não sei qual foi a orientação dela, porque a Dra. Míriam nunca mais a vi ela, entendeu? Nem faço questão de ver também! Por que dizem que ela não veio, entendeu? Meus vizinhos já ligaram para tudo quanto é lado, comando, porque quando eles vieram aqui, que fez entrevistas com os vizinho, deixou os telefone todos de contato, com meus vizinhos, porque qualquer coisa anormal que eles percebessem, ligassem. Não vieram. Veio assim, depois que [...] Você ver, eles mataram meu filho de manhã. Eu cheguei aqui em casa Valdir, já era mais ou menos umas onze e dez (11h10m). Do terminal eu liguei [...] aqui. Porque quando é [...] começou os tiroteio, meus vizinho disseram que parecia assim, coisa de filme. Quando você vê no Rio [...] que acontece aquelas coisas no Rio de Janeiro. E os vizinhos pensaram: <i>meu Deus do céu o quê que será isso</i>. O vizinho ligou para minha cunhada, conversou com minha cunhada. Minha cunhada desceu, pegou o mototáxi e veio [prantos]. Eles não deixaram minha cunhada [se] aproximar. Valdir, dizem, dizem, porque eu não vi, mas dizem que essa área aqui assim ficou tomada de polícia. Ninguém [se] aproximava, ninguém aproximava, entendeu? Ai o doutor, o tenente Cerilo chegou aqui, já era bem tarde já, quase na hora de eles saírem com o corpo. Porque eu cheguei [...] o sonho meu Valdir [...] porque a pessoa que eu vi no sonho, [um] policial magrinho, ele [...] com a camisa que eu vi ele no sonho, camisa azul de bolinha, chuveirinho, assim, ele estava no portão. Acredita? A hora que eu cheguei no portão da minha casa, ele estourou o portão. Eles estouraram meu portão! Você acredita? Eu fui levando a mão no trinco, para mim entrar para dentro. porque lá [...] antes do terminal, eu liguei aqui. porque quando meu filho chegou no serviço, esse [o caçula] ele falou: <i>Mamãe eu estou indo para casa, porque disseram que lá em casa está tendo um bang-bang. O trem tá pegando fogo lá em casa!</i> Seu</p>	401 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432
--	--	--

433	Firmo que ligo para ele. E eu falei: <i>Também vou meu filho</i> . Já [...] só entrei, peguei minha bolsa e sai.	433
434	E eu [...] eu vim de ônibus, sô! Eu não sabia. Para mim estavam prendendo ele, igual [...] igual outras	434
435	vezes. Mas eu ficava pensando: <i>tiroteio? tiroteio?</i> Não tinha que ficar atirando. A minha vizinha	435
436	desesperada. Eu, antes do terminal liguei, eles atenderam o telefone. Três vezes que eu liguei a cobrar,	436
437	ele atendeu o telefone e desligava. Eu falava: <i>CLaudionor fala com a mamãe filho. Meu filho o quê que</i>	437
438	<i>tá acontecendo?</i> Eles desligavam o telefone. Quando eu cheguei aqui no portão, que eu levei a mão no	438
439	trinco o policial, que eu tinha visto ele no sonho. Eu tenho xerox dele aqui nos inquéritos, da identidade	439
440	dele. Ele pegou e falou assim para mim assim: <i>Aqui você não entra não</i> . Eu falei assim: <i>Mas meu Deus</i>	440
441	<i>do céu, o quê que está acontecendo?</i> Mas [...] aí já tinha gente demais. Valdir do céu, mais tinha gente,	441
442	tinha carro, mais tinha gente, tinha carro! Parecia que era uma festa! Sei lá acho que o bairro inteiro	442
443	amontou aqui, você entendeu? E eu: <i>gente mais o quê que está acontecendo?</i> <i>Vocês prenderam o meu</i>	443
444	<i>filho?</i> Vocês ma [...] aí um entra e sai, aí eu olhei de lado, era como se assim ficando cega, sabe Valdir.	444
445	Cinco carro de socorro, tinha SAMU, tinha é [...] bombeiro, tinha resgate, tinha um carro alaranjado,	445
446	sabe? [pausa] Aquela UTL, não sei o quê, sabe? Sei que tinha cinco. Quando eu olhei assim, que eu vi	446
447	assim, aqueles cinco carros, porque eu contei, e o carro da perícia, eu falei assim: <i>Vocês mataram meu</i>	447
448	<i>filho?</i> Aí ele falou assim: <i>Não, matei seu filho não, matei o cachorro</i> . Nossa! Isso dói [em prantos]	448
449	Jesus. Parece um cavalo. Acho que eles foram muito desumanos comigo aquele momento. Quando o	449
450	tenente Cerilo chegou, eu esperava eles deixarem eu entrar para ver meu filho. Valdir eles não	450
451	deixaram. Quando o delegado chegou [...] Nisso eles levaram meu celular que estava aí carregando,	451
452	quando eu saí para o serviço deixei, né? Levou o celular dele. Ia levando uma câmera do celular do meu	452
453	filho. Essa ele devolveu. Bem na hora que eu cheguei, Valdir, que eu vi aquele tanto de carro, que eu vi	453
454	que o trem era grave, carro de perícia, eu acho que eu desmaiei, eu tenho certeza para você que eu tive	454
455	um passamento sabe? E alguém carregou minha bolsa. E dentro da minha bolsa, estavam os	455
456	documentos do celular, que tem até hoje, do meu e do dele. Porque foi o meu filho que comprou no	456
457	nome dele. Aí eu falei assim, quando eu voltei de novo, eu falei: <i>Vocês deixam eu entrar, eu quero ver</i>	457
458	<i>meu filho! Como é? Não! Vai ver não! Lá dentro tem um cachorro. Um cachorro, um cachorro morto,</i>	458
459	<i>mais outro cachorro</i> , Falou. O pessoal vizinho aqui, todo mundo achou que eles tinham matado esse	459
460	cachorrão aqui, olha. Porque esse cachorro ficou tramautizado um bom tempo, sabe? ele não podia ver	460
461	barulho de tiros. Mas o cachorro, na verdade, que eles estavam falando era meu filho, sabe [prantos]. Aí	461
462	eles falaram, aí eles disseram que iriam tirar meu filho, chamou, aí ele chamou aí fora. Quem aqui da	462
463		463

464	família pode entrar lá para pegar no cadáver, porque nós não podemos por a mão no corpo. Sendo que	464
465	eles já tinham feito o que eles queria fazer. [Pausa] Não fazia mais importância se eles pusessem ou não	465
466	pusessem. Aí, saíram de fora. Jogou. Aí tenente Cerilo veio junto. Na frente, antes de eles virem, para	466
467	colocar a gente naquele trem. Ficou perto de mim, abraçou comigo e falou assim, para eles assim ôh!	467
468	Eles queriam já empurrar ele dentro do carro, porque o carro deu uma ré, assim! Ele falou: <i>Não! Chega</i>	468
469	<i>de tanta desumanidade! Ela é uma mãe! Respeita o direito dessa mãe! Ela não tem o direito de ver o</i>	469
470	<i>filho assim.</i> Aí eles jogaram ele com tanto desaforo assim: <i>Pá! Sabe? No chão assim.</i> Ele estava com o	470
471	olho aberto, a boca aberta. Me olhando, assim. Aquilo, assim, parece que estava quebrado, aqui nele	471
472	assim, ó, [a] cabeça dele, que parece que fervia. Sabe quando uma água está fervendo! [em prantos] Aí	472
473	eles me falaram que era o cérebro dele. Não sei. E aquela bala estava estufada aqui assim, olha. Um,	473
474	uns dois dedos, assim, olha, fora com o couro espixado, assim, sabe? Ela ficou. Ficou o buraco, assim,	474
475	olha, na, no cimento. Tem o buraco. Assim! Eu como mãe, que eu acho que o instinto de mãe não	475
476	engana, eles executaram meu filho deitado, entendeu? [em prantos]. Inclusive tem uma foto do policial	476
477	segurando a cabeça dele. Caído assim com uma mão assim, uma arma na mão. Dr. Cerilo achou um	477
478	absurdo aquilo. Eles põem aquela arma na mão dele. porque não tem como uma pessoa dar um tiro na	478
479	nuca, igual eles fala que suicidou[-se] e ele ainda ter a arma próxima da mão dele. Se matou? Na testa.	479
480	Alojado, o buraco assim, olha, ficou assim, que ele era bem clarinho, então aquilo inchou, roxiou	480
481	assim, ficou sabe? Espixou mesmo, uns dois dedos a bala assim. Porque a bala que matou meu filho foi	481
482	de uma ponto 40. Você entendeu? [em prantos] A gente colheu várias, eles é, colheram muitos, eles	482
483	colheram muitos, muitos projetos [projéteis], ainda sobram alguns. Quase que com muita pressão. Foi	483
484	chegando gente, foi chegando o superior deles. E eu acho que eles ficaram com medo de chegar mais [.]	484
485	E eles [se] apavoraram e já foram limpando a área, saindo da área. O perito disse, eu não sei se ele é	485
486	perito mesmo, Valdir, você conhece muito bem esse povo, essa laia, eles não prestam! Não todos, mas	486
487	a maioria. Estava escrito perito nas costas da roupa preta. Ele lá vinha com uma mala na mão. Ele	487
488	chegou em mim, bem aqui, nessa, onde você colocou sua moto, e falou assim para mim assim: de uma	488
489	coisa você pode ter certeza, com o dedo aqui olha! seu filho não [se] suicidou, seu filho foi executado!	489
490	Eu acho assim, fala com a boca tão cheia, sabe? E outra coisa, a gente, a polícia não chega em um lugar	490
491	assim, por acaso não! Teve alguma formação, uma informação qualquer, alguém deve ter ligado, sabe,	491
492	aquele drama dele para cima de mim. Falei: <i>Está bom, tá bom.</i> Minha tia estava abraçada comigo. Eu	492
493	tornei a passar mal de novo, eu lembro, que aí eu demorei a voltar. Quando eu voltei, acho que o corpo	493
494		494

<p>495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525</p>	<p>de bombeiro já estava quase chegando [em prantos]. E aí os policiais, porque no meio deles, igual eu falei para você, no meio dos joios também tem trigo, no meio do trigo tem joio, sei lá. O policial que me carregou, eu lembro muito bem, porque meu irmão queria me carregar, porque meu irmão passou mal, meu filho passou mal, aí o policial que me levou e pôs na cama, e, eu lembro de ver quando eu voltei, eu lembro dele segurando o ventilador, sabe, ventilando. Minha vizinha [...] inclusive ela está até no hospital, internou para ganhar nenê [...] esfregando aqui o meu pulso, e esfregando, assim [...] sabe? E eu: <i>Cadê meu filho, eu quero meu filho, eu quero meu filho</i>. Nossa Valdir: são cenas horríveis. Eu te juro por Deus, Valdir, eu oro todos os dias, meus joelhos estão calejados de orar e pedir a Deus, eu queria que Deus passasse assim, ó, [prantos] limpando da minha mente, [pausa] que eu esquecesse [prantos], apesar de tudo [em prantos] tem a foto dele que tirou do caixão, se você ver, [como] que estavam as escoriações, sabe? As cópias da, porque eles tiraram as fotos dele, eu só tenho xerox, a tal de xerox, borrado e feio não é? Eu queria, e igual eu falei. Disseram: <i>Não dona Zélia é muito sofrimento para senhora, [a] senhora olhar as verdadeiras, original</i>. Mas eu queria. Certo. Porque eu sei Valdir, pelo que eu conheço meu filho, pelo que eu conheço, porque uma mãe conhece muito bem um filho. Meu filho jamais seria capaz de [se] suicidar. A não ser que eles seguraram a mão dele. Eles mesmo segurando e [...] E então, ele jamais era capaz disso. Porque ele sabia e sabe, porque os espíritos fala que morre só a matéria, que ele tem uma mãezona e que sempre eu lutei, sempre eu lutei. Você ver o dia que eles pegaram ele, saí do serviço e essa tortura, lutei, corri atrás, que se eu não tivesse corrido atrás eles não tinha matado ele, com certeza Valdir, eles estava com ele torturando ele. Eles tinham matado ele. Então ele sabe, ele sabe que eu jamais eu ia abandonar ele, jamais. Mesmo sabendo assim, mesmo que ele fosse errado eu não abandonava, mesmo sabendo eu [...] porque ele sempre me falava, a gente era muito amigo. Eu sou muito amiga dos meus filhos. E eu [...] é igual eu falo para eles: Meu filho se tem uma coisa que você tem que conversar, se precisa de uma coisa, se precisa duma palavra amiga, duma [...] financeiramente, [a] pessoa ideal para você conversar e pedir ajuda, essa pessoa não tem: sou eu! E o que eu puder fazer, o que tiver no meu alcance é na hora. Se eu não puder hoje: <i>olha meu filho amanhã a mamãe pode, hoje não porque a mamãe não tem jeito disso</i>. Então, eu sou muito amiga do meu filho, sou muito amiga mesmo, de coração [...] ele não tinha motivo de ele [...] Mas ele sabia que eles iriam matar ele. Porque ele pediu para mim por cerca elétrica e por câmara. Na casa. Eu falava: <i>Meu filho você está sendo ameaçado? Não mamãe. Porque? Ele não queria me preocupar. Ele queria me proteger daquilo: Fala meu filho, se você tiver sendo ameaçado, fala para a mamãe. Não</i></p>	<p>495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525</p>
--	--	--

526	<i>mamãe, de jeito nenhum. Meu filho a polícia não está mexendo com você mais não? Não mamãe, não.</i>	526
527	<i>Eles me vêem na rua, não fala nada comigo mais não, graças a Deus eles não mexem comigo mais.</i>	527
528	<i>Olha para você ver. Ah! Para mim, assim, a gente se sentiu muito humilhado de frente, frente uma</i>	528
529	<i>nação, assim, a gente saber que a gente paga [...] o salários deles, são pagos pelos nossos impostos,</i>	529
530	<i>pagamos. É tipo você [se] sentir lesado pelo um [em um] negócio que você faz. Me sinto assim, muito</i>	530
531	<i>humilhada, muito humilhada. Por todo lado que você pensar eu me sinto muito humilhada. Porque</i>	531
532	<i>nunca esperava isso. Eu esperava que fosse feito justiça. Não injustiça! Porque o que fez com meu filho</i>	532
533	<i>foi uma injustiça. Puni-los. Obrigiar assim, o Estado assim, a pagar uma indenização para mim, porque</i>	533
534	<i>para mim foi danos morais, porque eles invadiram minha propriedade, destruíram minhas coisas. Minha</i>	534
535	<i>casa lá embaixo, que você deve ter visto no jornal, foi detonada. [pausa e respira] Nunca traria meu</i>	535
536	<i>filho de volta [prantos] mas igual eu falei para você, uma punição, aliviava um pouco a minha dor,</i>	536
537	<i>entendeu? Do assassinato. E assim! Digamos que tivesse um promotor e um juiz que obrigasse o estado</i>	537
538	<i>a me indenizar a minha pessoa. Não traz meu filho não, mas eu acredito que amanhã o Estado pensa</i>	538
539	<i>mais ao contratar algum, para não fazer o que eles fizeram. Isso aí deixou uma porta aberta para o</i>	539
540	<i>crime, não é? Eu credito que é uma passagem livre. Eu, no meu modo de pensar, lutar. Assim, qualquer</i>	540
541	<i>coisa que acontecer com você, você deve lutar por justiça, porque se eu cometer um erro, eu não vou</i>	541
542	<i>pagar por ele? Então! Eu acredito que o Estado cometeu um erro contra a minha pessoa. Eu acredito.</i>	542
543	<i>[respira fundo] Porque [...] eu não espera isso. Acho que a sociedade inteira não esperava isso. Não</i>	543
544	<i>esperava não. Não espera! Por que cada dia que nós vemos o jornal, a gente vê essas matérias, é mais</i>	544
545	<i>uma revolta que a gente tem. De jeito nenhum, uai! Que aja corretamente como manda o figurino!</i>	545
546	<i>Porque é lógico que é um dever deles abordar qualquer cidadão, mas que eles aborde com dignidade.</i>	546
547	<i>Assim, chamasse meu filho lá fora. Se ele recusou assim, vamos supor, recusou a entregar, para ir lá</i>	547
548	<i>fora para eles, ele estava orientado. Então esperar, que horário que eu estava em casa. Ele sabe o</i>	548
549	<i>horário que eu chego. Mandassem uma intimação aqui, que eu ia lá e levava ele. Esse é o dever o</i>	549
550	<i>Estado. Acredito eu. Agora não é quebrar um portão da sua casa ou pular, escalar o muro e entrar para</i>	550
551	<i>dentro e fazer o que eles quiseram e fizeram, e ficou do jeito que eles quiseram. Você acha que é justo?</i>	551
552	<i>Mudou muita coisa. Muita coisa meesmo! A minha vida, por exemplo, eu vou te falar, a minha vida</i>	552
553	<i>mudou da água para o vinho. porque antes eu era uma pessoa alegre, tinha motivo para sorrir. Hoje eu</i>	553
554	<i>não sou uma pessoa alegre não tenho motivo para sorrir. Minhas vizinhas, meus vizinhos, todos são</i>	554
555	<i>muito, assim, preocupados, lembram muito bem eu, a pessoa minha antes para ver hoje eu. Só que eu</i>	555
556		556

557	nunca baixei a minha cabeça! Eu sempre ergui a minha cabeça, porque eu sou uma pessoa muito, mas	557
558	Muito! Muito! Muito! Muito fiel a Deus. Sou crente a Deus o tanto que você pensar. Então todo [...]	558
559	todos os motivos que eu tenho passado [...] Que lá na palavra de Deus diz o seguinte: Da árvore não se	559
560	cai uma folha sem a permissão do pai. Eu acredito que Deus permitiu que acontecesse isso com meu	560
561	filho. Deus me deu esse fardo, porque viu que eu era suficiente para carregar. Mas minha vida mudou	561
562	muito, por mais que eu tento, que eu quero, eu não consigo. Nosso Deus! Porque, meu filho, igual eu te	562
563	falei, eu tinha uma vida completa. Eu vou te falar, hoje eu tenho a metade de uma vida. E meu filho é	563
564	tudo para mim. Tudo. Tudo que você pensar um filho é para uma mãe. Então, eu me distanciei mais,	564
565	vou ser franca vou falar para você. Já falei para o padre Francisco, falo para todos que me perguntam.	565
566	Porque achei que estava me expondo muito. Isso! Pensar nele. No meu marido também, que é uma	566
567	pessoa muito digno, muito boa. Então ele [...] A preocupação não é só minha, assim como dele e do meu	567
568	filho também. Ele também me pediu para mim: não amor pára com isso! Lento! Como se diz. É igual	568
569	eu te falei no início, se fosse meu filho que tivesse feito, eu tenho certeza para você, que se Deus o	569
570	livre, o meu filho tivesse matado um policial, o processo [...] e ele tivesse aí. Tivesse ficado livre como	570
571	na história, assim, saído bem. Eu tenho certeza para você que ele estava lá no Cepaigo e o processo	571
572	estava andando. Mas como foi o inverso. O contrário, ele está numa gaveta, acredito eu para você, que	572
573	ele deve estar em um arquivo. Quando você vai lá dar uma mexidinha, o trem. Você ver [...] não tem	573
574	tanto tempo para mim. Você ver. Eu acho assim: tudo que aconteceu com meu filho, em seguida ele	574
575	deveriam ter me intimado, não era? Para mim depor, para relatar alguma coisa. Ninguém nunca me	575
576	chamou. Fui, depois que eu fui até o ministério público e falei: Uai! doutor Charles, é! É justo? Porque	576
577	eu venho direto na televisão. Ele dizem: Não! Até então a gente foi no [...] Na Deic. Eu, o doutor Fausto,	577
578	e [...] porque ele foi advogado meu uns tempos, aí a gente foi lá, o doutor Júlio Oliveira, não sei se você	578
579	conhece, que foi o que veio aqui em casa, o delegado. Ele ainda falou assim para mim, que o doutor	579
580	Fausto não foi, mas mandou a ass[...] A pessoa que é advogada do escritório dele também, me	580
581	acompanhar. Ela me orientou. Na hora que chegou ela falou assim: <i>Dona Zélia, não responde, não</i>	581
582	<i>fala, não faz pergunta nenhuma, só responde. Se a senhora ver que tenha condições que a senhora</i>	582
583	<i>possa responder, [a] senhora responde, se não der a senhora deixa em silêncio.</i> Foi o que aconteceu,	583
584	que eu, você ver eu não tinha, não dava conta de falar. Até hoje eu não dou conta de falar da morte de	584
585	meu filho, sem conter lágrimas, então [...] aí ela foi lá para ver se pegava o celular. Porque eles falaram	585
586	que iriam entregar, não entregou. Aí ele falou para mim. Até aí [...] até ali, naquele momento, Valdir, eu	586
587		587

588	não tinha conhecimento do quê que era um latrocínio, nem o quê que era homicídio, você entendeu?	588
589	Porque lá o delegado falou, perante a minha advogada, que o que tinha acontecido aqui em casa era um	589
590	latrocínio. Aí eu perguntei a ela. Ele, antes de eu perguntar, ele perguntou [...] ele ainda referiu resposta a	590
591	ela: Como a senhora sabe que o latrocínio é um roubo seguido de morte. Aí eu fui lá em cima assim,	591
592	mudei sabe [...] Porque diz [...] minha casa ficou detonada. Eles carregaram muita coisa sabe? Assim,	592
593	como a gente é feirante, porque você viu que eu tenho um manequim aqui na sala. Então a gente [...]	593
594	Muita coisa a gente não tem nota, porque a gente compra do colega, o colega compra da gente. Então,	594
595	eles levaram muita coisa sabe? São coisas, igual eu estou te falando, nem pode levar até a presença, ao	595
596	pé da lei, porque eu não tenho nota. Não tem prova. Porque se eu tivesse nota eu tinha prova. Então [...]	596
597	Eu me sinto assim, Valdir, muito humilhada. Muita falha do poder público, porque eu recorri a tempo.	597
598	Quer dizer [...] não foi falha minha. Porque eu procurei onde eu tinha direito de procurar. E eu acho que	598
599	foi falha do poder público. Eu acho, do poder judiciário, sei lá! Porque se eles tivessem feito o que eu	599
600	pedí, ou então assim! Chamar a atenção. Porque no meu serviço, se eu errar minha patroa chega em	600
601	mim e fala: Zélia! Você errou por isso, por isso, por isso. É lógico que eu vou fazer tudo para não errar	601
602	amanhã de novo. A mesma coisa tinha feito eles. Se eles tivesse uma punição do comandante deles, não	602
603	teriam feito o que eles fizeram. Veio à paisana aqui em casa. Não sei se você tem acesso ao processo,	603
604	[para] você ver que lá, até a placa do carro que eles estavam aqui na porta. Que eles vieram, que era	604
605	uma Elba, parece que é uma Elba branca. Então, dizem que são tudo placa fria. Estava tudo à paisana.	605
606	Ninguém estava fardado. A minha vizinha chegou correndo de pareia desse que subiu no muro aqui,	606
607	que eu tenho certeza para você, que ele é do quarto distrito, que a minha vizinha também tem, que a	607
608	gente conhece, que a gente é da região. A arma dele ainda caiu no chão. Ele falou para ela: <i>Some</i>	608
609	<i>daqui! O quê que você está querendo aqui? Não moço, eu estou te pedindo, pelo amor de Deus, não</i>	609
610	<i>mata ele não, prende ele, mas não mata não!</i> Ela ligou, lá para ele, a dona Ana. É só perguntar para a	610
611	dona Ana que ela te fala. Ela disse que ainda ligou na hora e falou para ele: <i>Meu filho do céu! A polícia</i>	611
612	<i>está escalando para subir na sua casa, meu filho!</i> Ele falou: <i>Calma dona Ana. Tranquilo, tranquilo, de</i>	612
613	<i>boa, fica tranquila dona Ana.</i> Pois é, [...] [para] você ver. Então ele não tinha. Igual eu estou te falando,	613
614	não tinha motivo, sabe? Ele sabia que todo mundo aqui gostava muito bem dele. Nossa, ele não tinha	614
615	motivo para ele fazer o que eles falam que ele fez. Aí disse que a arma dele ainda caiu, ela ainda fala	615
616	assim [risos], ela fala assim: <i>porque que aquela arma não disparou um tiro para cima e não pegou nele</i>	616
617	<i>dona Zélia.</i> Falei: <i>Não dona Ana, mas essa não era a hora.</i> Não. Continua. Eu tenho mais um filho, que	617
618		618

	<p>619 eu tenho que ajudar. Tenho meu neto que chegou, que é a minha alegria, minha razão de viver. Então. 620 É. Só coisas boas. Teve momento difícil, que qual mãe ou pai que não tem um momento difícil com o 621 filho. Principalmente, na adolescência. Mas eu acredito que tudo passa. É. Íchi! Não sei nem quantas! 622</p>	<p>619 620 621 622</p>
<p>N2</p>	<p>*sex_f*id_37*rel_mae*corp_nao*dat_04_2005</p> <p>1 Tudo bem! Eu tenho conhecimento do trabalho que é realizado aqui na instituição. Eu conheço diversas 2 pessoas daqui. [em prantos]. Acontece que, até hoje, eu não aprendi a viver sem o meu filho, sabe? É 3 difícil para mim. É muito difícil, muito mesmo. Eu não estou dando. Eu não estou dando conta. Tem 4 três anos. São três anos e quatro meses já. Eu não consigo viver sem ele. Não estou dando conta. Eu 5 não estou aprendendo a viver. Então eu queria aprender, sabe? Aprender a viver sem o Marcos. E eu 6 não consigo viver sem ele. É muito difícil para mim, muito difícil! Outra, que eu tenho que trabalhar, 7 porque se eu não trabalhar eu não vivo. E eu não sei nem como eu estou dando conta de trabalhar. Eu 8 trabalho porque a menina que [...] Como ela é amiga minha, desde antes até de eu ter os meninos, sabe? 9 Ela tem essa creche. Tem mais de vinte anos que ela tem essa creche. E ela viu a minha situação e 10 falou: não Gláucia, vamos começar um trabalho lá junto conosco. Vai ser até bom para você. Para sair 11 de cima dessa cama. Aí foi aonde eu comecei. Tem dois anos que eu estou lá. Eu olho as crianças, 12 cuido delas. São crianças pequenas, de três a quatro anos. Creche para pessoas carentes. Creche 13 filantrópica. Um carinho muito grande. Eu não sei se é por que em cada um eu vejo um pouco do 14 Marcos sabe? Nossa! É muito complicada minha vida. Muito, mas muito mesmo. É muito difícil. Eu 15 tenho mais um que está com dezoito anos agora. Assim pela minha estrutura. Porque eu não estava 16 dando conta de estar com ele. Porque ele estava dando muito trabalho. Dá muito trabalho. Ele gosta de 17 ir para a rua. Gosta de mulherçada, sabe? Aí eu tive uma conversa com o pai dele. O pai dele foi e 18 pegou. Ele aceitou também ir viver com o pai dele. Já tem um ano. Sim eu estou sozinha e com uma 19 irmã minha, que até ligou para você. Sim ela me apoia muito. Não. Nunca mais eu consegui, assim, ter 20 uma vida normal, sabe? Eu não consegui ainda. Tem quatro anos que estou separada. Tinha cinco 21 meses que nós tínhamos separado. Inclusive o Marcos estava com ele. Tinha ido visitar ele. Foi quando 22 aconteceu a tragédia. Era um dia de sexta, porque ele vivia comigo. Na sexta à tarde, quando ele 23 chegava do colégio, ele ia. Quase toda sexta ele ia. Ficava sexta, sábado e, no domingo, ele vinha 24 embora. Foi nessa sexta feira que ele foi visitar o pai dele, que ele não retornou. Ele tinha ido visitar o 25 pai dele. O pai dele estava em um bar no momento. Porque o pai dele também é meio playboy. Aí ele</p>	<p>1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25</p>

	<p>26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56</p>	<p>26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56</p> <p> tinha colocado um som no carro. Fazia tempo que ele vinha colocando um trem, um som, no carro lá. Sei que era muito som. A traseira do carro era cheia de som. Não tinha nem lugar para sentar na frente. Tudo cheio de som equipado. Portanto, o Marcos tinha ido, até para voltar para casa dele à tardinha. Aí, quando ele empolgou com o som do pai dele, pronto! E aí ele me ligou, era sete da noite, a hora que o Marcos me ligou, falando para mim: mãe eu vou ficar aqui com meu pai. O som do meu pai ficou pronto e vou ficar aqui. Todo empolgado. E ele falou: mãe eu não vou embora hoje, mas amanhã cedinho, porque nós tínhamos um compromisso com o Marcos, até ir no [Shopping] Carandaí trocar um tênis dele. Dizem que nesse intervalo, o pai dele estava com esse som ligado. Que tocava muito barulho mesmo, que eu até perguntei: Marcos que barulho é esse? Ele ele falou: não mãe! O som do meu pai ficou pronto. Eu estou ouvindo. Dizem que eles estavam sentados em uma mesa, com o outro rapaz de vinte um anos. Aí, como esse som precisou de um cabo, que liga a bateria em uma tomada, o pai dele tinha um, mas estava emprestado. Aí dizem que o pai dele foi e mandou esse cara: vai lá e busca o “chupa cabra” que está na casa do fulano. Aí o rapaz levantou da mesa e foi. O Marcos falou: pai eu posso ir com ele. Ele falou: pode. Aí eles foram buscar. Mas a outra versão, que eu tive, foi que o pai dele iria fazer uma festa no interior e que o Marcos não podia ir. Ele foi e mandou esse cara levar o Marcos lá em casa. Falou: vai lá em casa e leva o Marcos para a mãe dele. Então são duas versões. Para mim ele fala que o Marcos tinha ido buscar o cabo. Mas pessoas que estavam lá, já falaram para mim: não Gláucia, não foi. O pai do Marcos mandou o rapaz levar o Marcos na sua casa, porque ele iria fazer uma festa no interior e não podia levar o Marcos. Então foi nessa caminhada. E por onde que foi o local, realmente o Marcos estava indo embora para casa. O rapaz estava levando ele em casa, e foi na hora que ele foi abordado pela polícia. Não! Ele era conhecido [...] Já foi conhecido do pai do Marcos depois da nossa separação. Portanto, que ele tinha várias passagens pela polícia. Ele era abordado direto. Tudo o que ele tinha era para fazer pela polícia. E sempre o pai do Marcos me contava isso. Não falei isso lá no começo, quando me perguntavam, por que tinha medo de prejudicar o Marcos, não o pai dele. Mas o Marcos estava, acho, no lugar errado com a pessoa errada. Foi o que aconteceu com ele. Ele tinha vinte e dois anos. Depois você vai saber, o cara já foi preso, já matou, o cara já roubou, sabe? A família, já morreu dois envolvidos em roubo. A família dele é toda bagunçada. Só que o pai do Marcos fala que não sabia. Mas ele sabia. Ele sabia que o cara não prestava. Ele tinha certeza. Ele só não quer se sentir culpado, de ter pegado uma coisa tão valiosa dele, e entregado na mão de uma pessoa que [...] Entendeu? Porque ele não podia ter feito isso. Porque ele não pegou o Marcos [e] foi levar o </p>
--	---	---

	<p>57 Marcos para mim. Teve varias testemunha que viu, e dizem que eles foram abordados pela policia. 58 Todos que foram testemunhar, contaram a mesma história, que viu ele em pé na parede lá assim, e o 59 Marcos do lado. Dizem que, depois que terminou a abordagem, um dos policiais colocaram ele [o 60 rapaz] para dirigir, sentou no banco de traz, em cima do som, e pôs o Marcos na frente. Dizem que foi 61 desse jeito que eles saíram de lá. Foi. Esse carro [que] foi encontrado no outro dia, em setor longe aí, 62 queimado, carbonizado. Quando eu cheguei lá, ele ainda estava pegando fogo. Eu fiquei sabendo. Essa 63 história todinha aconteceu [em prantos], aí passou uma noite inteirinha. Um dia inteirinho. Aí ele [o pai 64 de Marcos] mandou me ligar para me avisar. É aonde eu fico mais chateada ainda, sabe? Eu, achando 65 que o Marcos estava com o pai dele, o Marcos já estava sumido. Passou a noite e o dia sumido. Foi só 66 cinco horas da tarde, no outro dia, que minha irmã me ligou me avisando. Disse que o pai do Marcos 67 tinha ligado para ela, para ela me ligar, para avisar que o Marcos tinha sumido [em prantos]. Até então, 68 como o Marcos não chegava, eu liguei para ele e falei: Norton cadê o Marcos, porque ele falou que iria 69 vir cedo. Ele fala: não Gláucia, ele está bem. Está aqui [em prantos]. Sendo que ele podia ter me 70 avisado, não é? Como ele passou a noite inteirinha procurando o Marcos nas delegacias, ele estava, por 71 um lado, e eu poderia estar, por outro, junto com a minha família, ajudando. Mas ele foi tão covarde 72 comigo, que ele não teve coragem nem de me falar, e eu sou muito revoltada com isso [chora muito]. 73 Eu não consigo sabe? Tudo que eu vou fazer esse menino está na minha cabeça. Tudo! Tudo! Tudo! Se 74 eu estou feliz, o Marcos está comigo. Se eu estou chorando, ele está. Tudo tudo que eu faço. Eu queria 75 aprender a viver sem ele, sabe? Mas eu sou de época. Tem vezes que eu estou tão bem. Têm uns meses 76 que eu passo bem e outro que eu me acabo. Eu tinha engordado. eu fui e emagreci tudo de novo. É. Eu 77 não consigo. Tudo que eu tenho, tenho que ter uma foto dele. A minha casa é cheia de foto do Marcos. 78 Eu nunca consegui [me] desfazer das coisas do Marcos. Os trens dele sabe? Roupa, esse trens, tenho 79 tudo guardado. Eu não dou conta. Não. Assim! Às vezes eu penso que ele vai voltar. Quero aprender a 80 viver sem o Marcos, senão eu não vivo, sabe? É tudo difícil. Você ver, que eu perdi meu pai na mesma 81 época. Tinha 27 dias. Nós estávamos arrumando, de mala pronta, viajar e ir para a missa, porque minha 82 mãe é católica. Ele foi muito bom para mim, meu pai. Nós estávamos arrumando, quando o Marcos 83 desapareceu. Eu eu não lembro que meu pai morreu. Eu vejo a minha mãe, triste, chorando por causa 84 do meu pai. Eu não lembro. Para mim, meu pai não morreu, tanta falta que o Marcos me faz, que eu 85 não lembro do meu pai. De seis meses para cá, parece que tudo estava piorando. Eu estava falando uma 86 coisa aqui, com você, na mesma hora eu esqueço o que estava falando. Se eu vou pegar um ônibus para 87</p>	<p>57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87</p>
--	--	---

	<p>88 o centro, já estava passando até do ponto, sabe? Nada! Nada! se nós conversarmos uma coisa aqui, 89 chegar lá em casa, minha mãe perguntar, eu já não sei falar. Esqueço tudinho. E eu já estava me 90 sentindo prensada. Uma prensa em minha cabeça, assim óh! Que parece que estava me incomodando. 91 Quando chegava de tarde, parecia que eu estava vendo vaga-lumes. Um monte monte de trens na minha 92 frente, aquelas coisas. Eu ia para o ponto de ônibus e não sabia nem como tinha atravessado a rua, para 93 chegar lá. Aí eu pensei: esse trem não está normal. Eu vou ficar doida desse jeito. Falei: eu vou ter que 94 procurar novamente um médico, porque senão, eu vou ficar doida. Uma hora um carro vai me atropelar. 95 Foi quando eu tomei a decisão de ir mesmo ao médico. Eu estava comprando os remédios por conta 96 própria, sem voltar no médico. Já tinha um ano e três meses que eu não ia ao médico. Eu conversei com 97 minha mãe: mãe eu não estou bem. E ela também viu. Eu peguei as férias do mês de julho, do meu 98 serviço. Aí me deu uma depressão, com esse negócio de ficar dentro de casa. Eu fiquei doidinha. Eu eu 99 não saía. Não estava comendo. Só deitada em uma cama, chorando. Eu falei: mãe, eu preciso voltar em 100 um psiquiatra de novo. Ver o que está acontecendo comigo. Ver se ele me passa uns remédios, porque 101 eu não estou bem. Perdí cinco quilos em um mês. Foi onde onde eu decidi. O médico mudou os 102 medicamentos para durante o dia também, mas eu ainda não comecei a tomar, pois fiquei com medo. 103 Estava esperando vir aqui para saber se eu devia tomar ou não. Eu tenho medo de ficar doida, eu não 104 queria ficar sabe? Eu queria ser normal. Eu queria continuar em busca do Marcos. Eu não quero ficar 105 assim, internada em uma clínica. Ficar lá doida, sem saber o que estou fazendo. Queria seguir minha 106 vida [em prantos]. Eu acho que eu estou vivendo muito o Marcos, sabe? E eu não tenho só o Marcos. 107 Eu tenho meu [outro] filho também. Só que eu esqueço dele. Eu sinto que ele precisa de mim também. 108 Ele mesmo fala direto para mim: mãe a senhora tem que ver, que eu estou aqui também. A senhora 109 parece que só tem o Marcos. Mas eu amo ele, nossa! Ele que me fez viver de novo, ter vontade de 110 viver. Eu só pensava em me matar. Me matar, sabe? Eu achava que a minha vida não tinha sentido 111 mais. Não tinha sentido. Por que ele sempre foi assim, mais rebelde, sempre foi mais assim, o pai dele. 112 O Marcos não! Ele era superhumilde. Tudo no Marcos estava bom. Tudo o que você dava para ele, ele 113 ficava satisfeito. O meu menino, esse, ele é o pai dele todinho, sabe? Ele é orgulhoso, é muito 114 ambicioso, visa muito dinheiro, igualzinho o pai dele. Se você desse um trem para ele, de feira, ele nem 115 vestia. Já o Marcos, ele te abraçava te agradecia. Então, eles eram muito diferentes. Muito! Tá! Tá 116 mesmo. Eu eu não consigo, sabe? Eles falam para mim sair da casa. Eu falo: gente eu gosto daqui é 117 aqui que me sinto bem, por que aqui tem a presença dele. Eu fico doida, eu pego a cama dele e ponho 118</p>	<p>88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118</p>
--	---	---

119	perto da minha, nesse quarto [prantos]. É complicado demais. Nossa! Eu pego as fotos dele, e ponho na	119
120	parede, depois eu vou e tiro tudo de novo. Fica aquela coisa ruim. Esses dias que eu fui lavar a coberta	120
121	do Marcos, eu senti o cheiro dele no cobertor. Eu falei: mas gente! Isso é coisa da minha cabeça. Não	121
122	estou sentindo isso não. Para mim, o cheiro dele estava no cobertor. Mas o povo falava que não. Ele era	122
123	muito companheiro. Na minha separação eu sofri muito, mas muito mesmo. Ele ajudou muito. Ele era	123
124	muito amigo. Às vezes faltavam as coisas lá em casa, quando eu acordava ele já tinha ido no pai dele,	124
125	pedir as coisas, sabe? Eu acordava com ele, com a sacolinha lá, cheia de trem. Eu falava: mas o que é	125
126	isso. Aí: mãe eu fui buscar carne para nós almoçarmos. Meu pai não veio trazer. Ele está achando o	126
127	que? Ele ia, buscava verdura, buscava frutas. Eu acordava, ele já estava lá. Eu não podia nem respirar,	127
128	que ele já estava em cima de mim: mãe o que foi? Não sofre não! Nós vamos ser felizes ainda. Ele	128
129	jurava que nós íamos ser felizes, sabe? Aí vem e tira o menino de mim, assim, do nada. Todo mundo	129
130	acha os outros. Todo mundo acha os outros, só eu que não vou achar? O tanto que eu lutei. Eu lutei	130
131	tanto. Eu passei quase uma ano da minha vida, no meio do mato, procurando esse menino, para ver se	131
132	eu achava alguma coisa. Ia no IML. Não podia saber que tinha um corpo lá, que eu ia procurar.	132
133	Chegava lá, não era ele. Eu fico pensando: será que nunca mais vou achar meu filho? Nunca mais? [em	133
134	prantos]. Viver jogado aí, igual um mendigo, sabe? Acabaram com a minha vida. Acabaram com minha	134
135	vida. É muito difícil [prantos] Eu tenho que aprender a viver sem ele. Eu tenho que aprender. Eu fico	135
136	vendo os outros, e olhando os meninos, e vendo os meninos no Marcos. É muito difícil. O Marcos não	136
137	está desse tamanho mais. O Marcos não está com doze anos. O Marcos está com dezesseis. O Marcos é	137
138	homem hoje. É dia dois de julho. É esse o aniversário dele. Passou e eu não fiz nada. Todo ano eu faço.	138
139	Eu acho que eu deixaria de sofrer. Eu deixaria de sofrer mais. Eu acho que meu sofrimento diminuiria.	139
140	Se eu encontrasse e falasse que é do Marcos, eu acho que eu deixaria de muita coisa. Eu deixaria de	140
141	sonhar, sabe? Eu deixaria de esperar ele. Eu saberia onde ele estava. Eu iria lá ver ele. Eu saberia que	141
142	ele estava ali naquele lugar. Que era ele que estava lá. Aí, eu acho que meu sofrimento passava um	142
143	pouco, por que eu deixaria de ter muitos sonhos que eu tenho, de manter as coisas no mesmo lugar. De	143
144	deixar as coisas dele guardadas, esperando ele chegar, mesmo que não sirva mais para ele, mas mostrar	144
145	para ele que eu não tinha esquecido ele. Que estava lá as coisas dele. Porque eu estava esperando.	145
146	Porque eu tinha esperança. Porque eu tinha fê que ele voltava. Se eu achasse, eu acho que muita	146
147	angústia minha passava. Muita mesmo. Nossa eu nem sei. Eu tenho uma revolta tão grande, sabe? Com	147
148	o negócio de polícia. E eles continuam matando. Você viu o caso daquele rapaz antes de ontem, no	148
149		149

	<p>150 jornal, eu até guardei aquela reportagem. Eles mataram o cara. E quantos outros eles não já matou. 151 Olha, eles podiam ter feito tanta coisa. Eles podiam ter posto o Marcos para ir embora. Eles podiam ter 152 deixado o Marcos lá em algum lugar. Qualquer lugar do mundo. Mas eles não podiam ter feito isso com 153 meu filho. Desaparecido com ele. Sei lá! Podia ter tapanado o rosto dele, para ele não ver. Se eles 154 queriam o Cláudio, porque que eles não fizeram com Cláudio. Tinha que desaparecer com meu filho 155 também. Nossa! É difícil demais ter que acreditar nisso, sabe? É uma coisa que ninguém acredita. Acho 156 até que todo mundo acha que meu filho era bandido. Por que quantos meninos que tem aí de doze anos 157 que já é “malá”. Que mexe com drogas. O Marcos estudava. O Marcos jogava bola. Era o sonho dele. 158 Era o sonho dele. Lá em casa tinha um campo de futebol. Ele passava o dia inteirinho batendo essa 159 bola, lá em casa. Porque ele mandou o pai dele fazer umas travinhas para ele. Ele estudava. Tinha cinco 160 anos que ele estudava, lá na escolinha de futebol. Tem um tanto que foto dele. De medalha. De troféu. 161 Era o sonho dele. Quando ele estava ruim na escola, eu falava para ele: meu filho eu vou tirar você da 162 escolinha de futebol, por que é a escolinha que está atrapalhando suas notas. Ele falava: não mãe! Não 163 faz isso comigo não. Eu vou melhorar. E ele melhorava mesmo. No outro bimestre ele já chegava com 164 as notas bem melhores, com medo de sair da escolinha. E ele era muito apaixonado no pai dele, sabe? 165 O pai dele saiu de casa, e ele não se conformava. O pai dele sumia uns dois dias, ele ia atrás do pai dele. 166 Ele falava: mãe eu vou ver meu pai. Eu falava: pode ir meu filho. O tempo todo. O tempo todo. Ele 167 ficava até com medo de eu ficar com ciúmes, por que ele sempre estava ligando para o pai dele. 168 Sempre! Ele pediu ao pai dele um celular, para não ficar ligando do meu, por que eu achava ruim. 169 Sempre comunicando com o pai dele. Passava dois dias, ele falava: é mamãe, meu pai esqueceu de 170 mim. Meu pai nunca mais me ligou. Eu falava: meu filho só tem dois dias. Dormia comigo o tempo 171 todo, desde que o pai dele saiu de casa. O tempo tempo inteiro. Calor, era em cima de mim. Eu falava: 172 não meu filho! Chega para lá que está fazendo muito calor. E ele rangia muito os dentes, de noite, 173 quando estava dormindo, e eu tinha agonia. Falava: não meu filho! Deita na sua cama. Porque eu sofria 174 muito. Porque eu chorei muito, com a minha separação. Foi muito difícil para mim também. Por que eu 175 era muito dependente. Nunca tinha trabalhado fora, sabe? Quinze anos. Eu era muito dependente. E 176 quando eu separei, eu me senti em uma cadeira de rodas. Eu sofri muito com minha separação. Até eu 177 acostumar a andar sozinha, foi muito difícil para mim. Só que aí, logo veio as coisas muito seguidas. Aí 178 logo aconteceu o negocio com o Marcos. Ai! Para mim, sofrimento não era nada. Não tinha significado 179 nenhum para mim. Foi ai que eu percebi que tinha que caminhar sozinha. Hoje eu não sinto nada. Sinto 180</p>	<p>150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180</p>
--	--	--

181	assim muita revolta, sabe? Por que ele judiou muito de nós. Muito mesmo, para poder [chegar] a	181
182	separação. Então foi muita mentira. Muita enganação. Foi muita mentira. Ai eu sinto assim! Revolta, de	182
183	tanto que eu sofri. O tanto que eu fiz meus filhos sofrerem por causa de um casamento, que eu achava	183
184	que valia à pena. E hoje eu me sinto revoltada, por que eu poderia ter feito muito mais pelos meus	184
185	filhos. Só que eu deixava de fazer, para fazer para ele. Achando que eu poderia ser feliz. Achando que	185
186	minha felicidade era com ele. Eu acho que sente mal também. Eu acho que ele sofre também. Que ele	186
187	sofre. Ele tinha muitos defeitos, mas com os meninos ele era muito bom. Ele era bom pai, e ele era	187
188	muito apegado com o Marcos, porque o Marcos era muito carinhoso. Eu acho assim! Que ele sente	188
189	assim! Um pouco de culpa também. Portanto, ele cobra muito de mim, em relação ao outro menino	189
190	meu. Porque, quando ele vai lá para casa, ele me liga perguntando se o menino chegou, se o menino	190
191	saiu para a rua. Ai depois ele fala: é que se acontecer alguma coisa com ele você vai vir para cima de	191
192	mim. Tudo que acontecer com ele, eu é que vou ser culpado. Apesar de que eu não culpei ele. Nunca	192
193	joguei na cara dele. No começo ele me ajudava muito. Assim! Se eu precisava ir em um lugar. Ele	193
194	parou a vida dele também. Por exemplo: se tivesse uma mata, e se eu pensasse naquele lugar, eu pegava	194
195	e ligava para ele e falava que queria ir lá. No início foram muitas as história de que eles tinham jogado	195
196	o corpo dele em uma cisterna, sabe? Em uma chácara que tinha, cheia de cisterna. Ai eu tinha que ir. Ai	196
197	eu tinha. Eu sonho de conversar com o [presidente] Lula. Olha minha idéia [sorrindo]. Sei que eu fui	197
198	umas seis vezes à Brasília, naquela esperança de que o Lula iria me ajudar. Não dava! Eu chegava perto	198
199	de muita gente, mas dele não. Do mesmo jeito era com o Marconi Perrillo. Era o meu sonho encontrar	199
200	com ele também. O Marconi era todo dia. Todo dia. Eu eu acho que eu fiquei uns seis meses indo lá.	200
201	Fui várias vezes à corregedoria da polícia militar, à secretaria de segurança pública, ao ministério	201
202	público, à comissão de direitos humanos. Para mim foi bom. Eles me ajudaram muito. Mas assim!	202
203	Imprensa esses trens, eles. É só mídia. Hoje quando eu ligo e falo: vocês podiam publicar para mim.	203
204	Hoje é aniversário do Marcos. Só para as pessoas lembrarem. Eles falam: tá bom! Eu vou ver aqui, e	204
205	nada acontece. No começo eu tive muito apoio. Sempre que eu ia à corregedoria, no Ministério público.	205
206	Podia estar cheio de gente lá, que eles me atendiam. Eles podiam estar em reunião. Assim, só para	206
207	saber notícias mesmo, para ver se teve alguma novidade ou notícia. Porque eles ficavam sabendo	207
208	primeiro que eu. Não era ajuda, mas apoio. Eu acho que a polícia está aqui é para ajudar nós. Para	208
209	proteger nós, e não para fazer o papel que eles fizeram. Eu acho assustador. Teve vinte e oito	209
210	testemunhas que viram a abordagem da polícia. As pessoas hoje em dia, nem gostam de ajudar	210
211		211

	<p>ninguém. Por mais que veja, fala que não viu. E teve uma ligação também, de um dos policiais que fizeram para o outro, e tem essa gravação também, no processo, que o policial ligou para o outro e falou: vem buscar que tem dois passarinhos presos na gaiola. E tem uma fita também, de um posto de gasolina, que tem essa fita. Só que essa fita nunca foi revelada em processo. Desapareceram com essa fita, que é de um posto de gasolina que tinha lá. Tiraram essa fita para análise por que diz que nessa fita tem o carro da Rotam, o Pálio na frente e outro carro da Rotam. Hoje o processo parou. Não está em andamento. Eu acho que vai ficar assim. E eu tinha. Eu sonho em tirar a minha história daqui, igual a esses programas de crianças desaparecidas. Assim já até me falaram para eu ir atrás. No início, vários advogados me ligaram, me deixou cartão, para eu ir atrás. Para eu entrar com processo contra o Estado. Só que até hoje, eu não senti vontade de correr atrás de um dinheiro, porque é da vida do meu filho. Se eu tiver alguma coisa, e saber que aquele dinheiro veio disso, eu não dou conta, eu não quero. Assim! Eu esperaria que eles me ajudassem a ter um tratamento adequado. Eu queria que os responsáveis pagassem por isso. Que tivesse justiça. Assim! Eu lutei muito, muito! A minha vida inteira foi lutar por justiça. Por justiça. Para não ver outras mães chorando e sofrendo pelos mesmos motivos meus. Por uma pessoa que está aí, paga para te proteger. Você está aqui se escondendo por que eu tenho medo das polícias. O pai do Marcos, ele não aparece na televisão, por que ele é ameaçado. Ele é ameaçado. Portanto, ele não tem coragem de aparecer. Eu apareço. Qualquer coisa que fala: vamos Gláucia, fala do Marcos. Aí eu vou mesmo, por que a gente já não tem justiça, e se eu ficar escondendo e com medo, aí fica pior. Mas eu esperaria que tivesse justiça, para mostrar: Olha! os caras estão presos. Ou então: os caras os caras afastaram, ou não estão trabalhando mais. Sairam da corporação. Eles estão aí, fardados, matando. Eu ví eles na televisão, dando entrevista. Um deles. Porque eles são oito. Eu vejo que cada vez que passa. Eu acho que isso é bíblico. Cada vez que passa, o povo está perdendo a humanidade. O amor uns pelos outros. O amor não está existindo. Ninguém quer ajudar, ninguém fala. Todo mundo tem medo. Portanto, todas as testemunhas que foram lá, foram de cara tampada. Teve que mudar a voz das pessoas. Com pano na cara, para não amanhecer morto no outro dia. Você ver isso é uma injustiça. Mas eu não tenho medo, e não tenho dúvidas também não, de que foram os policiais que pegaram meu filho Marcos. De que foram eles que fizeram isso com meu filho. Não por que meu filho devia, mas foi para que o meu filho não falasse. Como eles eles queriam o Cláudio, foi assim: sumiram com ele para ele não. Por isso, que, às vezes, tenho a esperança de encontrar o Marcos. Às vezes eles doparam ele, ou puseram ele em algum lugar para ele esquecer do que aconteceu. Só que eles tiveram tanta</p>	<p>212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242</p>
--	--	--

243	oportunidade de pegar o Cláudio sozinho, de outro jeito. Talvez seja o destino, não é? Meu! Do meu	243
244	filho. Sei lá se tem que passar por isso. Mas eu acho que quem paga são pessoas ruins. Eu nunca fui	244
245	ruim e ele também não. A dor é tão grande, que você passa até a ser ateu na vida, sabia? Porque eu. Se	245
246	você falar assim: e sua religião? Eu não tenho religião. E seu Deus? Que fé que você tem em Deus? Eu	246
247	vou falar: nenhuma. Você passa a ser um: sei lá! Hoje não estou acreditando nem em Deus hoje. Onde	247
248	Deus estava, em uma hora dessas? Sabe? Para ter deixado acontecer isso com meu filho? Porque no	248
249	mesmo instante que eu penso que ele está bem, ele pode ter partido dessa para outra. Desse jeito. E	249
250	porque que ele foi desse jeito? Um inocente: doze anos! Meu filho era uma criança! Uma criança de	250
251	tudo! Aí eu penso: onde Deus estava nessa hora para deixar meu filho ir desse jeito? E porque que eu	251
252	tinha que pagar por isso? Se tem alguém que tinha que pagar não era eu? Porque o pai dele já matou	252
253	uma pessoa também sabe? E no início o pai desse menino [que foi assassinado] falava que ele iria	253
254	pagar. Que ele iria tirar uma coisa que ele mais amava na vida. Então eu penso nisso também.	254
255	Entendeu? Porque na época [que Marcos desapareceu] o pai desse menino estava preso, e ele era ruim	255
256	esse homem! Ele sempre falava que o pai do Marcos iria pagar por isso. Então são muitas coisa que, se	256
257	for pensar, não é? Eu falei: quem sabe é o pai dele que está pagando. Mas porque que eu tenho que	257
258	pagar? Eu preciso de alguém para me ajudar.. Eu eu preciso arrancar essa dor que sinto por dentro. Essa	258
259	saudade. Assim! Às vezes eu estou boazinha, assim! Alegre. De repente me bate aquela coisa. Aí eu	259
260	fico pensando: o Marcos vai achar que é esquecimento. Tem horas que eu acho que estou ficando até	260
261	doida. Eu estou aqui rindo: mas onde será que está meu filho a essa hora? será que ele está comendo?	261
262	Para mim, a hora mais ruim do dia é de manhã, e não à noite. Sempre as pessoas tem medo é da noite.	262
263	Para mim não! É de manhã [prantos]. Sabe? Minha vida mudou. Mudou todinha. Eu não tenho um	263
264	sonho, sabe? Eu não tenho sonho. Parece que minha vida parou ali! Todo dia é igual. Se eu tivesse um	264
265	notícia do Marcos. Assim! Igual você falou: mesmo que fosse o pior. Pelo menos acabaria essa angustia	265
266	minha. Esse sonho meu, sabe? Porque eu sei: se tivesse acontecido ele estava com Deus. Ele estava	266
267	melhor do que eu. Pelo menos não estava sofrendo. Eu quero mudar. Eu quero viver, sabe? Veja! Três	267
268	anos [que] eu não vivi. Minha vida parou. Então eu queria viver. Ter sonhos igual todo mundo tem, de	268
269	ter as coisas, trabalhar e possuir alguma coisa. Pensar: amanhã vai ser diferente. Amanhã eu vou fazer	269
270	isso, eu vou fazer aquilo. Até para comer é difícil. Eu vou indo bem, comendo e engordando, eu acho	270
271	bom. Aí! Passa um tempo, eu não tenho vontade de comer, de fazer nada. Aí eu penso: meu Deus do	271
272	Céu! Se eu não precisasse de trabalhar, eu não, nem iria levantar dessa cama e sair daqui. Nossa! é	272
273		273

	274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292	<p>274 muito difícil! Eu quero mudar. Eu peço ao Marcos: meu filho, me ajuda a viver sem você. Eu quero 275 viver! Porque eu acho que, nem eu vivo e nem deixo ele, onde quer que ele esteja. Eu quero parar de 276 sofrer, não agüento mais! Chega! Quero dar continuidade à minha vida. Minha [vida] parou. É o tempo 277 todo, o tempo inteiro, uma coisa só. Até que as pessoas que estava ao meu redor, minha família me 278 ajuda. Me dá apoio. Minha mãe comprou uma casa, ao lado da minha, para estar junto comigo. E minha 279 mãe tem setenta e quatro anos. E às vezes eu nem sofro perto dela, para não passar para ela. Porque eu 280 tenho medo de perder ela também. Meus irmãos me ajudam muito, sabe? Eles sempre acompanharam 281 meu sofrimento, desde que eu casei. Eles são tudo para mim! Para meu filho e para o Marcos também. 282 É tão bom! No dia de domingo reúnem eles todos. Faz almoço, conversa, e passa o dia todo juntos. Eu 283 sou assim! Tipo [...] Eu não sei nem como falar. Para eles. Pela minha força, que eu tenho, eles me 284 admiram muito. Pelo que eu passo, pelo que eu tenho [passado] e estou vencendo. Eu vou vencer! se 285 Deus quiser. Ajudou muito a unir a família, até primos que antes nem tinham contato, hoje ele já 286 reúne[-se] lá em casa. Sempre estão comigo, sabendo que sempre que eu precisar, posso contar com 287 eles. Eu tenho muito apoio deles. Antes eu tinha desistido, mas agora eu quero ajuda. Quero mudar 288 minha vida. Ter sonhos. Ter objetivo ao levantar de manhã. Minha vida está muito vazia. Ter metas. Eu 289 preciso conversar com meu menino [o outro filho], mas eu vou deixando para lá, e o tempo vai 290 passando. Eu nunca canso de falar do Marcos. Para mim nunca vai ser difícil, sabe? Por mais que eu 291 chore. Dói, mais nunca vai ser difícil falar dele. Sempre vai ser bom lembrar dele.</p>	274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292
N3		*sex_m *id_65 *rel_pai *corp_não *dat_03_2003	
	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	<p>1 Participar do comitê a gente sabe que está desenvolvendo alguma coisa em benefício das famílias. As 2 pessoas já pensam um pouco mais antes de falar. Agora já tem alguma coisa aí que atrapalha um pouco, 3 né, e aí as pessoas vão pensando muita coisa, ver, aí vai ficar fuxicando com a vida da gente, isso e 4 aquilo outro. Então, muitos não [...] quando o cara tem que fazer uma coisa não pensa nada. Já outros já 5 pensam primeiro para pode fazer muitas coisas. Não é uma pessoa só que está sofrendo. Na verdade 6 não foi falta da pessoa lutar através do comitê. Não é falta de a gente lutar. Eu bati nas portas. De aonde 7 podia estar batendo nas portas eu fiz né. Mas, na verdade, não tivemos nem um resultado [...] por que 8 acabou, é [...] Interrompi todos os meus [...] As minhas entradas. Não tive mais onde eu podia ir, e aí eu 9 fiquei totalmente de braços cortados. Mas como dizem, como aconteceu isso aí, eu entreguei nas mãos 10 de Deus: meu Deus faz o seguinte, se ele [o policial] tirou a vida de meu filho, com certeza a justiça de</p>	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

11	Deus vem e cobra dele. Se ele faz um benefício para ele, pois ninguém sabe o que aconteceu, se ele está	11
12	vivo ou se está morto, Deus vai dar a recompensa para ele, do jeitinho que ele fez com o filho Deus vai	12
13	cobrar, com certeza. Então creio desse jeito. Pela justiça nossa aqui eu procurei, fiz tudo, até não ter	13
14	mais jeito, interromper as minhas entradas. Não tinha mais aonde eu fosse. Na verdade foi o seguinte.	14
15	Eu vou começar. É um pouquinho longa a história mais eu conto para você a história. Ele teve um	15
16	desafio com um cara ali em um salão dançante, por causa da mulher dele, que morava com ele. Ela é	16
17	uma grande culpada. Ele estava lá no salão dançando e ai deparou[-se] com ela sentada na mesa com o	17
18	cara. Ai ele foi e agrediu ela. E o cara que estava com ela era o tal capitão da policia reformado. E ai	18
19	começou aquela perseguição, prenderam mais no outro dia soltaram. Ai passou aquela perseguição	19
20	contra ele. E procurando, procurando, procurando. Quando foi um dia. Três de março. Nessa data foi	20
21	dia de carnaval. Ai ele saiu, trabalhou o dia todo e veio aqui. Acho que ele lançou [vomitou] aqui e saiu	21
22	ali para um joguinho. Teve jogando lá um jogo, depois foi para uma festa ali. Tinha um bar ali e fazia	22
23	festa lá. Ai chegou um cara que é da policia e berrou [falou] na mesa dele assim [...] ele estava com	23
24	outros colegas lá: uma mulher que é muito amiga dele, mais um colega dessa mulher e colega dele. Ai	24
25	ele bateu na mesa assim, e falou: Opa! tudo bom? tudo bem? Ele falou: vamos tomar uma cervejinha	25
26	mais eu? ele falou: não. Meu filho convidou o soldado que estava à paisana para tomar a cerveja. Ele	26
27	falou: não eu estou com pressa. Arrudiu lá no balcão. Pegou lá uma lata de não sei o quê, e saiu, e foi	27
28	embora. Ai, logo após uns dez, quinze minutos, chegou uma viatura procurando quem era o José Delí	28
29	ali, lá na mesa dele. Foi e: Ou! Você está preso. Mas porque estou preso? [não] fiz nada! Pois é, você	29
30	está preso. Tem que ir lá na delegacia lá, para você prestar esclarecimento lá, porque você está sendo	30
31	acusado de ter violentado uma mulher, e a ordem que nós temos é de levar você algemado. Ai ele falou:	31
32	não, mas me levar algemado não precisa, eu vou com vocês, mas não precisa, eu não estou armado, eu	32
33	não estou reagindo à pressão. Ai pegaram e levaram lá para o quarto distrito, do [setor] Campelo.	33
34	Chegando lá eles liberaram ele, porque não tinham acusação nenhuma contra ele. Liberaram, mas como	34
35	era tarde, por volta de duas, três horas da madrugada, aí esse caboclo que passou primeiro na mesa dele à	35
36	paisano chegou lá, deparou com ele lá: O quê que está fazendo aqui negão? Chamam ele de negão: O	36
37	quê que está fazendo aqui negão? Não! me trouxeram para cá mas não tem nenhuma acusação. Me	37
38	liberaram. Vou embora para minha casa. Vai lá para sua casa? Vou. Eu te dou carona, eu te dou uma	38
39	carona. Não! Vou chamar meu pai, que meu pai vem me buscar aqui. Não moço! Eu vou para lá, eu te	39
40	levo, sou seu conhecido tal. Então foi a derradeira vez que vi meu filho né, ele desapareceu. Chamamos	40
41		41

42	ele lá no quartel onde ele estava lotado; não sei se está lá ainda. Aí, de frente ao comandante ele,	42
43	mandou chamar ele lá, e ele negou que não tinha dado carona para ele. Negou que não tinha dado	43
44	carona para ele. Aí, mas teve uma agente [policia] do quarto distrito que falou que viu ele dando	44
45	carona para ele. Aí, depois ele voltou atrás na hora: Eu dei carona para ele mas eu deixei ele lá no ponto	45
46	de ônibus lá no Campelo. E outra hora ele fala: Não, o carro acabou a gasolina, ele não quis esperar.	46
47	Pegou um moto táxi. Cada vez é uma história! E sem dúvida nenhuma o culpado é ele mesmo. O	47
48	suspeito é ele, esse cara aí. E daí para cá, até hoje eu não vi meu filho mais. É difícil rapaz. Uma coisa	48
49	muito desagradável. E a coisa começou nesse capitão lá. Dizem que esse cara lá, ele trabalhou muito	49
50	tempo na polícia lá. Lá em perto de Brasília. Como é que é. Não! Como que chama? Esqueci o nome da	50
51	cidade. Inclusive o coronel falou para mim. Diz que ele já matou não sei quantas pessoas lá,	51
52	desapareceu [com] as pessoas, naquela época que eles massacrava as pessoas, torturava as pessoas,	52
53	sumia as pessoas. Aí o coronel, quando foi um dia dar uma entrevista, conversar com o coronel, aí ele	53
54	estava falando para mim que o cara já, já é mais suspeito. Seguramente ele deve ter mandado esse	54
55	soldado fazer alguma coisa com ele [...] o que eu espero [...] é o seguinte. Porque	55
56	como eles eram conhecidos. É o jogo que eu faço. Ele pode ter dado uma fuga para ele. Ele falou: Eu	56
57	peguei esse dinheiro para fazer isso com você, mas você vai desaparecer por tantos anos, não vai dar	57
58	nem notícias. Eu penso assim, como se deu esse caso dessa maneira. Então, minha expectativa é essa,	58
59	porque desde quando aconteceu esse caso aqui. Nós acompanhamos aqui, quarenta e cinco crimes de	59
60	homicídio que aconteceu aqui nesse [...] sudoeste de Goiânia até Aragoiânia, Bela Vista, Aparecida.	60
61	Acompanhamos vários crimes que chamou a atenção da gente. Aí lá no IML, botamos cartaz dele lá na	61
62	frente. Tem um rapaz lá, sobrinho da gente que trabalha lá. Ele falou: Ou tio! Eu vou trabalhar para ver	62
63	o que aconteceu. E até hoje não apareceu nada que pudesse coincidir com ele. Por isso eu estou na	63
64	expectativa que meu filho pode estar vivo. Pois é. Acontece todos os crimes que deve aqui, pela polícia,	64
65	e que acharam eles enterrados ali, numa cascalheira ali, e já foram vários. Acharam dentro de cisterna,	65
66	acharam dentro de, até jogado por aí! Então, na verdade, e graças a Deus não encontrei meu filho nessa	66
67	situação. Entende? Por isso é que eu digo: Pode estar [vivo]. 27 anos. Ele era bom serralheiro.	67
68	Aprendeu comigo, trabalhava aqui junto. O defeito que meu filho tinha era só trabalhar. Trabalhador,	68
69	saía daqui cedo e chegava aqui uma hora dessas assim [cinco da tarde] e dizia: Mãe! Nunca comi nada	69
70	hoje. O quê que tem para a gente. Então o problema é esse não é, que [...] depois desse desafio que ele	70
71	teve com esse cara lá, ele teve a perseguição. Perseguição. Sempre a polícia pegava uma pessoa	71
72		72

73	morena. Ele era bem moreninho. A polícia perguntava: Você que é o José Delí não? Ele pegava e [não]	73
74	se identificava não. E a gente correu atrás, correu atrás [...] e nada foi [...] Na verdade foi o seguinte:	74
75	quando eu garoto, da idade de 18 anos, eu vim para Brasília. Naquela época que Brasília estava com	75
76	chama, chama de gente, porque nós trabalhávamos na verdade na roça. Nasci na roça e fui criado na	76
77	roça até que cheguei aos 18 anos. De Brasília eu fui para São Paulo. Trabalhei por lá um bocadinho de	77
78	tempo, aí voltei para lá no Tocantins. Aí eu falei: Bom estou cansado de trabalhar de empregado, nesse	78
79	sofrimento. Foi na época que conheci ela. No dia que nós casamos, mudamos para a cidade. Uma	79
80	cidade que chama Taguatinga. Lá! Ficamos por lá, fomos mexer com comércio bastante tempo. Aí teve	80
81	um desânimo lá, eu peguei e mudei para cá, porque lá eu não tinha um campo de trabalho para dizer	81
82	assim: vou trabalhar para educar meus filhos. Aí eu chamei ela, [e] falei: Vamos para Goiânia, porque	82
83	para Goiânia tem mais campo de botar meus filhos para estudar e eu trabalhar. E aí nós. Ela concordou	83
84	e nós viemos para cá. E justamente eles foram estudando, estudando. Inclusive esse aí mesmo, estudou,	84
85	fez até [...] o segundo grau. Os outros também foi, mas só que não quis concluir. A outra pela mesma	85
86	forma. Aí ela foi para o Tocantins, a mais velha. Lá se casou e agora é formada. E assim foi todo	86
87	mundo. Os outros estão trabalhando aí. Todos trabalham. São trabalhadores. Aprendeu a profissão	87
88	comigo aqui. A gente conforma, por uma parte, não é só a gente que está passando por isso. Não! Não é	88
89	eles ficaram assim [...] Não! Ele era uma pessoa o seguinte. Ele não mexia com ninguém, mas se a	89
90	pessoa pisasse no pé dele era fatal. Ele ia em cima dele. Mas graças a Deus nunca teve crime nas rixas	90
91	maiores dele. Não. Se ele pudesse pegava assim na mão assim! Nunca andou armado, para dizer assim:	91
92	Vou tirar a vida de alguém. Vichi! Sem comparação. Sem comparação. É uma dor que ela não sara. Do	92
93	jeito. Hoje eu estou em uma clínica psíquica fazendo tratamento. Consequência disso. Hoje eu estou	93
94	bom, mas teve uns tempos aí para trás aí. Hoje eu estou fazendo tratamento, tomando remédio. Mas	94
95	minha vida era chorar e não dormir. Já pensei até em suicídio muitas vezes. Mas eu pensava assim: Vou	95
96	fazer assim, assim. Mas não dava certo. É incomparável a falta de meu filho. Eu não concordo nunca na	96
97	minha vida. Já pensei até em fazer vingança, porque eu tenho coragem, tenho coragem de fazer até pior	97
98	do que eles fazem. Mas eu fico pensando o seguinte: Se eu fazer uma vingança com esse sujeito, mas	98
99	depois ele ter dado uma fuga pro meu filho, como é que eu vou ficar? Tudo isso eu já pensei. Meu caso	99
100	não é só: Pá! Pá! E matar o cara não. Eu penso nisso tudo. Porque a possibilidade de vingança não traz	100
101	ele de volta. Vou complicar minha vida. Eu já até falei na delegacia que tinha coragem de fazer até	101
102	pior, mas isso não resolve nada. Na verdade isso que eu estou passando é uma dor que eu não desejo	102
103		103

104	<p>para ninguém. Nós tínhamos as nossas divergências, discutia aqui de boca, por conta do trabalho. Mas filho é filho. Na verdade, hoje eu estou mais, não digo é conformado, eu estou naquele balanço, certo!? Tudo que nós podia[mos] fazer nós fizemos. Nós distribuimos panfletos por todo lado, fizemos matéria na televisão, que saiu até na Internet. De vez em quando chamo a imprensa aqui para fazer uma matéria aqui para lembrar. O que teve para nós fazer para meu filho aparecer nós fizemos: tudo! tudo! O que as pessoas falavam: faz isso. Nós fazíamos. Botamos no rádio. Na televisão. Demos uma recompensa: pequena, mais demos. Tivemos oportunidade de falar na rádio 730. De conversar com o pessoal acusado. Tudo nós fizemos. Batemos em porta de delegacia, reviramos até cemitério para ver se não tinha até enterro clandestino, colocamos cinquenta pessoas do corpo de bombeiros rodando toda a região e outros municípios, procurando. Procurei outras alternativas, recomendar as pessoas, pedindo que traga alguma notícia. Converso muito com muitas pessoas, eu aqui sou muito conhecido, mas até hoje nada! Sempre os especuladores tem muito, o que só machuca a gente mais ainda. Na verdade a polícia tem muita gente boa. Eu tenho várias reuniões lá na assembleia com o diretor de direitos humanos, já tive a reunião com o secretário da segurança publica também, já expliquei para ele o que é a polícia. A polícia nós não vivemos sem a polícia, nós queremos viver sem esses bandidos da polícia. Esses bandidos deviam ser eliminados. A polícia ter mais formação, a polícia ser mais componente nas nossas ruas. Hoje você ver a viatura da polícia, as mães falam para as crianças: corre para dentro que lá vem os criminosos. Na verdade a polícia é para ajudar a combater a violência, não é para marginalizar a polícia, mas por que a polícia é marginalizada? É porque tem os bandidos que vivem ai extorquindo a vida das pessoas. É por isso que a polícia é suja dessa maneira. E por causa dos ruins os bons são sujos. Na verdade na polícia tem muita gente boa. Porque na verdade. Do jeito que anda essa violência no mundo, mal de nós se não fosse a polícia. Eu não sou contra a polícia não, porque do jeito que está [...] Não! Não! Já pensou. Eu sou a favor da polícia, mas de uma vez que a polícia seja uma pessoa bem instruída para tratar o cidadão. Mas o que tem muito é cooperativismo dentro da polícia. Coitado da pessoa que tiver um caso com a polícia, que precisar da justiça [...] coitado dessa pessoa. Então se torna dessa maneira. Justamente o que eu estou falando, dar maior punição para esses policiais. Porque remuneração não resolve. O que falta é instrução na polícia. É fazer uma devassa na polícia, ter punição. A sociedade hoje não tem voz ativa diante da polícia. Não sei se é falta de grandes aglomerações de pessoas. Nós temos esse comitê lá que é da violência da polícia, a gente sempre convida as pessoas, convida, convida, vai pouca pessoa, então é eu sempre ouvi um dizer que uma</p>	104
105		105
106		106
107		107
108		108
109		109
110		110
111		111
112		112
113		113
114		114
115		115
116		116
117		117
118		118
119		119
120		120
121		121
122		122
123		123
124		124
125		125
126		126
127		127
128		128
129		129
130		130
131		131
132		132
133		133
134		134

	<p>135 andorinha só não faz verão. Nós precisamos é ter um número maior de pessoas dentro do comitê. Isso 136 vai esmorecendo as pessoas. Quem foi vítima da violência está totalmente indignado, revoltado, mas 137 quando a gente encontra com eles falam: não adianta, eu já mexi, não tem mais aonde eu vou e coisa, 138 não adianta e ficou por isso mesmo. Mas porque tem um caso envolvendo a polícia a pessoa não quer 139 mexer, pois eles matam mesmo. Como desaparecido. É [...] Nós temos aí um advogado que nos orienta e 140 tudo. Nessa parte aí, quando meu filho desapareceu nós fomos muito bem [...] é [...] Tivemos muito apoio. 141 Aqui era cheio. Nós estamos na expectativa de que vai haver um resultado. Quando o inquérito estava 142 bem embalado, eu digo: não, o trem vai ter efeito. Mas infelizmente, não deu nada. Isso eu vou concluir 143 né. Nós estamos separados há um ano. Ninguém sabe. Eu moro aqui, tenho ela como minha amiga. Ela 144 aproveitou do meu problema aqui, disso aí, que eu estava numa situação muito difícil, com uma 145 depressão muito grande, num nervosismo muito grande e aí aconteceu que nós separamos. Tenho ela 146 como minha amiga. Faço tudo que ela precisa, eu agradeço muito ela pelo que ela já fez comigo, criou 147 meus filhos, mais tem esse problema que nós estamos aqui como amigos. Estava doida já querendo, né? 148 Não nós tiramos isso de noite. Eu evito muito é de pedir ela para fazer as coisas para mim. Deixo muito 149 na vontade dela. Fazer uma coisa que eu, eu às vezes dou conta, eu pego e faço. Não tem nada, nada de 150 discriminação com ela, eu não tenho não. Foi por aí viu. Mais tudo bem. Espera aí um pouquinho! 151 Deixa eu explicar para ele. O que acontece é o seguinte: eu entrei em uma crise de depressão muito 152 grande, tanto que hoje eu estou na clínica – eu mostro meus exames para você – que eu frequentei à 153 quase três anos a clínica. Eu tive quase doido varrido. Eu estava até pensando em suicídio. Mas tudo 154 bem. Nós estávamos numa boa aqui ainda. Isso aí com certeza está registrado na minha ficha lá no 155 médico. Eu falei ou doutor, eu estou em um nervoso muito grande, que até recusava receber meu 156 cliente aqui na serralheria. Recebia mas sempre tinha um atrito aqui. Aquilo me prejudicou muito, 157 justamente naquela vez que nós tivemos esse pequeno desentendimento. Ai ela aproveitou do meu 158 embalo e aconteceu isso aí. Não! Absolutamente! Porque eu sou uma pessoa que eu, até gosto muito 159 dela. Graças a Deus ela tem me ajudado. Devo muita obrigação para ela. Mas fazer o quê!? Mais é o 160 seguinte: eu acho que eu fui muito errado. Por primeiro, quando eu tirei ela da roça eu procurei um 161 lugar na cidade, para melhorar a situação nossa. Eu não prometi um palácio. Eu falei para ela: olha eu 162 sou um pobre trabalhador e inteligente. Então nós casamos, formamos nossa família. Muitas vezes se 163 eu não tivesse tirado ela lá da roça, onde ela trabalhava, porque ela trabalhava igual eu lá. Muitas vezes 164 ela podia ter casado com fazendeiro, ela podia estar melhor do que ela está aqui agora. Não é que eu 165</p>	<p>135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165</p>
--	---	--

	166 167 168 169 170 171 172 173 174 175	estou falando que é dinheiro. Mas você podia estar com uma vida melhor. Então ela aproveitou da minha fraqueza, que eu estava muito nervoso naquela época, e teve um pequeno desentendimento aí, e eu falei isso, mais como ela não quer perdoar, eu vou deixar correr frouxo. Eu penso muito, não somente na minha vida, eu penso nela também. Mais ela está bem amparada. Eu não tenho nada. Eu não tenho nada disso. Eu posso precisar, eu até agradeço muito ela, por ela estar sempre ao meu lado, assim, não como casal como já expliquei para você, mas ela me acompanha, eu agradeço muito ela na hora da minha emergência, da minha doença, ela me acompanha e eu estou aqui também para lhe ajudar no que for possível. Na verdade é o seguinte, eu não tenho magoa nenhuma eu aceito tudo do jeito que ela faz para mim. Não reclamo e aceito. Eu pensava o seguinte, como nós estamos passando essa fase muito difícil por causa de nosso filho, então o que nós podia fazer: unir!	166 167 168 169 170 171 172 173 174 175
N4		*sex_f *id_64 *rel_mae *corp_não *dat_03_2003	
	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19	Aí, sobre o assalto, foi aonde eu consegui segurar o meu, assim [...] recurso mais elevado, porque antes eu sofri demais achando que o problema maior era o meu. Entendeu? Aí a gente conversando, vendo as pessoas falarem o que aconteceu com eles, aí eu pude ver que pelo menos [...] Pelo menos eu não ví, porque é muito difícil você ver seu filho pedir ajuda e você não poder ajudar. Se meu filho pediu, se ele implorou e não teve sucesso, eu não escutei. Sim. Bom isso não vem ao caso porque é coisa nem pertence a nós. Só que eles! Quando eles fazem isso [em pranto], eles fazem muito seguro, porque se não tem cadáver não tem crime. Até a sétima série. Era caprichoso, bom para fazer móveis. Bom com as pessoas. Aprendeu e foi se aperfeiçoar com outras pessoas. Ele era chamado aqui direto, fazia móveis perfeitos. Eu acho que o defeito do meu filho era não querer levar desaforo para casa. E o homem tem que carregar. Ele era assim uma pessoa honesta. Ele era uma pessoa assim é [...] Estavam procurando né [...] Fez o segundo grau. A minha história é o seguinte. Eu fui uma menina que nasci na fazenda, criada sem mãe, que perdi com quatro anos. Criada pelos meus avós, só naquela obediência, só trabalhando em serviço pesado e difícil para quem mora na roça. Foi muito difícil. Melhorei a minha situação na roça depois que meu pai, depois que minha mãe casou com outra pessoa, e determinado tempo meu pai mudou para cidade, mudou, trouxe eu e minha irmã, porque meu irmão já estava com ele. Aí eu fui para a área de costura. Naquele tempo era assim: se a pessoa já [estava com] 18 anos, não tinha mais que estudar, era preparar para casar. Quando meu pai falou: – Você vai aprender a costura como profissão. Aprendi com um alfaiate. E aí foi quando eu sai de trabalhar na roça, no pesado. Aí, desse tempo, as coisa foram melhorando. Casei com ele. Nós mudamos para a cidade. Criei os filhos no	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19

20	pedal da máquina. Aqui dentro eu estou até hoje. Quando nós mudamos para Goiânia, nós mudamos	20
21	em 78, nós já tínhamos os quatros. Quando nós chegamos o José Delí tinha um ano e meio. E aí nós	21
22	fomos trabalhando, meus filhos foram crescendo, hoje eu não digo a você que eu sou uma pessoa	22
23	assim, realizada, por esse motivo. Mas meus filhos nunca me deram desgosto graças a Deus. Meus	23
24	filhos nunca usou droga, tatuagem, cabelo grande. Nunca usaram brinco é [...] no estilo que você está	24
25	vendo esse aí [referindo-se à pessoa que passou pela sala]. São todos trabalhadores. Desde pequeno ele	25
26	sempre foi um menino assim: o objetivo dele sempre era trabalhar. Ele saía com ele [indicando o	26
27	esposo] para engraxar. Foi estudando, e aí, com o tempo, ele passou a trabalhar com o pai. Desde [os]	27
28	doze anos que ele já aprendeu a dirigir e trabalhava com o pai aqui na parte de serralheria. E aí foi indo.	28
29	Na verdade meus filhos foram uns meninos tudo trabalhador. Eles nunca ficavam parados. Quando saía	29
30	do colégio já passava lá numa casa de sorvete, no lugar de demolição. E não ficava parado. Chegava	30
31	com o dinheirinho dele e falava: – toma aqui óh! Mãe. Aí pegava e guardava o dinheirinho. Eram muito	31
32	responsáveis. Assim, sobre o José Delí, ele gosta muito de dançar. Sair para divertir[-se] com amigos.	32
33	Às vezes ele falava assim: Ou minha velha, hoje eu vou dançar um bolero. Meu filho!? Sexta feira? É!	33
34	Eu trabalhei, eu tenho direito. Mais é um bom filho, para mim meu filho era perfeito. Enfim, só que	34
35	nessa parte aí não foi bem sucedido, porque eu acho que a gente, o seguinte: se tinha que gostar mais da	35
36	gente do que [...] Por que ele morou com essa mulher dois anos. Ele tinha seis meses que estava	36
37	separado. Eles desentendiam[-se] porque ela tinha um gênio muito forte e ele também. Não é porque	37
38	ele não está aqui que a gente diz assim: Ele só era um bem. Não. Ele tinha um gênio forte assim. Ele era	38
39	uma pessoa assim, que se você falava uma coisa para ele que ele não gostava, ele perguntava logo: O	39
40	que foi que aconteceu? Se não gostou! Ele era desse jeito. Aí um dia ele falou assim para mim: Ou	40
41	mãe! Eu estou separando da Valdivina, mas eu estou encontrando com ela, porque eu quero vender	41
42	minha casa e ela ajudou a comprar. Eu vou vender a casa, vou dar a parte dela. E a minha parte eu vou	42
43	comprar uma casa só para mim, sem a ajuda dela, porque aí eu não vou mais ficar com ela. Aí eu falei:	43
44	Tá certo meu filho. Mas só mãe, que ela me procura. Se eu não der atenção para ela, ela não vai querer	44
45	assinar. E se ela não assinar mãe eu não vou poder vender. Eu falei: Tá certo meu filho. Aí ele foi.	45
46	Quando foi esse dia. O dia que ele viu ela com outra pessoa. Ele não gostou. Ele era muito apaixonado	46
47	nela. E por aí aconteceu... Teve. Teve porque um dia ele brigou com ela, lá na vida conjugal. É. Ele	47
48	brigou com ela e andou dando uns tapas nela. E a polícia pegou ele e prendeu. Antes ele teve um dia	48
49	também que ele estava com uma arma e ele não tinha autorização. Isso ele já era jovem. A polícia	49
50		50

51	tomou a arma e soltou ele. Não! Arma, meu filho nunca andou armado, nem um [...] Nesse dia [se	51
52	referindo ao episódio da arma] ele foi pego porque a arma não era dele. Foi um amigo que pediu para	52
53	ele vender para ele. Nossa! Não tem nem explicação. Era! Na hora do serviço, sempre tinha um	53
54	pequeno desentendimento. Isso aí todo mundo tem. O que eu lhe digo é o seguinte. Tem uns dias que	54
55	você pede assim para Deus, para o dia passar para você dormir e não ver. É uma dor assim que não tem	55
56	nem explicação, porque se ele [o esposo] tivesse achado meu filho, de qualquer jeito, tivesse enterrado	56
57	meu filho, era difícil, mas era o resultado. E é aquela coisa: quando amanhece o dia, a gente fica	57
58	pensando: hoje eu vou ter alguma notícia boa. Aí o dia vai passando e nada aconteceu. Tem hora que eu	58
59	fico pensando: Meu filho vai bater na porta. Escuta e nada [prantos]. Mas enquanto tem Deus na vida, a	59
60	gente tem uma esperança. A única certeza que eu tenho é que um dia eu vou achar, esteja ele da	60
61	maneira que ele estiver. Eu vou achar, porque nesse chão nada fica escondido, e uma hora a ficha vai	61
62	cair, mesmo que não traga meu filho de volta, porque para mim não precisa. Porque para mim esse	62
63	negócio de vingança, para mim não resolve não. Porque se prender fizesse qualquer coisa, a vida de	63
64	meu filho voltasse, eu não pensava duas vezes. Mas nada que acontecer não vai trazer meu filho de	64
65	volta, se é que eles tiraram a vida de meu filho que eu não sei. Como eu disse ao coronel Ferreira: Olha	65
66	coronel se eles queriam tirar a vida de meu filho, que eles deixassem aí num lugar para a gente achar,	66
67	para fazer o enterro como todo ser humano tem direito. Agora sumir é muita covardia. Sabem que a	67
68	corda só arrebeta do lado do mais fraco mesmo. Eles podiam assim! Não, nunca alguém iria saber que	68
69	eles tinham matado, porque os crimes que aparecem, [quantas] pessoas que são encontradas [e] nunca	69
70	foi achado o assassino. Talvez ele também não seria encontrado. Mas pelo menos a gente tinha uma	70
71	certeza aonde foi deixado seu filho, entendeu. Agora nós ficamos nesse sofrimento. Nós perdendo	71
72	noites de sono. Eu! Minha vida acabou! Eu não tenho mais alegria de ir em uma diversão qualquer.	72
73	Quando eu falo assim: Eu vou numa festa. O coração fecha, porque eu não tenho alegria. Minha casa	73
74	era cheia, a gente fazia almoço, convidava a parentela, o som ficava ligado. Hoje, meus irmãos vêm,	74
75	mas não tem aquela alegria, porque eu [...] Parte da minha vida foi embora, porque um filho seu é um	75
76	pedaço seu, não é um parente não. A dor de filho é diferente de marido, de pai e de irmão. É a dor mais	76
77	doída é [a] do filho, porque é seu pedaço [em prantos]. Mas a vida é assim mesmo [prantos]. Para quem	77
78	desse uma informação qualquer. Em termos de divulgação assim, tivemos os procedimentos corretos, a	78
79	gente fez. Eu não sei se ela [polícia] é suja ou limpa, mas a minha opinião sincera: eu não confio não.	79
80	Eu, antigamente, se eu estivesse em uma reunião e chegasse uma viatura eu sentia segurança. Hoje! eu	80
81		81

82	estou indo embora para minha casa. Eu não confio! Porque é a palavra deles contra a nossa. O	82
83	comandante acredita em cem mentiras deles e não acredita em uma verdade da gente. Pode ser uma	83
84	coisa boa entendeu [...] Eu não sou contra e nem sou a favor, porque eu não confio neles. Nós	84
85	registramos a ocorrência policial do desaparecimento dele, percorremos todas as etapas para tentar	85
86	localiza ele. Inclusive na delegacia de homicídio que era o doutor Fugêncio, que era o responsável,	86
87	sempre que aparecia uma ossada ele nos ligava para a gente ir verificar. Ele nos instruiu que nós	87
88	fossemos cobrar das autoridades responsáveis pelo caso e esperava um tempo, se ver que não tivesse	88
89	solução, ir na televisão, porque eles não gostam de escândalo. E assim nós fizemos até [que] eles	89
90	concluíram o inquérito e arquivou, porque não tinha prova. É! porque não podia incriminar como	90
91	assassino, porque não tinha a prova material, que era o cadáver. Se fosse incriminado nós podíamos até	91
92	sofrer consequências, pois se o meu filho aparecesse, como iria ficar. Eu falei: tá certo, se não tem	92
93	cadáver não tem crime. Se não tem crime não tem punição. E aí é o seguinte: muitas coisas eu não sei	93
94	lhe responder, porque se a gente não sabe é melhor não responder nada. A única coisa que eu tenho	94
95	certeza é que Deus não vai me desamparar e vai me dar força e ele também não vai me tirar daqui, que	95
96	eu vou ficar para mim esperar, achar, resolver a situação. Porque Deus não me deixa [sem] a solução.	96
97	Quanto à sociedade, o que vejo hoje a sociedade está muito assim estranha. Hoje ninguém tem mais	97
98	amor ao próximo, não tem mais aquela harmonia que tinha, hoje é como se diz: é olho por olho é dente	98
99	por dente e por aí vai. Tivemos muito apoio [de] pessoas entendeu. Até essas delegacias mesmo, o	99
100	comandante geral esteve conosco, deu entrevista e tudo, isso para mim não resolveu, porque o que eu	100
101	queria [...] Hoje está assim, triste, só eu e ele na casa, cada um morando nas suas casas, longe de nós. A	101
102	nossa família está assim, estruturada. O Moisés trabalha aqui na frente. Eu trabalho lá no fundo, para	102
103	mim o serviço é que completa a minha vida, ligo o radinho para ouvir alguma coisa, para mim não fica	103
104	pensando e conviver com a tristeza. Estamos casados há 41 anos. Olha, deixa eu te falar [dizendo ao	104
105	esposo]. Primeiro, na época que meu filho saiu, a gente estava todo mundo assim, com os nervos à flor	105
106	da pele, a gente discutiu por uma coisinha à-toa sabe. Ele virou para mim assim: – Olha! Não dá mais.	106
107	Eu falei: Não tem problemas, se deu! Deu! Se não deu! Aí ele foi para o quarto ali, e eu fiquei. Aí	107
108	quando ele arruinou da depressão eu falei: Eu vou estender a mão para ele. Estendi a mão, falei para	108
109	ele: Vamos volta [a] morar juntos porque só têm nós dois, estamos nessa situação. Aí ele: – Tudo bem!	109
110	Aí ele: tudo bem! Aí! vai, vai. Quando foi o ano passado ele tomou, porque ele tem um gênio danado, e	110
111	eu também não sou muito boa não, aí ele pegou e falou assim: Não dá mais! A partir de hoje você vive	111
112		112

	<p>113 a sua vida que eu vou viver a minha. Eu falei assim: Sem problemas! Aí eu deixei. Não! Se o cara não 114 quer, eu vou fazer o quê. Não! Estou conversando com ele [o entrevistador]. Ei! Deixa eu falar com ele. 115 Eu lhe falei: eu vou conversar com ele sem intervenção. Aí eu falei: tudo bem! Foi um dia, eu conversei 116 com ele, eu falei: Olha, eu espero que você seja feliz em sua nova etapa de vida, que você arrume uma 117 pessoa que cuide bem de você e faça o que eu não pude fazer. Mas enquanto eu [es]tiver aqui de baixo 118 do seu teto, eu vou cuidar. Vou lavar, vou passar, vou cozinhar, faço tudo para ele: tudo! Tudo! tudo 119 que está ao meu alcance! Se ele passa mal, porque ele dá uma crise de pressão alta [...] todos dois são 120 hipertensos, tanto eu como ele. Ele tem gota. Aí ele arruina, levo para a emergência, trago. Tem vezes 121 que nós chegamos aqui é uma hora da manhã. E está aqui, nós estamos usando a mesma casa, e é como 122 se diz: nós saímos juntos, vamos ao supermercado fazer compra. Não, Fala! Sai juntos! As vezes que 123 ele está ruim, precisando ir ao banheiro, eu vou com ele. O meu serviço de dona de casa nunca eu vou 124 deixar. Se às vezes eu vejo que ele está gemendo eu pergunto: o que está acontecendo? Tá sentindo 125 mal? quer ir no médico? Então boa noite! Se precisar é só me chamar. Não! Eu! Para mim não. Tem 126 mais de três anos! É Moisés! Dinheiro não é tudo na vida não! Dinheiro não é tudo na vida não! Você 127 tem. Tem seus filhos. Tem eu também. Ele fala assim, que eu não quero lhe perdoar, eu já perdoei 128 milhões de vezes, perdoando, sempre perdoando.</p>	<p>113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128</p>
<p>N5</p>	<p>*sex_m *id_51 *rel_pai *corp_sim *dat_06_2003</p>	
<p>1 Em Goiânia. vinte quatro anos. eu estava com vinte e [...] vinte e seis [...] Ah, sempre criar com 2 honestidade, não é?, ensinar o que a gente [...] o melhor para eles. E aqui na nossa casa nunca chegou 3 alguém para reclamar nada, [de] nenhum de nossos filhos [...] nunca teve. o melhor para eles não é?, 4 trabalhar assim [...] Julho, aniversário de casamento e [...] E a funerária disse que não tinha como 5 embalsamar, por causa do [...] não aturava quatro horas também. E na festa onde que ele estava, 6 praticamente desde de [a] idade [...] e na segunda feira a gente chamou um sargento da polícia aqui, e os 7 meninos fizeram um relatório todinho aqui [...] ele disse que ia passa lá para o capitão [...] aí só que não 8 passou nada [...] aí um sargento falou: hoje na segunda-feira, hoje eu vou trabalhar lá no IML [...] Se 9 estiver lá amanhã cedo, você vai lá no quartel dar depoimento [...] eu falo para você se os meninos estava 10 lá [...] só que ele pegou [...] e no outro dia ele foi trabalhar lá [...] No outro dia cedo eu encontrei com ele e: 11 não tem ninguém lá não. E sendo que ele mesmo trabalhou no corpo dos meninos lá no IML. [morreu 12 de hoje para manhã], só que nesse meio prazo, que eu estava lá no quartel denunciando, foi a hora que 13 minha cunhada ligou para ela falando da notícia do jornal, mas o sargento, capitão, tudo sabendo do</p>	<p>1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13</p>	

14		14
15		15
16		16
17		17
18		18
19		19
20		20
21		21
22		22
23		23
24		24
25		25
26		26
27		27
28		28
29		29
30		30
31		31
32		32
33		33
34		34
35		35
36		36
37		37
38		38
39		39
40		40
41		41
42		42
43		43
44		44

caso e escondendo, do que tinha feito. E eles [...] a gente não tem como provar, mas o que andavam matando jovem aqui era demais. Pode fazer um levantamento de 2003 para cá, de 2000 a 2003, tantos casos de morte de jovem [...] No município de Senador diminuiu. Inclusive está no processo esse “Guilherme” tem o nome completinho, esse que responde processo [...] e pela informação da mãe do menino – desse que morreu (junto com Guilherme) – por ela, disse que ele saiu daqui, quando ele ficou sabendo que matou meu menino, saiu daqui do Estado de Goiás, e foi para outro lugar, passar uns tempos fora, por causa de medo. É difícil demais. A gente foi no local onde mataram eles lá, a gente viu lá, às vezes eu estou assim deitado pensando, fico pensando, naqueles momentos que ele passou, às vezes quando eu estou assistindo um jogo de futebol, que cai um ali e fica com dor, aquilo para mim é um remorso, até saio de perto, para não. Porque eu fico numa lembrança. Ele era uma pessoa, que se fosse matar um inseto no chão: para quê, faz isso não. Éé! Sobre ele, quando morreu, a gente tem a consciência limpa que ele sempre foi uma boa pessoa. Ele nunca foi de fazer coisa para deixar a gente triste, sempre na vida que ele teve, a gente sempre viveu sempre alegre com ele, satisfeito. A gente pensa muito nele, falta demais dele, uma coisa que não queria ter passado. O sonho dele era trabalhar com carteira assinada, já estava com os documentos dele, estava tudo pronto. Então para a gente ele só deixou assim coisas boas. Um rapaz que nunca chegou reclamação dele aqui em casa, nunca teve passagem por polícia nem nada, nunca chegou um vizinho, nada, reclamando. Eu como pai, vou fazer cinquenta e um agora, na minha casa nunca entrou uma arma de fogo, nem minha, nem de filho, se eu falar que eu já peguei em uma arma de fogo num revolver eu estou mentindo, nem isso eu sei fazer, então isso eu passei para eles, graças a Deus, até o dia que ele viveu, ele nunca fez esse tipo de coisa, nem possuí, nem andava. A gente convive com muita tristeza, porque esquecer, a gente não esquece não, a vida da gente [se] transforma totalmente, uma parte da gente que falta. [em prantos] É muito difícil, sabendo que eu [...] Não é porque eu sou pai que eu estou falando isso, sabendo que era uma pessoa que não fazia mal a ninguém. Uma pessoa que, não tinha como. Ah! Está. É toda vida. Conversar um com o outro. Tudo com tudo que é lugar que a gente tinha para cobrar justiça a gente já foi. Olha! Primeiro a gente já foi no ministério público umas oito, umas seis vezes, quando aconteceu o caso o primeiro delegado que fez a, a audiência, a investigação, foi muito, mais muito bom mesmo, ele completou o inquérito e levou lá para o fórum. Lá no fórum, eles retornaram, eu fui lá para saber direitinho, eles retornaram lá o processo lá para delegacia e tirou o delegado, tirou a pessoa da corregedoria, mudou tudo [...] E lá na delegacia ficou um ano e dois meses parado, e eu fui lá umas oito

45	vezes procurar lá [...] A escritvã falava que estava em diligência, e ficou lá. Ficou um ano e dois meses.	45
46	Aí que eu fui no ministério público e falei com a secretária do [...] porque ela me passou o nome da	46
47	promotora que estava tomando conta que é a doutora [...] que tinha mudado. Porque o primeiro promotor	47
48	foi o [...] Aí para cá – que montou o processo para o fórum – já teve quatro audiências. Uma foi	48
49	anulada, é, porque as testemunhas foram ameaçadas aqui, estão indo para outro lugar [saíndo para o	49
50	exterior] não quer depor, então é [...] Aí tem a audiência, mas não resolve nada não. Tem uma para	50
51	fevereiro [...] Vinte um de abril teve uma, como era feriado. Passou para o dia vinte dois e a outra antes	51
52	de outubro, eles marcaram duas audiências, em um dia só [...] aí a nossa foi anulada, aí eles marcaram	52
53	para dia vinte um de abril, mas era feriado e mudou para o dia vinte dois, e essa última que teve foi dia	53
54	22, foi setembro ou. Sei que as testemunhas não foram. Inclui uma mulher desses policiais que está	54
55	sendo, que está no processo, saiu no jornal, que é o jornal deles aí, que estava também, fazendo coisa	55
56	errada aí, que estava também subornando pessoas aí na [...] De destruição, que ela, a violência, a gente	56
57	nunca pode comparar ela com nada de bom não, porque é só tragédia. Então para a gente não tem	57
58	comparação [...] Não era nem para existir né. Não é não é? Sobre a violência a gente pensar nela, a gente	58
59	nunca tem coragem de praticar nem nada, mas esquecer algo que passou, o que a violência fez com a	59
60	gente não. Isso a gente não esquece. É do jeito que está continuando, a gente fazendo tudo para	60
61	sobreviver, mas a recordação e muitas vezes até revolta, de saber o porque que aconteceu. Tem.	61
62	Continua. Ele era calado, não era de ficar falando não. Ele era calmo demais não era pessoa de ficar	62
63	nervoso, nem nada. Escutava. de tanto nessa vida de vivermos juntos, não tenho [como] falar um nada	63
64	de reclamar dele não, sobre o tratamento dele comigo e eu com ele. Nós combinávamos muito. Nunca.	64
65	Das famílias. É, começou pelo Marcos, daí para cá que. Tudo bem! Certo. Dia 30 de junho de 83. Foi.	65
66	Sempre ensinar o bem né, e o que a gente puder orientar, dar conselho, o que, às vezes, muitas vezes a	66
67	gente tem que criar um comitê igual esse que foi criado, para a gente unir tudo, para dar palestra sobre,	67
68	sobre essas coisas. A gente participa lá da reunião. Na polícia a gente não tem confiança, sei que há	68
69	muitos policiais gente boa demais. A gente não tem. E agora para a gente acredita na polícia, a gente	69
70	tem que acreditar que tem muita pessoa boa, mas para poder acreditar eles tem que tirar os mal, mas os	70
71	mal eles não, eles apoiam, eles escondem eles, falam que não escondem, mas num caso desses aí, lá na	71
72	corregedoria, lá na delegacia, a escritvã falou que com esse daí com o dos meninos eles já tinham cinco	72
73	processos e aí, expulsaram eles da polícia, aí depois a lei pôe eles tudo para voltar de novo, depois de	73
74	quase cinco anos que mataram o menino, e eles mesmo confessaram que participaram do crime, saiu no	74
75		75

76	jornal. Depois, depois desse tempo quase cinco anos, pegam um fazendo [...] Querendo tomar a moto de	76
77	um vendedor de <i>sitpasse</i> , pedindo três mil reais senão. Depois de cinco anos, qual a pessoa dessa que	77
78	vai acreditar, se está continuando a fazendo o mesmo mal que já fez. Ficam escondendo as coisas.	78
79	Porque na época que aconteceu esse caso aqui, juntou mais de sessenta pessoa, quase oitenta para	79
80	quebrar a delegacia aí, isso tem até nas televisão, eles filmaram tudo, porque o pessoal ficou tão	80
81	revoltado, por causa de uma pessoa boa. E na época tirou daqui, tirou o delegado, tirou os policiais até	81
82	quando começou, até reportagem que veio fazer aqui, eles não quis passar, eles não deixaram. Então foi	82
83	uma coisa que ficou encoberta, então como que faz para acreditar neles se, se continuam as mesmas	83
84	pessoas. Nada muda. Agora vamos supor: igual eu sei que tem policial bom aí que eu conheço a vinte	84
85	anos, e eu sei que é gente boa, o próprio policial falou para mim: olha quando eles querem aprontar eles	85
86	aprontam mesmo. Eles atiram na viatura, eles tiram o colete e atiram [para] falar que é troca de tiro,	86
87	mas troca de tiro nada existe. Troca de tiro são poucos casos que existem. Mas quando eles querem	87
88	aprontar eles aprontam aí, eles apronta aí. Os próprios policiais, que eu conheço há vinte anos, ée [...]	88
89	Uai! A sociedade tem que ajudar, e o Estado é o principal, porque, porque o Estado é o que tem dever	89
90	de praticar a nossa segurança, para população, e a população também tem que ajudar. Mas se o Estado	90
91	não demite os maus, como que vai ter uma boa segurança, com o errado lá continuando. Portanto, acho	91
92	com mais ou menos quinze dias, está no processo, o próprio policial que matou meu menino atirou em	92
93	um sargento, e foi – pela informação que eu tenho – levaram ali na rua [...] da Vila Pedrosa, e não foi	93
94	registrado nada. E como eu estava dando depoimento – nesse dia eu não estava lá não – foi a mãe do	94
95	outro rapaz [que morreu junto com Guilherme] que estava lá na homicídio dando depoimento. O	95
96	sargento ligou lá, denunciando os próprios policiais que tinham atirado nele. São os mesmos que	96
97	fizeram isso com o meu menino. Então eles mesmo contam, com eles mesmo acontece isso e nada. Eles	97
98	falam que corrige e tudo, mas, passo a passo, eles estão na rua de novo. Exato. Exatamente. Igual	98
99	aconteceu isso aí, e ele, quantos e quantos mal já na fizeram isso. Se a lei abre brecha para eles retornar.	99
100	Dois foram expulsos, porque que eles não podem olhar do outro lado também. Do meu filho. não	100
101	preocupa não, esteja a vontade. Não o que eu tenho a dizer que a gente que andava direito, ele que	101
102	andava direito. A gente nunca pensava que podia acontecer, as vezes ele saia, a gente ficava	102
103	despreocupado, porque que a gente, a gente sabia que ele não era pessoa de fazer coisa errada, mas	103
104	acontece com muitas pessoas direitas. Usando os pais, os jovens, na hora que procura mais orientação,	104
105	viver mais orientado, para não acontecer o que aconteceu com a gente. É uma marca que ninguém tira.	105
106		106

107	Que a justiça puna porque senão. Porque senão ele vai continuar fazendo a mesma coisa com outros	107
108	inocentes. Dar conforto um ao outro. Dar conselhos. Amizade, unido que.A gente então unir mais ainda	108
109	não é. Eles precisam, exatamente. Procura incomodo com os filhos. as vezes o incomodo aumentou	109
110	muito mais com esse outro, as vezes ele chegou do serviço. fico olhando se ele vem, sai 5 horas do	110
111	ponto de ônibus, para esperar o serviço, porque eu não tenho confiança neles aí [policiais]. Eu fico	111
112	esperando. Porque do malandro a gente corre, e da polícia se for correr eles atiram, porque muitas vezes	112
113	o jovem tem medo, vai correr de medo [e] ele fazem é [.] Mas depois eles confessaram no jornal que	113
114	participaram do crime. Depois a gente pede para todas famílias que Deus abençoe. É, eu estou sentindo	114
115	saudades demais. É bom encontrar pessoas igual vocês que preocupa[-se] em dar apoio para a gente,	115
116	porque a gente nunca teve apoio de ninguém, é [.] o pessoal do comitê. Depender de coisa de governo e	116
117	prefeito aqui, e essas coisas nós nunca tivemos, de nada não. É muita recordação mesmo. A gente	117
118	recorda a todo momento, mas como a gente toca muito no assunto dele fica mais [.] Tendo uma pessoa	118
119	a mais para desabafar. A gente lida com esse assunto. Na verdade a gente nunca pode negar. Eu não	119
120	quero desistir de viver a vida, porque ela tem que continuar, mas, com paz e amor, não na violência	120
121	nem nada, sempre unido. É muito difícil. pega uma abordagem deles lá no centro e pega uma noite	121
122	aqui, no lugar mais pobre, ver como que eles fazem, eles já chegam é xingando, maltratando, é batendo,	122
123	é mandando a mão na cara dos jovens. Pelo menos se eles abordassem, e verificassem a pessoa	123
124	primeiro, o que ela é, mais não, eles não querem. Encosta ai malandro! Dos dois juntos, a gente foi lá.	124
125	eu peguei no sangue de um e de outro assim no meio. Fica lá no rumo do Parque Ateneu. Aí, depois	125
126	disso, lá virou uma desova de cova, de gente lá. Dia de finados. Portanto, que muitas vezes a sociedade	126
127	acredita demais, depois de muito tempo que virou uma desova de corpos lá, e nesse tempo lá não tinha	127
128	casa, tudo abandonado lá, e passou na televisão, um delegado dando entrevista que todos que tinham	128
129	morrido alí tinha passagem por polícia, sendo que o nosso nunca teve. Agora para que tão assim. Eu	129
130	moro dezessete anos aqui. Pode procurar para qualquer um vizinho, que dia [.] nunca! Mas eles, os	130
131	policiais eram acostumado de fazer isso aí. Tem coisa abafada aí. A gente não tem como provar, mas	131
132	passaram dois [.] de três em três meses encontraram um rapaz morto aí. Essas coisas aí tudo assim.	132
133	Então foi. Exatamente. As vezes os policiais queriam namorar com mocinhas aí, às vezes por causa de	133
134	namorado. Porque vivia, era o dia inteirinho aí, descendo essas ruas, só mexendo com mulher aí. Às	134
135	vezes, as vezes a pessoa fala assim, fala assim, porque é pai e tem que falar bem, mas não é não. Só	135
136	falou a verdade [.] Ele nunca quer [.] Eu nunca gostei de [.] Só justiça. Agora se a justiça achar alguma	136
137		137

	138 139 140 141	coisa contra mim, pode fazer o que quiser de nós, graças a Deus. O delegado veio aqui em casa mesmo eu tive conversando com ele e tudo. Eu falei, o senhor pode entrar na minha casa aqui, qualquer dia, qualquer momento, até agora. Pode olhar tudo o quanto há, e se o senhor achar uma coisa que é dos outros, alguma coisa de errado o senhor pode fazer o quiser. É isso. De nada.	138 139 140 141
N6		*sex_f*id_43*rel_mae*corp_sim*dat_06_2003	
	138 139 140 141	Nos conhecemos num parque, dia de domingo, aí nós namoramos três meses e casamos. Três meses e casamos. Amanhã está completando vinte e quatro anos. Estava com dezoito [...] 26. Começou a família. Quando eu completei dois anos de casado, meu filho nasceu, o Guilherme. É, com dois anos de casado. É o mais velho. Para mim foi bom, graças a Deus, não tenho nada que reclamar não, para mim. Não teve dificuldade não. foi tranquilo. Os dois trabalhando. Foi o primeiro. Foi, o parto dele foi assim muito [...] parto sofrido. Passei mal dele em uma quinta feira, a uma hora da madrugada, e quando ele foi nascer, em uma sexta-feira, meio dia e quarenta, foi um parto muito sofrido o parto dele. Teve. Aí quando ele estava com seis anos, ele sofreu uma queimadura. Ele ficou uns três meses enfaixado. Queimou assim tudo. A gente morava na chácara, aí eu tinha acendido o fogo no fogão caipira, e ele aí estava com seis anos, aí ele foi esquentar fogo, aí pegou fogo na camisa dele assim. Sei que queimou ele tudo assim, tadinho. Ele ficou três meses enfaixado, sofreu muito com essa queimadura. Veio a Juliene. Veio o Gabriel, a Vânia. quatro. [risos]. De parto normal. Foi. aí eu operei. Aí eu não tive mais não, eu operei, ele [o esposo] estava com vinte e seis anos. Pôr para estudar [...] Igual eu não estudei [...], pôs eles para estudar, sempre ensinando o melhor para eles. É isso aí. família para mim [...] Ter união [...] Um compreender o outro [...] Isso para mim que é família, juntar os filhos, não ensinar fazer coisas erradas, tudo isso a gente ensinou. O crescimento do Guilherme foi bom, quando ele começou, ele gostava de sair com a gente assim. Quando ele começou a completar os quatorze anos dele, aí ele já queria sair só, já não queria sair com a gente mais, aí na escola, ele era uma pessoa boa na escola, não era de dar trabalho não. Eu nunca fui assim, chamada na escola, porque ele estava dando trabalho. Nunca! Sempre foi uma pessoa que nunca deu trabalho não. Gostou, ele gostou de estudar. Aí, quando ele chegou nos dezoito anos, ele bombou. Aí ele queria sair do colégio, porque ele estudava no [colégio] José Eustáquio. Aí eu queria passar ele para cá, e tirei de lá e coloquei para cá. Ele começou a estudar, aí quando ele já estava quase completando dezoito anos, ele saiu da escola, porque ele arrumou serviço de lavar carro, e lá ele estava saindo tarde, estava saindo quase sete horas da noite, chegava na	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25

26	<p>escola atrasado e o pessoal começou a reclamar. Aí ele pensou: mãe eu vou sair da escola, vou parar, vou parar de estudar. Daqui a uns três meses eu volto para a escola de novo. Aí foi a hora que ele parou de estudar. Aí, depois ele iria retornar à escola. Mas não teve como retornar. Aconteceu [...] Essa tragédia aí. Foi um menino muito tranquilo. Ele não era brigão não. Do mesmo jeito os outros, não deram trabalho na escola não. Eu nunca fui chamada na escola, assim, para fazerem reclamação deles, sobre isso, não tem do que reclamar não. Ninguém estava brigando na rua, caçando confusão, os outros vir na minha casa atrás de conversa, graças a Deus nunca aconteceu. ah! Eu penso um bom futuro para eles. O meu filho Gabriel começou a trabalhar com dezoito anos. Já tem nove meses que está trabalhando, está de carteira assinada. Minha filha também começou a trabalhar agora, com vinte anos, porque ela estava só estudando. Com vinte anos que ela arrumou um emprego, porque ela trabalha no supermercado. Ela é operadora de caixa lá. Agora mesmo ela está estudando, agora mesmo. Esse ano, ela termina, e está fazendo um curso também, de administração de empresas. Aí eu penso um bom futuro para eles. Começou a trabalhar cedo. O que aconteceu com o Guilherme que eu acho importante. [pausa longa], o que eu falo? Foi assim, ele gostava de festa, assim, no sábado. Gostava assim, as vezes ele gostava de festa aqui, porque [...] Você esteve no cerradinho? É, ele gostava de ir para lá no sábado. Ele ia no sábado e no domingo. No meio de semana ele não era muito de sair não, porque chegava cansado do serviço, ia para casa, ia dormir, às vezes ele encontrava com um colega. Aí quando foi [...] Quando ia para essa festa lá, ele já chegava tarde em casa. Aí já preocupava. Achava ruim ele sair à noite, mas ele gostava de festas. Aí não preocupava muito não. Aí foi o que aconteceu, o que aconteceu com ele, saiu com amigo. Eu não sei se as pessoas eram pessoas boas, não tinha conhecimento, conheci essa pessoa só duas vezes, porque ele veio aqui na minha casa, mas também não chegou nem a entrar, ele veio aqui na porta mesmo. Aí foi que ele foi nessa festa no cerradinho, então [...] Inclusive amanhã está fazendo uma quantidade de tempo também, completando cinco anos amanhã também. É! Completa cinco anos da morte dele igual [...] É. A morte dele, no dia 29, que [...] igual, como hoje ele tinha saído para o cerradinho, saiu de casa era sete e meia da noite, encontrou com o colega e foi para o cerradinho. Aí sei que ele festou lá até meia noite e meia. Quando lá terminou, eles vieram embora. Aí dizem que, no meio do caminho, eles foram abordados pela polícia. Estavam ele e o colega dele. Aí uns outros amigos dele que estavam na festa, que vinham, foram abordados também, pelos policiais. Aí disse que os policiais colocaram essa turma no chão. Mandou deitar. Colocou, colocou arma na cabeça dos meninos. Só que meu menino mais novo estava de bicicleta e tinha ido embora na frente. Aí! Sei que</p>	26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56
----	--	--

	57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87	<p>eles judiaram com esses outros meninos lá, e avisou para eles: Óh! vocês vão embora. O próximo que nós pegar na rua, nós vamos matar. Aí os meninos vieram embora. Aí meu menino até tinha descido para ir na outra festa, que tinha embaixo ali. Aí, na volta, meu menino vinha subindo e encontrou com esses meninos que já vinham descendo. Aí os meninos falaram para ele assim: Oh! Guilherme você corre que a polícia vem aí, e se ela encontrar alguém na rua, ela vai matar. Aí ele falou: correr para quê, nos não devemos para a polícia, para fazer nada. Continuou. Aí, nisso os meninos, a turma que já tinha apanhado da polícia, viu os policiais que já vinham em duas viaturas. Aí eles foram e esconderam em um lote baldio, e os meninos vinham subindo na bicicleta, cada um com a bicicleta empurrando. Aí disse que eles foram chegando e parou, e catou o meu menino, mandou ele colocar as mãos para cima, e o meu menino ficou, e o outro rapazinho que estava com a bicicleta correu, e nessa hora eles pegaram o meu menino e colocou dentro da viatura. E aí o outro correu e eles correram atrás. Aí o que aconteceu? os meninos ficaram. Aí eles pegaram os meninos. Aí o menino pegou, viu a bicicleta, catou a bicicleta e levou para a casa dele. Disse que vinha entregar, mas como o posto policial é aqui [em frente], ficaram com medo, porque já tinham avisado para eles no caminho. Não! Amanhã cedo a gente vai lá e fala para a mãe dele. Só que na segunda feira, eles chegaram aqui em casa, já eram nove horas, e quando era três horas da manhã meu marido acordou e falou assim, que até agora o Guilherme não chegou, que era madrugada de domingo, segunda feira já. O menino não chegou. Aí eu falei: de certo ele foi dormir na casa do menino, porque ele tinha ligado daqui lá na casa desse rapaz e falou para ele: nós vamos para o cerradinho e nós vamos embora mais cedo. Aí eu peguei e não preocupeí não. Nunca tinha acontecido nada com ele. Ele nunca foi ameaçado por ninguém. Tinha amizade com todo mundo. Aí a gente não se preocupou não. Só que na segunda-feira eu levantei cedo. Eu entrava no serviço muito cedo. Eu tinha que chegar lá seis e pouco. Então, seis horas eu estava saindo de casa para ir para o serviço. Aí eu ia para o serviço. Só porque quando foi nove horas da manhã, nessa hora ele ainda não tinha chegado, até seis horas da manhã. Aí fui para o meu serviço, quando [...] aí foi que eu falei para o meu marido, lá pelas oito horas: você me liga, para ver se o menino chegou. Aí, quando foi nove horas, os meninos, os bichinhos vieram aqui: Oh! Avisa para o seu pai mais sua mãe, que a polícia pegou o Guilherme e o amigo dele ontem. E a bicicleta dele estava na rua. Aí meu marido liga e me fala. Aí! Será o que aconteceu? Aí meu marido vai no Senador [Canedo¹], foi na Vila Pedroso, e nenhuma informação. Eles não tinham informação. Ninguém tinha pagado o menino. Aí os meninos falaram: não! A polícia pegou e levou. Aí quando a gente foi ficar sabendo do fato mesmo, que tinha acontecido</p>	57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87
--	--	---	--

	<p>88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118</p>	<p>[.] assim [.] que ele tinha morrido mesmo [.] Foi só na terça-feira. Até que nesse intervalo, meu marido estava atrás de informação e tudo, e nada de informação. Quando foi uma hora da tarde, minha irmã liga no meu serviço, falando que a bicicleta dele tinha sido encontrada. E aí, quando a gente foi ficar sabendo mesmo do fato que tinha acontecido com ele foi só na terça-feira mesmo [.] Que ele estava morto. Quando foi na terça feira, por volta de [.] de dez e meia da manhã, minha irmã ligou aqui para mim, porque ela mora no setor [tal], aí ela comprou o jornal lá, leu lá, diz ela que tinha encontrado dois corpos na saída de Bela Vista. Um na faixa de 25 e 30 anos. E ela falou assim, que podia ser meu filho. Aí eu falei: Não é meu filho não, porque como eles iam pegar esse menino aqui e levar para lá. Aí ela falou: Não, liga no IML e passa a saber, porque foi encontrado ontem. Aí o quê que aconteceu. Ela me passou o telefone, eu liguei, perguntei ao rapaz. Aí ele falou assim: Óh! ontem foram encontrados dois rapazes mesmo, mas eles estavam sem documentos, não tinham documento nenhum, estavam descalços, só com a roupa do corpo. Aí eu fui e falei assim, que meu filho estava com todos os documentos. Ele estava com a identidade dele, carteira de trab. [.] Éh! de estudante. Passe, carteirinha de passe-escolar, com os documentos dele todos dentro da carteira. Talão de luz, endereço daqui, tudo certinho. Ele não andava sem. Aí ele falou: pois é, não estava com documento não. Aí ele falou assim: seu filho tinha alguma cicatriz, alguma coisa assim? Eu falei que ele tinha. Meu filho tinha uma cicatriz de queimado, debaixo do braço. Aí ele falou: Olha, então eu acho que é essa pessoa. É a que está aqui. Aí meu coração, meu mundo acabou. Eu pedi ao meu irmão, porque meu marido não estava aqui, porque ele estava no Senador [Canedo]. Aí pedi para o meu irmão, para ir no IML, para saber. Aí chegando lá, meu irmão me ligou e falou: Não! É o Guilherme que está aqui. Agora você pede para a família do [outro] rapaz ver se é ele que está aqui, porque eu não sei, eu não conheço ele direito. Aí foi quando o outro rapaz foi reconhecer, e se tratavam dos dois. Sei que dizem que meu filho foi torturado. Estava muito machucado nas costas, no braço, no braço dele aqui, o braço, isso aqui. Vítou o pescoço dele, estava muito inchado. Deslocaram o pescoço dele. Meu filho levou um tiro na nuca que saiu aqui no pescoço. O outro rapaz levou seis tiros. E tudo indica que foi a polícia. E eles negam. No começo eles negaram, que eles não [.] Eles disseram que eles só tinham abordado os meninos, que eles não tinham matado. Se eles abordam os meninos, colocam no carro, e horas depois aparecem mortos, quem poderia ser. Só poderia ter sido eles. Não foi outra pessoa. Aí ficou nessa aí. Aí quando o corpo do meu filho foi chegar aqui, na terça-feira, foi quase sete horas da noite. Lá do IML, e na mesma noite teve que enterrar ele. Estava marcado para oito horas da noite, porque se deixasse para o outro dia não tinha</p>	<p>88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118</p>
--	--	--	--

119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149	nem como, porque o corpo estava com mal cheiro, porque como ele já estava congelado, se deixasse para outro dia. E a gente não tinha dinheiro nenhum para arrumar o enterro. Aí ia ficar com mal cheiro. Então a gente teve que enterrar ele à noite mesmo. É uma história muito triste. Não gosto nem de ficar lembrando. E ele foi muito machucado também. As costas dele. Meu irmão, que viu ele, porque eu não ví, estava muito machucada. O rosto dele assim, não tinha nenhuma mancha assim, assim, na frente dele. Mas nas costas dele, disse que estava machucado demais mesmo. Meu irmão disse que bateram demais nele, e a gente não sabe porque. Porque meu filho nunca teve envolvimento com droga, coisa errada, graças a Deus, nunca teve nada disso. E minha mãe mora na Vila Cerradinho a vinte anos. Todo mundo ali é conhecido. Lá é um setor pequeno. Todo mundo se conhece. Meu filho nunca recebeu ameaça de ninguém, de alguém que chegasse assim e falasse: o seu filho está recebendo ameaças, amigo e tal, nunca! O amigo dele que andava com ele, eu cheguei a perguntar se ele sabia o que tinha acontecido com meu filho. Se ele sabia se alguém tinha rixa com ele. Ninguém soube explicar. O Guilherme tinha amizade aqui com todo mundo e ninguém sabe realmente o que aconteceu, porque o Guilherme não tinha inimigo. Então a gente não sabe o que aconteceu com ele esse dia que esses policial pegaram ele. Não. Ele foi, assim, dia 29, igual hoje, domingo né. Comparação: ele saiu daqui, encontrou com o amigo foi para o cerradinho. Sei que ele ficou no cerradinho – minha irmã também estava na festa lá – falou que ele ficou até por volta de meia noite, e por volta de meia noite ele sai de lá. O bar fechou, foi a hora que eles vieram embora. E ele, no dia de domingo, ele chegava aqui em casa por volta de meia noite e meia ele estava chegando aqui em casa. Só que nesse dia ele não chegou. De 2003. Cinco anos, está completando amanhã. O processo que está aí está que meu filho foi morto enganado, confundido com outra pessoa, com outra pessoa com nome de Guilherme, que tinha antecedente criminal. Então pelo que a gente viu aí, pelo que as pessoas comentou, foi isso. Esse Wellington que morreu, tinha um outro amigo que chamava[-se] Guilherme e dizem que esse Guilherme tinha antecedente criminal, que já tinha sido preso e tudo. Então tudo indica que eles queriam pegar essa pessoa e pego meu filho, que estava junto com esse rapaz. E não era costume deles ficarem saindo, parece que nesse dia, não sei o que aconteceu, ele já tinha saído, chegou aqui e ligou na casa dele, e chamou ele: vamos para o cerradinho hoje, que nos voltamos mais cedo. Foi o dia que ele ligou para ele. E não sei o que aconteceu. E nesse dia saiu só os dois e saiu de bicicleta ainda. E tinha nessa época [...] Coria a van [...] E quando ele saiu de lá, a van vinha muito cheia, então eles tinham saído e queriam vir embora direto. Aí quando eles falaram: Ah Não! Nós vamos de bicicleta, porque aí, a gente volta e	119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149
---	---	---

150	não tem problema nenhum. Nunca tinha acontecido nada aqui. Ai foi quando eles	150
151	foram de bicicleta. O pior [é] que a bicicleta do rapaz aqui, porque o rapaz [.] porque a mãe dele tinha	151
152	comprado para o aniversário dele, sumiu. Porque era novinha a bicicleta, e a única que ficou lá foi a do	152
153	meu menino, porque era uma bicicleta de mulher. Porque era uma bicicleta fortinha, e a outra [que] era	153
154	do menino, sumiu, desapareceu. Ee as testemunhas só chegou com essa bicicleta. Foi muito difícil para	154
155	nós. A gente. É assim um sofrimento tão grande assim. Mas a gente procura viver por onde [.] Assim [.]	155
156	De a gente não esquecer. A gente lembra todo instante. Eu lembro dele [a] cada minuto, [a] cada	156
157	segundo eu lembro dele. Tudo que eu faço fico lembrando dele. Mas a gente pede para Deus dar	157
158	conforto para a gente, porque é a única solução. Porque não adianta fazer nada. Depois disso, a gente	158
159	não gosta de ver coisa de espancamento, judiado. Assim, é tão triste. A gente tem dó de estar vendo.	159
160	Ele era uma pessoa assim, tão bondosa que se ele visse uma barata em algum lugar. A pessoa gosta	160
161	matar não é! Ele: não mãe não mata a bichinha não, pára porque ele [o inseto] não faz nada com	161
162	ninguém. Mas tem que matar. Mata não! Como vou deixar esse trem aí. Ele era uma pessoa boa	162
163	demais. Inclusive ele tinha [.] Porque às vezes batiam pessoas na porta, pedindo as coisas. Ai eu tinha	163
164	feito compras. Ai esse dia passou uma pessoa pedindo uma ajuda. Ai ele pegou, entrou aqui dentro,	164
165	pego um pacote de arroz e deu para a pessoa. Eu não gosto nem de lembrar disso. Ai cheguei em casa,	165
166	danei com ele. Eu falei: Meu filho, pegou um pacote de arroz e vai dar para os outros. Porque você não	166
167	pegou uma coisa mais [.] Porque você não pegou um pouco de arroz que estava na lata para a pessoa?	167
168	Mãe você não acha bom receber as coisas dos outros. Você trabalha, meu pai trabalha. O quê que custa	168
169	pegar um pacote de arroz e dar para o homem. Ele precisava. Ele era pobrezinho [em prantos]. Ai ele	169
170	pegou e deu o arroz para ele. Ai depois eu parei e olhei assim. Está certo. Ai eu pedi desculpas para ele:	170
171	você me desculpa por ter falado para você. Eu sei que você está certo. Ele falou assim: mãe não faz isso	171
172	não. A gente tem que ajudar as pessoas. A gente não pode só pensar na gente não. Então eu me lembro	172
173	disso assim, eu sinto [uma] dor dentro de mim, do dia que eu danei com ele por causa disso, que ele deu	173
174	[o pacote de arroz] e não achei bom não. Ele era uma pessoa muito bondosa ele. Que a gente não deve	174
175	ser ruim né, para os outros, porque a gente tem que ajudar o próximo. Isso me deixou muito [.] Fiquei	175
176	muito triste com isso. Pensei: meu Deus, como pude ter danado com meu filho. Ai eu fico pensando:	176
177	era uma pessoa muito boa, não merecia ter morrido do jeito que ele morreu não. Bom. É. é isso mesmo.	177
178	Fez. Então. Uma boa pessoa. Viveu 18 anos conosco. Não temos [do] que reclamar não, graças a Deus	178
179	as coisas eram muito boas. Eu queria que ele tivesse aqui [.] para casar, ter os filhos dele, ter meus	179
180		180

181	netos, construir uma família. Os documentinhos dele estavam tudo arrumado, título de eleitor, e ele	181
182	estava tão alegre falando: olha mãe, esse ano eu vou votar. E não chegou nem acontecer isso. Muita	182
183	saúde, uma tragédia que aconteceu. Está bem graças a Deus. Sente muita falta dele, quando ele	183
184	morreu eles [os filhos] estavam mais pequenos [...] mas. Tem mais união, graças a Deus, meus filhos são	184
185	muito unidos. É, toda vida, toda vida eles foram muito unidos. Eles eles gostavam de brincar, sempre	185
186	conversando, assim, um com o outro. Sempre ir para escola juntos. Então, quando aconteceu isso com	186
187	ele assim, ficou muito triste. Os irmãos também sentiram muito a morte dele [e] tudo. Mas vai levando	187
188	a vida, fazer o que? Agora é pedir justiça e quem pede a Deus que tudo seja esclarecido, resolvido.	188
189	Desmarcou. Não sei. E as não marcadas. Sempre policial envolvido [...] Um morreu já, lá na [cidade de]	189
190	Aparecida [de Goiânia]. Teve um envolvimento aí. Ele morreu, assassinaram ele. E tem agora quatro	190
191	envolvido. O pior é que eles estão trabalhando. Continua. Buscando a paz, dentro de casa, ensinar os	191
192	filhos a não praticar nada de errado, e as amizades que arrumar lá fora, ter muito cuidado também,	192
193	porque às vezes a gente chega em casa, sai, talvez acontece de arrumar pessoas na rua que não são boas	193
194	amizades, dou muito conselho para os meus filhos sobre isso também. Às vezes arrumar amizades lá	194
195	fora, porque isso que aconteceu com meu filho serve de exemplo para eles e para outros também [...] Às	195
196	vezes a gente conversar assim [...] ter cuidado com quem está lá fora. Às vezes a gente não conhece. Às	196
197	vezes a gente conhece os filhos da gente aqui dentro de casa [...] Aí sai lá para a rua, encontra uma	197
198	pessoa que a gente nem conhece, nem eles conhece direito. Aí acontece o que aconteceu, eu dou muito	198
199	conselho para os meus filhos. Eu passo isso para eles, para eles terem muito cuidado. O Guilherme era	199
200	uma pessoa mais reservada. Não era muito assim de conversar não. Ele conversava muito pouco. Ele	200
201	era uma pessoa assim. Ele gostava de brincar, brincadeira com os meninos assim: o Guilherme era uma	201
202	pessoa assim, que não [era] de brincadeira com os outros não. Ele era assim de ficar na dele. Era uma	202
203	pessoa assim. Não era de muitos comentários não. É. Escutava. O pai dele dava muito conselho para	203
204	ele, e eu também dava muito conselho para ele. Ele era muito ligado no pai dele, desde pequeno, desde	204
205	de a idade de seis anos, eles eram muito ligados um com o outro. Não era assim de ter briga assim essas	205
206	coisas. Eu lembro assim, que dentro de casa assim, não lembro disso não. Participa, nós participamos lá	206
207	da reunião. agora dia cinco tem uma para a gente ir. Para falar a verdade, não sei nem explicar, mas a	207
208	gente não tem aquela confiança mais. Perdeu completamente. Às vezes a gente vê polícia, e não sente	208
209	bem ver. A gente sente é tristeza, sei lá, é uma coisa assim muito [...] Igual. A gente mora bem perto do	209
210	posto de policial aí. Quando aconteceu isso com meu filho o posto policial aí acabou, não tinha policial	210
211		211

212	aí. Voltou agora, o mês passado que eles voltaram. Nem polícia mais tinha. Eles acabaram, tirou tudo.	212
213	Aí quando foi o mês passado eles voltaram. Para você ver, esse tempo todo não tinha policial aí mais.	213
214	Acabou, e agora eles voltaram e estão bem aí, bem na porta da minha casa, aí ao lado. Esse cara não vai	214
215	a prisão nada não. Foi tudo filmado né. Ai a gente fica naquela assim. Já não dá para confiar na justiça,	215
216	porque pratica as coisas erradas. Quando é amanhã ou depois, está todo mundo trabalhando aí, tiram	216
217	eles daqui e coloca no outro setor para trabalhar em outro lugar. Vão trabalhar do mesmo jeito. O que	217
218	eles fizeram aqui vai continuar fazendo no outro setor e fica naquela, tudo por debaixo dos panos, nada	218
219	resolve [.] É resolvido. Isso que aconteceu com meu filho, todo mundo surpreendeu[-se]. Todo mundo	219
220	conhecia ele, sabia como ele era. Meu filho, bem dizer, crescido aqui porque, quando eu mudei para cá,	220
221	ele estava [.] Quando meu marido comprou esse lote, ele estava com onze anos, então, todos aqui	221
222	conheciam ele, sabiam quem ele era [.] Todos aqui sabia que ele não era pessoa mal, e aconteceu com	222
223	ele o que aconteceu. Todo mundo ficou surpreendido com o caso dele. É. É. O que eu tenho a dizer é	223
224	que as pessoa que estão passando pelo que eu estou passando [.] Buscar conforto em Deus. É ter fê em	224
225	Deus e pedir para Deus ajudar, para isso não acontecer mais. É uma coisa assim, que a gente nem sabe	225
226	explicar direito, assim, eu busco conforto em Deus e peço a Deus, todos os dias, que me dê conforto,	226
227	inteligência, sabedoria, para a gente vencer, porque se a gente for vencer com o mal não vai resolver	227
228	nada, tem que ser com o bem mesmo. Confiar em Deus, na justiça, porque a do homem. Confiar na	228
229	justiça do homem não, a gente tem que crer na de Deus, porque a do homem é falha. Dar conforto ao	229
230	outro. É isso aí. Viver sempre unido, para a gente vencer juntos, e criar os filhos. Sentem. Precisam.	230
231	Quando acontece isso com o filho da gente, a gente pensa: porque que eu não morri? Porque que Deus	231
232	não me levou? Ai tem pessoas que chegam na gente e fala: não pensa assim não, porque tem seus filhos	232
233	também, que precisa de vocês. Deus levou ele, ele está bem. Agora vocês tem que pensar nos outros	233
234	filhos que vocês tem para cuidar, porque na hora da dor, a gente fala coisas que a gente não deve, às	234
235	vezes a gente pensa em ir até junto, pensando que o problema vai, vai acabar, com a morte. Mas mas se	235
236	a gente morrer como é que fica? E os outros filhos? Eu mesmo, na hora que meu filho saiu daqui, eu	236
237	pensei: porque Deus não me levou no lugar do meu filho? Imagina, se ele tivesse me levado. Depois a	237
238	gente pára e pensa: não é assim não. Eu ainda tenho meus filhos para cuidar. O que seria deles sem	238
239	mim. Hoje o sentimento é outro: a gente busca conforto, procura viver na paz. Buscar mais ouvir a	239
240	palavra de Deus, para dar conforto na gente. É isso aí, porque a gente sem Deus, não somos ninguém. E	240
241	vai. E ele sai duas horas do serviço. E a hora que ele chega aqui, é dez e meia, onze horas e dez, aí meu	241
242		242

243	marido fica preocupado. Fica pensando. E a menina também, porque ela entra às duas, e a hora dela sair	243
244	é dez e quinze da noite. E o horário dela chegar aqui, também é onze horas. Então a gente fica	244
245	preocupado, quando os filhos não chegam do serviço, a gente não fica despreocupados. É uma coisa	245
246	assim, a polícia está na rua, mas a gente não tem aquela confiança mais. Depois do que aconteceu com	246
247	meu filho, a gente não confia mais, porque, antigamente, antes de acontecer isso com meu filho, a gente	247
248	confiava na polícia. A polícia está aí bem pertinho de casa: bom demais. Não vai acontecer nada de	248
249	ruim. Mas nós se enganou, porque eles trabalhando bem aqui na porta, e aconteceu com meu filho aqui.	249
250	Igual a testemunha diz, que esse menino que estava junto com meu filho correu. Meu filho ficou	250
251	parado, ele não devia, ele falou para os meninos: nós não devemos, porque correr? Só que o outro ficou	251
252	com medo e correu, e ele ficou parado. Diz que ele pegou meu menino. Pegou, catou ele pelo braço	252
253	assim! Jogou ele na viatura, e a bicicleta dele ficou no chão. E daí nenhuma notícia mais. Depois falam	253
254	que não matou, só abordou os meninos mas não matou. Depois o senhor dá uma olhadinha alí no jornal,	254
255	que o senhor vai ver lá. É uma coisa que é muito difícil. Peço desculpas aí, pela entrevista, se saiu	255
256	alguma coisa, a gente fica meio bobo falando o que a gente, não é? É. se preocupa né. O pessoal lá. O	256
257	apoio que nós encontramos foi lá na Casa da Juventude. O pessoal lá, que é muito bom, que não tenho	257
258	nada que reclamar deles não. Aqui o que eles fizeram foi esconder, abafar as coisas. Mais aliviada.	258
259	Quando a gente fala um pouco assim parece que a gente desabafa, sai aquilo tudo de dentro da gente,	259
260	fica mais aliviada. É isso aí. É. Certo. É. É isso aí é verdade, nos vamos vencer os problemas. Não	260
261	vamos deixar que os problemas abate na gente assim, e vai levando a vida. Acontece com os mais	261
262	pobres né. Com os mais pobres, com os ricos. É muito difícil acontecer isso com pessoa que é rica. A	262
263	maioria é com os pobres mesmo. Dos pobres, com os pretos, porque as pessoas mais atingido é que é	263
264	pobre e que é preto, esses são os mais atingidos, e a população que está mais morrendo é esses aí,	264
265	aonde eles vêem pessoa morena, preta, para eles é suspeita. Se acontecer um roubo lá, e ver uma pessoa	265
266	morena correndo na rua, ela já é suspeita, já vem chegando é batendo. Mata se for preciso. Não quer	266
267	nem saber quem ele é. Não procura quem é a pessoa. Não tem informação nem nada. Já vem chegando	267
268	e judiando. O pior disso tudo, é que eles consumiram os documentos do meu filho, os documentos	268
269	todoinho eles tiraram dele. O par de tênis novinho, que ele tinha. Do outro rapaz também, eles tiraram o	269
270	tênis novinho. Eles tiraram todos os documentos do meu filho. Ele estava com todos os documentos.	270
271	Até hoje nem tênis, nem documento do meu filho foi encontrado. Nada. Deram fim. No mesmo dia.	271
272	Juntos, pegaram. Tudo indica que eles estavam algemados. Tudo indica que os dois foram mortos	272
273		273

274	algemados, porque estava o corpo de um assim e assim. Dizem que que o corpo do meu filho estava de	274
275	bruços. Aí, como depois de dez dias, que a gente foi no lugar onde eles tinha sido morto, nós fomos lá	275
276	para colocar uma cruz lá. Aí a gente chegando lá, encontrou com os policiais que estava fazendo ronda	276
277	lá e a gente procurou onde tinham sido mortos dois jovens. Ele falou: vamos lá que eu vou mostra para	277
278	vocês. Aí, chegando lá: olha o rapaz mais moreninho estava aqui e o mais branquinho estava assim. E o	278
279	mais branquinho era meu filho, porque ele era mais claro. E meu filho estava com pouca distância do	279
280	outro. Tinha, assim, uma moita de capim que estava seca e uma poça de sangue. Meu irmão, mexendo	280
281	lá, achou a bala, dentro da poça de sangue. Aí o policial falou: Não! O rapaz mais branquinho estava	281
282	nesse lugar aqui. Que era meu filho. E foi o que levou o tiro aqui [aponta para a nuca] e varou aqui, que	282
283	a bala ficou no chão. Meu irmão até pegou a bala e eu levei e entreguei para o delegado. Tudo indica	283
284	que eles estava algemados. E veja a distância que eles mataram. Pegou os meninos bem aqui, levou eles	284
285	para a saída de Bela Vista, na fazenda [tal] que é um lugar tão longe. Um lugar tão longe, que a gente	285
286	ficou admirada. Um lugar tão longe, foram levar os meninos para uma distância daquela. Executou os	286
287	dois lá, assim e deixou lá. Aí o que que aconteceu: a gente colocou a cruz lá, as duas cruzes lá, onde	287
288	eles foram mortos. Quando foi dia de finados, quando a gente foi lá. Estava inteirando quatro meses [.]	288
289	Três meses. Isso foi em julho. É dia de finados. É. Pois é. Aí vai lá. Chega lá, a cruz do rapaz. A do	289
290	meu filho estava arrancada e encostada assim. A do rapaz, do outro [rapaz], cravaram ela todinha de	290
291	bala assim óh! Cheia de bala, a cruz do rapaz. Quebrou ela todinha na bala. Tinha aquele tanto de	291
292	cartucho no chão, assim. A gente acha que foi assim. Alguém que queria se vingar dele. A mãe dele	292
293	conta que a polícia tinha rixa com o filho dela. Ela chegou a comentar. é o Welington. É. A mãe dele	293
294	disse que a polícia já tinha rixa com ele. Então tudo indica que eles queriam pegar ele, e pegou meu	294
295	filho, que estava junto com ele, para que ele não falasse nada. Acabou matando ele também. Não.	295
296	Graças a Deus. Meu filho nunca foi abordado na rua por um policial. A gente se surpreendeu quando	296
297	ficou sabendo dessa história. Chegou aqui e falou: olha a polícia pegou seu filho. A gente ficou	297
298	surpreendido. Vai atrás, meu filho está morto. Já aconteceu muitas mortes aí. É assim. Olha para você	298
299	ver, daqui a gente vê o posto ali. Dia de domingo ali, o posto era cheio de menina. As meninas tudo	299
300	novinha com os policiais lá. Aí os meninos invocavam nas meninas que eles estavam namorando, elas	300
301	mesmo falavam que eles judiavam mesmo. Elas mesmo chegou a comentar: se a gente namora com	301
302	policial aí, e vai outra pessoa e vem envolver com a gente, eles vão, judiam mesmo. Elas contava aí. Eu	302
303	até cheguei a comentar com uma delas, como que elas tinha coragem de namorar com policial? Ah!	303
304		304

	305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319	Mas quando a gente começa a conversar com policial, a gente começa a descobrir coisas que, inclusive, quando aconteceu isso com meu menino, esse tal de Rael, que era policial, era envolvido com uma menina que morava bem aqui em frente ali. Ela chegou na filha do vizinho e falou para ela. Eu nem sabia que se tratava do meu menino não. Ela chegou para a filha da vizinha e disse: Nossa! os policiais mataram os meninos. Mas até aí ela não sabia quem era a pessoa. Aí quando foi no outro dia, a menina falou assim: mas os meninos estão sumido. O Guilherme e não sei quem está sumido aí. Ah! E aí ela abafou. Ela calou, não falou mais nada. Eu cheguei para ela e falei: Você conhece os policiais que matou os meninos? Eu não estou sabendo de nada. E nem que eu soubesse eu falava, porque mexer com polícia, você já sabe, a gente corre risco de vida. O que elas me respondeu foi isso, e acabou. Não falou mais nada. Inclusive, depois ela até sumiu daí. Não ficou aí mais não. No mesmo ano ela saiu daí. Tudo indica que ela sabia das coisas e não comentou nada. Ficou com medo. Era envolvida dele. Certo. Só falou a verdade. Os nossos filhos sempre foram tudo certo, nunca foi de fazer coisa errada, graças a Deus. Quando aconteceu isso com meu filho que nós conversamos com o delegado lá. Se vocês quiserem fazer investigação de vocês lá. Se quiser saber alguma coisa do meu filho, pode investigar, pode ir lá no setor, em cada lugar que vocês for vai ter uma informação do meu filho, quem ele era.	305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319
N7		*sex_f*id_30 *rel_esp *corp_sim *dat_02_2005	
	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12	Por consideração e você confia também. E aí eu falei: vou fazer! Caso contrário, o povo sempre liga, liga porque quer fazer um livro, porque está terminando trabalho de faculdade, mas eu não gosto muito não. Uai está bem, eu e meu filho. Treze anos. Faz agora a poucos dias. Enfrentando a questão de criar ele e até essa questão do trauma. Eu percebo, e costume até comentar isso lá em casa, com minha mãe, é como se eu tivesse tido duas fases, uma antes lá do Parque Oeste, com tudo o que aconteceu, com a morte do Paulo, e uma fase depois. É como se ele [o filho] tivesse se transformado em duas pessoas. Hoje ele é uma, antes ele era outra. Se modificou bastante! Antes ele era um menino, assim, feliz, alegre, um menino diferente. E hoje não, ele é um menino mais recatado, mais quieto, que fala assim: que vai estudar, que vai fazer direito, vai defender o pai dele nos tribunais e tal. Tem toda essa força assim, que gosta de vir para as reuniões do comitê, fica bravo quando eu não trago. Quando a gente fazia os atos lá na Praça do Bandeirantes, ele acordava às cinco da manhã, arrumava, vestia a camisa, assim ele tomou gosto pela luta. Do lado dele eu percebo, mas às vezes, de madrugada eu acordo, tipo	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

13	<p>assim, ele está acordado, está chorando. Ele ele ainda lembra assim. Com certeza. Até eu percebo que essa parte, de ele ser assim, mais fechado, é em função disso. Ao mesmo tempo, ele é forte, ao mesmo tempo não é. Foi tomando outro sentido. É e até difícil assim, falar alguma coisa sobre. Acho que é uma coisa, não sei bem, é uma questão que não tenho palavras. Com o que aconteceu, é um trem que você vai levar pela vida inteira. Tem horas que eu entendo assim, a situação do Mateus, porque, até eu também, é como assim, você não apaga aquilo, você vai levando, levando e tal. Você tem que continuar a vida também. Eu peguei força, até pelo fato do meu filho. Na época eu tive muita depressão, perdi dez quilos, fiquei muito tempo fechada. Resolvi sair de dentro do quarto por conta dele. Na época, ele tinha nove anos. Aí eu tive que sair do quarto. Falei: vou ter que seguir minha vida. Vou ter que seguir caminho. Seguir a caminhada, por conta do meu filho, que está precisando. Mas assim! É difícil, você não esquece. Não tem como esquecer. Vai fazer quatro anos, não tem um dia desses quatro anos, que eu não lembrasse do que aconteceu. Sempre vem aquela coisa, assim, na sua mente. Ele esta na escola, fazendo o oitavo ano. Eu trabalho com um grupo de produção. Grupo de mulheres. Assim, a gente está criando uma associação. Já tem muito tempo que tem ela. A gente está entrando em um processo de legalizar, registrar mesmo. Aí, dentro da associação, a gente criou um núcleo de trabalho mesmo. E aí eu estou mexendo com costura, e recebo mais uma pensão, e a gente vai sobrevivendo com isso. Na verdade são duas pensões. Um salário do Estado de Goiás e outro do INSS. Como esse dinheiro acabou, que eu retirei ele da escola pública e coloquei em uma escolinha particular. Aí eu já pago. Esse dinheiro da pensão é para ele, para as coisinhas dele. Pago um cursinho, pago a natação. Para cuidar dele. Não dá muita coisa mas dá para cuidar um pouquinho mais. Aí, se sai atrás de trabalho, para alimentação e outras coisas. Mas é engraçado que, até na hora que você pega esse dinheiro, você lembra. Assim, você sabe que aquele dinheiro é fruto do que aconteceu. É um dinheiro, como se, não sei. Eu não me sinto bem para usar ele [em] outra coisa, já que foi aquilo. Então tenho que usar com ele [Mateus], para as coisas dele. Para resolver as questões dele. A mesma coisa eu sinto lá na casa, e ele também sente. Engraçado não? É como se fosse assim, fruto de sangue, a questão da nossa casa, pelo fato de ele ter morrido, lutando pela moradia. Então, quando a gente entrou para dentro da casa, eu chorava o tempo inteiro. Aí veio mais aquela lembrança. E o Mateus também. Até que agora ele parou. Antes ele fazia desenhinhos, sempre quando ele fazia desenho, antes de acontecer isso com o pai dele, ele fazia desenho de casa, de irmão, porque ele é filho único e tem vontade de ter irmão, é o sonho dele. Ele sempre fazia desenho de uma casa, de irmão e desenho de família. E agora, eu estava até olhando,</p>	13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		

44	ele sempre faz muita carta, nunca deixou de fazer, o guarda roupa dele é cheio de carta para mim. E aí,	44
45	as cartinha dele já são mais diferentes assim, fala que gosta de mim, sente muita saudade do pai dele, e	45
46	que a gente está na nossa casa, mas que ele prefere não estar e que preferia está em outra casa, mas que	46
47	a gente estivesse juntos. As cartinhas dele agora são diferentes. E eu também penso assim, da mesma	47
48	forma. Na verdade eu e ele, a gente não é feliz lá naquela casa, naquele local, apesar de que a gente fala	48
49	que vai ter que ficar ali, porque a gente lutou por aquilo. Então a gente tem que ficar, mas não é feliz.	49
50	Vai fazer um ano. Vai fazer quatro anos que aconteceu, e quase dois anos que fomos transferidos para	50
51	essa área, onde está nossa casa. Sim apenas moradores. A gente era ligado a outro movimento, a uma	51
52	cooperativa de moradia, já a oito anos que a gente esperava e lutava por uma moradia, mas ainda não	52
53	tinha conseguido a casa. Além disso nós tínhamos feito inscrição nas casas, que eram daquela área.	53
54	Inscrição do governo, a mais de cinco anos, e aí, na época, antes de ir ao Parque Oeste, nós morávamos	54
55	no Setor Pedro. Pagávamos duzentos reais de aluguel. E aí a gente mexia com lanchonete e ele trabalha	55
56	no [supermercado] Marcos. E, na época, ele tinha saído do trabalho dele e a lanchonete não estava	56
57	dando certo. Nós ficamos sabendo lá da ocupação. Eu tinha uma irmã que foi e a gente foi. Aí a gente	57
58	ficou mais ou menos uns seis meses debaixo de barraca, e depois construiu. Nós terminamos de	58
59	construir lá para outubro/novembro e, em fevereiro, já saiu de debaixo da lona. A gente construiu três	59
60	cômodos, mais um banheiro, inclusive eu terminei de pagar o material que foi financiado, tem uns	60
61	cinco meses. Não passava por nossa cabeça que nós iríamos sair de lá, mas não passava mesmo, e acaba	61
62	que a gente gostava. Parece que foi o local onde a gente foi mais feliz, assim, porque a gente sempre	62
63	morava de aluguel, para cima e para baixo e, de repente, você entrou ali construir, ele aprendeu a	63
64	construir lá, pois não tinha dinheiro para pagar. Fomos nós dois que construímos. O Mateus também	64
65	ajudava. Foi quando a gente foi mais feliz. Eu fiz coisas dentro do Parque Oeste que eu pensa que não	65
66	tinha capacidade de fazer. Era nosso sonho. Quando terminou era muita felicidade. Nos nove meses que	66
67	ficamos lá, foi muito bom mesmo. Tinha união, não era perigo, e tinha muita solidariedade. Foi um	67
68	tempo bom para mim, para o Mateus e também para o Paulo. A gente cresceu bastante lá. No dia da	68
69	reirada? Então no dia da retirada, um dia antes ele não queria que o Mateus ficasse lá. Eu queria e ele	69
70	não. Aí ele saiu para trabalhar, mas voltou falando que não estava se sentindo bem, porque eu tinha dito	70
71	que não iria levar o Mateus para minha mãe. No outro dia, ele não foi trabalhar e disse que não iria me	71
72	deixar sozinha. Ele não foi trabalhar e eu não fui para a minha mãe. Na noite anterior à desocupação foi	72
73	uma noite tranqüila. Não teve polícia. Lá pela seis horas da manhã, veio uma vizinha pedindo que eu	73
74		74

75	fizesse umas bandeiras. Eu já estava entrosada e envolvida com o pessoal, levando as coisas para a	75
76	barricada, ajudando o povo. Fiz umas bandeiras brancas lá para a barricada. Quando chegou na	76
77	barricada, os policiais já estavam, estava tudo tomado, ele estava com medo, com medo, e falava que	77
78	não saía de lá e tal, mas estava meio assustado. Mais por conta de mim, ele estava assustado. Ai eu pedi	78
79	para ele para nos irmos para o meio da ocupação, na casa de um companheiro. Ai a única coisa que eu	79
80	sei é que o celular dele tocou e ele me entregou para atender, pois estava muito barulho. Quando eu sai	80
81	para atender, já estava tendo o tiroteio. Era bala, tiro, muro caindo. Então foi a hora que ele foi atingido.	81
82	Só que eu não ví. Era todo mundo correndo, você não tinha o que fazer. As bombas explodiam, barulho	82
83	muito forte. E os tiros. São mais as coisas que ouvi falar, das testemunhas. Tinha um colega que estava	83
84	junto com ele, que voltou para me falar. Disse que ele voltou até no meio da ocupação. Foi quando o	84
85	policia! atirou nele. Tem relatos com detalhes, que não gosto de falar, de como ele ficou. Então, eu e	85
86	meu filho, ficamos juntos com todo o povo, quando fomos para a assembleia legislativa lá, com fome e	86
87	sede, pois nos foi cortada a água. Nesse momento está todo mundo procurando o Paulo. Meu cunhado e	87
88	minha irmã, de delegacia em delegacia. Como ele não entrava em contato comigo, comecei a pensa que	88
89	podia estar morto ou alguma coisa grave podia ter acontecido. Foi minha irmã que o encontrou no IML,	89
90	sem documentos, apesar que eu mesma ter certeza de que ele estava com todos os documentos. Ai	90
91	comecei a questionar isso. Acho que tudo. Engraçado, eu não sei se foi bem a minha religião, mas eu	91
92	fui criada com pai e mãe e tudo na sua vida, mas ai você casa e constrói a sua família, casa, e vive a	92
93	vida inteira. Meus meus pais ficaram juntos a vida inteira. A gente sempre teve isso como exemplo. A	93
94	minha família mesmo passou a ser meu esposo e meu filho. É como se minha família tivesse acabado.	94
95	Acabou. Hoje somos eu e meu filho, mas é como se a parte principal dela não existe mais. É como se	95
96	tivesse acabado. Modificou também porque ai destrói a nossa família, destrói, mas o que ficou a gente	96
97	pode juntar e criar forças para seguir em frente com o pouquinho que ficou. Hoje eu vejo assim, mas	97
98	que ficou destruído ficou. A gente tinha uma vida inteira pela frente, a gente era jovem, tinha plano de	98
99	ter outros filhos, não tinha ainda porque não tinha uma casa e as dificuldades que já passava só com o	99
100	Mateus. Pensando assim, ele estava estudando, tinha acabado de prestar vestibular e correr atrás para	100
101	fazer esta faculdade. Acabou, é como se você se levantasse das cinzas com o restinho que ficou, para	101
102	continuar. Hoje o sentimento que eu tenho é de impunidade, de impunidade. Eu costume falar isso	102
103	direfão. É fato, o Paulo não faz parte desse mundo. Ele foi, não foi uma questão de Deus não, foi por	103
104	conta de injustiça, de oportunidade, por conta de muita coisa. Impunidade, porque ele foi morto do jeito	104
105		105

	<p>que foi, foi torturado. Ele gostava de viver. Foi jogado no sol, e o povo passando, e eles mostrando: olha aí um de vocês. E o Paulo era muito militante, era muito justo. Então hoje eu vejo assim se, não só os policiais que estivessem presos assim, mas quem mandou apertar o gatilho também, sabe? Não só o caso do Paulo, mas tudo que aconteceu lá no Parque Oeste. Se o caso tivesse federalizado sabe? Se tivesse tido justiça eu estaria mais aliviada, o Mateus estaria mais aliviado. Tipo assim, aconteceu, aconteceu, mas teria justiça, não estaria impune. A impunidade é o que mais te acaba. A vida inteira você não engole. E por saber que tudo caminha para o que você sabe que não vai haver solução. Cada dia, cada passo que se dá se vê que tudo caminha para continuar mesmo impune a vida inteira. Essa é a sensação mais ruim. De justiça acontecer? Eu acho que, [por] mais que ele faça direito, que eu acho bonito demais, por mais que ele corra, conte nos dedos os anos que falta, eu não acredito que aconteça assim essa punição. Pelo caminho que está andando, pelo que está acontecendo, porque o trem morreu. Você sabe que não foi só isso que aconteceu, a forma como ele foi morto não aparece no laudo, tudo foi modificado. Só consta que morreu de hemorragia. Ele recebeu três tiros, aparece um dizendo que foi no lado, foi perfurado por faca. Sua camisa foi trocada. Ai, quanto mais anos vai passando, eu acredito na justiça de Deus e em uma parte assim da Bíblia que fala que não há nada nesse mundo que fique encoberto. Os anos podem passar e está. Eu acredito nesse justiça. Quem sabe um policial, ou até algum que cometeu tudo isso, que até tem provas, a maioria deles que estava filmando resolve falar, pesa lá a consciência lá. Aí tudo bem. De repente, eu até não esteja viva, o Mateus também para poder ver. Poderia, de repente, um caso desse tipo. Caso contrário, acho muito difícil. Uma vida melhor. Um mundo melhor não só para ela mas para todo mundo. Todos. Que meu filho não venha ter que ocupar terra, que ele estude. Quer militante, que seja militante, que ajude as pessoas mais oprimidas mesmo, as pessoas que são discriminadas de tudo, os que não tem direito a nada, até tem mais não sabe, que ele estude, se forme e viva bem assim. Também, eu quero estudar, eu estou correndo atrás, vou fazer um cursoinho. Estou querendo prestar o vestibular para direito também. Lá na comunidade no Real Conquista, o sonho meu é fazer um memorial, para não perder a história, lutar para que não morra a luta do povo. Corri atrás para a questão da praça, conseguimos duas, uma que foi inaugurada com o nome do Paulo. E que ela seja construída pela comunidade, pois ela mesma começa a cuidar da praça. Pretendo me casar, ter outro filho, e o Mateus pede. Já conversei com ele sobre isso e ele entende. Isso não quer dizer que eu esqueci o Paulo e tudo que aconteceu. Ele não está mais aqui, não faz parte desse mundo. E que a gente vai continuar lutando pela justiça. Eu vou ter minha vida. Daqui um tempo ele</p>	106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136
--	---	---

137	cresce, vai casar, construir a família dele, e eu na [...] vou ficar sozinha em casa. E aí ele entende isso. Eu		137
138	vou casar, vou ter uma menininha. Deixou, deixou o Mateus, a minha casa, fruto do sangue dele,		138
139	porque ele morreu lutando por aquilo, mas deixo para mim, deixou algo de herança para a comunidade		139
140	também, uma herança que não tem preço. Aprendizado ele deixou demais, eu cresci muito, cresci muito		140
141	com tudo que aconteceu. Assim, ele deixou isso para a gente como um exemplo, pois ele era muito		141
142	justo, ele morreu lutando por algo que acreditava, ele amava aquela comunidade. O Sonho Real era		142
143	tudo para ele. Ele passou esse aprendizado e aí passou a ser tudo para mim. Eu penso tanta coisa das		143
144	polícias, para mim eles são todos bandidos. Olha, até um colega, que o tinha como colega, hoje eu acho		144
145	que ele é bandido. Eu posso até estar generalizando demais, mais eu penso assim. Se você é uma pessoa		145
146	boa, não tem como você trabalhar na polícia. Eu não dou conta da pessoa falar assim: fulano é bom e		146
147	trabalha na polícia, sabe? Porque você está lá dentro, você sabe de tudo que acontece, então você não é		147
148	bom, você continua ali dentro, ou você abre a boca ou você larga aquilo e não participa, sabe? Porque		148
149	acaba que você é omissio. Então você é bandido tanto quanto o outro. Não pela questão de ter matado o		149
150	Paulo, mas porque passei a ver tanta coisa de polícia, lá no Real Conquista. Ela buzina e leva droga,		150
151	eles, a polícia sabe disso e convive com isso. O Estado é omissio e a sociedade também. Não toda a		151
152	sociedade mas a maioria da sociedade. Acho que, a partir do momento que a sociedade deixar de ser		152
153	omissa, muita coisa poderia mudar. Mas a questão mesmo da violência e até da polícia ser paga pelo		153
154	Estado para oprimir, é a questão mesmo da sociedade que não põem a cara de fora. O povo mesmo que		154
155	deveria lutar por mudança e transformação, mas o povo mesmo.		155
156			156

APÊNDICES

Apêndice A

Relação de prisões de policiais militares em Goiás no período de 1999 a 2011	
1999 Novo Gama Entorno de Brasília (DF)	<p>19 policiais militares foram presos acusados de participarem da execução sumária de um carroceiro. De acordo com Ferreira (2011) todos “seriam integrantes de um grupo de extermínio que agia na região”. No entanto, segundo o autor, até 2010 nem todos haviam sido exonerados do cargo que exerciam e recebiam “os soldos do Estado de Goiás” (p. 95). A imprensa jornalística divulgou a abertura de 25 inquéritos contra policiais militares por promotores de Justiça do Estado nesse ano.</p>
2000 Águas Lindas de Goiás e Entorno do Distrito Federal (DF)	<p>13 policiais militares presos, dentre eles, um capitão. Participantes dos movimentos de Direitos Humanos confirmaram as ações de policiais militares em <i>grupos de extermínio</i> com denúncias apontando essa presença em aproximadamente 12 municípios do Entorno de Brasília, como afirma Ferreira (2000). Por determinação do Secretário de Segurança Pública, segundo Fernandes (2000), após a prisão, toda corporação composta de 78 policiais militares e dez policiais civis que atuavam na região foram substituídos.</p>
2005 Planaltina de Goiás e Valparaíso	<p>10 policiais militares foram presos sob acusação de participarem do um grupo de extermínio na região. Segundo Ferreira (2011), em dois anos eles executaram sumariamente 53 pessoas no município de Formosa. Enquanto em Valparaíso foram presos quatro policiais militares acusados de comporem o grupo de extermínio e executarem 18 pessoas, também na região. Totalizaram 14 prisões nesse ano.</p>
2008 Aragarças	<p>06 policiais militares foram presos, de acordo com Ferreira (2011), dentre eles, dois tenentes, um sargento e três soldados, acusados de comporem um grupo de extermínio de Aragarças e de Barra do Garças (MT), executarem nove pessoas, mais uma tentativa de homicídio e outra dada como desaparecida. Para o autor, o grupo teria o seu núcleo estruturado dentro do Grupo de Patrulhamento Tático de Aragarças e já vinha atuando desde 2006. “Durante As investigações transcorreram com várias tentativas de intimidações das quais destacam-se o alvejamento de tiros na casa da delegada e a marca da letra M o que poderia indicar morte o que levou o seu afastamento do processo. Também, as promotoras de Justiça que atuavam no processo se viram na contingência de andarem com escoltas policiais durante 24 horas por dia. Os presos foram encaminhados para o presídio militar no Batalhão Anhanguera localizado em Goiânia. No entanto, o Ministério Público recebeu denúncias de privilégios no tratamento dos presos como, “(TV, DVD, celular, entregas a domicílio de remédios e alimentos) e ainda poderiam sair da cadeia militar quando quisessem para fazer qualquer atividade, até mesmo festas e bebedeiras” (Ferreira, 2011, p. 97).</p>
2011 Goiânia	<p>19 policiais foram presos pela polícia federal na Operação Sexto Mandamento, acusado de execução sumária. Destes, 17 foram transferidos para o presídio de segurança máxima localizado em Campo Grande (MS). Dentre os presos estava o Coronel Carlos César Macário que tinha livre trânsito no meio político do Estado e fora nomeado subcomandante da Polícia Militar do Estado de Goiás no dia 4 de fevereiro de 2011, pelo governador Marconi Perillo de acordo com Ferreira (2011). Estavam entre os presos, nessa Operação, um coronel, um tenente-coronel, um subtenente, dois capitães e três cabos que foram promovidos em seus postos em 2010 e 2011, como afirma Ferreira (2011).</p>

Apêndice B

Quadro 1 – Síntese dos enunciados de dona Zélia e outros indicadores					
Tema	Indicadores de sentido em destaque	Indicadores de sentido	Linhas correspondentes	Nomeação de sentimentos	Expressões corporais
Engajamento	Poder de Mãe	Eu nas páginas	1-13	-	Risos
		História pessoal e familiar	13-20	Revolta	-
		Pare com isso!	21-48	-	-
		Ator X Observador	49-52	-	-
		Pare com isso! [meu netinho nasceu]	21-48	-	-
		Impunidade como desigualdade econômica	53-59	choque	Prantos
		Apoio	60-69	-	-
		Imprensa	70-77	-	-
		Justiça	78-86	Sentimento de injustiça	-
		Poder de mãe	87-93	Caráter e dignidade	-
	Seguro na mão de Deus	Justiça de Deus	94-104	Punição ameniza a dor	-
		Precisa de um psicólogo	105-108	Mágoa, dor, vontade de isolar-se	-
		Segurar na mão de Deus	109-112	Tenho que ser forte	Prantos
	Perseguição	Meu filho	113-123	-	-
		Amizades	124-135	Fui mãe severa	-
Orientação do tenente		136-139	Nunca vi nada estranho	-	
Persguição		140-149	-	-	
Perseguição dentro de casa		154-166	-	-	
Prisão, bilhete, “judiação”		167-169	-	-	
Travessia	Cadê meu filho	Em busca do filho	170-177	Gratidão (devo um favor)	[pausa]
		Tortura, “judiação”	178-179	-	-
		Procura do filho	180-192	Gratidão (amizade)	-
		Encontro do filho	193-203	Humilhação, falsidade, “desacato”	-
		Encontro com o filho: “sonho” do magrelo da Rotam	204-217	Choro, dor,	Prantos
		Muro e cerca elétrica	218-220	-	Prantos
		Eles vão me matar mamãe	Coronel falou: recorre ao MP	221-223	-
	Marcas de tortura		224-236	Cortou meu coração	Prantos
	Denúncia no MP X ameaças de morte		237-243	Arrependimento	-
	MP: Fotos das marcas de tortura		244-257	-	Prantos
	Quem não deve não teme		258-272	Dignidade, honestidade	-
	Eles vão me matar mamãe!		273-291	-	Prantos
	Pensou em mim		Parece que foi ontem	292-293	-
		Pensou em mim.	294-297	Amor infinito	Prantos
		Eu sonhei	298-299	-	-
		Meu filho	300-303	-	Prantos
	Eu o vi em sonho	Eu sonhei	304-305	pavor	-
		Tiro no portão	306-334	Pavor, assombro	-
		Meu filho	335-338	-	-
		Tiro no portão	339-341	-	-
		Eu sonhei	342-348	Desespero, choro, pesadelo	Risos
		Eu sonhei	349-360	-	-

Continuação Quadro 1

Tema	Indicadores de sentido em destaque	Indicadores de sentido	Linhas correspondentes	Nomeação de sentimentos	Expressões corporais	
Travessia	Eu o vi em sonho	Mataram o filho da Adelaide	361-387	Amor sem limite, choro	-	
		Carga no celular	388-397	-	-	
		Policial de tocaia	398-406	-	-	
		Ligação pedindo ajuda 8h32m	407-416	-	-	
		Como um filme do Rio de Janeiro às 11h10m	417-421	-	-	
		Ninguém se aproximava	422-424	-	Prantos	
		Eu o vi em sonho	425-429	-	-	
		Bang Bang	430-435	-	-	
		Ligação no telefone	436-438	-	-	
		Eu o vi em sonho	439-441	-	-	
	Cachorro morto	Parecia uma festa	442-446	Ficando cega	Pausa	
		Vocês mataram meu filho?	447-451	Dor	Prantos	
		Celular	452-453	-	-	
		Passamento	454-456	-	-	
		Cachorro morto	457-463	-	-	
	Joio e trigo	Como uma água fervendo	464-482	Instinto de mãe	Prantos	
		Perito	483-492	-	-	
		Passamento	493-494	-	-	
		Joio e trigo	495-498	-	-	
	Fotos originais	Cade meu filho?	499-501	-	-	
Limpe a mente		502-505	-	Prantos		
Fotos originais		506-508	-	-		
Vida	Danos morais	Suicídio	509-511	-	-	
		Mãezona	512-521	Amizade	-	
		Sabia que iriam matá-lo	522-527	-	-	
		Justiça e injustiça	528-533	Humilhação	-	
	Deus me deu esse fardo	Danos morais	534-540	Alívio para dor	Prantos	
		Lutar por justiça	541-543	-	-	
		Cada matéria uma revolta	544-545	Revolta	Respira fundo	
		Como manda o figurino	546-551	-	-	
		Da água para o vinho	552-557	Sem motivo para sorrir	-	
		Deus me deu esse fardo	558-561	-	-	
		Metade de uma vida	562-564	-	-	
		Em arquivo	Amor pára com isso!	565-568	-	-
			Em um arquivo	569-576	-	-
			Latrocínio	577-591	Sem conter lágrimas	-
	Nota e prova		592-596	-	-	
	De boa dona Ana	Falha do poder público	597-603	Humilhada,	-	
		À paisana	604-608	-	-	
	Não era A Hora	De boa dona Ana	609-613	-	-	
		Sem motivo	614-615	-	Risos	
		Não era a hora	616-618	-	-	
Meu neto chegou		619-620	Alegria	-		
Testemunho	621-622	-	-			

ANEXOS

Anexo A – Iconografia

Vítimas da Violência Policial

				
Pedro Nascimento DESAPARECIDO × 05/05/1977 + 16/02/2005	Wagner Moreira EXECUTADO × 10/09/1983 + 16/02/2005	Murilo Soares DESAPARECIDO × 12/07/1992 + 24/04/2005	Willian da Silva EXECUTADO × 14/06/1985 + 29/06/2003	Warleisson Mendes EXECUTADO × 25/06/1982 + 29/06/2003
				
Alair Ferreira DESAPARECIDO × 02/05/1976 + 03/03/2003	Lindomar Araújo EXECUTADO × 08/06/1982 + 16/02/2005	Antonia Mariano EXECUTADA × 09/11/1961 + 19/02/2006	Edson J. de Souza EXECUTADO × 11/07/1965 + 19/02/2006	Fábio Lima DESAPARECIDO × 26/12/1984 + 05/01/2006
				
Mússio Pantaleão EXECUTADO × 09/04/1973 + 17/05/2003	Marcelo Menezes EXECUTADO × 06/05/1982 + 16/08/2006	Sirley D. Rezende EXECUTADA × 03/08/1965 + 22/01/2007	Ronaldo Fernandes EXECUTADO × 03/11/1980 + 05/02/2006	Cabo Adílson EXECUTADO × 18/02/1973 + 08/12/2004
		<p>Quando a Dor vira Resistência Comitê Goiano pelo Fim da Violência Policial</p>		
Luiz A. Azara EXECUTADO × 08/05/1976 + 27/01/2006	Rodrigo Dias EXECUTADO × 02/10/1985 + 24/03/2005			

Figura 1 - Cartaz «Campanha de Deúncia contra a Violência Policial»



Figura 2 - Marca Institucional do Comitê



Figura 3 - Convite para Acompanhamento do Júri - Caso Azara



Figura 4 - Reunião de partilha na Casa da Juventude - Goiânia-GO



Figura 5 - Celebração na Casa da Juventude - Goiânia-GO



Figura 6 - Reunião de preparação para o lançamento do Comitê



Figura 7 - Manifestação do Comitê na Praça dos Bandeirantes - Goiânia-GO



Figura 8 - Evento de lançamento do Comitê em 28 de abril de 2006, na Assembleia Legislativa - Goiânia-GO



Figura 9 - Reunião com o Ministério Público para registro de denúncia - Goiânia-GO

O Popular

Fundado em 3 de abril de 1938 por JAIME CÂMARA, JOAQUIM CÂMARA e REBOUÇAS CÂMARA

★ ANO 73 - Nº 21.151 **R\$ 1,50**

GOIÂNIA, QUARTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2011

EXEMPLAR DE ASSINAN

[opopular.com.br]

HOMICÍDIOS



NÚMERO DE MORTES EM GOIÂNIA JÁ É O MAIOR DA HISTÓRIA

A maioria é homem. Tem entre 18 e 30 anos. E faz uso de drogas ou as comercializa. Geralmente, crack. As histórias são bem parecidas. Mas há casos não relacionados ao tráfico. São motivados por desentendimentos financeiros ou passionais, como brigas de torcidas. Foram 444 homicídios em Goiânia até a tarde de ontem. Mais do que em 2008, até então o ano mais violento da capital, com 443 mortes. Um recorde que veio em momento conturbado da Segurança Pública em Goiás. 14e5

Figura 10 - Manchete do Jornal «O Popular», do dia 30 de novembro de 2011

Anexo B – Enunciados de seis integrantes do Comitê, incluindo dona Zélia